



endesa brasil11

Relatório Anual de Sustentabilidade 2011



Endesa Brasil
Relatório Anual
de Sustentabilidade 2011

Índice

4	Principais indicadores
5	Perfil Missão, visão, valores Reconhecimentos externos Linha do tempo
10	Mensagem da Administração
12	Negócios Ampla Coelce Endesa Cachoeira Endesa Cien Endesa Fortaleza Prátil
20	Apresentação do relatório
24	Estratégia e gestão Gestão de riscos Gestão de ativos intangíveis
30	Compromissos Relacionamento com as partes interessadas
36	CONDUTA Governança corporativa Comportamento ético
44	PESSOAS Emprego Valorização da vida Parceiros e fornecedores
64	CLIENTES Atendimento e comunicação Qualidade no fornecimento Saúde e segurança
76	SOCIEDADE Gestão de impactos Ações sociais Acesso à energia
90	MEIO AMBIENTE Mudanças climáticas Uso eficiente de recursos Biodiversidade Eficiência energética
104	INOVAÇÃO
112	ACIONISTAS Desempenho dos negócios Desempenho econômico-financeiro
126	Práticas de cumprimento do Pacto Global
129	Balanco Social Ibase
131	Sumário GRI
139	Informações corporativas
141	Demonstrações Financeiras

Principais indicadores

[GRI 2.8]

	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%)
Econômico-financeiros (R\$ mil) ⁽¹⁾						
Receita operacional líquida	4.964.390	5.056.389	6.151.279	6.702.540	6.579.272	-1,8%
EBITDA	1.730.130	1.936.072	2.246.344	2.227.035	2.237.167	0,5%
Lucro líquido	573.077	580.236	1.128.618	1.085.433	1.203.521	10,9%
Dívida bruta	3.213.521	3.223.897	3.176.025	2.653.974	2.862.019	7,8%
Dívida líquida	2.163.676	2.043.983	1.976.838	1.550.916	1.860.027	19,9%
Dívida líquida/EBITDA (vezes)	1,25	1,06	0,88	0,70	0,83	18,6%
Margens						
Margem líquida	9,5%	11,5%	18,4%	16,2%	18,3%	2,1 p.p.
Margem EBITDA	34,9%	38,3%	36,5%	33,2%	34,0%	0,8 p.p.
Operacionais						
Distribuição						
Energia vendida e transportada (GWh)	16.153	16.620	16.887	18.641	18.873	1,2%
Número total de clientes (mil)	5.068	5.308	5.431	5.665	5.868	3,6%
Energia fornecida por cliente (MWh)	3,33	3,28	2,95	3,22(2)	3,16	-1,9%
Perdas técnicas e comerciais (%)	17,14%	16,92%	17,65%	16,77%	16,22%	-3,3%
Produtividade (MWh/colaborador – próprios)	5.552	6.427	6.233	7.417	7.561	1,9%
Nº de clientes/colaborador próprio	1.890	2.061	1.992	2.281	2.351	3,1%
Geração						
Energia vendida (GWh)	6.348	6.047	6.490	6.790	6.828	0,6%
Energia transmitida (GWh)	1.934	1.331	1.277	1.270	2.396	88,7%
Colaboradores						
Total de colaboradores	17.620	18.050	16.709	17.731	16.721	-5,7%
Próprios	2.900	2.800	2.768	2.731	2.761	1,1%
Parceiros	14.309	14.870	13.546	14.525	13.448	-7,4%
Estagiários	335	356	359	390	438	12,3%
Jovens-aprendizes	76	24	36	85	74	-12,9%
Socioambientais (R\$ mil)						
Investimentos em meio ambiente ⁽³⁾	40.560	47.358	43.568	86.254	130.925	51,8%
Investimento social externo ⁽⁴⁾	244.474	294.492	142.962	252.540 ⁽²⁾	163.299	- 35,3%

⁽¹⁾ Dados a partir de 2009 seguem o padrão internacional de contabilidade (IFRS)

⁽²⁾ Informações de 2010 corrigidas por ajustes de critérios

⁽³⁾ Acréscimo reflete maior volume investimentos de Ampla em programas de qualidade de fornecimento

⁽⁴⁾ Decréscimo decorre do fato de a Coelce não ter realizado investimento direto no Programa Luz para Todos

Perfil

A Endesa Brasil S. A. é uma *holding* que reúne empresas do setor elétrico, nos segmentos de geração (Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza), transmissão e conversão (Endesa Cien), distribuição (Ampla e Coelce) e prestação de serviços (Prátil). Está entre as cinco maiores empresas privadas do setor no Brasil. [\[GRI 2.1, 2.2, 2.3\]](#)

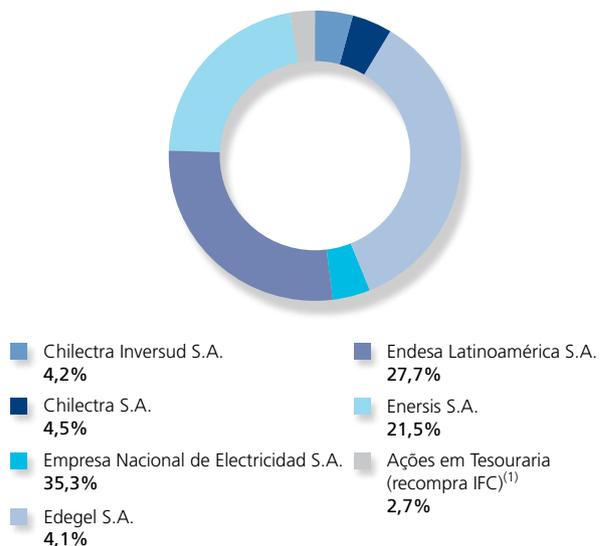
Com operações nos Estados do Rio de Janeiro, do Ceará, de Goiás e do Rio Grande do Sul, a empresa tem sede em Niterói (RJ). Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos. Na geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diferentes regiões do País. A Prátil tem como clientes pessoas físicas e jurídicas no Ceará e no Rio de Janeiro. Em 2011, a Endesa Cien passou a prestar serviço de transmissão para o sistema brasileiro, por meio de contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS), fazendo a integração energética Brasil-Argentina. [\[GRI 2.4, 2.5, 2.7, 2.9\]](#)

O volume total de venda e transporte de energia nas empresas de distribuição foi de 18.873 GWh em 2011. Na geração, são 984,6 MW de capacidade instalada em duas usinas, com fontes hidráulica (658 MW) e térmica (326,6 MW). A energia vendida no ano chegou a 6.828 GW. A interconexão entre os sistemas energéticos do Brasil e da Argentina apresenta capacidade de 2.200 MW e transmitiu 2.396 GWh/ano. Com 16.721 colaboradores em dezembro de 2011 – 2.761 próprios, 13.448 parceiros, 438 estagiários e 74 aprendizes –, apresentou receita líquida de R\$ 6.579 milhões no ano. O lucro líquido foi de R\$ 1.203 milhões, crescimento de 10,9% em relação a 2010; e o EBITDA atingiu R\$ 2.237 milhões, fazendo da empresa brasileira o maior EBITDA do grupo na América Latina. [\[GRI 2.8\]](#)

Estrutura societária

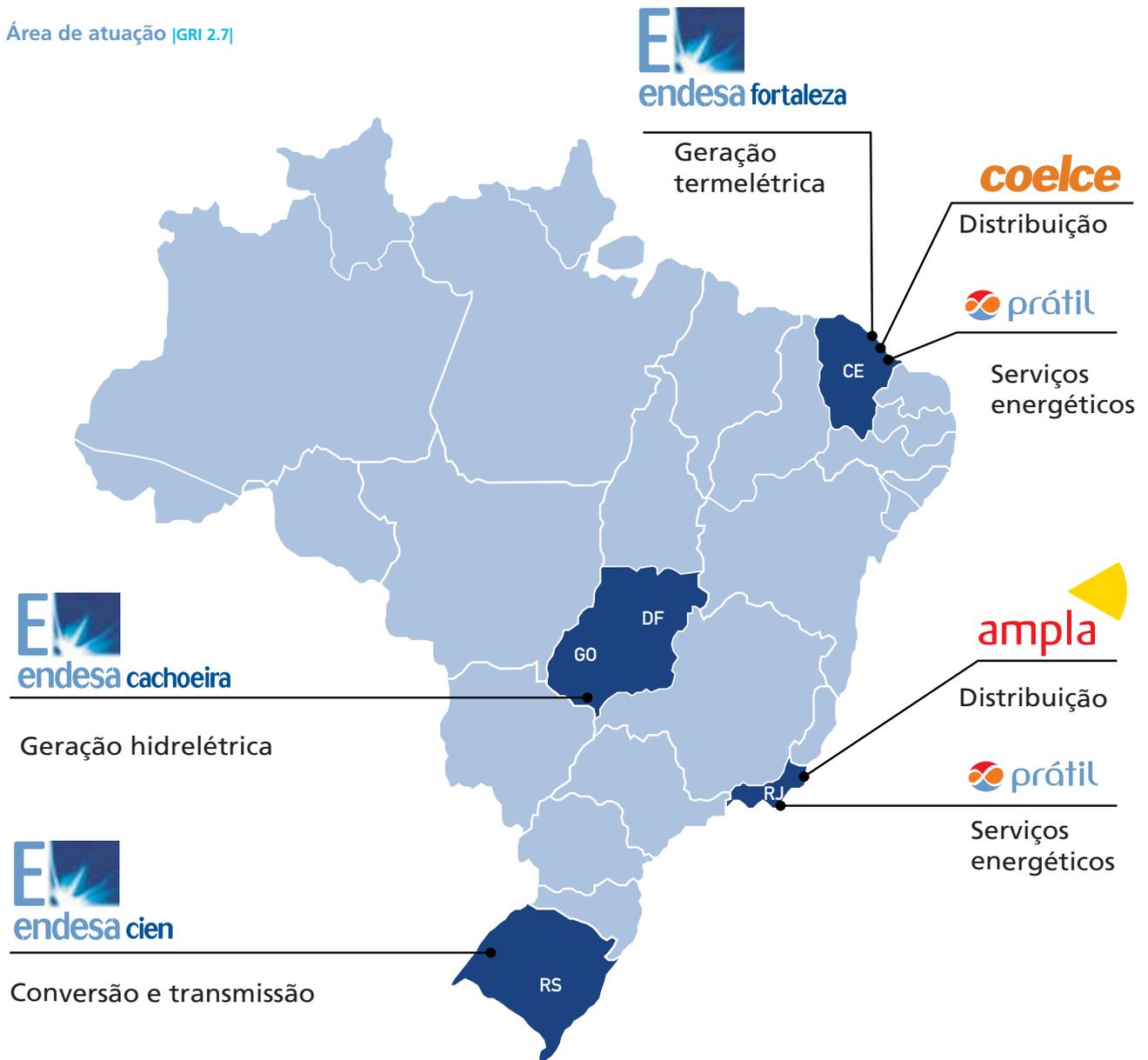
A *holding* Endesa Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Endesa S.A., empresa espanhola que possui 97,30% das ações e é a principal companhia privada de energia da Península Ibérica e da América Latina, com ativos em oito países. Essa participação é dividida entre a Endesa Latinoamérica e suas controladas Enersis, Chilectra, Endesa Chile e Edegel. A International Finance Corporation (IFC), agência do Banco Mundial que investe em iniciativas sustentáveis no setor privado, deteve 2,7% do capital da companhia até 5 de janeiro de 2011, quando a Endesa Brasil fez a recompra das ações. A Endesa S.A., por sua vez, tem 92,06% de seu capital detido pela italiana Enel SpA, a segunda maior companhia elétrica da Europa em capacidade instalada, com operações em quatro continentes. [\[GRI 2.6\]](#)

Composição acionária



⁽¹⁾ Em 5 de janeiro de 2011, houve recompra das ações anteriormente pertencentes à International Finance Corporation (IFC).

Área de atuação [GRI 2.7]

**Missão, visão, valores** [GRI 4.8]

A *holding* Endesa Brasil definiu em 2011 sua missão, construída coletivamente, com a participação dos colaboradores.

ENDESA BRASIL

MISSÃO: Nossa energia para um mundo melhor.

VISÃO: Em curto e médio prazo (2013): Ser um agente protagonista no mercado brasileiro.

Em longo prazo (2020): Ser o maior grupo privado de energia do Brasil.

AMPLA

MISSÃO: Iluminar a vida das pessoas.

VISÃO: Até 2014, ser mais eficiente que a tarifa e admirada pela qualidade dos serviços, em um ambiente que reconhece o mérito das pessoas, seguro e feliz.

COELCE

MISSÃO: Gente e energia para um mundo melhor!

VISÃO: Fazer a diferença por meio das nossas pessoas, nossos relacionamentos e nosso desempenho.

ENDESA GERAÇÃO (Endesa Cachoeira, Endesa Cien e Endesa Fortaleza)

MISSÃO: Energia para todas as gerações.

VISÃO: Ser o maior grupo privado em geração e comercialização de energia do Brasil, reconhecido como referência em sustentabilidade, eficiência e integração energética.

PRÁTIL

MISSÃO: Oferecer soluções diferenciadas com Qualidade, Rentabilidade e Ética.

VISÃO: Ser, até 2015, o motor impulsionador dos novos negócios da Endesa Brasil, com excelência e práticas inovadoras, tornando-se a escolha dos clientes.

Valores

Respeitamos a vida

Por meio das atitudes de:

- Segurança em tudo que fazemos
- Compromisso com a sociedade e o meio ambiente
- Respeito às pessoas

Somos simples

Por meio das atitudes de:

- Simplicidade nas ações
- Transparência e confiança nas relações

Criamos valor

Por meio das atitudes de:

- Inovação em processos e negócios
- Compromisso e profissionalismo
- Parcerias sustentáveis
- Tratar custos como donos do negócio

Reconhecimentos externos

[GRI 2.10]

Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ) – Reconhecida como empresa de classe mundial, a Coelce foi premiada dentre as 41 inscritas no PNQ 2011, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Essa é a classificação máxima do prêmio e significa que a companhia obteve pontuação considerada excelente em todos os critérios avaliados. A Ampla foi uma das finalistas da premiação.

Great Place to Work – Estreante no processo de seleção das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, a Endesa Geração conquistou a 13ª posição entre as Melhores Empresas do Rio de Janeiro e o 57º lugar no *ranking* nacional. Pelo quarto ano consecutivo, a Coelce permaneceu no grupo das 100 melhores, promovido pela revista Época em parceria com o Instituto Great Place to Work (GPTW).

Guia Você S/A – Exame – A Coelce foi classificada pelo sexto ano consecutivo entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, no *Guia Você S/A–Exame*, sendo também eleita a melhor empresa para trabalhar da Região Norte-Nordeste. Em sua primeira participação, a Endesa Geração também ingressou na lista.

Prêmio Fundação Coge 2011 – A Endesa Brasil foi reconhecida com o case Saber Viver – Um Modelo de Gestão na categoria Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, na qual foram inscritos 32 projetos de todo o País.

Prêmio Eloy Chaves 2011 – A Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE) concedeu à Ampla o primeiro lugar no prêmio Eloy Chaves 2011, que destaca empresas do setor elétrico que se diferenciam pelos melhores índices de segurança e prevenção de acidentes de trabalho no ano anterior.

Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho 2010 – A Ampla foi vencedora das etapas regional e estadual do Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho, na categoria Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável. O prêmio é um reconhecimento público às companhias por suas práticas diferenciadas de gestão e valorização de seus colaboradores.

Prêmio Abradee – Pela terceira vez consecutiva, a Coelce recebeu o prêmio de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil no reconhecimento promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A empresa conquistou ainda a Melhor na Avaliação do Cliente, o prêmio de Melhor Distribuidora do Nordeste pela sexta vez consecutiva e o primeiro lugar do Brasil em Responsabilidade Social.

Prêmio Pesquisa Cier – A Coelce foi novamente vencedora, em 2011, na categoria Ouro (empresas com mais de 500 mil consumidores) da Pesquisa Cier (Comisión de Integración Energética Regional), realizada em 55 empresas de 13 países da América Latina. A companhia recebeu ainda, pela segunda vez, menção especial pela melhor avaliação nos atributos de Responsabilidade Social.

Prêmio Iasc – Concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) à Coelce, por conquistar o maior Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc) da Região Nordeste.

Citeneel/Seenel – A Endesa Geração foi premiada no 6º Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (Citeneel) pelo artigo *Despacho conjunto de máquinas com previsão de vazão*, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que ficou em segundo lugar geral em Pesquisa & Desenvolvimento. No 2º Seminário de Eficiência Energética no Setor Elétrico, evento realizado paralelamente, a Coelce conquistou o primeiro lugar em melhor programa de eficiência energética, com o projeto Luz Solidária.

Prêmio Metering International Excellence Awards – O projeto de Medição Eletrônica Ampla Chip ganhou o prêmio *Metering International Excellence Awards*, na categoria Medição Inteligente. A tecnologia já havia sido eleita em 2008 uma das dez maiores inovações da década pela Revista *Exame*, além de ter recebido outros prêmios nos Estados Unidos.

Prêmio Eletricidade 2011 – A 15ª edição do prêmio promovido pela revista *Eletricidade Moderna*, que avalia a qualidade dos serviços das concessionárias de energia do Brasil, elegeu a Coelce como melhor empresa do Nordeste, bem como a concessionária com a melhor evolução na região.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE 2012) – Pela sexta vez consecutiva, ações da Coelce integram a carteira da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) de empresas comprometidas com governança e equilíbrio nos desempenhos econômico, social e ambiental.

Prêmio Época Empresa Verde – A Coelce foi premiada na categoria Serviço do Prêmio Empresa Verde, promovido pela revista *Época* em parceria com a consultoria PWC. A premiação destacou as 20 companhias mais avançadas do País em práticas de gestão ambiental.

Prêmio Socioambiental Chico Mendes – Uma das maiores premiações nacionais sobre o tema socioambiental reconheceu o programa Luz Solidária, que faz a troca de equipamentos para promover a eficiência energética e incentiva a geração de renda em projetos sociais.

Prêmio Fiec por Desempenho Ambiental – A Coelce foi reconhecida pelo Desempenho Ambiental 2011, com o tema Educação Ambiental Integrada Coelce. O prêmio, concedido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, destaca empresas que conservam o meio ambiente.

Certificado Empresa Cidadã – A Coelce recebeu pelo quarto ano consecutivo o certificado empresa cidadã, concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), que reconhece boas práticas ligadas à responsabilidade social e ambiental.

Certificado Ibef de Sustentabilidade – Concedido à Coelce pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef), com certificação de Excelência em Sustentabilidade.

Empresário Melhor Amigo do Esporte – Iniciativa do Ministério dos Esportes que reconhece as empresas que aportaram recursos na área por meio da Lei de Incentivo ao Esporte. A Coelce ficou, pela segunda vez consecutiva, em primeiro lugar no Estado do Ceará.

Prêmio ABT – A Central de Relacionamento da Ampla conquistou o segundo lugar na categoria Recursos Humanos no 11º Prêmio ABT, iniciativa que reconhece as melhores práticas de atendimento e relacionamento com o cliente.

Prêmio Aberje – Prêmio concedido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, que tem por objetivo discutir e promover a comunicação empresarial e organizacional. A Coelce ganhou o prêmio nacional com o projeto Energia Social e Iteva, e da regional Nordeste com os projetos Energia Social; Iteva; A Crise do Apagão; I Seminário de Mídias Sociais; e Programa Correspondentes Coelce. A Ampla sagrou-se vencedora na etapa regional Espírito Santo e Rio de Janeiro com os cases Energia da Praia, Superação na tragédia que assolou a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, Coral Mané Garrincha e Twitaço.

Prêmio Abrasca – O Relatório de Sustentabilidade da Endesa Cachoeira conquistou o primeiro lugar na categoria Companhia Fechada 2, para empresas com receita líquida abaixo de R\$ 1 bilhão. A publicação da Endesa Brasil obteve o segundo lugar

na categoria Companhia Fechada 1. A premiação é concedida pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Prêmio Nacional de Inovação – Promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Ministério da Ciência e Tecnologia. A Coelce ficou entre as três empresas com melhores processos de Gestão de Inovação do Brasil.

Prêmio Delmiro Gouveia – Promovido pelo Jornal O Povo, em parceria com a BM&FBovespa, Ibef Ceará e Apimec Nordeste, destaca o desempenho das empresas cearenses. A Coelce foi destaque nas categorias Maiores Empresas, Melhores em Desempenho Econômico-Financeiro e Melhores em Desempenho Social.

Linha do tempo

1996 A Endesa S.A. inicia suas operações no Brasil, com a aquisição da Ampla (na época denominada Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – Cerj) por meio de leilão.

1997 A Endesa adquire a Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada em leilão realizado pelo governo de Goiás. No mesmo ano, é constituída a Companhia de Interconexão Energética S.A. (Cien), para facilitar o intercâmbio de energia entre Brasil e Argentina.

1998 O Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A., formado por Endesa S.A., Enersis S.A., Chilectra S.A. e a atual Ampla, vence leilão de privatização da Companhia Energética do Ceará (Coelce).

2000 A Endesa Cien-Garabi I começa a operar em junho, com capacidade total de transferência de energia de 1.100 MW.

2001 Início da construção da Central Geradora Termelétrica Fortaleza, em Caucaia, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE).

2002 Inaugurada a Endesa Cien-Garabi II, que dobra a capacidade total de transferência de energia para 2.200 MW.

2003 Início das operações da Endesa Fortaleza.

2004 A Endesa Fortaleza é inaugurada oficialmente.

2005 É criada a *holding* Endesa Brasil.

2006 As ações da Coelce passam a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.

2007 A Ampla e a Coelce são incluídas no *ranking* das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, do *Guia Você S/A – Exame*.

2008 A Endesa Cachoeira comemora 50 anos de operação.

2009 A Coelce vence o Prêmio Abradee, como melhor distribuidora do Brasil. A Endesa Fortaleza ganha o Prêmio Top Energia, da Petrobras, como Empresa Destaque entre as termelétricas do País. A Enel SpA passa a deter 92% do capital da Endesa S.A.

2010 Criada a Prátil, empresa de serviços. A Endesa Cachoeira recebe da Enel o *Safety Recognition Award* 2010, na categoria Zero Acidente.

2011 A Endesa Cien é equiparada a concessionária de serviço público de transmissão. Em sua primeira participação, a Endesa Geração é incluída no *ranking* das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, do *Guia Você S/A – Exame*. A Coelce é destacada pelo terceiro ano consecutivo como melhor distribuidora do Brasil no Prêmio Abradee.

Mensagem da Administração

[GRI 1.1]

“Nossa energia para um mundo melhor”. Essa é a missão da Endesa Brasil. Nossas ações são orientadas pelos conceitos de sustentabilidade, segurança, respeito e transparência. Os bons resultados financeiros e operacionais só se justificam se estiverem a serviço das pessoas.

Nas atividades de distribuição, nos orgulhamos de ter a Coelce como melhor distribuidora do Brasil e da América Latina, pelo terceiro ano consecutivo, nas premiações da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e da Comisión de Integración Energética Regional (Cier). A companhia também foi a vencedora do Prêmio Nacional de Qualidade, sendo considerada empresa de classe mundial. A Ampla conquistou o Prêmio Eloy Chaves, reconhecimento aos avanços em índices de segurança e prevenção de acidentes de trabalho, e foi ainda destaque no Prêmio Nacional de Qualidade.

Comemoramos a inclusão das empresas que compõem a Endesa Geração entre as melhores para se trabalhar no País, em sua primeira participação nos *rankings* do *Great Place to Work* e do *Guia Você S/A – Exame*. No ano, conquistamos a equiparação da Endesa Cien a uma concessionária do serviço público de transmissão, o que tornou o negócio mais sustentável, com remuneração fixada pelo órgão regulador e possibilidade de planejamento em longo prazo.

A sustentabilidade faz parte de nossa estratégia. Nosso comprometimento com o meio ambiente e as comunidades foi reforçado em 2011. Projetos como o Ecoelce e o Consciência EcoAmpla, bem como as ações de promoção de eficiência energética, incentivaram a economia de recursos naturais.

Contamos com o respaldo da ENEL-ENDESA, um dos grupos energéticos mais importantes do mundo, que opera em 40 países e conta com mais de 97.300 MW de capacidade instalada e cerca de 61 milhões de clientes no mercado de eletricidade e gás. Na América Latina, nossa matriz possui uma ampla carteira de projetos para atender às necessidades dos mercados em que opera e, assim, proporcionar fornecimento de energia seguro e confiável, com respeito ao meio ambiente e às comunidades, e a preços competitivos. Em 2011, obtivemos excelentes resultados com o trabalho conjunto empreendido na manutenção das turbinas da Endesa Fortaleza, contando com o apoio de Espanha e Itália. Na distribuição, as melhores práticas de provisionamento também ofereceram vantagens significativas para as operações brasileiras.

A soma de tantos fatores positivos, aliada ao aperfeiçoamento do sistema de gestão, acabou por se traduzir em resultados e superação de metas estratégicas. Melhoramos nossos indicadores de segurança no trabalho, com redução de 63% no número total de acidentes. Avançamos na qualidade do fornecimento e alcançamos menores indicadores de frequência e duração da interrupção do serviço. A produtividade também foi destaque, com foco na identificação e eliminação sistemática de desperdícios. A geração de caixa encerrou o ano R\$ 228 milhões acima do planejado – fazendo do Brasil o maior EBITDA do grupo na América Latina.

Em distribuição, as vendas evoluíram 2,3%, impactadas pelo aumento nulo de consumo no segmento industrial, mas agregamos 203 mil novos clientes à nossa base. No futuro, prevemos incorporar mais de 250 mil clientes a cada ano. Em geração, a energia comercializada manteve-se estável em relação a 2010, totalizando 6.828 GWh, e analisamos um portfólio de projetos de crescimento para atender às necessidades brasileiras do mercado de energia.

Sabemos que ainda há muito a fazer. A adaptação à nova realidade regulatória das distribuidoras e o desenvolvimento de novos negócios no País são desafios a serem enfrentados nos próximos anos. Apesar de todos os avanços, a segurança de nossos colaboradores segue sendo foco permanente de atenção. Esforçamo-nos também para construir um futuro diferente, mais proveitoso e participativo. Assim, desenvolvemos nosso projeto Cidade Inteligente, que vai fazer de Búzios, no litoral fluminense, uma referência mundial em uso eficiente da energia elétrica. Além de tecnologia de ponta, a iniciativa apresenta ações de formação dos consumidores para a utilização correta dos recursos energéticos.

Com o Pacto Global, que subscrevemos internacionalmente, e os Sete Compromissos para o Desenvolvimento Sustentável da Endesa, manifestamos nosso empenho para o crescimento responsável. Nossos acionistas não querem apenas resultados financeiros, e sim rentabilidade sustentável. Isso significa ter colaboradores, clientes e comunidades satisfeitos e seguros.



Llêvenes R

Marcelo Llêvenes
Presidente



Mario Santos

Mario Santos
Presidente do Conselho de Administração

Negócios

AMPLA

A Ampla distribui energia elétrica para uma população de 6,3 milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro. Concessionária de serviços públicos, regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), atua em 66 municípios, o correspondente a 73% da área do Estado. No fim de 2011, atendia 2,6 milhões de clientes residenciais, comerciais, industriais e públicos.

No encerramento do ano, contava com 8.238 colaboradores: 1.187 próprios, 6.851 parceiros, 149 estagiários e 51 jovens-aprendizes. A energia vendida a consumidores cativos chegou a 8.591 GWh, e a receita líquida totalizou R\$ 3.312 milhões, evolução de 5,0% comparativamente a 2010, com R\$ 762 milhões de EBITDA e R\$ 210 milhões de lucro líquido.

A agilidade e a qualidade do atendimento aos consumidores são prioridade para a distribuidora, que mantém 73 lojas, uma Central de Relacionamento 24 horas por telefone e uma agência virtual na internet (www.ampla.com), além de presença em redes sociais (Facebook, Twitter, Blogosfera, YouTube, entre outros canais).

O Plano de Qualidade dos Serviços, estabelecido pela Ampla em 2010, levou a empresa a uma importante melhoria nos indicadores da qualidade de fornecimento. O Plano tem base em quatro pilares: reposição de ativos para manutenção do sistema; substituição de componentes para evitar interrupções; seletividade, para minimizar os impactos; e flexibilidade, para tonar mais ágil a religação da rede. A empresa encerrou 2011 com redução significativa nos indicadores que medem a duração e a frequência das interrupções de energia: 9,83 de FEC e 19,24 de DEC, quedas de 19,2% e 22,8%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A Ampla foi a distribuidora que mais evoluiu em qualidade de serviço no primeiro semestre de 2011, quando comparada às 20 maiores distribuidoras do País.

O percentual acumulado de perdas no ano foi de 19,66%, uma redução de 0,85 ponto percentual em relação às registradas em 2010, de 20,51%. Esse resultado é reflexo das soluções tecnológicas desenvolvidas pela empresa em conjunto com a realização de projetos sociais nas comunidades. O percentual em 2011 representa o melhor desempenho da companhia neste indicador em três anos, o que comprova a eficácia da sua estratégia no combate às perdas dentro de sua área de concessão.

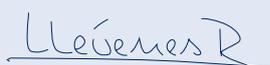
Entre os projetos sociais com destaque no ano está a Cidade Inteligente Búzios, referência em consumo eficiente de energia elétrica no Brasil e na América Latina. Os moradores poderão contar com tarifas diferenciadas de acordo com o horário de consumo e haverá incentivo à eficiência energética nas instalações, entre outras iniciativas. Em 2011, os programas do Consciência Ampla levaram iniciativas de educação para o consumo consciente e formação de cidadãos com responsabilidade socioambiental a mais de 400 mil pessoas no Estado do Rio de Janeiro.

Em 2011, a empresa obteve ainda grande avanço nos índices de saúde e segurança dos colaboradores, reduzindo o número de acidentes de 55 para 24 ocorrências. A diminuição é resultado da plena aplicação do programa Saber Viver, que reúne diversas ações com o objetivo de promover atitudes preventivas que priorizem o respeito à vida na execução das atividades operacionais e administrativas.

“O ano de 2011 foi positivo. Entre nossas principais vitórias, esteve a redução de 56% no número de acidentes na empresa. Estamos sempre atentos à segurança laboral, e os esforços que temos feito no programa Saber Viver se tornaram referência internacional.

Com a sistematização de ferramentas de gestão, as melhorias em eficiência e produtividade têm sido significativas. O Plano de Qualidade do Fornecimento teve impacto positivo em nossos indicadores setoriais: a frequência de interrupção de energia (FEC) da Ampla atingiu em 2011 seu menor índice, com 9,8 vezes na média do ano.

Todos os nossos resultados passam pelas pessoas. O desempenho econômico é uma consequência, não um objetivo em si mesmo. Queremos que nossos resultados sejam sustentáveis, atendam às necessidades das pessoas e façam suas vidas mais fáceis, seguras e felizes.”



Marcelo Lévenes

Presidente

Principais indicadores Ampla

	2010	2011	Variação 2011/2010
Resultados (R\$ mil)			
Receita operacional líquida	3.154.775	3.312.371	5,0%
EBITDA	626.108	762.477	21,8%
Lucro líquido	216.092	210.352	-2,7%
Operacionais			
Energia faturada (GWh)	9.826	9.964	1,4%
Total de clientes (mil)	2.570	2.644	2,9%
Total de colaboradores	8.338	8.238	-1,2%
Socioambientais (R\$ mil)			
Investimentos sociais internos	71.485	75.580	5,7%
Investimentos sociais externos	51.499	35.032	-32,0%
Investimentos em meio ambiente	39.470	126.813	221,3%

COELCE

A Companhia Energética do Ceará (Coelce) é uma sociedade anônima de capital aberto que detém concessão para distribuir energia elétrica, durante 30 anos, aos habitantes de 184 municípios cearenses em um território de 149 mil quilômetros quadrados.

Sediada em Fortaleza, possui uma central de atendimento emergencial em Messejana, que presta serviços para toda a Região Metropolitana, além de seis unidades administrativas em diferentes regiões do Estado e 201 lojas de atendimento, sendo duas unidades móveis.

Com mais de 3,2 milhões de clientes, entre residenciais (2,4 milhões), rurais, comerciais, institucionais e industriais, a Coelce é a empresa mais admirada pelos cearenses, segundo pesquisa Vox Populi, e foi escolhida como a melhor distribuidora de energia da América Latina na satisfação do cliente em prêmio da Comissão de Integração Energética Regional, organismo do setor energético na América Latina. Foi a única empresa do Nordeste a ganhar o Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ) da Fundação Nacional de Qualidade. Em pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), é considerada há três anos seguidos a melhor distribuidora de energia do País.

Responsabilidade Social é destaque na companhia, reconhecida em 2011 com o Prêmio Abradee de melhor distribuidora de energia do País também em ações socioambientais, em razão de projetos como Luz Solidária, Ecoelce e Troca Eficiente. Criado em 2009, o Luz Solidária contribui para a conservação do meio ambiente e melhoria das condições socioeconômicas das comunidades, com a troca de eletrodomésticos usados por equipamentos novos e mais ecoeficientes. Em 2011, a empresa concedeu mais de R\$ 6 milhões em bônus por meio da substituição de 12.152 eletrodomésticos ineficientes e beneficiou 31 projetos sociais com mais de R\$ 1,2 milhão em doações.

A Coelce é a terceira maior distribuidora da Região Nordeste em volume comercializado de energia. Em 2011, o número de consumidores cresceu 4,2%, com a inclusão de 129.778 novos consumidores à base comercial da companhia, especialmente de clientes residenciais e rurais. O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão foi de 8.909 GWh, alta de 1,1% em relação ao ano anterior, com destaque para o aumento de 32,8% no volume de transporte de energia para clientes livres.

No fim de 2011, contava com uma equipe própria de 1.309 colaboradores, apoiada por 6.300 profissionais de empresas parceiras, 229 estagiários e 23 jovens-aprendizes.

A receita líquida, de R\$ 2.627 milhões, ficou 7,8% abaixo do valor de 2010. A geração de caixa, expressa pelo EBITDA, também registrou desempenho inferior ao de 2010, totalizando R\$ 755 milhões, recuo de 6,5%. O lucro líquido totalizou R\$ 471 milhões, em linha com o resultado do ano anterior.

“O ano de 2011 foi espetacular para a Coelce. Além de atingirmos plenamente as metas do planejamento estratégico válido para 2008 a 2011, nosso desempenho foi reconhecido pelo público e por diferentes organizações. Foi muito gratificante subir mais um degrau no pódio do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), sermos eleitos, pela terceira vez consecutiva, como a melhor distribuidora de energia do País e da América Latina e figurarmos novamente nos rankings das melhores empresas para se trabalhar. Orgulhamo-nos também por permanecer na carteira de ações no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo.

Vale ressaltar que são resultados obtidos em um ano marcado por episódios desafiadores, como o apagão do Nordeste, o recadastramento dos clientes da tarifa social baixa renda e o debate em torno da revisão da estrutura tarifária. Trabalhamos para prever o quanto e exatamente onde ocorrerá o aumento de demanda para estimar investimentos necessários. Para manter a ênfase na satisfação do cliente, vamos nos valer das maiores riquezas dessa empresa: as pessoas, a nossa cultura e o prazer de fazer o certo e fazer o bem.”



Abel Alves Rochinha

Presidente

Principais indicadores Coelce

	2010	2011	Varição 2011/2010
Resultados (R\$ mil)			
Receita operacional líquida	2.849.706	2.627.212	-7,8%
EBITDA	807.040	754.863	-6,5%
Lucro líquido	471.903	471.182	-0,2%
Operacionais			
Energia faturada (GWh) ⁽¹⁾	8.815	8.909	1,1%
Total de clientes (mil)	3.095	3.224	4,2%
Total de colaboradores	8.793	7.861	-10,6%
Socioambientais (R\$ mil)			
Investimentos sociais internos	66.123	75.464	14,1%
Investimentos sociais externos	198.009	126.154	-36,3%
Investimentos em meio ambiente	42.538	41.438	-2,6%

ENDESA CACHOEIRA

A Endesa Cachoeira – Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. é uma geradora hidrelétrica localizada no Rio Paranaíba, no município de Cachoeira Dourada, em Goiás. Sociedade anônima de capital fechado, foi criada na década de 1950 e adquirida em 1997 pela Endesa, que possui 99,6% de seu capital.

A companhia conta com 6,3 quilômetros de linhas aéreas de transmissão, sendo 2,8 quilômetros de média-tensão (13,8 kV) e 3,5 quilômetros de alta-tensão (acima de 69 kV). Possui dez unidades de geração, com 658 MW de capacidade instalada e 415 MW de energia assegurada e, em 2011, gerou 3.121 GWh e vendeu 3.986 GWh de energia. Sua carteira de clientes engloba empresas públicas e privadas de todo o Brasil, a exemplo de distribuidoras de energia, indústrias dos setores automobilístico, siderúrgico, petroquímico, de papel e celulose e de pneumáticos.

Ao fim do exercício, o quadro funcional da Endesa Cachoeira era formado por 182 colaboradores, dos quais 69 próprios, 103 de empresas parceiras e 10 estagiários, que atuavam na usina, em Goiás, e em áreas de apoio em Niterói (RJ) e em Fortaleza (CE). A receita líquida foi de R\$ 410 milhões, com R\$ 338 milhões de EBITDA e R\$ 359 milhões de lucro líquido.

Principais indicadores Endesa Cachoeira

	2010	2011	Varição 2011/2010
Resultados (R\$ mil)			
Receita operacional líquida	373.198	409.682	9,8%
EBITDA	287.604	337.569	17,4%
Lucro líquido	225.659	358.886	59,0%
Operacionais			
Energia vendida (GWh/ano)	3.833	3.986	4,0%
Total de clientes	73	71	-2,7%
Total de colaboradores	176	182	3,4%
Socioambientais (R\$ mil)			
Investimentos sociais internos	5.402	5.700	5,5%
Investimentos sociais externos	280	274	-2,1%
Investimentos em meio ambiente	611	259	-57,6%

Em 2011, foi concluído o processo de modernização das unidades geradoras da usina. A automação das unidades de geração integrou um robusto planejamento de longo prazo, feito há aproximadamente uma década, para tornar as operações mais eficientes e confiáveis. Com as melhorias, há maior previsibilidade de manutenção e redução do risco de paradas.

A Endesa Cachoeira e a Endesa Espanha reuniram-se ao governo estadual para promover o primeiro circuito internacional da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás. A transparência e a confiança no relacionamento marcaram ainda as tratativas com a Celg, que em 2011 avançou em importantes acordos que permitirão a reestruturação da companhia de distribuição de energia do Estado.

“O ano de 2011 foi muito positivo para a Endesa Cachoeira, em vários aspectos. Concluímos o processo de modernização das unidades geradoras da usina, avançamos nas tratativas com a Celg Distribuição e promovemos a inclusão social em nossos projetos de responsabilidade corporativa. A qualidade de nossa gestão de pessoas foi atestada em 2011 com a inclusão da Endesa Geração nos *rankings* das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

A parceria com o governo estadual foi reafirmada com a emocionante turnê da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás, feita em parceria com Endesa Cachoeira e Endesa Espanha. Em Barcelona, a orquestra formada lotou o Palau de la Música Catalana, e a grande procura do público levou à promoção de um concerto extra. A iniciativa abre novas perspectivas de trabalho e realização para os jovens de Goiás, por meio do desenvolvimento profissional na área musical.”



Guilherme Gomes Lencastre
Presidente

ENDESA CIEN

A Companhia de Interconexão Energética S.A. – Endesa Cien opera na conversão e na transmissão de energia, possibilitando a integração energética do Mercosul. A empresa transmite energia do Brasil, que opera com frequência de 60 hertz, para a Argentina e o Uruguai, que trabalham com 50 hertz, e vice-versa.

A companhia mantém sede em Niterói, no Rio de Janeiro, e unidade operacional em Garruchos, no Rio Grande do Sul. Seus principais ativos são as Interconexões Energéticas Garabi I e II, que ocupam área de 600 mil metros quadrados em Garruchos e têm linhas de transmissão com mil quilômetros de extensão. Na Argentina, as linhas são administradas pelas subsidiárias Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. (CTM) e Transportadora de Energia S.A. (Tesa), das quais a Endesa Cien detém 99,99% do capital.

A empresa é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Endesa Brasil, que possui 100% de participação. Ao final de 2011, possuía 178 colaboradores, dos quais 56 próprios e 104 de empresas parceiras, que atuavam no Rio Grande do Sul e em áreas de apoio em Niterói (Rio de Janeiro), além de 18 estagiários. A receita líquida foi de R\$ 278 milhões, com R\$ 206 milhões de EBITDA e R\$ 69 milhões de lucro líquido. Entre as ações sociais realizadas

Principais indicadores Endesa Cien

	2010	2011	Varição 2011/2010
Resultados (R\$ mil)			
Receita operacional líquida	310.226	277.902	-10,4%
EBITDA	271.555	205.692	-24,3%
Lucro líquido	43.576	69.107	58,6%
Operacionais			
Energia transmitida (GWh/ano)	1.270	2.245	76,8%
Total de clientes	2	1	-50,0%
Total de colaboradores	154	160	3,9%
Socioambientais (R\$ mil)			
Investimentos sociais internos	4.602	5.688	23,6%
Investimentos sociais externos ⁽¹⁾	105	167	59,0%
Investimentos em meio ambiente	2.061	92	-95,5%

⁽¹⁾ Dado informado em 2010 foi revisado

pela Endesa Cien em 2011, esteve o projeto educativo Família Coisa, que distribuiu kits com a série educativa para escolas do município.

Equiparada a concessionária do serviço público de transmissão em abril, a empresa tornou-se um negócio mais sustentável: a receita anual permitida (RAP) possibilita o planejamento das atividades em longo prazo, com remuneração fixada pelo órgão regulador.

“O ano de 2011 foi de formalização da nova configuração da Endesa Cien, equiparada a uma concessionária do serviço público de transmissão. Essa definição é o ápice do trabalho desenvolvido por muitas pessoas, ao longo de sete anos, para promover a transformação do nosso negócio. Com a regulação, a Endesa Cien adquire mais segurança sobre o futuro das operações e foca ainda mais na excelência, aumentando a motivação e o espírito de grupo. Além disso, essa conquista traz mais satisfação e novos horizontes para nossos colaboradores e parceiros, que ajudaram a colocar a Endesa Geração nos rankings das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

As novas obrigações representam importantes desafios. Somos uma das conversoras de maior porte no País e temos orgulho de ser a primeira transmissora internacional regulada. A nova situação beneficia Brasil e Argentina, pois permite o planejamento de longo prazo, com maior intercâmbio energético entre os países.”



Guilherme Gomes Lencastre
Presidente

ENDESA FORTALEZA

A Endesa Fortaleza – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. tem sede na cidade de Caucaia (CE) e produz energia via ciclo combinado de gás natural e vapor. A usina foi concluída em 2003 e conta com áreas de apoio em Niterói (RJ) e Fortaleza (CE) e emprega 171 pessoas, sendo 72 colaboradores próprios, 90 de empresas parceiras e 9 estagiários.

Com 346,63 MW de capacidade instalada, a usina tem toda a produção comercializada com um único cliente, a distribuidora Companhia Energética do Ceará (Coelce), que atende todo o Estado do Ceará. A Endesa Fortaleza conta com linha de transmissão de 1,2 quilômetro em alta-tensão (230 kV).

A receita líquida no ano foi de R\$ 422 milhões, com R\$ 140 milhões de lucro líquido. A *holding* Endesa Brasil possui 100% das ações da empresa, que é constituída como sociedade anônima de capital fechado.

Em 2011, a empresa foi autorizada a operar como comercializadora de energia do Brasil para a Argentina, tendo exportado 789 MW médios durante o período.

Principais indicadores Endesa Fortaleza

	2010	2011	Varição 2011/2010
Resultados (R\$ mil)			
Receita operacional líquida	487.793	422.174	-13,5%
EBITDA	231.944	198.200	-14,5%
Lucro líquido	170.027	139.644	-17,9%
Operacionais			
Energia vendida (GWh/ano)	2.957	2.842	-3,9%
Total de clientes (mil)	1	1	0,0%
Total de colaboradores	175	171	-2,3%
Socioambientais (R\$ mil)			
Investimentos sociais internos	5.187	6.292	21,3%
Investimentos sociais externos	1.540	1.327	- 13,8%
Investimentos em meio ambiente	1.574	400	-74,6%

A primeira desmontagem completa das três turbinas foi realizada em 2011. Durante o trabalho preventivo, houve identificação de fissuras no equipamento, que poderiam interromper seu funcionamento por um longo período de tempo. Foram mobilizadas equipes de Endesa Fortaleza, Endesa Brasil, Endesa Chile, Enel e empresas fornecedoras, que solucionaram o problema em curto prazo.

O projeto Lamparina de Histórias foi uma das principais ações sociais da empresa em 2011, com apresentações de tradicionais narradores de histórias e doação de livros para escolas públicas.

“Superação de desafios é a expressão que melhor define o ano de 2011 para a Endesa Fortaleza. Realizamos nossa primeira desmontagem das turbinas, que mostrou nossa capacidade técnica, comercial e de trabalho em equipe. O impacto inicialmente previsto foi minimizado com esforços das equipes das empresas do grupo – foi possível sentir, na prática, os benefícios de fazer parte de um grupo forte e internacional.

O investimento feito no ano, na manutenção programada e nas inovações tecnológicas de monitoramento, foi um dos mais significativos na história da usina. Também tivemos destaque na atuação, pela primeira vez, como agentes de exportação de energia para a Argentina. Em nossos projetos sociais incentivamos a educação e a cultura, por meio de recursos vinculados à Lei Rouanet. A iniciativa Contadores de Histórias Encantadas, que valoriza o patrimônio cultural brasileiro em 3 mil escolas brasileiras, teve aporte da Endesa Fortaleza, entre outras iniciativas que reafirmam o compromisso da empresa com a sociedade.”



Manuel Herrera
Presidente

PRÁTIL

A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Endesa Brasil (99,98%). Oferece serviços massivos e corporativos desde 2010, com sede em Niterói (RJ) e filial em Fortaleza (CE). Atendeu mais de 600 mil clientes em 2011, entre pessoas físicas e jurídicas, oferecendo diversos produtos para cada público. Apresentou, no ano, receita líquida de R\$ 19 milhões, incremento de 231,0% em relação ao período anterior.

Para as empresas, a Prátil proporciona soluções integradas a negócios de pequeno, médio e grande portes, como projetos de subestações e linhas de transmissão, avaliações de eficiência energética e instalação de equipamentos. Seguros, títulos de capitalização e planos odontológicos são alguns dos serviços que fazem parte do portfólio para pessoas físicas.

A empresa apresentava, em dezembro de 2011, 25 colaboradores, sendo 21 próprios e 4 estagiários.

Principais indicadores Prátil

	2010	2011	Varição 2011/2010
Receita operacional líquida (R\$ mil)	5.870	19.428	231,0%
EBITDA (R\$ mil)	2.759	5.303	99,2%
Lucro líquido (R\$ mil)	2.113	3.324	57,3%
Total de colaboradores	18	21	16,7%
Cientes			
Pessoas físicas	241.266	638.568	164,7%
Indústrias	16	52	225,0%
Comércio/ Serviços	405	798	97,0%

“A Prátil apresentou um grande crescimento em 2011, dobrando seu EBITDA em relação a 2010 – e as metas para 2012 são ainda mais arrojadas, tanto no atendimento corporativo quanto no massivo. Estamos iniciando projetos de geração distribuída, com energias eólica e solar, antecipando tendências por meio de serviços de consultoria e instalação.

Ao proporcionar o acesso de clientes de menor renda aos produtos massivos da Prátil, estamos fazendo também um trabalho social, ao proporcionar a compra de serviços de qualidade, como seguros e planos odontológicos.

Somos uma empresa ainda muito jovem e temos um papel importante no grupo Endesa Brasil; a possibilidade de crescimento em nosso segmento é bastante grande. Sabemos que isso também traz muita responsabilidade, mas estamos prontos para enfrentar os desafios.”



Ricardo Correa
Presidente

Apresentação do relatório

Este relatório anual refere-se ao desempenho econômico, social e ambiental da Endesa Brasil em 2011. São incluídas informações econômico-financeiras de todas as subsidiárias (Ampla, Coelce, Endesa Cachoeira, Endesa Cien, Endesa Fortaleza, Ampla Investimentos, Prátil e Investluz, no Brasil; e Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. e Transportadora de Energía S.A. – Tesa, na Argentina). O conteúdo foi organizado com base nos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável da Endesa – Conduta, Pessoas, Clientes, Sociedade, Meio Ambiente, Inovação e Acionistas. [\[GRI 3.1, 3.3, 3.6, 3.7, 3.8\]](#)

É o quinto ano consecutivo que a *holding* edita seu Relatório de Sustentabilidade com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), adotando em 2011 a versão G3.1. Os indicadores sociais e ambientais referem-se apenas às operações no Brasil e foram obtidos por levantamentos e verificações internas, sem participação de auditoria externa. Os dados financeiros seguem as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) e foram auditados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes. A empresa também atende às certificações de qualidade (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001) e às normas brasileiras aplicadas a relações trabalhistas. O processo de engajamento de partes interessadas e determinação de relevância dos temas foi auditado pela GB Consultoria e Gestão, que se utilizou dos princípios detalhados na norma ABNT NBR ISO 19011:2002, dos requisitos da norma AA 1000/2005 (engajamento das partes interessadas), dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e das diretrizes GRI-G3.1. [\[GRI 3.9, 3.13\]](#)

Para a definição dos temas mais relevantes do relatório, foram consultados públicos de relacionamento das empresas do grupo, seguindo as orientações da GRI. Os assuntos submetidos à pesquisa foram estabelecidos a partir de sondagens anteriores, do planejamento estratégico da companhia e de aspectos destacados pela imprensa sobre as empresas Endesa e o setor elétrico. O processo teve início a partir do mapeamento dos principais públicos, levando-se em conta a sua representatividade e a relação com os assuntos relevantes para a sustentabilidade da empresa. Esses aspectos são contemplados na definição dos Sete Princípios para um Desenvolvimento Sustentável (*mais informações no item Compromissos*). Os indicadores de desempenho

financeiro foram auditados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. [\[GRI 3.13, 4.15\]](#)

No total, 157 pessoas (acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, representantes de governo, de comunidade, de entidades socioambientais e imprensa) participaram do processo, em eventos presenciais realizados em Niterói (RJ) e em Fortaleza (CE) e entrevistas por telefone e e-mail – sendo 87 de público externo e 70 de público interno. Além de fortalecer a participação desses grupos na identificação e validação de assuntos para o relatório 2011, os painéis representaram uma oportunidade de diálogo e envolvimento desses públicos na gestão da sustentabilidade e na preparação da Endesa para o tratamento e a divulgação do seu desempenho sobre esses aspectos.

A consulta foi realizada por consultoria externa (Editora Contadino) e deu origem à matriz de materialidade, que representa graficamente o grau de relevância atribuído a cada assunto. Públicos internos e externos tiveram suas opiniões ponderadas de forma similar, com exceção de membros da diretoria, considerados com o dobro no peso na avaliação. As pontuações obtidas são representadas num gráfico de quadrantes: as pontuações conferidas pelo público interno são representadas no eixo horizontal e as do público externo, representadas no eixo vertical. Assim, cada item tem um par de valores (coordenadas) que estabelece a sua posição no gráfico. [\[GRI 3.5\]](#)

De acordo com a consulta, os cinco temas mais relevantes para a gestão da sustentabilidade e abordagem no relatório são: gestão da ética e práticas anticorrupção; saúde e segurança do colaborador próprio e terceiro; presença na comunidade; gestão ambiental; e satisfação do cliente.

Mudanças de dados divulgados anteriormente são, quando necessárias, indicadas ao longo do documento. Não houve alterações significativas de escopo, limite ou métodos de medição. Contatos para esclarecimentos sobre o conteúdo desta publicação podem ser feitos com Ana Paula Caporal, da Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Corporativa da Endesa Brasil, pelo telefone (21) 2613-7098 ou e-mail apcaporal@endesabr.com.br. [\[GRI 3.4, 3.10, 3.11\]](#)

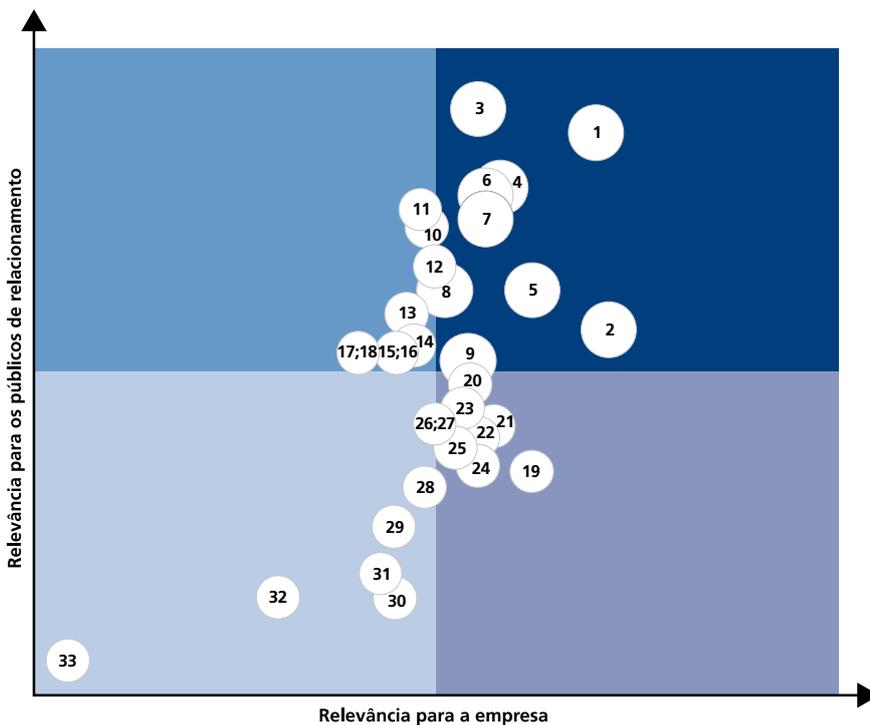
Níveis de aplicação

A Endesa Brasil autodeclara que este relatório atende ao Nível A de aplicação das diretrizes GRI G3.1, o que foi confirmado em exame realizado pela Global Reporting Initiative. Para isso, cumpriu os requisitos apontados no quadro abaixo:

	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da G3.1 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
Informações sobre a forma de gestão da G3.1 RESULTADO	Não exigido	Com verificação externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com verificação externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com verificação externa
Indicadores de Desempenho da G3.1 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final

Matriz de materialidade



Principais temas e preocupações | GRI 4.17 |

	Extremamente importantes	Correlação com indicadores GRI	Princípios do Pacto Global
1	Gestão da ética e práticas anticorrupção	SO2, SO3, SO4	10
2	Saúde e segurança do colaborador próprio e terceiro	LA6, LA7, LA8, LA9, EU16, EU18	1
3	Presença na comunidade	EC8	
4	Gestão ambiental	EN14, EN26, EN29, EN30	7, 8 e 9
5	Satisfação do cliente	4.17, PR5, PR9	
6	Direitos humanos	HR1 a HR11	1 a 6
7	Compromissos com iniciativas externas	4.12	1 a 10
8	Gestão dos impactos das operações	SO1, SO9, SO10	
9	Eficiência do sistema (geração, transmissão, distribuição)	EU6, EU12, EU30	
Muito importantes			
10	Educação sobre serviços energéticos	EU7	
11	Consumo de recursos naturais	EN1 a EN8	7, 8 e 9
12	Eficiência energética	EU7	
13	Oferta de acesso à energia (tarifa social, Luz para Todos)	EU23	
14	Pesquisa e desenvolvimento	EU8	
15	Investimentos e gastos com proteção ambiental	EN30	7, 8 e 9
16	Mudanças climáticas	EC2, EU5	7
17	Biodiversidade	EN11 a EN15	8
18	Acesso a serviços e produtos para clientes especiais	EU24	
Importantes			
19	Resultados econômico-financeiros	EC1	
20	Saúde e segurança do cliente	PR1	1
21	Disponibilidade e qualidade e segurança na oferta de energia	EU11, EU25	
22	Qualidade de vida dos colaboradores	LA8	1
23	Governança corporativa	4.1 a 4.7, 4.9 e 4.10	1 a 10
24	Treinamento e desenvolvimento	LA10, LA11, LA12, EU14	
25	Critérios na seleção de fornecedores e em investimentos	HR1, HR2, HR5, HR6, HR7, EN26	1 a 9
26	Diversidade e igualdade de oportunidade	LA13, LA14	1 e 6
27	Perdas de energia e regularização de ligações clandestinas.	EU12	
Pouco importantes			
28	Relacionamento com os empregados parceiros	LA1, EU16, EU17, HR2, HR5, HR6, HR7	1 a 6
29	Canais de atendimento	PR5	
30	Impactos, riscos e oportunidades para o negócio da empresa	1.2, 4.11, EU6, EU21, EC2	1 a 10
31	Oferta de informações claras e acessíveis	EU24	
32	Incentivos governamentais	EC4	
33	Geração de emprego	LA1, LA2, EC7, EU14, EU17	6



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Endesa Brasil** apresentou seu relatório “Relatório Anual de Sustentabilidade 2011” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 20 de julho 2012

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isonção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 16 de julho 2012. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

“É muito relevante que a Endesa promova o debate dos temas da sustentabilidade, mobilizando a sociedade e integrando iniciativa privada e governo. Ações como essa fazem com que todos tenham responsabilidade por questões tão importantes.”

Maria Inês Azevedo de Oliveira,
secretária de Educação de Niterói

Estratégia e gestão

A estratégia da Endesa Brasil é estruturada em quatro pilares – crescimento, excelência operacional, gestão jurídica e regulatória e sustentabilidade –, e a partir deles se desdobram projetos e ações. O planejamento estratégico é realizado para um horizonte de cinco anos, com revisões no segundo semestre de cada ano, e é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

Tanto o momento de formulação do plano estratégico quanto os encontros anuais de reflexão têm a presença de representantes de todas as áreas da companhia, pelo entendimento de que as contribuições são essenciais para o desdobramento das estratégias em planos de ação assertivos. Reuniões mensais levam a exposição dos resultados da companhia no mês anterior a todos os colaboradores.

O encontro valida o compromisso com a transparência na relação com o público interno e representa um espaço em que a comunicação entre os colaboradores e a alta direção acontece livremente.

Os projetos que se relacionam aos objetivos estratégicos são desenvolvidos por equipes multidisciplinares das empresas da Endesa Brasil. O propósito é ao mesmo tempo integrar as pessoas, permitir que o plano estratégico alcance bons resultados e garantir que a visão da companhia seja alcançada. As equipes reportam seu trabalho em reunião de Diretoria, quando mostram a evolução dos projetos e os resultados alcançados, em um processo de melhoria contínua. As metas e os objetivos são traçados com base no Mapa Estratégico.

Mapa estratégico Endesa Brasil



Objetivos e metas estipulados para 2011 foram cumpridos conforme demonstra o acompanhamento do plano estratégico no ano: o avanço global ficou em 112%. Tiveram destaque nessa composição as perspectivas Colaboradores (116%) – em que o grande diferencial se deu pelos sucessos obtidos em segurança do trabalho – e Acionistas (120%), com avanços significativos em geração de valor e crescimento. Para 2012, houve revisão de indicadores e novas metas foram estabelecidas, conforme quadro a seguir:

Avanços do plano estratégico 2011



Objetivos e metas | GRI 1.2 |

Perspectiva	Meta 2012
Colaboradores	
Promover a segurança das pessoas	
Taxa de Frequência – Global	2,04
Acidentes graves + fatais	3
Reconhecer o mérito	
Índice de Parceria (Inpar)	70%
Pontuação PNQ	100%
Aderência ao Modelo de Gestão	34%
Bloco de meritocracia da Pesquisa Enel	Em revisão
Ter orgulho de pertencer	
Revistas GPW e Exame	Em revisão
Turnover cargos críticos	Em revisão
Pesquisa de Clima	Em revisão
Clientes	
Estar entre os três melhores grupos de energia em relacionamento com o cliente	
ISQP	100%
Advocacy Vox Populi (Distribuição)	100%
Satisfação de Clientes Prátil	70%
Índice de Qualidade Comercial (Distribuição)	100%
Incorporar práticas de nível mundial nas operações	
Disponibilidade das Centrais (Geração)	94,97%
Duração de Interrupção de Energia – DEC (Distribuição)	11,77
Frequência de Interrupção de Energia – FEC (Distribuição)	7,10
Ressarcimento (Distribuição)	20.706
Sociedade	
Estar entre os três melhores grupos em responsabilidade social e referência pelos líderes de opinião do setor elétrico	
Índice Líder de Opinião (ILO Externo) Endesa Brasil.	8
Responsabilidade Social – Distribuição: Prêmio Abradee de Responsabilidade Social; Geração: ILO	Em revisão
Mídia Positiva	72%
Acionistas	
Criar valor aos acionistas nos ativos existentes	
Avanço dos Projetos Estratégicos de Eficiência e Perdas	100%
Gerar opções de crescimento	
Carteira de projetos	100%
Projeto estratégico Prátil	100%

Modelo de gestão

A área de Qualidade da Gestão foi criada em 2010 com o objetivo de conciliar todas as práticas institucionais voltadas ao tema e aprimorar o modelo de gestão com base no Modelo de Excelência da Gestão (MEG®), da Fundação Nacional da Qualidade. Baseado em 11 fundamentos, o MEG contribui para a companhia identificar oportunidade de melhorias em aprendizado organizacional; cultura de inovação; liderança e constância de propósitos; orientação por processos e informações; visão de futuro; pensamento sistêmico; geração de valor; valorização de pessoas; conhecimento sobre o cliente e o mercado; desenvolvimento de parcerias e responsabilidade social. Com essa base, foi criado o Modelo de Gestão Endesa Brasil.

O sistema é apoiado pelo método PDCA (*Plan-Do-Check-Act*, ou planejar-fazer-avaliar-agir), que preconiza executar essa sequência em qualquer processo. Além disso, o método procura garantir a sustentabilidade dos resultados, atendendo com equilíbrio às expectativas das partes interessadas.

Para garantir o contínuo aperfeiçoamento do modelo, foi estruturado um sistema composto por reuniões em cascata, auditorias e diagnósticos da qualidade, além da participação no Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). Um diagnóstico da situação da empresa foi feito no início de 2011, estabelecendo prioridade para os planos de Gestão da Rotina e Gestão pelas Diretrizes. O trabalho realizado no ano promoveu uma forma de gestão mais homogênea, com a padronização de processos, e colaborou para as conquistas de Ampla e Coelce no PNQ em 2011: a distribuidora cearense obteve a classificação máxima do reconhecimento e a Ampla foi uma das finalistas da premiação. Em 2012, será aprofundada a utilização das ferramentas e a capacidade analítica das áreas, levando os projetos à operação.

Gestão pelas diretrizes – A ferramenta tem o objetivo de transformar as estratégias da organização em ações, por meio da definição de diretrizes que partem do presidente e são desdobradas nos demais níveis hierárquicos. Uma diretriz é composta por uma meta (resultado a ser atingido em determinado prazo) e por medidas (ações que garantam o cumprimento da meta).

Gestão da rotina – O objetivo é garantir a realização das atividades do dia a dia de maneira padronizada, corrigir desvios e promover a melhoria contínua. Um dos ganhos é o fortalecimento da cultura de acompanhamento do resultado, aplicando o método PDCA.

Gestão de projetos – Metodologia aplicada para potencializar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando práticas internacionalmente reconhecidas e disseminadas pelo Project Management Institute (PMI). Ela estabelece um ciclo de vida para os projetos e padroniza a sequência do gerenciamento.

Projeto Lean – Tem como finalidade a identificação e eliminação sistemática de desperdícios. Também promove a melhoria contínua, estimulando a perfeição e a execução dos processos de trabalho de maneira cada vez mais eficaz.

Projeto Produtividade – Busca maximizar a utilização dos recursos em campo, com foco na melhoria da produtividade. Está em linha com os princípios do Projeto Lean, ao atuar na redução de desperdícios relacionados a tempos de espera e movimentos improdutivos na execução das atividades operacionais.

A empresa é certificada nas questões relativas a saúde e segurança (OHSAS 18001) e meio ambiente (ISO 14001), que são integradas e possuem sistemas próprios de gestão.

Gestão de riscos | GRI 1.2 |

As empresas do grupo mantêm monitoramento para identificar, antecipar e mitigar os riscos existentes em suas atividades. Os riscos são avaliados com o apoio de ferramentas de análise e modelos estatísticos, que determinam padrões de gerenciamento e mitigação.

Riscos do setor elétrico

Regulatórios – O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que monitora o mercado e define sua regulamentação. A Endesa Brasil conta com área específica de Regulação para acompanhar as determinações do regulador e promover a conformidade nas atividades das empresas do grupo.

Energéticos – Para assegurar o fornecimento de energia, as empresas de distribuição analisam a evolução da demanda com o apoio de modelos econométricos e definem a participação em leilões de energia para contratos de médio e longo prazos com empresas de geração e transmissão. Os contratos apresentam garantia de flexibilidade diante de eventuais mudanças de cenário. Para as obrigações de longo prazo, há garantias de atendimento à regulação do setor, com minimização de penalidades, modicidade tarifária e melhor emprego dos recursos financeiros da empresa.

O crescimento da Endesa Brasil está focado em geração de energia, em oportunidades hidráulicas e térmicas. A empresa atualmente realiza estudos de viabilidade no complexo Tapajós, com potencial de 10,6 GW, e avalia outras oportunidades de investimento em projetos hidráulicos. Adicionalmente, vem desenvolvendo dois projetos térmicos de ciclo combinado nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, tendo em vista a participação da companhia nos leilões futuros. A empresa também analisa a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Estado do Rio de Janeiro, que podem chegar a uma potência instalada de aproximadamente 200 MW. As possibilidades de crescimento não orgânico (aquisições) são avaliadas de forma pontual. |GRI EU10|

Na Endesa Cachoeira, os riscos hidrológicos são mitigados por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), já que a receita da venda não é vinculada à energia gerada e sim à energia assegurada em volume determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A Endesa Geração investe continuamente na modernização de seus ativos como forma de aumentar a confiabilidade, disponibilidade e eficiência de suas operações. As atividades de manutenção utilizam o conceito *Reliability Centered Maintenance* (RCM), ou Manutenção Baseada na Confiabilidade (MBC), em seus ativos críticos, reduzindo a probabilidade de falhas e os custos de conservação. |GRI EU6|

Riscos energéticos na distribuição | GRI EU6 |

Formas de gestão	Descrição das atividades
Equilíbrio da oferta e demanda	São elaborados estudos anuais do sistema de distribuição de alta e média-tensão, com previsão de mercado dentre cinco e dez anos. Também são avaliadas as solicitações de atendimento de acréscimos e de novas cargas, conciliando o aspecto econômico com critérios técnicos e ambientais.
Manutenção	1)Práticas de longo prazo: plano anual de inspeções; plano anual de termografia; monitoramento das condições do óleo isolante dos transformadores; 2) Práticas de curto prazo: retirada de vazamentos em transformadores; atendimento de irregularidades nos equipamentos do sistema elétrico.
Combate ao furto de energia	Aplicação de sistemas de vigilância eletrônica e realização de ações conjuntas com órgãos de segurança pública para coibir furtos na rede de distribuição.
Gestão da carga de pico	Acompanhamento sistemático do carregamento máximo em linhas de transmissão, transformadores de potência e alimentadores. A condição dos equipamentos é informada às áreas de Operação do Sistema, Planejamento de Sistema e Previsão de Mercado para que realizem seus estudos e previsões necessários para a operação do sistema e o planejamento da expansão.
Investimentos	Estudos de previsão de mercado, oferta e demanda futura de energia.

Riscos da empresa

Operacionais – As atividades de distribuição de energia estão sujeitas a falhas técnicas e humanas, fatores climáticos, acidentes, furtos e vandalismo. Para garantir o fornecimento de energia elétrica a seus clientes, Ampla e Coelce mantêm sistemas modernos e investem em atividades de monitoramento e manutenção preventiva. Na Ampla, o Plano de Qualidade do Fornecimento instaurado em 2010 já apresentou em 2011 resultados positivos na redução de frequência e duração nas interrupções de energia. Na Endesa Geração, a manutenção preventiva dos ativos críticos evita problemas de funcionamento e reduz custos e paradas não programadas. Com a mudança de perfil da Endesa Cien, novas rotinas de manutenção foram introduzidas em 2011, com o objetivo de garantir ainda mais confiabilidade aos serviços. As empresas contam com seguros de risco operacional e de responsabilidade civil geral para reembolso e reparação de prejuízos decorrentes de suas atividades.

Sociais e ambientais – Para promover o uso correto e seguro da energia elétrica e evitar ocorrências que gerem impactos à saúde e segurança de clientes e colaboradores, as empresas apresentam procedimentos de prevenção incluídos em seus sistemas de gestão. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) das empresas da Endesa Brasil inclui controle e monitoramento das atividades, orientando a execução dos processos operacionais com base em normas técnicas ambientais. A empresa utiliza o Princípio da Precaução, conforme o qual a ausência da certeza científica formal quanto à existência de riscos não elimina a necessidade de adotar medidas preventivas. O princípio, proposto na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco92), é considerado no Sistema de Gestão Ambiental e na Política de Sustentabilidade da empresa. [|GRI 4.11|](#)

Financeiros – A Endesa Brasil conta com política de riscos financeiros para evitar possíveis perdas decorrentes de transações e operações financeiras passivas e ativas, assim como de *hedge*, em todas as suas empresas. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley regem os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Relatórios periódicos apresentam as posições de risco assumidas, para mitigação de possíveis impactos. A política estabelece regras para a contratação de operações financeiras, entre outros aspectos que visam resguardar a companhia das volatilidades de mercado.

Crédito – O controle da inadimplência no setor de distribuição de energia elétrica é regulamentado pela Aneel, que prevê a interrupção no fornecimento aos consumidores com atraso no pagamento da fatura, desde que respeitados os prazos de antecedência da notificação.

Imagem e reputação – Para monitorar a percepção pública sobre seus serviços, a Endesa Brasil acompanha as notícias veiculadas em jornais, rádios, revistas, televisão e redes sociais. Para acompanhar a percepção da imagem e estabelecer a melhor estratégia com suas partes interessadas, a empresa realiza pesquisas periódicas com clientes, comunidades e formadores de opinião. Também investe na disseminação de normas de conduta entre os colaboradores, para que atributos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente sejam associados ao seu nome.

Contingências [|GRI EU21|](#) – Em caso de emergências, as ações nas distribuidoras são orientadas por normas descritas nos Planos de Contingência, estruturados com base no Manual de Crise da companhia, com procedimentos específicos para cada tipo de ocorrência. Aproximadamente 95% das redes de distribuição de energia são aéreas. Assim, as condições climáticas adversas (descargas atmosféricas, tempestades e ventos) afetam diretamente a qualidade de fornecimento de energia. Para evitar contratempos, há monitoramento em tempo real das condições climáticas por meio de sistema desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de monitoramento de descargas atmosféricas e de *sites* de previsão meteorológica.

Na geração, há procedimentos emergenciais para casos de rompimento da rede de água, vazamento e derramamento produtos químicos, inflamáveis, GLP, efluentes sanitários, gás natural, incêndios, inundação, acidentes com pessoas e blecaute das instalações. Já na Endesa Cien, há planos de ação para casos de queda de torre de linha de transmissão, queima de transformador conversor em Garabi e incêndio na conversora ou entorno. A Endesa Cachoeira também investiu em 2011 na elaboração de um Plano de Atendimento a Emergência (PAE).

Todos os ativos são assegurados, minimizando possíveis perdas. O gerenciamento de respostas de curto e longo prazos é verificado nos procedimentos emergenciais. A empresa conta com assessorias de comunicação e jurídica para suporte em caso de sinistros. Todos os empregados e parceiros recebem treinamento para cumprir as iniciativas estabelecidas nos planos, que também definem diretrizes para a divulgação das ocorrências à sociedade.

Os procedimentos para normalização das operações seguem as instruções e normas de Operação do Operador Nacional do Sistema (ONS) e são simulados periodicamente. A Aneel regulamenta prazos para o restabelecimento da energia elétrica em caso de contingência nas distribuidoras. Sempre que necessário, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil são acionados para atuação conjunta. Os órgãos participam das simulações e são consultados para aprovação dos procedimentos estabelecidos.

Há revisão periódica nos Planos de Contingência da distribuição, avaliando área de abrangência e envolvimento de recursos operacionais. As usinas contam com brigada de incêndio e resgate de pessoas, constituídas por colaboradores próprios e parceiros, e unidade móvel para atendimento a vítimas de acidentes. Pessoas que ingressam nas instalações para trabalhar recebem informações sobre o sistema de gestão, a política e os procedimentos relacionados meio ambiente e saúde e segurança do trabalho. Os requisitos estão estabelecidos no Manual do Sistema de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho, certificado pela OHSAS 18001. O planejamento de contingências segue a normativa aplicável (ambiental, segurança do trabalho, ONS) conforme as atividades e instalações das empresas de geração e transmissão.

Gestão de ativos intangíveis

A Endesa Brasil mantém uma série de ativos que, embora não contabilizados em suas demonstrações financeiras, agregam valor à sua imagem e aos negócios.

Pessoas – Um dos principais valores da Endesa Brasil é formado por seus profissionais, que possuem conhecimento diferenciado dos mercados de atuação. Atração, capacitação e retenção de talentos constituem o foco do desenvolvimento humano da companhia, que estimula e contribui para manter saudável o ambiente de trabalho. Essa cultura possibilita a formação de equipes e lideranças mais motivadas e com excelente nível técnico. Pesquisas de clima identificam oportunidades de melhoria, e políticas de recrutamento interno e movimentação horizontal atuam na proteção do capital intelectual.

Imagem – A capacidade de criação de valor para o negócio reflete também a imagem da Endesa Brasil, que tem suas empresas reconhecidas pela atuação ética e responsável. Soma-se ainda o fato de integrar um grupo forte e dinâmico reconhecido no exterior. Pesquisas realizadas anualmente, como o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc), o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) e o Índice Líderes de Opinião (ILO externo), servem de base para o desenvolvimento de planos de ação.

Inovação – A companhia investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento de produtos e soluções que tornem mais competitiva sua atuação. Essa prática permite, além da oferta de melhores serviços, qualificação de processos e redução de impactos. A Ampla foi pioneira na utilização de ferramenta de medição eletrônica de consumo, e ambas as distribuidoras estimulam o desenvolvimento de novos projetos em programas de inovação. Nas empresas de geração, projetos de pesquisa e desenvolvimento garantem o avanço constante das operações.

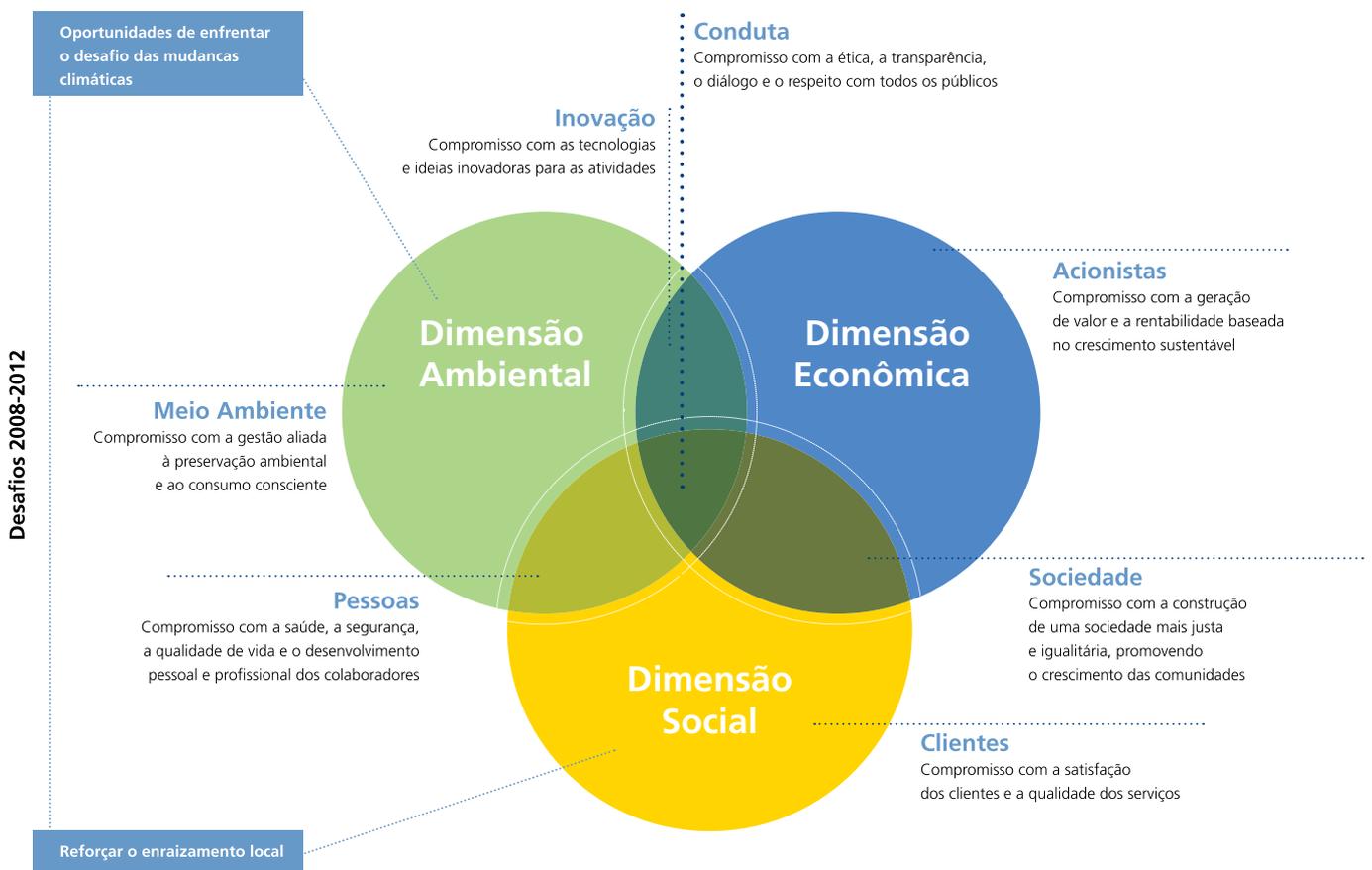
Tecnologia – A tecnologia é uma das aliadas da companhia na busca de crescimento sustentável. O contínuo aprimoramento tecnológico dos processos combina produtividade e redução dos impactos. Em 2011, a empresa deu início ao projeto de construção da primeira cidade inteligente da América Latina, que será localizada em Búzios, município da Região dos Lagos do Rio de Janeiro – a experiência poderá expandir o conceito de *smart city* (cidade inteligente) para outras regiões e países, com a utilização de tecnologias do grupo.

Compromissos [GRI 4.12]

A Política de Sustentabilidade da Endesa é guiada pelos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável, que apresentam as responsabilidades assumidas em relação a clientes, acionistas, pessoas, sociedade, conduta, inovação e meio ambiente. Além dos compromissos, dois desafios também guiam as ações: a luta contra as mudanças climáticas e o reforço do enraizamento nas comunidades de atuação. Os princípios são compartilhados com todas as empresas do Grupo Endesa no mundo e foram elaborados a partir de processo de consulta com públicos internos e externos. [GRI 4.8]

A Endesa Brasil, a partir das diretrizes da controladora espanhola, elaborou o Plano Brasil de Sustentabilidade (2008-2012). O objetivo foi converter o compromisso em sustentabilidade em uma ferramenta que acompanhe o desenvolvimento do negócio e apoie as empresas no alcance de seus objetivos em médio e longo prazo, criando uma relação de confiança entre os grupos de interesse.

O plano cumpriu 100% de suas metas em 2011 e atingiu 87% do planejado para 2012. Durante o próximo ano, está prevista a revisão dos desafios para todas as empresas da *holding*, e um novo plano será construído, contando com a participação de públicos internos e externos das empresas.



Compromissos externos

O planejamento estratégico da Endesa Brasil considera em suas ações, além dos Sete Compromissos, o Pacto Global e os Oito Objetivos do Milênio. A empresa integra voluntariamente a iniciativa desde 2005, reunindo-se a mais de 5.300 empresas de todo o mundo que consideram em seus negócios valores relativos a meio ambiente, direitos humanos, trabalho e combate à corrupção. Assim como o Pacto Global, os Oito Objetivos do Milênio foram propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e englobam questões como educação, saúde e o fim da miséria e da mortalidade infantil.

O monitoramento dos aspectos de sustentabilidade é amparado por indicadores de desempenho propostos pela Global Reporting Initiative (GRI), pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e pelo Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Visando à garantia dos direitos humanos, a Endesa aderiu em 2011 aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, iniciativa criada pela ONU e pelo Pacto Global para proporcionar a integração efetiva das mulheres ao mercado de trabalho, em âmbito universal. A empresa participou internacionalmente do processo de formulação dos princípios, apresentando suas melhores práticas.

Ampla e Coelce são signatárias, desde 2006, do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. A ação do Instituto Ethos, em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil, promove a dignidade, a formalização e a modernização no ambiente laboral, bem como a erradicação do trabalho degradante. O combate ao trabalho escravo faz parte da

Política de Recursos Humanos das empresas Endesa. As distribuidoras têm ainda o Selo Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq, conferido às companhias que realizam ações voltadas à infância e à juventude. Entidade sem fins lucrativos, a fundação foi criada em 1990.

Na busca por um ambiente de negócios mais seguro e transparente, Ampla e Coelce fazem parte também do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção desde 2007. Elaborado pelo Instituto Ethos, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras entidades, o documento trata do relacionamento das empresas com o poder público e dá conta de temas como sonegação fiscal, corrupção de agentes públicos, crime organizado e lavagem de dinheiro.

“É importante destacar as ações dos parceiros em projetos sociais, como forma de prestação de contas das doações feitas pelos clientes nas contas de energia elétrica.”

Rui Rodrigues Aguiar,

do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef),
parceiro em programa social apoiado pela Coelce

Políticas públicas |GRI 505|

As empresas que compõem a Endesa Brasil têm suas atividades regulamentadas e regidas por políticas públicas – assim, participam periodicamente de discussões com governos e órgãos públicos sobre iniciativas do setor, seja individualmente ou por meio de entidades associativas.

Em 2011, Ampla e Coelce atuaram em conjunto com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) para avaliar os impactos da nova legislação relativa ao benefício de tarifa social Baixa Renda. As companhias têm cooperado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Desenvolvimento Social para equalizar as informações entre os beneficiários do Bolsa Família e os atendidos pelo programa Baixa Renda. Ambas as distribuidoras integram comissões constituídas em associações setoriais ou participam de encontros em que são debatidos temas relacionados à distribuição de energia elétrica. As empresas da Endesa Geração participam de processos públicos de consulta e formulação de políticas setoriais, mas em 2011 não houve nenhuma questão de alta relevância para os negócios debatida nesses fóruns.

Para atuar de forma coletiva e interagir com o mercado de forma estratégica, a Endesa Brasil e suas subsidiárias apoiam ou participam das seguintes entidades: Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto (Abrasca), Associação Brasileira de Contadores de Empresas Elétricas (Abraconee), Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), Associação dos Produtores Independentes de Energia (Apine), Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto Brasileiro dos Executivos em Finanças (Ibef) e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. A Endesa Geração faz parte dos Conselhos de Abrage (assumindo funções de vice-presidência no ano), Abraget e Apine, além de integrar o Comitê Econômico da Abraceel e o Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). |GRI 4.13|

Relacionamento com as partes interessadas

Com canais de relacionamento específicos para cada público, as empresas da Endesa Brasil estão especialmente atentas a seus grupos prioritários: acionistas, clientes, colaboradores (próprios, parceiros e estagiários), fornecedores, comunidades do entorno, representantes de governo, entidades empresariais, organizações nacionais e internacionais e meios de comunicação. Busca-se o engajamento desses *stakeholders*, priorizados a partir de reflexão interna, análise da estratégia organizacional e compromissos assumidos na Política de Sustentabilidade. As ações de engajamento consideram a representatividade e a relevância de cada grupo para a sustentabilidade do negócio. |GRI 4.14, 4.15|

O engajamento dos colaboradores, dos fornecedores e das comunidades é feito diariamente de forma presencial, além de contar com fóruns específicos e periódicos. Os clientes contam com centrais de relacionamento, lojas e postos de atendimento, entre outras formas de relacionamento. Uma ação específica de engajamento integra o processo de preparação do Relatório Anual de Sustentabilidade, quando são convidados representantes das partes interessadas para estabelecer a relevância dos temas abordados (*mais informações no capítulo Sobre o Relatório*). |GRI 4.16|

Todos os públicos podem acessar as iniciativas da empresa na internet. As distribuidoras possuem sites institucionais com serviços voltados aos consumidores, e um blog especial trata dos projetos sociais do Consciência Ampla. Em 2011, a distribuidora ampliou sua participação na rede, abrindo novos canais de comunicação e atendimento ao cliente via Facebook e Twitter. As empresas estão presentes também em outras redes sociais *on-line* com diferentes iniciativas: YouTube, Vimeo, SlideShare, FormSpring, Flickr e Issuu.

Nos processos de planejamento energético e desenvolvimento de infraestrutura – como projetos de expansão de geração ou ampliação de redes de distribuição para atender a programas oficiais de ampliação de acesso ao serviço de distribuição de energia –, são consultados órgãos reguladores, autoridades federais, estaduais e municipais, além das comunidades envolvidas. No caso de alteração de programas para clientes, as percepções são captadas em pesquisas de satisfação sobre os serviços prestados.

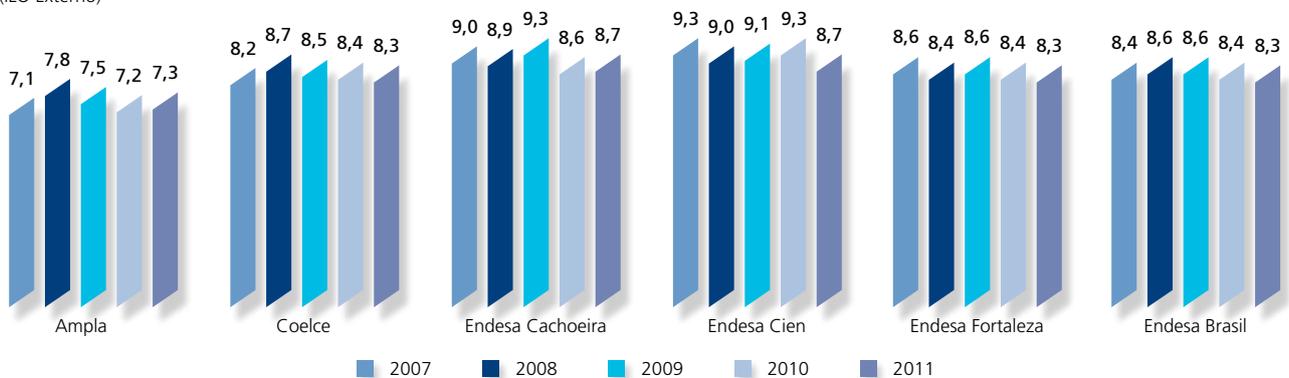
Na definição de recursos para planejamento, há consulta prévia ao órgão regulador do setor elétrico brasileiro. Na análise de propostas de locais para construir instalações (usinas, subestações, linhas de transmissão e distribuição), as consultas têm início na fase de planejamento de projetos. Elas envolvem órgãos públicos federais estaduais e municipais (responsáveis pela gestão das unidades de conservação da natureza, das áreas de preservação permanente e também pelo licenciamento ambiental das subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição). As comunidades são ouvidas por meio de seus líderes e ajudam na discussão sobre a forma de atuação das empresas da Endesa Brasil para o entendimento e adaptação das pessoas a novos processos e tecnologias, como as novas regras para enquadramento na tarifa social e a medição eletrônica. As redes de lideranças comunitárias também influenciam na seleção e avaliação de projetos sociais que correspondam às demandas de cada localidade. Não há consultas formais envolvendo alterações de programas para clientes, sendo as percepções captadas em pesquisas de satisfação sobre os serviços prestados. [|GRI EU19|](#)

Percepção dos públicos

Anualmente, as empresas da Endesa Brasil passam por avaliação de públicos internos e externos no Índice de Líder de Opinião (ILO), ferramenta própria para análise da percepção dos *stakeholders*. Em 2011, o ILO Externo, que questiona formadores de opinião sobre atributos como qualidade dos serviços, investimentos em novas tecnologias e relação da companhia com seu entorno, atingiu a média de 8,3 pontos, em linha com o ano anterior (8,4). No ILO Interno, os gestores da companhia avaliam a empresa, sua imagem e os meios de comunicação internos. Na avaliação de 2011, a Endesa Brasil obteve ótima avaliação global: 92,1% dos respondentes deram nota acima de 7 para a organização, em comparação a 83,1% em 2010. A Ampla foi a empresa que apresentou os melhores índices de evolução nos critérios do questionário de 2011, superando ou mantendo os indicadores de 2010.

Estudo da Percepção de Líderes de Opinião

(ILO Externo)



Órgãos públicos federais, estaduais e municipais são contatados durante o planejamento de obras de infraestrutura, para garantir a correta gestão das questões ambientais. O relacionamento com as comunidades é reforçado por programas e projetos sociais, que servem como canal de interação contínua entre a empresa e a sociedade. Em 2011, ações como a presença marcante da Ampla na campanha de solidariedade às vítimas da Região Serrana serviram também como fortalecimento dos laços com as comunidades fluminenses.

Os colaboradores, além de contarem com as ferramentas de comunicação interna, podem manifestar suas opiniões nas pesquisas de clima laboral, realizadas anualmente. Em 2011, a Endesa Brasil obteve melhor avaliação em todos os itens da pesquisa. Os itens mais destacados foram Segurança do Trabalho, Orgulho de Pertencer e Compromisso, com 95, 90 e 88 pontos, respectivamente; e os que mais melhoraram foram Meritocracia/Reconhecimento (+8 pontos percentuais) e Nivelamento (+7 pontos percentuais), resultados dos esforços empreendidos para aprimorar os sistemas internos. Mensalmente, as reuniões para a apresentação dos resultados se configuram como fórum para questionamentos diretos aos líderes da empresa sobre os mais diversos temas.

Ações de engajamento | GRI 4.14, 4.16 |

Parte interessada	Identificação	Canais de relacionamento	Principais ações
Acionistas	Chilectra Inversud S.A. Chilectra S.A. Empresa Nacional de Electricidad S.A. Edegel S.A. Endesa Latinoamérica S.A. Enersis S.A.	Conselho de Administração Diretoria Financeira e de Relações com Investidores Reuniões, áudio e videoconferências com os gestores da empresa Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias Canais de comunicação via intranet e internet Visitas dos acionistas e/ou seus representantes às unidades de negócios Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Relatórios mensais de desempenho econômico-financeiro e de fatos relevantes Informações financeiras trimestrais auditadas das empresas controladas Relatórios periódicos de departamentos Sistema de gestão SAP/R3 Relatório Anual de Sustentabilidade
Clientes	5,9 milhões de clientes na área de distribuição 73 clientes em geração, conversão e transmissão	Centrais de relacionamento (<i>call centers</i>) <i>Websites</i> (<i>chats on-line</i> 24 horas) Redes sociais <i>on-line</i> 24 horas Lojas e postos de atendimento Celulares (SMS) Ouvidoria Externa Conselho de Consumidores Conta de energia Projetos sociais e de relacionamento com os clientes das comunidades Visitas e reuniões com clientes corporativos Pesquisas de satisfação Abradee, Aneel e de universidades Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Investimentos para qualidade dos serviços Campanhas de comunicação sobre consumo consciente e seguro de energia Novos portais de internet de Ampla e Coelce Publicações e folders explicativos Comunicação e atendimento via Facebook e Twitter
Colaboradores	16.721 colaboradores, sendo 2.761 próprios, 13.448 parceiros, 438 estagiários e 74 jovens-aprendizes 6 sindicatos: Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica (de Niterói, do Norte e Noroeste Fluminense, do Ceará, de Goiás e do Rio Grande do Sul) e dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro	Chat interno com executivos Encontros de Diretivos Conversa com o Presidente Reuniões de diretorias e lideranças Ouvidoria Interna Comunicados e reuniões com sindicatos Pesquisas de clima Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Interno (ILO) Reuniões com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) Canais de comunicação via intranet e internet Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Publicações impressas e informativos via <i>e-mail</i> (<i>Actualidad Endesa, Parceria, Linha Direta, Família Coelce</i> , entre outros) <i>Clipping</i> de notícias Campanhas internas Grupos de trabalho para objetivos estratégicos Comitês setoriais Introdução do sistema de Gestão do Rendimento Banco de ideias Programas corporativos de formação Espaços Bem-Viver <i>Safety Week</i> , programa de experiência real de comportamento seguro na distribuição <i>Road Show Saber Viver</i> Relatório Anual de Sustentabilidade
Fornecedores	698 empresas fornecedoras de materiais 1.229 empresas fornecedoras de serviços	<i>Website</i> Portal de Relacionamento com Fornecedores Grupos de trabalhos com fornecedores de materiais e serviços Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Ouvidoria de Fornecedores Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Encontro de alinhamento estratégico com empresas parceiras Prêmio Índice da Parceria (Inpar) Seminário de Gestão Social e Ambiental Relatório Anual de Sustentabilidade Ouvidoria de Fornecedores, pelo e-mail fornecedores@endesabr.com.br



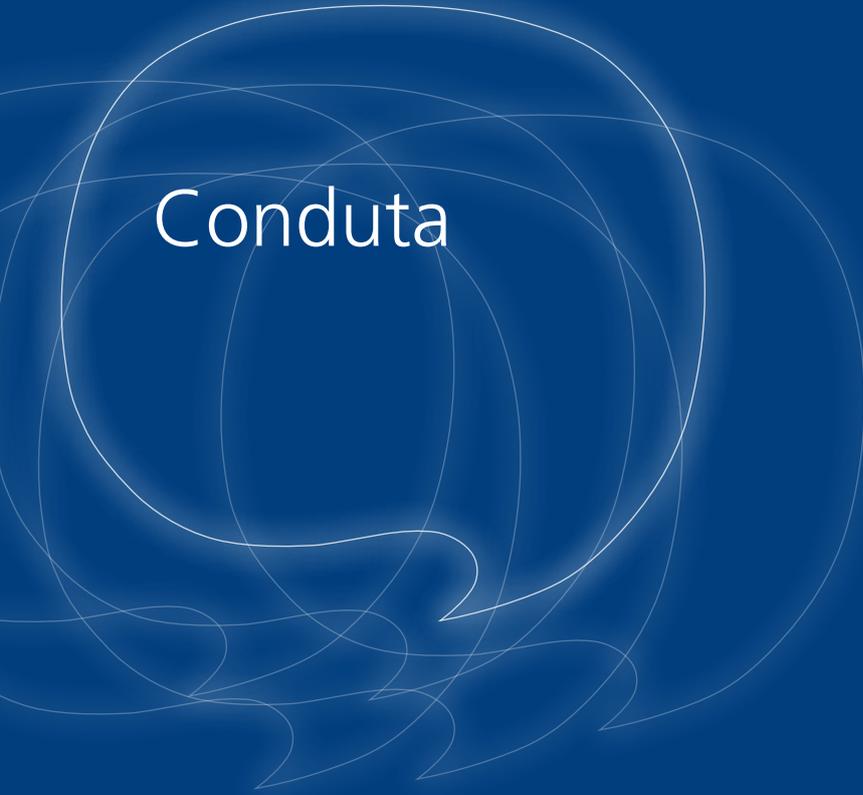
Parte interessada	Identificação	Canais de relacionamento	Principais ações
Governo	Órgãos da administração direta e indireta nos âmbitos federal, estadual e municipal; órgãos reguladores e de pesquisa; Poder Legislativo e Poder Judiciário	Diretoria e gerências de Regulação e Mercado Reuniões e eventos com autoridades, órgãos e programas públicos Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) <i>Website</i> Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Relatórios, comunicados Informações financeiras trimestrais das empresas Relatório Anual de Sustentabilidade
Organizações sociais e ambientais	Entidades parceiras em projetos sociais e de pesquisa e desenvolvimento Organizações comunitárias Universidades Entidades de classe Institutos e fundações com atuação socioambiental	Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Corporativa Reuniões de associações Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) <i>Website</i> Redes sociais <i>on-line</i> Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Projetos sociais e ambientais Ouvidoria na Comunidade Relatório Anual de Sustentabilidade
Entidades empresariais e organizações nacionais e internacionais	Entidades do setor (ABCE, Abradee, Abrace, Abraget, Apine, ABCE) Federações industriais (Firjan, Fiec) Organismos internacionais (ONU, OIT, GRI)	Reuniões de grupos de trabalho Visitas <i>Website</i> Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Adesão ao Pacto Global Participação em projetos Relatório Anual de Sustentabilidade
Meios de comunicação	Rádios Revistas Jornais Televisão Canais de notícias na internet	Diretoria de Comunicação Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Visitas de jornalistas às empresas Visitas às redações Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Comunicados e coletivas para a imprensa Envio de <i>releases</i> /notas para a imprensa Entrevistas Relatório Anual de Sustentabilidade

“Temos participado de projetos nas áreas social e ambiental do grupo Endesa. Acreditamos que ainda há muito a fazer nessa parceria, pois temos em comum o fato de sermos empresas preocupadas com o desenvolvimento do Rio de Janeiro e do Brasil.”

Cristiane Santos Lucena,

especialista em Negócios Sociais do Sistema Firjan/Sesi/Senai

Conduta





geração brasil

Rico 2

Jairo J

endesacien

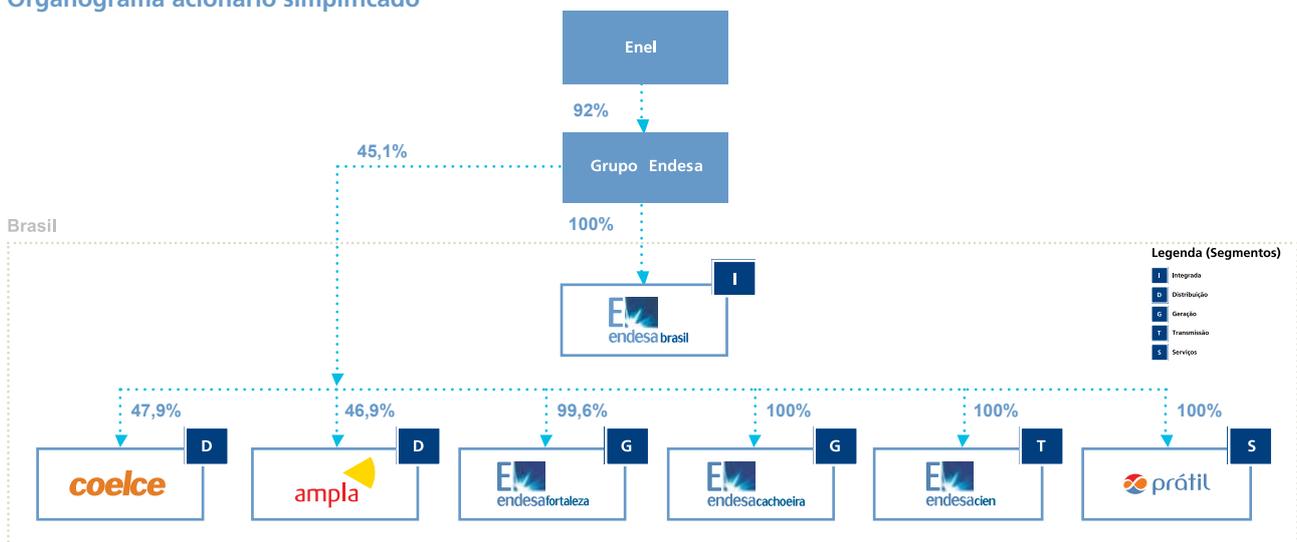
Compromisso com a ética, a transparência, o diálogo e o respeito com todos os públicos

O modelo de governança corporativa adotado na Endesa Brasil é amparado por normas e padrões internacionalmente reconhecidos e que garantem a transparência e a ética no relacionamento com seus públicos de interesse e a manutenção do compromisso com a sustentabilidade dos negócios. A companhia obedece à lei norte-americana Sarbanes-Oxley e atende às recomendações do Committee of Sponsoring Organizations (Coso), com a manutenção de mecanismos de auditoria e segurança em seus controles financeiros, para reduzir riscos e evitar fraudes. A auditoria interna é ligada à Endesa S.A., na Espanha, modelo que garante a independência e o intercâmbio constante de práticas e conhecimentos entre as companhias.

As práticas de governança seguem as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) – transparência, ampla divulgação de informações e imparcialidade no relacionamento com os acionistas – e são complementadas com as seguintes medidas:

- Todas as ações são ordinárias, com direito a voto;
- Há divulgação do número de ações pertencentes a cada acionista;
- Os balanços e demonstrativos financeiros são analisados por auditoria independente, seguindo os princípios de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não deve exercer funções gerenciais nem advogar pelo cliente;
- O Estatuto Social tem definições claras sobre normas para convocação de Assembleia Geral, sistema de votação, eleição, destituição e mandato de conselheiros e diretores, assim como atribuições da Assembleia, do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva.

Organograma acionário simplificado*



* O organograma acima representa os ativos operacionais da Endesa Brasil.

Participações acionárias da Endesa Brasil

Controlada	Direta (%)	Indireta (%)	Total (%)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF)	100	-	100
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)	99,61	-	99,61
Ampla Energia e Serviços S.A.	46,89	-	46,89
Cien – Companhia de Interconexão Energética	100	-	100
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. (CTM) ⁽¹⁾	-	99,99	99,99
Transportadora de Energía S.A. (Tesa) ⁽¹⁾	-	100	100
Investluz S.A.	63,57	17,10	80,67
Companhia Energética do Ceará – Coelce	2,27	45,65	47,92
Ampla Investimentos e Serviços S.A.	46,89	-	46,89
Eólica Fazenda Nova – Geração e Comercialização de Energia S.A.	99,95	-	99,95
En-Brasil Comércio e Serviços S.A.	99,98	-	99,98

⁽¹⁾ Investidas no exterior

Governança corporativa | GRI 4.1|

As principais instâncias de governança corporativa são o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva. A empresa conta ainda com Conselho Fiscal de funcionamento não permanente e que pode ser instalado a pedido dos acionistas que representem 10% das ações com direito a voto. É eleito pela Assembleia Geral de Acionistas, com no mínimo três e no máximo cinco integrantes, e igual número de suplentes, acionistas ou não. Não há previsão estatutária de comitês de apoio à atuação do Conselho de Administração na companhia.

Assembleia Geral

Constituída de acordo com o disposto na Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas, a Assembleia Geral é formada pelos acionistas da Endesa Brasil e tem como atribuições deliberar sobre as matérias de interesse da empresa e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua manutenção e ao seu desenvolvimento.

Uma vez por ano, os membros reúnem-se em caráter ordinário para se manifestar acerca das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração, da proposta de destinação do lucro líquido e pagamento de dividendos. A Assembleia Geral será convocada ainda sempre que o Conselho de Administração achar conveniente, ou nos termos da lei. Os acionistas se encontram também a cada três anos para eleger os membros do Conselho de Administração.

Além dessa instância, acionistas, empregados e sociedade podem se comunicar diretamente com o Conselho de Administração da Endesa Brasil por meio de carta ou mensagem eletrônica enviadas para a sede da empresa. Os encontros mensais de avaliação de resultados da Endesa Brasil são ainda espaço para os colaboradores encaminharem questionamentos, dúvidas e sugestões. Outros canais, como reuniões, pesquisas e veículos de comunicação interna, também transmitem ao Conselho opiniões e anseios dos diversos públicos. O desenvolvimento de projetos relacionados a energias renováveis (eólicos, hidráulicos e gás) foi o tema de destaque em 2011. [\[GRI 4.4\]](#)

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de junho de 2011, foi aprovada a remuneração global anual para os administradores da companhia em R\$ 8.384 mil. O valor inclui uma parcela fixa e outra variável, atrelada ao alcance de metas nas perspectivas de acionistas, colaboradores, clientes e sociedade. Os conselheiros não têm participação nos lucros da empresa. [\[GRI 4.5\]](#)

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da companhia, o órgão é composto por no mínimo 5 e no máximo 11 membros, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária para mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição total ou parcial. Em 2011, era formado por sete integrantes, todos homens, brancos, sendo cinco deles com idades entre 30 e 50 anos (71% do total) e dois com mais de 50 anos (29%). Cinco são estrangeiros, representando 71% do total. O presidente do Conselho é contratado, exerce exclusivamente essa função e é também presidente dos Conselhos de Administração da Ampla e da Coelce. Não há membros independentes

no órgão, considerando-se as definições de conselheiro independente da BM&FBovespa, entre elas a de não manter nenhum vínculo com a sociedade, exceto eventual participação de capital inferior a 5%. [\[GRI 4.2, 4.3, 4.7, LA13\]](#)

Para integrar a instância de governança, os profissionais precisam reunir as competências necessárias para a definição das estratégias da organização segundo princípios da sustentabilidade empresarial. Devem possuir visão estratégica do setor de energia elétrica, o que contribui para orientar a gestão dos negócios. Nesse sentido, antes de cada eleição, são analisados currículo e competências dos possíveis membros. Não há ainda um processo estruturado para autoavaliação dos conselheiros. [\[GRI 4.7, 4.10\]](#)

O acompanhamento do desempenho da Endesa Brasil nas variadas perspectivas é feito mensalmente pelo Conselho, na apresentação dos resultados do mês anterior. A análise leva em consideração as perspectivas dos principais públicos estratégicos da companhia (acionistas, clientes, colaboradores e sociedade) e o alinhamento aos compromissos com a ética e o desenvolvimento sustentável. Ações ambientais e sociais possuem acompanhamento especial e, por isso, são reavaliadas anualmente na aprovação do Relatório de Sustentabilidade. Esse processo inclui a discussão sobre riscos e oportunidades identificados como de maior relevância para o alcance dos resultados. [\[GRI 4.9\]](#)

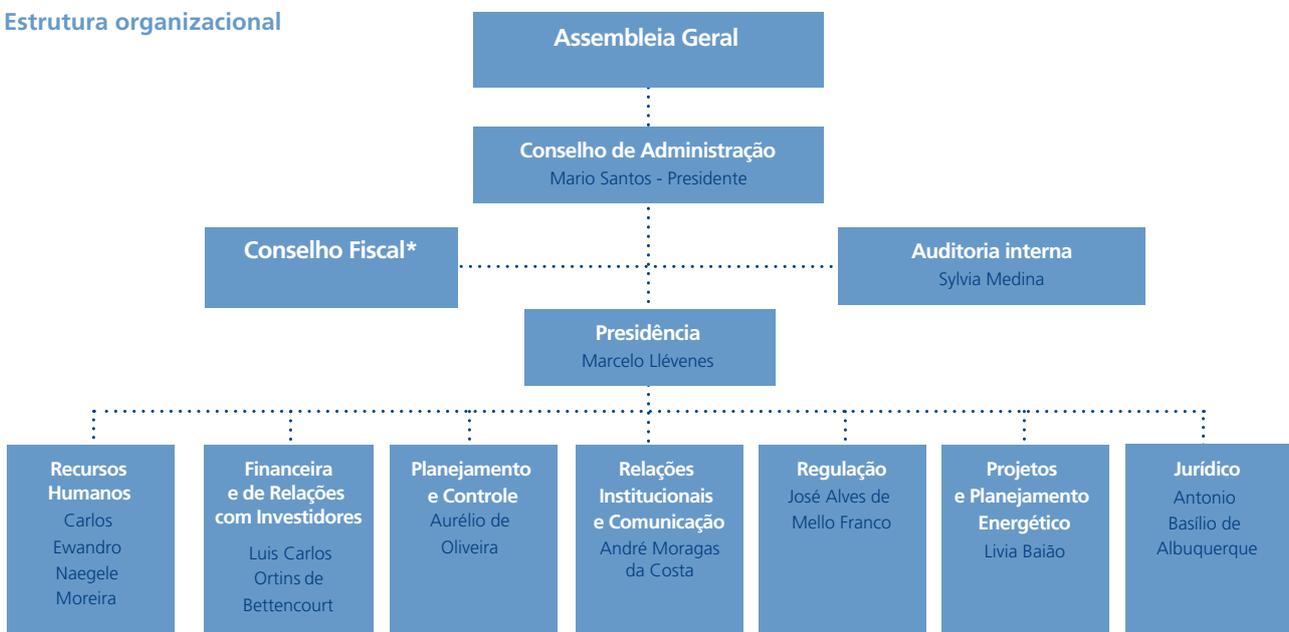
Já para evitar conflitos de interesse, o Conselho de Administração é encarregado de assegurar que normas legais, regulamentos e disposições contratuais sejam rigorosamente observados, norteando-se também pelos valores de ética e integridade assumidos pela companhia. Em dezembro de 2010, com a adesão pela Endesa Brasil às Normas Éticas da Endesa S.A., os membros do Conselho de Administração também passaram a estar sujeitos às referidas normas. [\[GRI 4.6\]](#)

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é responsável pela gestão e prática dos atos necessários para o regular funcionamento da companhia e por sua representação. Os encontros ocorrem sempre que necessário, por convocação do diretor-presidente ou de qualquer outro diretor, sendo que a reunião pode ser presidida pelo diretor-presidente ou por outro diretor por ele indicado. Sua composição permite até dez membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, que exercem funções por um período de dois anos, com possibilidade de reeleição.

No exercício, a Diretoria-Executiva era formada por oito pessoas, todas brancas, sendo sete homens (87% do total), um deles estrangeiro, dos quais quatro com idades entre 30 e 50 anos (50% do total) e três com mais de 50 anos (37% do total). Integrava ainda o órgão uma mulher (13% do total), com idade entre 30 e 50 anos (13% do total). [\[GRI LA13\]](#)

Estrutura organizacional



*O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente.

Comportamento ético | GRI 4.8|

Os Conselhos de Administração de todas as companhias da Endesa Brasil atuam, desde 2010, em conformidade às Normas Éticas da Endesa S.A., baseadas nos princípios do Pacto Global e compostas, a partir do exercício de 2011, pelo Código de Ética, pelo Plano de Tolerância Zero à Corrupção e pelas Diretrizes 231. O Código de Ética da Endesa S.A. define as responsabilidades e os compromissos éticos associados ao desempenho das atividades empresariais por parte dos seus administradores, colaboradores, parceiros e fornecedores.

Como signatária e alinhada ao décimo princípio do Pacto Global, a Endesa Brasil combate a corrupção em todas as suas formas e dissemina esse valor em seu Código de Ética e Conduta, em quadros de divulgação nos locais de trabalho, na intranet, no *Website* e em anexos aos contratos com seus fornecedores. O Plano de Tolerância Zero à Corrupção consiste no compromisso de lutar contra a corrupção, de acordo com princípios do Pacto Mundial e critérios recomendados pela organização não governamental Transparência Internacional. Já as Diretrizes 231 são baseadas no decreto italiano 231/01 e estabelecem um Programa de Cumprimento com a identificação dos comportamentos esperados das partes relacionadas das subsidiárias não italianas da Enel.

Adicionalmente, as Normas Éticas da Endesa S.A. abordam princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Declarações de Princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dos Princípios do Pacto Global e dos Objetivos do Milênio. Também formalizam práticas inaceitáveis em toda a cadeia produtiva e no relacionamento com parceiros e fornecedores, entre elas a existência de trabalho escravo ou forçado e a exploração de mão de obra infantil, bem como a violação dos direitos da criança e do adolescente.

Assim como a Auditoria Interna, a Área de Compliance está ligada administrativamente à *holding* Endesa Brasil e de forma matricial com dependência funcional à Endesa S.A., na Espanha. Dentre os principais objetivos da Área de Compliance, destacam-se a implantação e o monitoramento dos mecanismos de controle que dão cobertura aos requerimentos legislativos com relação à prevenção de delitos, à auditoria do Sistema de Controle Interno da Informação Financeira da Endesa Brasil e ao estabelecimento e operação de controles que previnam o risco de fraude, além da gestão do Canal Ético.

A revisão semestral do Modelo de Controles Internos, realizada pela Área de *Compliance*, gera relatórios por processo com os principais riscos afetados, fraquezas identificadas, bem como recomendações e melhorias nos controles internos para minimizar os riscos envolvidos. Com base nessas recomendações, cada responsável pelo processo elabora um plano de ação cuja implantação é acompanhada pela direção e também pela Unidade de Controle Interno (UCI).

Em cumprimento ao Código Penal da Espanha, Diretrizes 231 da Itália e a Lei 20.393 do Chile, em 2011 a Área de *Compliance* realizou o mapeamento de riscos penais entre as áreas e, a partir de 1º de janeiro de 2012, a Endesa Brasil passou a aplicar o Modelo de Prevenção de Riscos Penais (MPRP). O MPRP é um sistema de controle desenhado para prevenir que se concretizem possíveis delitos (previstos na legislação comentada acima) dentro da empresa, que por sua vez possam acarretar consequências penais para Endesa e Enel.

Ferramentas de controle

Auditoria interna – A Endesa Brasil tem uma equipe de auditoria interna cuja missão é prover o Conselho de Administração e a Diretoria-executiva de uma segurança razoável de que os sistemas de controle interno estão bem concebidos, efetivamente administrados e contribuem para a criação de valor. Por isso, possui um programa anual de auditoria coordenado em nível corporativo que fiscaliza o cumprimento de normas e procedimentos, reforçando sua autonomia de atuação em relação à diretoria de cada empresa integrante da Endesa. A auditoria interna está ligada administrativamente à *holding* Endesa Brasil e, desde 1997, atua de forma matricial, com dependência funcional à Endesa S.A., na Espanha. Esse modelo assegura independência da área para o desenvolvimento de suas atividades e permite intercâmbio constante de práticas e conhecimentos. As auditorias internas são planejadas considerando, entre outros aspectos, risco de fraude e corrupção aos quais estão sujeitos os processos e, ao longo do tempo, abrangem todas as áreas da companhia. Em 2011, 100% das unidades de negócios foram avaliadas.

Canal Ético – Criado para atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, é totalmente confidencial e recebe, via *web*, denúncias sobre práticas corporativas inadequadas referentes a contas e auditorias, confidencialidade, apropriação indevida, conflitos de interesses, meio ambiente, saúde e segurança e problemas entre prestadores de serviço e fornecedores.

Comitê de Ética – Formado pelo presidente e por diretores, Auditoria e Ouvidoria Interna, reúne-se sempre que necessário ou a cada semestre para avaliar ocorrências que representem violação ao Código de Ética.

Unidade de Controle Interno – Criada para atender aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e posteriormente da lei italiana 262/05, sua equipe utiliza o sistema MIC para gerenciamento dos controles internos. Sua atribuição é auxiliar na avaliação, validação e certificação dos controles internos que suportam as informações das demonstrações financeiras das empresas do grupo Endesa Brasil.

Combate à corrupção

Práticas anticorrupção são abordadas no programa Boas-Vindas, de recepção a novos colaboradores, e em treinamentos específicos para gestores de contratos – 9% dos gestores e 54% de empregados não gestores passaram por capacitações do gênero em 2011. No ano, 100% das unidades de negócios (22 áreas de operação e de apoio) foram avaliadas por auditorias internas, que preveem riscos de fraude e corrupção. [|GRI SO2, SO3|](#)

Em caso de identificação de episódios de corrupção, colaboradores são desligados e fornecedores têm os contratos rescindidos, além de ficarem sujeitos à aplicação das medidas legais. Em 2011, ocorreram cinco casos envolvendo colaboradores, aos quais foram aplicadas as punições cabíveis; não foram registrados situações com parceiros de negócios nem ações judiciais. [|GRI SO4|](#)

A Endesa Brasil realizou, junto com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), a Oficina de Diálogos sobre Práticas Empresariais Anticorrupção. O evento aconteceu em 9 de dezembro, Dia Internacional Contra a Corrupção, na sede da Firjan, no Rio de Janeiro, destinado a colaboradores e fornecedores das empresas signatárias do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção. A ação contou com parceria do Instituto Ethos e da Controladoria Geral da União (CGU). O Grupo de Trabalho Rio de Janeiro do Pacto Empresarial tem como objetivos mobilizar, informar e disseminar práticas e ferramentas de combate à corrupção.

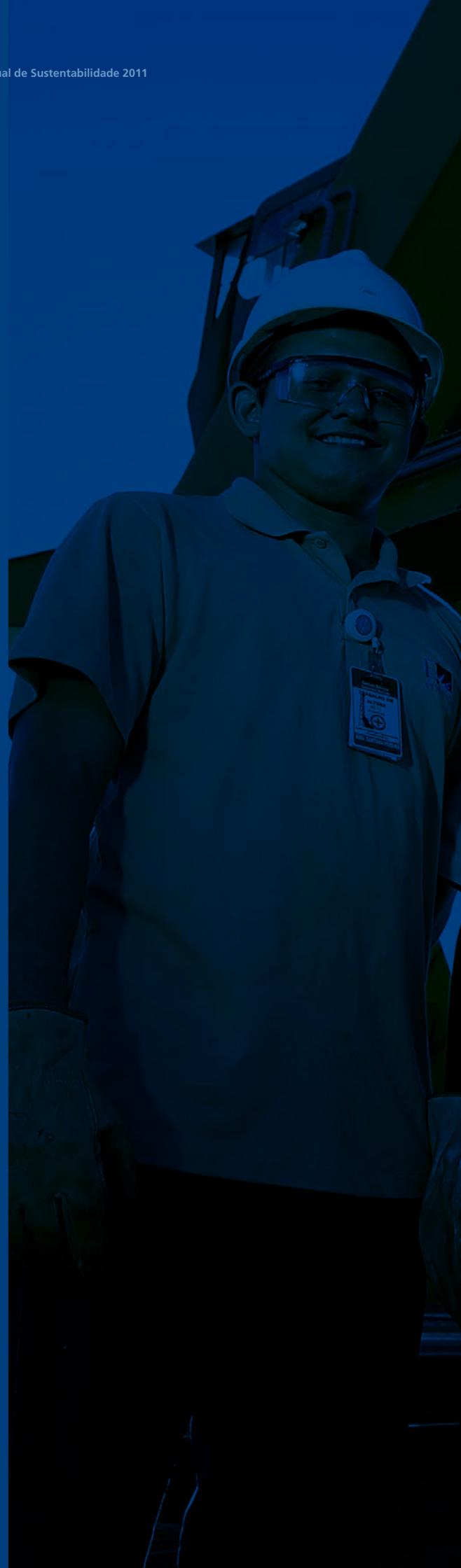
No Ceará, pelo segundo ano consecutivo, foi realizada parceria com a Controladoria Geral da União para a realização de evento para marcar o Dia Internacional Contra a Corrupção: a 1ª Pedalada Contra a Corrupção. O encontro contou com a participação de mais de 400 participantes, entre colaboradores, familiares e representantes da sociedade civil.

“Os bancos e as instituições de financiamento estão cada vez mais preocupados em viabilizar projetos que sejam social e ambientalmente responsáveis. A maioria dos contratos já conta com compromissos para que a aplicação dos recursos leve em conta critérios socioambientais. A Endesa Brasil tem se saído muito bem nesses quesitos, tanto por ser signatária do Pacto Global quanto por trabalhar com a International Financial Corporation, que funciona como um selo de qualidade para a empresa.”

Antonio Augusto Carneiro,

responsável por Gestão de Fluxo de Caixa da Endesa Brasil

Pessoas





Compromisso com a saúde, a segurança, a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores

Para manter equipes alinhadas e motivadas, as áreas de apoio das empresas da Endesa Brasil atuam de forma integrada, com a gestão corporativa de recursos humanos e a mesma política aplicada em todas as companhias do grupo. O objetivo é oferecer ambiente e rotinas de trabalho saudáveis, seguros, desafiadores e que permitam, de forma igualitária, o progresso pessoal e profissional de todos os colaboradores. Nesse sentido, as companhias estimulam o trabalho em equipe e o compartilhamento de conhecimento, além de recompensarem o diálogo, a criatividade e a iniciativa como formas de alcançar os melhores resultados.

A política de gestão de pessoas do grupo foi reconhecida por diversas premiações. As empresas da Endesa Geração estrearam no processo de seleção das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, promovido pela revista *Época* em parceria com o Instituto Great Place to Work (GPTW), e conquistaram a 13ª posição entre as Melhores Empresas do Rio de Janeiro e o 57º lugar no *ranking* nacional. A Coelce, pelo quarto ano consecutivo, permaneceu no grupo das 100 melhores. Também pela primeira vez, a Endesa Geração concorreu entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, no *Guia Você S/A-Exame*, ingressando na lista que incluiu ainda, pelo sexto ano consecutivo, a Coelce. A distribuidora também foi eleita a melhor empresa para se trabalhar da Região Norte-Nordeste.

O compromisso com a saúde e a segurança também foi destaque no exercício. A Endesa Brasil foi reconhecida no Prêmio Fundação Coge 2011 com o case Saber Viver – Um Modelo de Gestão na categoria Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. A Ampla recebeu o primeiro lugar do Prêmio Eloy Chaves 2011, concedido pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), que destaca empresas do setor elétrico que se diferenciam pelos melhores índices de segurança e prevenção de acidentes de trabalho no ano anterior. A empresa também se sagrou vencedora do Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho 2010 nas etapas regional e estadual, na categoria Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável.

Emprego

Nos processos de seleção para ingresso nas empresas da Endesa Brasil, são considerados, além das competências técnicas específicas necessárias para o cargo, o perfil comportamental alinhado aos valores: Respeitamos a Vida, Somos Simples e Criamos Valor. O processo é dirigido pelo objetivo de contratar as pessoas certas e para as posições adequadas, de forma a mantê-las sempre motivadas. Assim, a Endesa Brasil procura ser atrativa no mercado de trabalho e valorizar seus talentos.

Após a admissão, os novos contratados participam do Programa Boas-Vindas, que possibilita maior conhecimento do negócio, reforça o sentimento de fazer parte de uma grande empresa, estimula a aprendizagem contínua, a integração e a troca de experiências, além de fortalecer os vínculos entre os novos colaboradores. Os participantes recebem informações sobre as empresas da Endesa no Brasil e no mundo, orientações sobre o setor elétrico (regulação, aspectos técnicos e comerciais), estratégia do negócio, relacionamento com os clientes e as empresas parceiras, responsabilidade social, meio ambiente, ética, benefícios e desenvolvimento de pessoas.

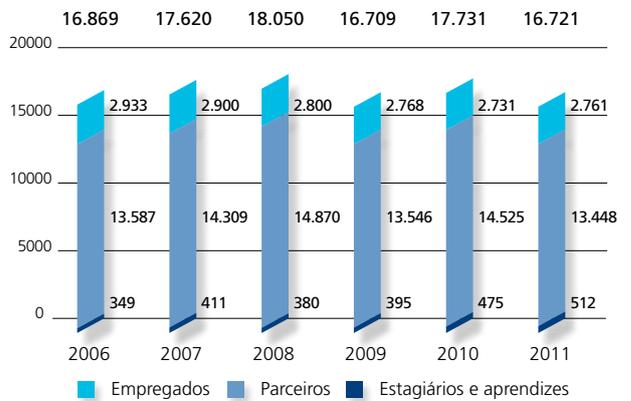
Em dezembro de 2011, o grupo contava com 16.721 colaboradores, sendo 2.761 empregados, 512 estagiários e aprendizes e 13.448 parceiros. Para a contratação dos profissionais, a companhia não faz distinção quanto a etnia, sexo ou idade. Contudo, devido à natureza operacional do negócio, 76% das posições próprias são ocupadas por homens.

Para a manutenção da cultura institucional, graças ao conhecimento e vínculo já existentes, o recrutamento interno é priorizado. Em 2011, 38% das posições abertas no grupo foram preenchidas por empregados próprios ou estagiários, 39,5% por colaboradores de empresas parceiras e 22,5% dos novos contratados vieram do mercado.

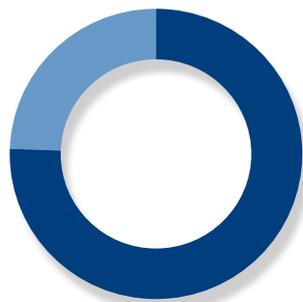
No encerramento do ano, colaboradores de alta gerência que residiam nas regiões de operação das empresas Endesa Brasil representavam: 100% na Ampla, 90% na Coelce, 25% na Endesa Fortaleza, 20% na Endesa Cachoeira e 0% na Endesa Cien. Na Prátil, 50% da alta gerência reside na região da sede da companhia, no Rio de Janeiro. **[GRI EC7]**

As companhias reúnem profissionais jovens (19,3% têm até 30 anos de idade) e maduros (17,5% acima de 50 anos), contando com significativo nível de qualificação (48% têm formação superior, sendo 8,5% com pós-graduação, mestrado ou doutorado).

Colaboradores por tipo de emprego | GRI LA1 |

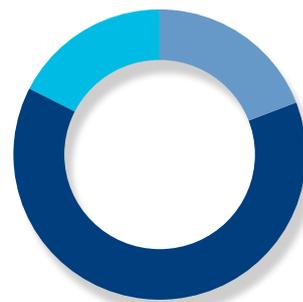


Perfil por gênero | GRI LA13 |



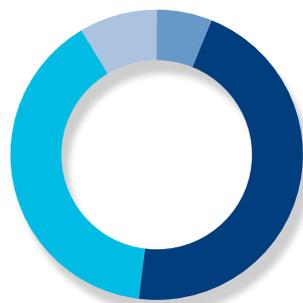
- Mulheres 24,4%
- Homens 75,6%

Perfil por faixa etária | GRI LA13 |



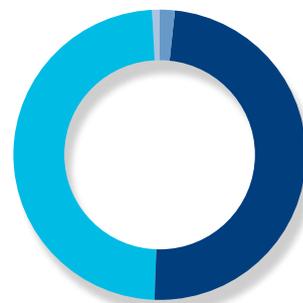
- Até 30 anos 19,3%
- De 30 a 50 Anos 63,2%
- Mais de 50 anos 17,5%

Perfil por escolaridade



- Ensino fundamental 6,3%
- Ensino médio 45,8%
- Ensino superior 39,4%
- Pós-graduação 8,5%

Colaboradores próprios por região | GRI LA1 |



- Rio de Janeiro 48,8%
- Ceará 48,5%
- Goiás 1,9%
- Rio Grande do Sul 0,8%

Trabalhadores por região | GRI LA1 |

	Rio de Janeiro	Ceará	Rio Grande do Sul	Goiás	Total
Próprios	1.347	1.339	23	52	2.761
Parceiros	6.851	6.390	104	103	13.448
Estagiários	172	238	18	10	438
Jovens-aprendizes	51	23	0	0	74
Total	8.421	7.990	145	165	16.721

Obs.: todos os empregados permanentes atuam em período integral.

Composição do quadro de empregados | GRI LA13 |

Categoria funcional ⁽¹⁾	Ampla		Coelce		Endesa Cachoeira		Endesa Cien		Endesa Fortaleza		Prátil		Holding		% por gênero		% total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Diretoria	6	1	8	2	0	1	2	0	2	0	2	0	4	1	83%	17%	1%
Gerência e supervisores	76	25	70	17	7	2	7	2	2	4	3	1	5	5	75%	25%	8%
Profissionais	344	162	268	153	25	8	10	20	20	12	5	6	12	16	64%	36%	38%
Administrativos	41	66	84	84	0	1	1	1	2	1	2	1	0	4	45%	55%	10%
Técnicos e operários	429	37	582	41	24	1	13	0	29	0	1	0	0	0	93%	7%	42%
Cor / raça	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Branços	676	246	727	223	49	12	30	23	45	15	9	7	20	24	74%	26%	76%
Negros (pretos e pardos)	219	43	284	74	6	1	3	0	9	2	4	1	1	2	81%	19%	24%
Amarelos	1	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	60%	40%	0%
Indígenas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100%	0%	0%
Faixa etária	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Até 30 anos	171	75	177	54	7	5	4	6	14	7	2	3	3	6	71%	29%	19%
De 30 a 50 anos	597	185	589	196	37	7	20	16	38	10	11	5	15	19	75%	25%	63%
Mais de 50 anos	128	31	246	47	12	1	9	1	3	0	0	0	3	1	83%	17%	17%
Grupos minoritários	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Pessoas com deficiência	8	0	48	15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	79%	21%	3%
Estrangeiros	7	0	6	1	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0	94%	6%	1%

⁽¹⁾ A diretoria-executiva de cada empresa é formada por integrantes do grupo Endesa Brasil; portanto, o número de executivos não necessariamente se reflete nos quadros individuais de empregados.

OBS.: Diretores: profissionais responsáveis pelas diretorias da empresa / Gerência e supervisores: coordenam equipes, responsáveis / Profissionais: analistas e especialistas, profissionais graduados / Administrativos: secretárias, assistentes e auxiliares administrativos / Técnicos e operários: pessoal com formação fundamental, média ou técnica

Rotatividade | GRI LA2 |

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil	Holding	Total
Varição de quadro								
Número de admitidos	91	95	6	3	15	4	10	224
Número de demitidos	99	99	2	6	6	7	6	225
Taxa de rotatividade	8,00%	7,41%	5,80%	8,04%	14,58%	26,19%	17,02%	8,13%
Rotatividade por gênero								
Homens								
Número de admitidos	54	70	3	0	10	2	3	142
Número de demitidos	71	65	1	2	4	5	2	150
Taxa de rotatividade	6,98%	6,67%	3,57%	3,03%	12,73%	26,92%	11,90%	7,00%
Mulheres								
Número de admitidas	37	25	3	3	5	2	7	82
Número de demitidas	28	34	1	4	2	2	4	75
Taxa de rotatividade	11,17%	9,93%	15,38%	15,22%	20,59%	25,00%	21,15%	11,63%
Rotatividade por faixa etária								
Até 30 anos								
Número de admitidos	67	67	3	0	7	1	5	150
Número de demitidos	30	16	0	3	5	3	3	60
Taxa de rotatividade	19,72%	17,97%	12,50%	15,00%	28,57%	40,00%	44,44%	19,66%
De 31 a 50 anos								
Número de admitidos	24	36	3	3	6	3	4	79
Número de demitidos	51	49	2	3	1	4	2	112
Taxa de rotatividade	4,80%	5,41%	5,68%	8,33%	7,29%	21,88%	8,82%	5,47%
Mais de 50 anos								
Número de admitidos	0	0	0	0	0	0	1	1
Número de demitidos	18	37	0	0	0	0	1	56
Taxa de rotatividade	5,66%	6,31%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,00%	5,91%

Rotatividade por região | GRI LA2 |

Estado	2011
Rio de Janeiro	
Número de colaboradores	1.347
Número de admitidos	126
Número de demitidos	125
Taxa de rotatividade	9,32%
Ceará	
Número de colaboradores	1.339
Número de admitidos	96
Número de demitidos	98
Taxa de rotatividade	7,2%

Estado	2011
Rio Grande do Sul	
Número de colaboradores	23
Número de admitidos	0
Número de demitidos	1
Taxa de rotatividade	2,17%
Goiás	
Número de colaboradores	52
Número de admitidos	2
Número de demitidos	1
Taxa de rotatividade	2,88%

Tempo de atuação dos empregados que deixaram a empresa no ano⁽¹⁾ | GRI LA2 |

Idade	Ampla		Coelce		Endesa Cachoeira		Endesa Cien		Endesa Fortaleza		Prátil		Holding	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 30 anos	3,2	3,4	2,6	2,6	0	0	4,3	5,5	2,4	1,5	0,5	0,7	0	2,4
De 31 a 50 anos	9,5	11,9	17,4	14,8	13,5	6,6	3,4	4,9	13,2	0	9,2	0	8,1	4,1
Mais de 50 anos	31,8	26,3	29	29,1	0	0	0	0	0	0	0	0	6,5	6,5

⁽¹⁾ Tempo médio em anos

Ao fim do exercício, 10,1% dos colaboradores do grupo tinham direito à aposentadoria nos próximos cinco e dez anos. Não há um programa de preparação específico para aposentadoria, mas as empresas indenizam por demissão e, durante uma entrevista de desligamento, fornecem orientações sobre serviços de recolocação no mercado de trabalho, com o pagamento de uma consultoria especializada para alguns casos. A Coelce financia cursos de capacitação para colaboradores aposentados e demitidos sem justa causa, realizados em parceria com diversas instituições de ensino (como Universidade Sem Fronteiras, Senai, Sebrae, Senac, dentre outras). Desde 2007, a distribuidora mantém

programa formal de preparação dos empregados para a aposentadoria, com cursos diversos e palestras motivacionais e sobre a legislação previdenciária, com o objetivo de preparar os colaboradores para outras atividades relacionadas ao mercado de trabalho. No exercício, para melhor orientar no processo de transição para a aposentadoria, a Coelce também firmou convênio com a Universidade Sem Fronteiras (Unisf) para a realização de um programa que visa criar oportunidades, incentivar a autorrealização pessoal e profissional, bem como elevar a autoestima e melhorar a qualidade de vida. É ofertado aos aposentados de forma optativa e espontânea. [| GRI LA11 |](#)

Aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos | GRI EU15 |

	Rio de Janeiro	Ceará	Goiás	Rio Grande do Sul	5 anos	10 anos	Total
Eletricista	6	7	-	0	2	11	13
Técnico eletrotécnico	73	12	1	1	18	72	90
Assistente administrativo	35	16	-	0	16	35	51
Analista	20	6	2	2	13	20	33
Especialista	35	17	3	3	23	32	55
Responsável	15	6	2	2	8	17	25
Diretor	6	5	-	0	4	7	11
Total	190	69	8	8	84	194	278
% dos empregados	14,1%	5,2%	23,1%	30,4%	3,0%	7,0%	10,1%

Remuneração e benefícios

A política de remuneração da Endesa Brasil se manifesta por meio de um sistema baseado em resultados e ancorado na transparência das informações. Com apoio de pesquisa externa, são selecionadas empresas com o mesmo perfil de faturamento e número de empregados como referência para identificar se a média de remuneração adotada está em linha com o mercado, mantendo equilíbrio interno e

externo. O sistema busca também oferecer um pacote atrativo de recompensa, compatível com a complexidade das funções, o desempenho dos empregados e a realidade do mercado. São oferecidos salário-base, adicionais legais, remuneração variável e benefícios. A remuneração fixa compreende salário-base acrescido dos adicionais legais, quando for o caso, enquanto a remuneração variável representa o comprometimento dos empregados com os objetivos estratégicos das organizações.

Há também reconhecimentos monetários (premiações em dinheiro, viagens e objetos materiais) e não monetários (elogios e homenagens públicas, *feedbacks* dados pelo gestor). As premiações ocorrem em decorrência do alcance de metas, de atitudes que demonstrem o comprometimento com a empresa e seus valores.

A política de benefícios objetiva estabelecer relações de médio e longo prazos com os colaboradores. Engloba programas diferenciados em comparação ao mercado, que são destinados exclusivamente a empregados próprios com contrato de trabalho permanente. Os principais benefícios

são: seguro de vida, previdência privada, participação nos resultados, auxílio-funeral, complemento salarial em caso de auxílio-doença, empréstimo, auxílio a pais de filhos portadores de necessidades especiais, licença-maternidade de 180 dias, licença-paternidade por cinco dias úteis, descontos em produtos e serviços, benefícios para o empregado acidentado do trabalho, programa de readaptação profissional, vale-refeição, vale-transporte, plano de saúde e auxílio-creche especial. A relação com os colaboradores também é estimulada pela Nossa Marca, loja corporativa na qual todos os colaboradores, em qualquer localidade, podem adquirir produtos personalizados da empresa. [\[GRI LA3\]](#)

Salário por gênero⁽¹⁾ – Proporção mulher/homem | GRI LA14 |

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil	Holding
Por categoria funcional							
Diretoria/gerência	1,16	1,37	1,32	1,01	0,75	1,08	0,54
Profissionais	1,10	1,62	0,65	0,89	0,71	0,84	0,79
Administrativo	0,95	1,62	0,88	1,85	0,94	Não há mulheres	Não há homens
Técnicos e operacionais	1,25	0,85	Não há mulheres	1,52	Não há mulheres	Não há mulheres	-
Por região							
Rio de Janeiro	1,31	0,88	0,71	1,12	1,10	0,91	0,79
Ceará	NA	0,97	NA	NA	1,19	1,09	0,31
Rio Grande do Sul	NA	NA	NA	1,70	NA	NA	NA
Goiás	NA	NA	1,07	NA	NA	NA	NA

⁽¹⁾ As diferenças entre os menores salários e as remunerações básicas não são relevantes para efeitos de cálculo.

Relações salariais | GRI ECS |

	Ampla		Coelce		Endesa Cachoeira		Endesa Cien		Endesa Fortaleza		Prátil		Holding	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Divisão da menor remuneração da empresa pelo salário mínimo vigente ⁽¹⁾	2,39	2,27	1,62	1,66	5,02	3,11	3,61	4,40	2,88	3,43	3,73	4,08	4,50	3,61

⁽¹⁾ Cálculo para todas as unidades de negócio, com base no salário mínimo nacional, de R\$ 545,00 no final de 2011

Com exceção da Prátil, os colaboradores das empresas controladas pela Endesa Brasil têm à disposição planos de previdência privada para complementarem a aposentadoria paga pela previdência social. Em 2011, esses planos rece-

beram aportes de R\$ 9,9 milhões por parte das patrocinadoras. Há planos de benefício definido e de contribuição definida, sendo o primeiro fechado para novas adesões.

Previdência complementar | GRI EC3 |

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira ⁽¹⁾	Endesa Cien ⁽¹⁾	Endesa Fortaleza ⁽¹⁾	Holding ⁽¹⁾
Contribuição da patrocinadora (R\$ mil)	3.021	6.071	289	219	183	116
Participantes ativos	1.113	3.418	60	46	54	24
Valor presente das obrigações atuariais – planos de aposentadoria (R\$ mil)	529.230	35.364	-	-	-	-

⁽¹⁾ Os planos de previdência são de contribuição definida, sem passivo para a patrocinadora

A empresa oferece o benefício de licença-maternidade de 180 dias, 60 dias a mais do que o prazo estipulado pela legislação brasileira. Em 2011, tiveram direito à licença-maternidade 15 mulheres na Ampla, 7 na Coelce, 3 na Endesa Fortaleza, 1 na Endesa Cien e 1 na *holding*. Todas gozaram do benefício e retornaram ao trabalho no ano – exceção na Ampla, em que 14 mulheres saíram em licença e 10 retornaram no ano, e na Endesa Cien, em que a colaboradora ainda não havia retornado em dezembro de 2011. Em Endesa Cachoeira, voltou ao trabalho no ano uma funcionária que havia iniciado a licença em 2010. |GRI LA15|

Treinamento e desenvolvimento

Promovida de maneira contínua na Endesa Brasil, a educação corporativa se fundamenta no princípio de que investir no desenvolvimento das pessoas é o que garante a sustentabilidade dos negócios. Em 2011, foram destinados R\$ 4,8 milhões às atividades de capacitação e desenvolvimento, traduzidas em 254.175 horas de treinamento, com a média de 92 horas por colaborador próprio.

Foi concluído no exercício um importante processo de identificação estratégica de cargos e conteúdos críticos, para que os ocupantes de posições que contribuam diretamente para o negócio principal de cada empresa possam usufruir formação específica e prolongada. A catalogação forneceu subsídio às políticas de retenção de funcionários e propiciou a elaboração de planos de sucessão. Isso porque, estimando as lacunas entre o ocupante atual do cargo e seus potenciais substitutos, é possível compor planos de desenvolvimento focalizados. De outra parte, inventariar os conteúdos necessários para a manutenção do negócio permite que seja construída uma grade curricular de formação e treinamento com o conhecimento técnico fundamental dos setores de distribuição e geração, o que contribui para a sustentabilidade das empresas.

Os empregados são avaliados com o apoio do modelo de Gestão Estratégica de Desempenho, com base na ferramenta Gestão de Rendimento (GR), que considera o desempenho comportamental e o alcance de resultados (metas) alinhados às estratégias do negócio. São analisados, anualmente, sete fatores considerados fundamentais no comportamento profissional: se sente e atua como cidadão do grupo; atua com foco em resultados; dirige a mudança; prioriza a segurança; assume responsabilidades e riscos; domina seu trabalho; e desenvolve seus colaboradores (apenas para gestores).

O resultado da GR indica o posicionamento do colaborador em uma Matriz de Rendimento, que influencia os processos de reajuste por mérito, desenvolvimento, capacitação e movimentação. Para acompanhar o desenvolvimento de suas carreiras, 100% dos colaboradores, com exceção dos da Coelce, receberam *feedback* de suas atividades. Na distribuidora cearense, 95% do total de empregados (95,4% dos homens e 96,0% das mulheres) obtiveram esse retorno. |GRI LA12|

As companhias também adotam o modelo corporativo de gestão de talentos do Grupo Endesa, denominado Gestão de Potencial (GP). Ele ocorre a cada dois anos e é direcionado ao desenvolvimento de gestores e especialistas. Para ser incluído nesse programa, o colaborador passa inicialmente pela avaliação de dez competências comportamentais e quatro competências específicas para a liderança. Esses aspectos são somados ao desempenho dos resultados individuais (metas, considerando uma atuação sustentável nos últimos três anos) e dos comportamentos alinhados aos valores corporativos.

Com o objetivo de estimular o autodesenvolvimento dos colaboradores, é mantido também o Espaço de Desenvolvimento de Pessoas, conjunto de salas temáticas concebidas para alinhar o conceito de gestão de pessoas à formação de equipes de alto desempenho. Fica disponível a todos os

colaboradores e dispõe de recursos propícios à aquisição de conhecimentos: computadores com acesso à internet, biblioteca diversificada para consulta ou empréstimo de livros, e salas de treinamento e de atendimento individual.

Capacitação e treinamento | GRI LA10|

	Homens			Mulheres			Total			Total geral ⁽¹⁾			
	Nº part.	Horas	Média de horas	Nº part.	Horas	Média de horas	Nº part.	Horas	Média de horas	Nº part.	Horas	Nº de colaboradores na função	Média de horas
Diretoria	24	2.479	103	4	757	128	28	3.263	116	43	5.061	116	44
Gerentes e supervisores	84	18.680	222	34	6.715	198	118	25.397	215	181	35.276	647	55
Profissionais	471	31.598	67	92	7.875	86	563	39.472	70	1.092	95.052	808	118
Administrativos	383	36.465	95	168	15.632	93	551	52.097	95	318	65.350	541	121
Técnicos e operários	65	5.335	82	41	1.075	26	106	6.410	60	1.513	53.436	649	82
Total	1.027	94.559	92	339	32.054	95	1.366	126.613	93	3.147	254.175	2.761	92

⁽¹⁾ Inclui Coelce, que ainda não mantém controle por gênero

Programas de treinamento e capacitação | GRI LA11, EU14|

Desenvolvimento	Parceria	Objetivo
Programa de idiomas (inglês, espanhol e português)	Professores contratados	Oferecer as ferramentas necessárias para que os funcionários sejam capazes de compreender, ler e escrever nas línguas usadas pelas empresas Endesa no mundo.
Curso de Comunicação Interpessoal	Parceiros reconhecidos no mercado	Proporcionar ferramentas para que as pessoas transmitam a sua ideia com clareza, segurança e credibilidade.
Participações em palestras, seminários, congressos, minicursos	Parceiros reconhecidos no mercado	Possibilitar ao funcionário aprofundamento e/ou atualização sobre temas que, direta ou indiretamente, impactam o negócio.
Junior Energy Training International (JET)	Empresas Endesa no mundo	Reforçar o desenvolvimento de identidade multicultural e internacional da Enel e dar as bases para a compreensão das dinâmicas culturais, organizacionais e econômicas de uma empresa multinacional. É dedicado à retenção de profissionais da geração Y, que se caracterizam pelo uso intensivo de tecnologia, perfil irrequeto e interesse em aprendizado e relações humanas.
Semear Talentos	Multiplicadores internos	Formar futuros profissionais que atendam às metas de crescimento do negócio em médio e longo prazos. O programa coloca o estudante em contato com o mercado de trabalho e complementa sua formação acadêmica.
Programa de Desenvolvimento Internacional (PDI)	Empresas Endesa no mundo	Dar ao funcionário a oportunidade de conhecer outras empresas Endesa no mundo, sobretudo na Espanha e Itália, atuando em áreas afins à sua. A permanência no exterior varia de 3 a 18 meses.
Programa Sombra – Realidade Real	Multiplicadores internos	Desenvolver nas pessoas uma visão global do negócio por meio da interface com outras áreas da empresa, além de estimulá-las a desenvolver novas competências. Consiste em um, dois ou três dias de visitas, segundo as necessidades de desenvolvimento do funcionário.
Conhecendo melhor a Endesa Brasil	Multiplicadores internos	Ciclo de palestras para proporcionar conhecimento atualizado sobre as empresas, além de refletir sobre suas metas estratégicas e formas de funcionamento para o alcance dos objetivos.
Oficinas de carreira	Multiplicadores internos	Orientar o Plano de Desenvolvimento de Carreira dos funcionários.
Café da manhã com o presidente	Multiplicadores internos	Aproximar os funcionários da alta direção da empresa, em um encontro que visa informar a todos sobre Visão, Missão, Valores e o BSC das diferentes empresas da Endesa Brasil.



Desenvolvimento	Parceria	Objetivo
Competências técnicas		
Curso de informática	Parceiros reconhecidos no mercado	Capacitar funcionários em ferramentas de informática como Excel e Power Point.
Técnicas de negociação	Parceiros reconhecidos no mercado	Desenvolver habilidade de argumentação para obter a adesão e a cooperação das pessoas e assim atingir os objetivos esperados.
Finanças	Parceiros reconhecidos no mercado	Procura fazer com que o funcionário seja capaz de identificar possibilidades de melhoria de suas operações por meio da análise de indicadores financeiros gerenciais, dominando ferramentas de gestão de custos e orçamentos, aprendendo a executar análises de viabilidade econômica.
Saiba mais sobre o setor elétrico	Multiplicadores internos	Oferecer conhecimentos básicos sobre energia e economia no Brasil e no mundo, energia elétrica e outras fontes de energia, oferta e consumo de energia elétrica, setor e sistema elétrico do Brasil, ambiente institucional do setor, contratação de energia, composição da tarifa, papel do órgão regulador (Aneel), etc.
Gestão de Projetos	Parceiros reconhecidos no mercado	Capacitar funcionários em técnicas e ferramentas para gestão de projetos, segundo boas práticas do Project Management Institute (PMI).
Lideranças		
Programa básico para desenvolvimento de lideranças	Parceiros reconhecidos no mercado	Fornecer ferramentas de desenvolvimento para que os novos responsáveis aprendam a obter resultados por intermédio das pessoas. Visa também formar profissionais com potencial para assumir posições de liderança. É composto por quatro módulos: Autoconhecimento; Gestão de Mudança; Liderança; e Construção de Times de Alto Desempenho.
Programa Executivo de Desenvolvimento de Liderança	Parceiros reconhecidos no mercado	Participação dos executivos em Programas da Amana-Key, de padrão mundial de qualidade. O objetivo é preparar os executivos para os desafios futuros, por meio do intercâmbio de experiências com empresas conceituadas de mercado e do acesso a um vasto conhecimento e ferramental.
Programa Internacional de Desenvolvimento de Liderança	Parceiros reconhecidos no mercado	Prepara os responsáveis para os desafios futuros por meio do intercâmbio de experiências com empresas conceituadas de todo o mundo e do acesso a vasto conhecimento e ferramental.
MBA em Gestão de Negócios	Parceiros reconhecidos no mercado	Ampliar e potencializar a visão do negócio, com estímulo ao surgimento de ideias e alcance de melhores resultados para a empresa. A companhia cobre 75% do custo.
Encontro de Diretivos	Parceiros reconhecidos no mercado	Discutir, definir e alinhar o Plano Estratégico (BSC) das empresas Endesa, com o apoio de instituições externas.
<i>Coaching in company</i>	Parceiros reconhecidos no mercado	Sessões individuais de <i>coaching</i> com base no autoconhecimento, com o objetivo de desenvolver competências de liderança.
Comportamentais		
Competências comportamentais	Parceiros reconhecidos no mercado	Busca desenvolver o colaborador em sua totalidade, a partir de sua participação em oficinas de: comunicação; desenvolvimento de pessoas, coordenação e trabalho em equipe; negociação e flexibilidade; orientação a resultados, planejamento e organização e tomada de decisão.
Acadêmicos		
Graduações, pós-graduações, MBAs	Parceiros reconhecidos no mercado	Diferentes oportunidades são oferecidas aos funcionários das várias empresas Endesa, segundo as suas necessidades de desenvolvimento. A empresa cobre 75% do custo.

Relações com a empresa

A Endesa Brasil defende a livre associação sindical de colaboradores e parceiros e está aberta ao diálogo permanente com as representações de trabalhadores. Na Endesa Cachoeira, 100% dos colaboradores e 55% dos parceiros são contemplados por acordos de negociação coletiva. Na Endesa Cien, 83% dos empregados e 100% dos parceiros foram alcançados pelas negociações. Já na Endesa Fortaleza, os acordos englobaram 90% dos colaboradores e 100% dos parceiros, enquanto na Endesa Brasil incluíram 58% dos empregados. Na Ampla, 92% dos funcionários próprios e 100% dos parceiros foram alcançados por acordos de negociação coletiva, na Coelce, 99% e 100%, respectivamente. [\[GRI LA4, HR5\]](#)

Os dirigentes das empresas se reúnem com os sindicatos para negociar reivindicações e fornecer informações que possam subsidiar as discussões. Durante o período de negociação, os sindicatos têm permissão para realizar encontros periódicos na sede das companhias, mantendo contato direto com os colaboradores. As normas internas e os acordos coletivos seguem as convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nas empresas da Endesa Geração, em linha com acordos coletivos e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, são oferecidos, conforme a função exercida, equipamentos de proteção individual (EPIs). Na Coelce, há uma série de cláusulas específicas de segurança e saúde ocupacional, como fornecimento de plano de saúde, complementação do auxílio-acidentário, transporte para tratamento médico e fisioterápico para acidentados do trabalho. Temas relativos a segurança e saúde não são tratados em acordos sindicais na Ampla e na Endesa Brasil. [\[GRI LA9\]](#)

Em todas as empresas, os acordos não contemplam cláusulas a respeito de forma ou periodicidade previamente estipuladas de notificações sobre mudanças operacionais significativas. Quando ocorrem, a comunicação é feita diretamente aos empregados, também informados periodicamente sobre os rumos dos negócios pelo boletim *Linha Direta*, meio de informação disponível na intranet e enviado por e-mail aos colaboradores, além de reunião mensal de prestação de contas do planejamento estratégico. [\[GRI LA5\]](#)

Valorização da vida

A base das ações de saúde e segurança das empresas da Endesa Brasil está no programa corporativo Saber Viver que, criado e adotado em 2009 nas distribuidoras, começou a ser instaurado na Endesa Geração em 2011. Ele estimula mudanças de comportamento para valorização da vida por meio de avaliação, disseminação e reforço da cultura de segurança e é formatado de acordo com as características locais. O programa consiste ainda na observação de atitudes rotineiras e, quando necessário, culmina em posterior correção para adequá-las aos padrões de segurança desejados. As empresas de geração e distribuição possuem ainda certificação na norma OHSAS 18001, que atesta as boas práticas de saúde e segurança e o atendimento à legislação.

Como resultado de diferentes ações adotadas durante o ano, registrou-se redução de 62,8% no número de acidentes: de 376 em 2010 para 140 em 2011. O número de acidentes com afastamento recuou 33,6%.

Na Ampla e na Coelce, são realizadas Caravanas Saber Viver, que aproximam os responsáveis das atividades operacionais realizadas em campo, disseminando a cultura de segurança e permitindo o acompanhamento das inspeções do Índice de Prevenção de Acidentes Laborais (Ipal), que consiste na avaliação de equipamentos, materiais, ferramentas, condições de trabalho e veículos quanto às condições de segurança e também é aplicado nas empresas da Endesa Geração. Em outra frente, também são realizadas inspeções nas equipes com o intuito de avaliar as atitudes inseguras dos empregados e parceiros, por meio de vídeos das atividades gravados por câmeras instaladas em todos os veículos operacionais. Buscando o aprimoramento, as equipes de segurança do trabalho das distribuidoras da Endesa na América Latina deram início a um intercâmbio, batizado de Inspeções Cruzadas, para alinhar a metodologia das inspeções do Ipal e observar oportunidades de melhoria entre todos os países do grupo.

Mais uma ação com foco na segurança é o Rodeio de Eletricistas, realizado por Ampla e Coelce, no qual os participantes mostraram no ano suas habilidades com a simulação de atividades com a rede elétrica como forma de intensificar os cuidados e a importância da segurança no trabalho. Na Coelce, outra iniciativa com resultados animadores no ano foi de conscientização de motoqueiros sobre os perigosos do trânsito, para reduzir a zero o número de acidentes.

Nas empresas da Endesa Geração, além do início do programa Saber Viver, teve destaque no ano o *Coaching* de Saúde, de acompanhamento nutricional. A metodologia consiste em atividades em grupos para colaboradores com sobrepeso ou obesidade que desejem aderir voluntariamente. O intuito é que todos percam peso com segurança, prezando sempre pela saúde. A Endesa Cachoeira também adotou práticas de segurança da Endesa Fortaleza (Anjo da Guarda, que objetiva orientar e conscientizar colaboradores em relação ao cumprimento das normas) e outro da Endesa Cien (sistema sonoro de alerta, que ajuda na comunicação entre os colaboradores que trabalham nas instalações internas e externas da usina). Na Endesa Fortaleza, colaboradores das áreas de Segurança e Saúde do Trabalho, Meio Ambiente e Brigada de Emergência passaram a utilizar capacetes de cores diferentes dos demais, para facilitar a identificação dos responsáveis em casos de situações emergenciais.

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) são formadas paritariamente por colaboradores e representantes da empresa e têm atuação em todas as áreas operacionais e administrativas – 100% dos empregados são representados nos comitês de segurança e saúde nas empresas do grupo. |GRI LA6|

Empregados e parceiros, de áreas administrativas e de campo, recebem formação de saúde e segurança do trabalho (SST) conforme suas atribuições e os riscos gerenciados; o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) varia de acordo com a instalação e atividade. Os sistemas de acompanhamento se dão por meio de inspeções, treinamentos e programas de SST. Os visitantes são orientados sobre o tema. No exercício, 100% dos contratados e parceiros receberam treinamento no tema, com exceção da Ampla, na qual a porcentagem foi de 89%. |GRI EU16, EU18|

Acidentes de trabalho ⁽¹⁾ | GRI LA7 |

	Rio de Janeiro		Ceará		Goiás		Rio Grande do Sul		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de acidentes	21	23	87	6	3	0	0	0	111	29
Empregados	0	3	12	3	0	0	0	0	12	6
Parceiros	21	20	75	3	3	0	0	0	99	23
Nº acidentes com afastamento	21	3	65	5	1	0	0	0	87	8
Empregados	0	1	7	2	0	0	0	0	7	3
Parceiros	21	2	58	3	1	0	0	0	80	5
Nº acidentes sem afastamento	0	20	22	1	2	0	0	0	24	21
Empregados	0	2	5	1	0	0	0	0	5	3
Parceiros	0	18	17	0	2	0	0	0	19	18
Nº de óbitos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empregados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parceiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de dias perdidos ⁽²⁾	731	34	ND	ND	15	0	0	0	746	34
Empregados	0	4	ND	ND	0	0	0	0	0	4
Parceiros	731	30	ND	ND	15	0	0	0	746	30

⁽¹⁾ Dados com base na NR 10, Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

⁽²⁾ Dias perdidos: critério de dias de calendário, com contagem a partir do dia imediatamente posterior ao do acidente com afastamento

Obs.: Não há ainda dados consolidados de absenteísmo

Taxa de frequência e gravidade de acidentes – 2011 ⁽¹⁾ | GRI LA7 |

	Empregados		Terceiros		Taxa global	
	TF	TG	TF	TG	TF	TG
Ampla						
Rio de Janeiro	0,29	1,2	1,48	39	1	32
Coelce						
Ceará	2,69	23	3,50	27	3,37	27
Endesa Cachoeira						
Cachoeira Dourada	0	0	4,4	65	2,6	38
Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0
Endesa Cien						
Rio Grande do Sul	0	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0
Endesa Fortaleza						
Ceará	0	0	4,5	13	2,5	7
Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0
Prátil						
Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0
Ceará	0	0	0	0	0	0
 Holding						
Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0

⁽¹⁾ Não há dados disponíveis por gênero. A área de Segurança prevê dispor da informação em 2012

“A Coelce tem um programa que conseguiu reduzir para zero os acidentes com motoqueiros e isso com certeza deve ser compartilhado com a sociedade.”

Jurandir Picanço Jr.,

representante da Federação da Indústria do Estado do Ceará (Fiec) no Conselho de Consumidores da Coelce

Qualidade de vida

A Endesa Brasil acredita que investir em iniciativas para a qualidade de vida contribui na construção de um ambiente de trabalho satisfatório e acolhedor para os colaboradores. Os programas de assistência aos empregados nos casos de doenças graves incluem educação, aconselhamento, prevenção e controle de riscos e tratamento. Familiares têm acesso a atividades de aconselhamento e controle de riscos, enquanto membros da comunidade são assistidos em prevenção. |GRI LA8|

As empresas possuem um programa corporativo de qualidade de vida, o Bem-Viver, estruturado em cinco pilares: família, cidadania, esporte, saúde e cultura. O objetivo principal é promover o bem-estar físico e mental e a integração dos colaboradores, parceiros e seus familiares por intermédio de ações diversificadas, que incluem desde espaços físicos dedicados ao esporte e lazer, até palestras, atendimentos à saúde e eventos comemorativos.

Programa Bem-Viver | GRI LA8|

Atividade	Descrição
Saúde	
Programa Nutrir (Ampla, Endesa Fortaleza, Endesa Cien e Endesa Cachoeira)	Colaborar para o bem-estar dos funcionários por meio do cuidado com a saúde, a prevenção de doenças, o apoio de nutricionistas e o acompanhamento em grupo, motivando a busca por maior qualidade de vida.
Semana Bem-Viver	Dedicada a orientações médica e odontológica, além de um <i>check-up</i> expresso, com exame da dosagem de glicose e colesterol e a verificação da pressão arterial. Os empregados em situação de risco são encorajados a procurar tratamento especializado. Também são realizadas atividades como ginástica laboral, <i>shiatsu</i> , relaxamento, etc.
Espaços Bem-Viver	Oferecer ao colaborador espaços para uma maior qualidade de vida, como academia de ginástica, lanchonete, salão de beleza, sala de terapias, sala de jogos e campo de futebol.
Gestação Saúde	Informar as gestantes sobre os passos para uma gravidez saudável. As futuras mães (empregadas, parceiras e esposas de empregados) e os pais participam de reuniões mensais com funcionários da área de saúde para tirar dúvidas, trocar experiências e conversar sobre a saúde da gestante e do bebê.
Saúde da Mulher (Coelce)	Prevenção do câncer de colo e diagnóstico precoce do câncer de mama, com ênfase no autoexame das mamas.
Saúde do Homem (Coelce)	Orientação e palestras sobre câncer de próstata e peniano, disfunção erétil, consulta preventiva com o médico do trabalho e encaminhamento ao urologista.
Saúde em Linha (Coelce)	Orientação para a prevenção dos fatores de risco à saúde, como obesidade, hipertensão, diabetes e sedentarismo, além de incentivar a busca de hábitos saudáveis.
Dia da doação de sangue	Promover a solidariedade e a cidadania por meio de campanhas que incentivam os colaboradores a doar sangue.
Dia da doação da medula óssea	Promover a solidariedade e a cidadania por meio de campanhas que incentivam os colaboradores a se cadastrarem como potenciais doadores de medula óssea.
Programa Ambiente Livre do Tabaco	Acompanhamento e orientação aos colaboradores que desejam parar de fumar, por meio de atendimento individual e em grupo, para facilitar o alcance do objetivo.
<i>Check-up</i> de executivos	Realizado anualmente em clínica especializada com o intuito de acompanhar a saúde e prevenir doenças.
Vacinação contra a gripe	Objetiva diminuir os casos de estados gripais, assim como os casos mais graves de infecções respiratórias, como sinusite, amigdalite e pneumonias.
Ginástica laboral	Realizada diariamente nas áreas de trabalho, para minimizar e prevenir as lesões musculares.
Circuito da Saúde/Medicina preventiva (Coelce)	Exames de glicemia, colesterol e palestras educativas de saúde realizadas nas localidades do interior do Ceará.
Programa Equilíbrio (Ampla)	Realizar inspeções e intervenções posturais e ergonômicas para prevenir lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomoleculares (Dort).
Campanhas preventivas no período pré-Carnaval (Coelce)	Orientação, conscientização e educação acerca de HIV/Aids, doenças sexualmente transmissíveis, conscientização sobre drogas, alcoolismo e direção defensiva.
Massoterapia (Cien)	Realização de <i>quick massage</i> terapêutica em colaboradores próprios e parceiros, duas vezes por semana.
Visita da assistente social (Ampla e Coelce)	A assistente social vai às localidades para dar informações personalizadas sobre os benefícios oferecidos pela empresa e sobre os benefícios previdenciários, além de esclarecer dúvidas de natureza funcional, social e de saúde.
Acompanhamento de empregados afastados	Acompanhamento do serviço social nos casos de auxílio-doença e auxílio-doença acidentário.



Atividade	Descrição
Esporte	
Jogos Bem-Viver	Inspirados na Olimpíada, os jogos são abertos a empregados e parceiros de todas as empresas da Endesa Brasil. Realizados a cada dois anos, contam com oito modalidades de esportes.
Equipe de Corrida e Caminhada (Coelce)	Assessoria para treinos como estímulo aos hábitos de corrida e caminhada. Os integrantes da equipe participaram ao longo do ano de vários eventos esportivos em suas localidades.
Passeio de <i>Bike</i> (Coelce)	Organização de passeios de bicicleta para colaboradores (próprios, parceiros e estagiários), familiares e amigos, com apoio de empresa especializada.
Família e cidadania	
Canal Você	Canal criado para apoiar e aconselhar empregados e dependentes em casos jurídicos, planejamento financeiro, psicológico e assistência social.
Visita das crianças	Filhos, sobrinhos e netos de colaboradores e parceiros conhecem um pouco mais do local de trabalho, realizam atividades dinâmicas, visita à Central Geradora Termelétrica e ao Centro de Controle do Sistema.
Campanha Criança Feliz (Coelce)	Ação realizada em outubro, em comemoração ao Dia das Crianças. Recolhimento de doações de colaboradores entregues a instituições sociais.
Orientando o futuro (Ampla e Coelce)	O programa consiste em um bate-papo com filhos e familiares de funcionários e parceiros que estejam cursando o ensino médio, tenham entre 15 e 22 anos e interesse em conhecer um pouco mais de diversas profissões.
Incentivo à educação (Coelce)	Homenagem a filhos dos colaboradores que atingiram as melhores médias escolares no ano, com o objetivo de estimular o desenvolvimento e amor pelo saber.
Cultura	
Cinema Bem-Viver (Ampla e Coelce)	Filmes exibidos em horário de almoço, voltado para as pessoas que permanecem na empresa nesse horário e que têm a oportunidade de se integrar com outras áreas, além de expandir seus conhecimentos culturais.
Oficina Musical/Coral das Luzes (Coelce)	Preparação vocal, corporal e musical, sob a regência de um maestro. Colaboradores realizam apresentações periódicas.
Oficina de dança (Coelce)	Aulas de dança sobre diversos ritmos, nas dependências da empresa, duas vezes por semana.

Inovação em 2011 foi o lançamento do projeto-piloto de *Home Office*, modalidade de trabalho que permite a realização de parte da jornada em casa, em dias e horários estabelecidos pela empresa. O projeto integra a dimensão Conciliação e Flexibilidade do Plano Senda de Responsabilidade Social em Recursos Humanos das empresas Endesa. O programa ajuda a fomentar um estilo de gestão baseado na confiança e no compromisso, permitindo a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar dos funcionários. Realizado entre os meses de julho e novembro, 31 profissionais da área corporativa participaram da experiência, que foi avaliada em dezembro com o apoio da ferramenta 360°. O resultado apontou que a iniciativa não comprometeu a qualidade do trabalho. Com isso, o programa foi oficialmente lançado no início de 2012.

Desde 2009, é realizada anualmente uma pesquisa sobre o Programa Bem-Viver, que alcançou em 2011 a marca de 89,6% de satisfação entre os colaboradores que responderam ao levantamento.

“É importante falar da amplitude do programa Saber Viver, que não só realizou a parte profissional como levou muito sobre segurança para pessoa em si. Esse exemplo de um programa para a família pode ser estendido também para a reciclagem, levando esses valores e princípios para dentro de casa.”

Priscila Maia e Silva,
colaboradora da Coelce

Parceiros e fornecedores

O relacionamento da Endesa Brasil com seus fornecedores de bens e parceiros de serviços é baseado em confiança e lealdade. Os critérios básicos para o início de qualquer relação comercial são a total adesão aos princípios éticos e aos compromissos socioambientais estabelecidos pelo Código de Conduta da companhia e a predisposição a trabalhar valorizando a vida. Além disso, é exigido respeito e cumprimento a práticas de investimento e processos de compra adotados pelas empresas do grupo em todo o mundo.

A Endesa Brasil conjuga três cadastros para seleção e habilitação de fornecedores: o sistema Repro da empresa Achilles, por meio do qual a avaliação econômica, financeira e jurídica das empresas é feita por consultoria contratada; o cadastro global do grupo Enel, que está sendo instituído gradativamente no Brasil por meio da sistematização de famílias de materiais, cujos fornecedores recebem habilitação válida em nível mundial; e o cadastro América Latina (Latan) da Endesa, também em fase de adesão, pelo qual está sendo feita a especificação dos serviços homologados, para posterior registro de fornecedores.

O processo resulta em uma pré-qualificação, tem validade de três anos e torna o fornecedor automaticamente apto a participar das licitações da empresa, mas pode ser encerrada ou suspensa a qualquer momento, em caso de constatação de irregularidades. Além da avaliação documental, ocorrem inspeções às instalações dos fornecedores, com análise de todo o processo fabril, para conferência das informações fornecidas. As empresas candidatas ao cadastro global são visitadas por técnicos da Enel para a validação dos materiais a serem comprados. Todas as inspeções em fábrica verificam a inexistência de violação de direitos humanos ou de trabalho escravo ou infantil.

A totalidade dos contratos inclui o Código de Ética da Endesa, os dez princípios do Pacto Global e o compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os contratos de investimentos considerados significativos se referem a obras de expansão e melhorias e têm valores que exigem a aprovação dos comitês de aprovisionamento da Endesa no Chile (acima de 2 milhões de euros) e na Espanha (mais de 12 milhões de euros). Em 2011, 100% desses contratos incluíram cláusulas de direitos humanos. Na Ampla, 19 contratos com essas características foram firmados ou faturados em 2011; na Coelce, 25; na Endesa Fortaleza, 1. Endesa Cachoeira, Endesa Cien e *holding* não apresentaram contratos dessa natureza. A Prátil considera como contratos significativos aqueles de extrema importância estratégica para a empresa, como de grandes vendas de serviços. Em 2011, foram firmados dois contratos com essas características, ambos contendo cláusulas de direitos humanos. [|GRI HR1|](#)

As empresas contratadas estão sujeitas a auditorias trabalhista, fiscal e financeira, que consistem na revisão do processamento, pagamento e adequação às obrigações referentes aos empregados. Os fornecedores críticos (aqueles que realizam serviços considerados estratégicos ou que afetem diretamente aspectos como continuidade do serviço, meio ambiente, imagem da empresa ou segurança de pessoas) passam por inspeções de campo periódicas – 100% deles tiveram avaliações referentes a direitos humanos em 2011, e não foram identificadas irregularidades. A empresa não identifica em suas operações, nem nas de fornecedores, riscos significativos de ocorrência de trabalho infantil ou escravo ou ameaças à liberdade de associação. [|GRI HR2, HR5, HR6, HR7|](#)

A empresa não possui uma política formal de concentração de compras em fornecedores locais (nos Estados de suas áreas de atuação), mas privilegia os parceiros localizados nas proximidades em condições de preço e qualidade equivalentes. [|GRI EC6|](#)

Participação no valor total das compras | GRI EC6 |

Empresa	Materiais			Serviços		
	Locais	Nacionais	Globais	Locais	Nacionais	Globais
Ampla	13,9%	81,0%	5,1%	67,0%	32,8%	0,2%
Coelce	31,2%	55,9%	12,9%	0,2%	59,0%	40,8%
Endesa Cachoeira	12,0%	88,0%	-	20,5%	79,2%	0,3%
Endesa Cien	35,4%	64,6%	-	19,9%	79,9%	0,3%
Endesa Fortaleza	33,4%	64,8%	1,8%	90,2%	9,7%	0,0%
Prátil	0,4%	99,6%	-	27,6%	72,4%	-
<i> Holding</i>	68,2%	31,8%	-	42,7%	56,3%	1,0%

Em 2011, o Plano de Choque de Segurança fez o mapeamento dos riscos a que estão expostos os prestadores de serviço da empresa, com o objetivo de traçar diagnóstico global e integral da gestão de segurança e saúde laboral por parte dos parceiros. Entre os aspectos considerados estiveram questões relacionadas a documentação, treinamento e equipamentos de proteção.

Tendo como meta a gestão da qualidade em toda a sua cadeia produtiva, a Endesa Brasil passou a solicitar de seus fornecedores, a partir de 2011, as certificações ISO e OHSAS, de acordo com as áreas de atuação. Empresas que já estão

em atividade, ou aquelas de menor porte, são instadas a apresentar plano de ação para obtenção das certificações. Os fornecedores de maior porte também devem aderir ao Pacto Global.

Voluntariamente, a Endesa Brasil incentiva a participação de seus prestadores de serviço no *ranking* das 100 Melhores Empresas Para se Trabalhar, do Instituto Great Place to Work. Em 2011, 11 fornecedores se inscreveram na pesquisa. A iniciativa procura contribuir para o desenvolvimento do ambiente de trabalho nas empresas e para seu melhor desempenho corporativo.

Atividades de parceiros | GRI EU17

Área de atuação / média de dias trabalhados por parceiro no ano	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil
Construção (construção da rede elétrica, modernização de instalações)	280	276	264	250	0	6
Operação (operação de atividades de geração e transmissão, leitura e entrega de contas, atendimento em agências, teleatendimento, administrativos, transportes, logística, tecnologia da informação, zeladoria, reprografia, segurança patrimonial e serviços advocatícios)	292	287	0	175	160	61
Manutenção (inspeção, manutenção preventiva e corretiva, normalização, ligação nova, poda, corte e religação)	284	281	279	300	126	61

Desenvolvimento e reconhecimento

O acompanhamento do desempenho dos prestadores de serviço estratégicos é feito trimestralmente com base em indicadores que compõem o Índice de Parceria (InPar). Os critérios passam por satisfação dos clientes e dos trabalhadores, segurança, gestão empresarial e sustentabilidade. A análise segue a metodologia do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). As melhores práticas e melhores resultados por indicador são reconhecidos trimestralmente, e os prestadores elaboram planos de ação como compromisso para melhorias. A premiação nacional dos fornecedores acontece anualmente e são reconhecidas as empresas de serviço e material que apresentaram o melhor desempenho no período.

O 4º Seminário de Gestão em Responsabilidade Socioambiental para Fornecedores, realizado em 1º de dezembro em Niterói, reuniu fornecedores de materiais e de serviços das empresas do grupo. Foram apresentadas palestras de sustentabilidade sobre indicadores de responsabilidade social, inclusão de deficientes e procedimentos internos da Endesa Brasil. O objetivo do evento foi estreitar o relacionamento com os fornecedores, harmonizando rotinas e oferecendo informações sobre as premissas da parceria.

Prêmio Qualidade 2011 – Endesa Brasil

Categoria	Empresa
Prestador de serviços – Ampla	
1º lugar	Evoluti
2º lugar	Indica Serviços
3º lugar	Landis+Gyr
Prestador de serviços – Coelce	
1º lugar	Loprese Locação
2º lugar	Ceneged - Companhia Eletromecânica e Gerenciamento de Dados
3º lugar	Teclink Tecnologia de Manutenção
Prestador de serviços – Geração	
1º lugar	Cotesa Engenharia
2º lugar	Energy System Reforma de Transformadores
3º lugar	Nordeste Emergências e Soluções Médicas
Fornecedor de material	
Grupo I	Incesa Indústria e Componentes Elétricos
Grupo II	Tee Componentes Elétricos
Grupo III	Alstom Grid Energia
Destaques Saber Viver (Ampla e Coelce)	
JVP	Eficaz Engenharia e Serviços
Inovare	B&Q Eletroficações
Melhor fornecedor em Responsabilidade Socioambiental	
Landis+Gyr	

“Participei do projeto social da Ampla de inclusão de jovens da comunidade, com treinamento para eletricitistas – nossa empresa pôde recrutar vários desses jovens.”

Aline Gentil Machado,
gerente de Recursos Humanos da Soter

Cientes





3103

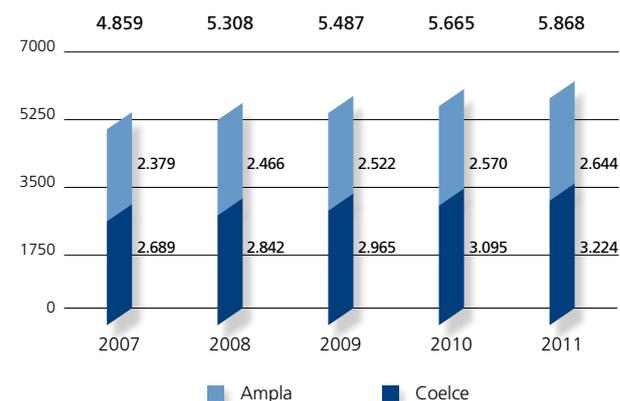
você & você
central de
relacionamento

você & você
central de
relacionamento

Compromisso com a satisfação dos clientes e com a qualidade dos serviços

Prestar atendimento de qualidade, comprometido com a satisfação e a segurança de seus clientes, é um compromisso da Endesa Brasil. No encerramento de 2011, Ampla e Coelce apresentavam 5,9 milhões de unidades consumidoras, acréscimo de 3,6% em relação a 2010; a evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo. Na geração, Endesa Cachoeira atendeu 71 clientes, e Endesa Fortaleza seguiu com seu contrato com a Coelce. A Prátil registrou 638.568 clientes pessoas físicas e 850 pessoas jurídicas em 2011, e a Endesa Cien presta serviço de transmissão para o sistema brasileiro, por meio de contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

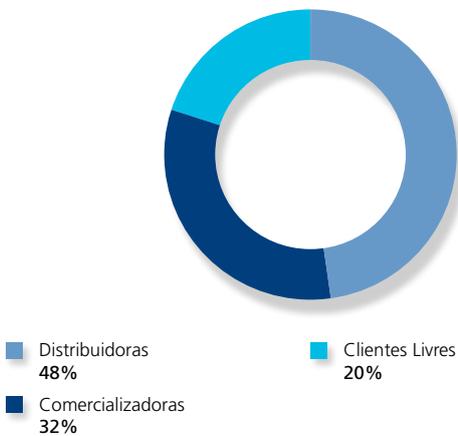
Número de clientes na distribuição
(mil)



Número de clientes | GRI EU3 |

Classe de clientes	2010			2011		
	Ampla	Coelce	Total	Ampla	Coelce	Total
Residencial	2.041.779	2.326.112	4.367.891	2.107.951	2.360.031	4.467.982
Convencional	1.352.122	621.432	1.973.554	1.907.888	1.237.172	3.145.060
Baixa Renda	689.657	1.704.680	2.394.337	200.063	1.122.859	1.322.922
Industrial	4.783	5.814	10.597	4.731	5.864	10.595
Comercial	143.162	159.487	302.649	144.607	164.476	309.083
Rural	60.866	325.140	386.006	61.686	396.100	457.786
Setor público	14.883	39.665	54.548	15.520	41.480	57.000
Subtotal	2.265.473	2.856.218	5.121.691	2.334.495	2.967.951	5.302.446
Clientes livres	29	19	48	34	37	71
Revenda	13	2	15	14	2	16
Consumo próprio	368	221	589	368	221	589
Consumidores ativos sem fornecimento	304.712	238.140	542.852	308.599	256.167	564.766
Total de consumidores	2.570.595	3.094.600	5.665.195	2.643.510	3.224.378	5.867.888

Carteira de Clientes - Endesa Cachoeira



Atendimento e comunicação

Ampla e Coelce mantêm diferentes canais de atendimento dos clientes: lojas, com atendimento presencial em todos os municípios das áreas de atuação; Central de Relacionamento (telefone); e agência virtual na internet. Há acompanhamento permanente do desempenho desses canais, mensurando atendimento, prazos, realização de serviços e equipes técnicas. A comunicação é ainda ampliada pelos projetos sociais realizados nas comunidades atendidas e pelas redes sociais *on-line*.

Os clientes contam com Ouvidoria, Conselho de Consumidores e ferramentas de contato com o presidente das empresas. Disponível via site, telefone, correspondência ou pessoalmente, a Ouvidoria é a instância de maior relevância na mediação de conflitos entre empresa e consumidores. Soluciona reclamações de todos os canais de comunicação com o cliente e detecta possibilidades de melhorias dos serviços. Na Coelce, foram realizados em 2011 eventos de Ouvidoria na Comunidade, com esclarecimentos sobre serviços prestados, projetos sociais e ambientais, uso eficiente de energia elétrica, entre outros. O Ampla de Portas Abertas promove encontro mensal de clientes, representantes de diversos públicos da Ampla, que visitam as instalações da empresa.

Ações inclusivas e direcionadas ao combate às barreiras para a comunicação eficiente são adotadas pelas distribuidoras. Profissionais das lojas são treinados em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras – especial para portadores de deficiência auditiva), com apoio da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis). As pessoas com deficiências visuais podem solicitar a conta de energia em versão braille. Novas agências de atendimento são equipadas com rampas de acesso e banheiros para pessoas

com dificuldades de mobilidade, assim como unidades já existentes são gradualmente reformadas para a instalação dessas facilidades. As Centrais de Relacionamento oferecem serviço de atendimento telefônico gratuito com canais dedicados a clientes com deficiência auditiva. Algumas lojas mantêm atendimento em inglês. [|GRI EU24|](#)

Lançado em 2010, Programa Cliente Parceiro, da Coelce, convida os próprios clientes, classificados como lideranças locais, a serem treinados para identificar problemas em postes, reguladores, chaves-fusíveis, transformadores, dentre outros equipamentos. Dessa forma, podem comunicar diretamente à empresa que providenciará o reparo ou a devida manutenção. Até o final de 2011, o programa visitou dez municípios cearenses, capacitando 118 clientes. Outra iniciativa é um totem de autoatendimento, que surgiu a partir de um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento. É uma plataforma de atendimento, na qual o consumidor tem interação direta com o atendente, por meio de videoconferência e documentação.

Aplicado nas lojas, na Ouvidoria e na Central de Relacionamento, o projeto Ganha Ganha, programa de remuneração por produtividade, trouxe mais um benefício para os colaboradores de atendimento. A partir de indicadores preestabelecidos, os participantes podem receber até 20% de incremento salarial. Além da aderência, do absenteísmo e do tempo médio, a qualidade no atendimento recebeu reforço da campanha Informação Correta e Completa, que consiste em reconhecer os atendentes que repassam as informações de maneira mais adequada para o cliente, garantindo sua satisfação e evitando rechamadas. Essas ações contribuíram para o bom clima laboral e para os resultados da área: reduziram-se os números de causas judiciais e reclamações de clientes na Ouvidoria e na Aneel. Os bons resultados alcançados podem ser verificados nas pesquisas realizadas anualmente, como a Pesquisa de Cliente Oculto, que apresentou em dezembro de 2011 melhora de quatro pontos percentuais nas lojas e de 11 pontos percentuais na Central de Relacionamento.

Acompanhando as tendências no mercado, em março de 2011, a Ampla iniciou o atendimento por meio das mídias sociais. A célula de Atendimento WEB 2.0 monitora as redes Twitter e Facebook, interagindo com os clientes que mencionam a marca da Ampla. No fim do ano, a empresa apresentava volume médio de 1.500 citações no Twitter e mais de 70 mil visualizações da *fan page* no Facebook. Em outubro, a empresa intensificou o atendimento aos clientes que buscam o site Reclame Aqui – e já ocupa a terceira posição no *ranking* das distribuidoras de energia elétrica mais bem avaliadas no País.

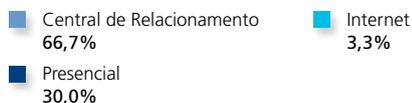
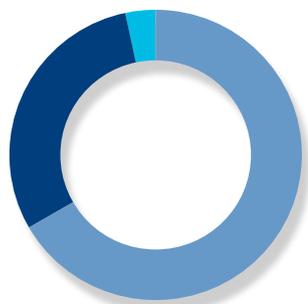
Número de atendimentos

Canais	2010			2011			Variação 2011/2010
	Ampla	Coelce	Total	Ampla	Coelce	Total	
Central de Relacionamento	7.088.006	3.107.712	10.195.718	6.706.394	3.277.987	9.984.381	-2%
Lojas, agências	2.652.726	2.578.064	5.230.790	3.016.645	3.799.641	6.816.286	30%
Internet	1.938.786	468.150	2.406.936	332.690	448.310	781.000	-68%
Total	11.679.518	6.153.926	17.833.444	10.055.729	7.525.938	17.581.667	-1%

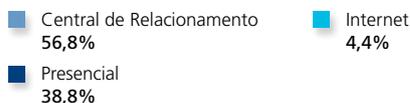
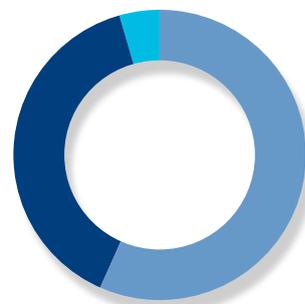
Canais de atendimento

Canais de atendimento

Ampla

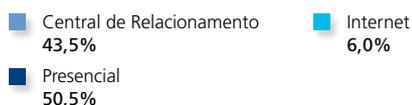
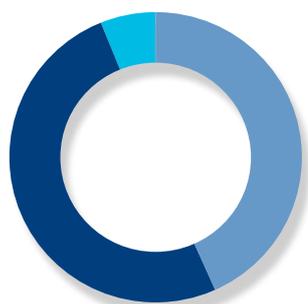


Canais de atendimento (consolidado)



Canais de atendimento

Coelce



Transparência

As empresas da Endesa Brasil seguem as determinações do Código de Ética aplicado às empresas Endesa de todo o mundo. De acordo com esse Código, os contratos e as comunicações com os clientes, inclusive em mensagens publicitárias, devem: 1) ser claros e simples, formulados em uma linguagem o mais próxima possível dos interlocutores (sem o uso de termos ou cláusulas somente compreensíveis por especialistas, com a apresentação dos preços com impostos incluídos e discriminando claramente o custo de cada serviço ou produto); 2) seguir os regulamentos existentes, sem recorrer a práticas enganosas ou erradas (que possam, por exemplo, representar constrangimento para o consumidor); 3) completas, de forma a não suprimir nenhum elemento relevante para a tomada de decisões por parte do cliente; 4) estar disponíveis nas páginas da empresa na internet.

A Endesa assume a responsabilidade por comunicar em tempo hábil todas as informações relativas a eventuais alterações de contratos ou mudanças nas condições econômicas e técnicas de prestação de serviços ou venda de produto;

e a resultados dos controles de conformidade realizados exigidos pelas autoridades reguladoras. O Código também normatiza a concessão de patrocínios, para evitar conflitos de interesses de ordem pessoal ou empresarial, que devem seguir contratos específicos e apoiar iniciativas que se refiram a temas sociais, ambientais, esportivos, arte e espetáculos, divulgação científica e tecnológica e eventos que ofereçam garantia de qualidade, respondam a necessidades territoriais específicas e se alinhem aos interesses do negócio. [\[GRI PR6\]](#)

As distribuidoras Ampla e Coelce publicam na conta de energia várias informações, como: nome, código de identificação e endereço do consumidor; número de medidores de energia elétrica ativa e reativa; data das leituras anterior e atual dos medidores, bem como da próxima leitura prevista; data de apresentação e de vencimento; produtos e serviços prestados, discriminando as tarifas aplicadas; impostos incidentes sobre o faturamento realizado; valor total a pagar; aviso de que informações sobre as condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos se encontram à disposição dos consumidores, para consulta, nas agências da concessionária; indicadores referentes à qualidade do fornecimento, de acordo com a norma específica; número de telefone da Central de Atendimento, da Ouvidoria e/ou outros meios de acesso à concessionária para solicitações e/ou reclamações, bem como da agência reguladora (Aneel).

Além disso, quando pertinente, as contas devem informar outros aspectos como: multa por atraso de pagamento e outros acréscimos moratórios individualmente discriminados;

indicação do respectivo desconto sobre o valor da tarifa, em moeda corrente; indicação de fatura vencida, apontando no mínimo o mês/ referência e valor em reais; percentual do reajuste tarifário, o número da Resolução que o autorizou e a data de início de sua vigência nas faturas em que o reajuste incidir; e declaração de quitação anual de débitos, entre outros.

No caso de cliente residencial baixa renda, deve ser discriminada a tarifa referente a cada bloco de consumo. As concessionárias podem incluir na fatura outras informações julgadas pertinentes, desde que não interfiram nas informações obrigatórias, sendo vedada, em qualquer hipótese, veiculação de propagandas e mensagens político-partidárias. As faturas podem incluir a cobrança de outros serviços e/ou doações ou contribuições para entidades de interesse social, de forma discriminada, após autorização do consumidor. Todas essas informações seguem integralmente as determinações dos contratos de concessão dos serviços de distribuição de energia sobre quais informações devem constar nas contas de energia elétrica, conforme Resolução Normativa nº 414 de 2012 da Aneel.

Em novos negócios, os contratos de adesão e materiais de vendas – como seguros e títulos de capitalização – devem expressar de forma clara todas as características e condições particulares de uso. Apólices de seguros (residencial, vida, etc.) comercializados pela Endesa Brasil, por meio da empresa Prátil, criada em 2010, apresentam informações de acordo com regulamento da Superintendência de Seguros Privados (Susep). [\[GRI PR3\]](#)

Desligamentos residenciais – número de clientes [\[GRI EU27\]](#)

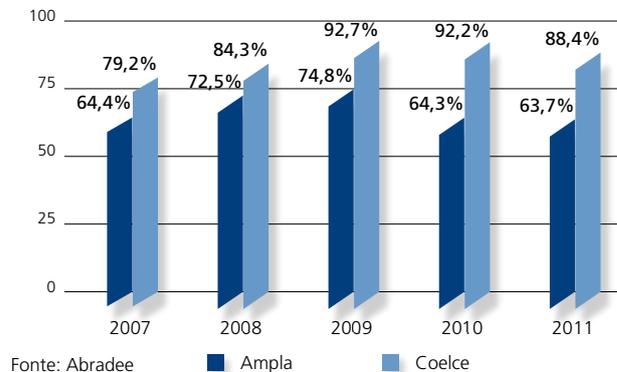
	Ampla		Coelce	
	2010	2011	2010	2011
Entre desconexão e regularização do pagamento				
Menos de 48 horas	388.657	284.598	190.819	213.350
48 horas a uma semana	90.974	77.529	49.835	46.626
Uma semana a um mês	74.373	84.030	48.889	37.277
Um mês a um ano	64.520	86.474	-	24.595
Mais de um ano	673	12	-	22
Religações após regularização do pagamento				
Menos de 48 horas	776.734	597.682	424.841	413.269
48 horas a uma semana	250	12.126	25.771	8.319
Uma semana a um mês	6	471	28	22

Satisfação do cliente | GRI PR5

Pelo terceiro ano consecutivo, a Coelce foi eleita a melhor distribuidora do País pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) e a melhor na avaliação dos clientes. A Pesquisa de Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) apontou nota de 88,4%, 11,7 pontos percentuais acima da média Abradee. Com esses resultados, a Coelce alcança o melhor desempenho de sua história na premiação. Também pelo terceiro ano consecutivo, a empresa obteve o maior Índice de Satisfação con la Calidad Percibida (Iscal) entre as distribuidoras da América Latina, de acordo com premiação conferida pela Comisión de Integración Energética Regional (Cier).

No aperfeiçoamento do trabalho, foi alterada a saudação dada aos clientes no final do atendimento durante os períodos de datas comemorativas (exemplo: *A Coelce agradece sua ligação e deseja Boas Festas*). No Dia do Cliente (15 de setembro), foi colocada mensagem de felicitação pela data na Unidade de Resposta Audível (URA). Supervisores de ilha realizam reuniões semanais com suas equipes para alinhar mudanças de procedimentos e informativos, além de reciclagens periódicas dos procedimentos, monitorias realizadas pelos supervisores e monitores, entre outras.

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) Abradee



Para melhorar o atendimento e criar uma aproximação maior com as áreas executoras, as distribuidoras criaram uma área de *back office* na central telefônica, célula estratégica de segundo nível de atendimento, que possui autonomia para garantir o efetivo cumprimento das solicitações feitas pelos clientes. Além de atendê-los, a área identifica oportunidades de melhorias a partir dos contatos e relatórios criados.

Na Ampla, foram reinauguradas lojas localizadas nas cidades de Maricá, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Magé (todas no Rio de Janeiro), adequadas à proposta de atendimento do projeto Marcar, que consiste em uma aproximação maior com o cliente com competência, transparência, confiança e proximidade. Para ambos os canais, o projeto Ganha Ganha, programa de remuneração por produtividade, trouxe mais um benefício para os colaboradores do atendimento. A partir de indicadores preestabelecidos, os participantes podem receber até 20% de incremento salarial.

A Coelce reinaugurou as lojas de Iguatu, Quixadá, Baturité, Limoeiro e Messejana, perfazendo um total de 17 lojas reformadas, que, por sua vez, respondem por 45% do volume de atendimento presencial. Essas lojas oferecem acessibilidade aos clientes deficientes físicos, maior conforto e o modelo de atendimento lado a lado, que assegura

maior transparência ao processo. Similar ao projeto Ganha Ganha da Ampla, a Central de Relacionamento da Coelce desenvolve a Campanha de Produtividade. Para estimular a qualidade do atendimento nas lojas e na central, a Coelce reconhece, desde 2009, o Atendente Destaque do Mês e promove semestralmente um evento de premiação.

Além da aderência, do absenteísmo e do tempo médio de atendimento, a qualidade no atendimento da Ampla recebeu reforço da campanha Informação Correta e Completa, de reconhecimento aos atendentes que repassam as informações de maneira correta e completa para o cliente, garantindo sua satisfação e evitando rechamadas. Na Coelce, com o mesmo objetivo, há a Campanha Reclamação de Serviço Mal Executado.

Pesquisas

Na Ampla, os bons resultados alcançados são percebidos na Pesquisa de Cliente Oculto – que apresentou, em dezembro de 2011, melhora de quatro pontos percentuais nas lojas e de 11 pontos percentuais na Central de Relacionamento. Na Coelce, a partir da Pesquisa Cliente Fantasma, observou-se melhoria de 16 pontos percentuais nos atendimentos realizados em lojas e redução de 11 pontos percentuais na central. Em 2012, a Coelce passará a realizar pesquisa pós-atendimento para avaliar de imediato a conduta do atendente da Central e, assim, antecipar as melhorias no processo.

A Central de Relacionamento da Ampla avalia anualmente o conhecimento e a conduta de seus atendentes por meio da Prova de Nivelamento, que em 2011 teve média de resultado de 92 pontos. Os colaboradores da central que prestam atendimento ao cliente passaram por, em média, 8,34 horas de treinamento no ano; os das lojas, 7,25 horas. Os índices de nível de serviço (total de chamadas atendidas em até 30 segundos sobre o total de chamadas) superaram as metas da Aneel: 93,05% na central. Na taxa de abandono (chamadas abandonadas em relação ao total de chamadas recebidas), a Ampla teve índice de apenas 0,91%.

Já na Central de Relacionamento da Coelce, os conhecimentos e a conduta de seus atendentes são aferidos semestralmente por meio da Avaliação de Conhecimentos. Em 2011, a avaliação alcançou média de 9,3 pontos, do total de dez permitidos. Os colaboradores da central passaram por uma média de 28,45 horas de treinamento em 2011; os de lojas, 28 horas. Os índices de nível de serviço também superaram as metas da Aneel: 93,43% das ligações para a central foram atendidas em até 30 segundos. A taxa de abandono teve índice de 0,75%.

Em 2011, a Endesa Cachoeira realizou nova pesquisa com seus clientes para subsidiar os processos de gestão comercial, avaliando nível de satisfação com o atendimento referente a vários processos, com destaque para o contato com a empresa durante negociação e faturamento. O resultado entre os clientes com contratos de longo prazo no ambiente livre foi de 80,9% (respostas que classificaram o serviço como bom ou muito bom). A queda em relação ao ano anterior, quando o resultado atingiu 90,2%, deveu-se a questões conjunturais do mercado de energia, restritas a 2010.

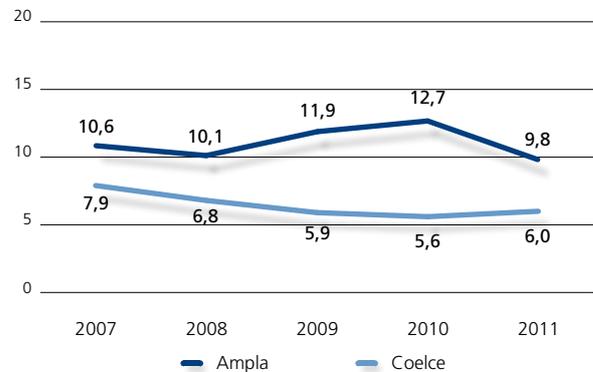
Qualidade no fornecimento

Nas atividades de distribuição, dois indicadores apontam a qualidade do fornecimento de energia. O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) indica quantas vezes por ano os consumidores tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Já o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) representa o número de horas por ano em que os consumidores tiveram o seu fornecimento de energia interrompido.

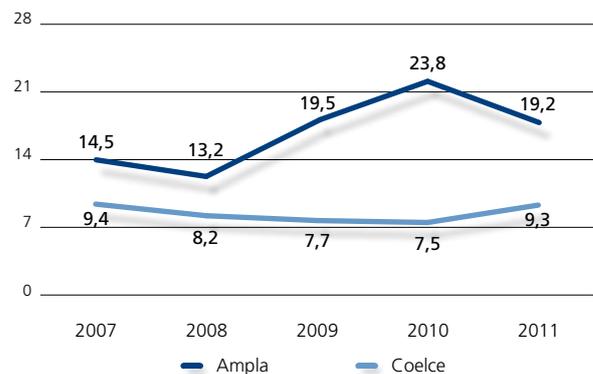
A Coelce encerrou o ano com DEC em 9,3 horas (7,5 horas em 2010) e FEC de 6,0 vezes, em comparação a 5,6 vezes no ano anterior. Esse desempenho foi influenciado pelo clima particularmente desfavorável no Estado do Ceará durante 2011, quando o volume de chuvas ficou 23,8% superior à média estatística e o número de descargas elétricas superou em 58,1% o apontado em 2010. A Ampla obteve recordes positivos no ano: pela primeira vez, o FEC ficou abaixo de dois dígitos (9,83 vezes); e o DEC apresentou diminuição de 22,8%, encerrando o ano em 19,24 horas. |GRI EU28, EU29|

Essa importante melhoria nos indicadores da qualidade de fornecimento da Ampla é resultado do Plano de Qualidade dos Serviços estabelecido em 2010. O Plano tem base em quatro pilares: reposição de ativos para manutenção do sistema, substituição de componentes para evitar interrupções, seletividade para minimizar os impactos, e flexibilidade para tornar mais ágil a religação da rede. Na média-tensão, foram intensificadas podas de árvores e instalação de sistemas de aterramento, religadores e chaves fusíveis. Nos projetos para alta-tensão, foram substituídos bancos de baterias, reformados transformadores de potência de subestação e executado o recondução de linha de transmissão.

Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente
(FEC - vezes) | GRI EU28 |



Duração Equivalente de Interrupção por Cliente
(DEC - horas) | GRI EU29 |



Os resultados de Coelce a posicionaram no *ranking* apresentado pela Aneel como a distribuidora de energia elétrica com a melhor qualidade de serviço do Brasil. A pesquisa avaliou 63 concessionárias durante o período de janeiro a dezembro de 2011. O *ranking* é elaborado com base no indicador de Desempenho Global de Continuidade (DGC), formado a partir da comparação dos valores apurados de DEC e FEC das distribuidoras.

A iniciativa vem demarcando a melhoria nos indicadores de qualidade mês a mês, desde outubro de 2010. A Ampla foi a distribuidora que mais evoluiu em qualidade de serviço no primeiro semestre de 2011, quando comparada às 20 maiores distribuidoras do País.

Em caso de transgressão dos limites estabelecidos pela Aneel para os indicadores de duração, frequência e continuidade de interrupção de energia por unidade consumidora (DIC, FIC e DMIC), as distribuidoras devem compensar os clientes atingidos. Em 2011, o montante desembolsado pela Ampla totalizou R\$ 14,5 milhões direcionados à compensação financeira de clientes atingidos. Há também cláusulas contratuais que preveem que as concessionárias devem se responsabilizar pelo ressarcimento de prejuízos causados aos clientes por acidentes ou intempéries climáticas envolvendo a rede elétrica. O montante pago na Ampla foi de R\$ 3,9 milhões em 2011. A Coelce recebeu no ano uma multa de R\$ 81 mil do Decon, pelo suposto descumprimento de normas de defesa dos consumidores. Mesmo não concordando com a aplicação da multa, a companhia optou pelo pagamento do valor. [|GRI PR9|](#)

Número de reclamações encaminhadas

	2010			2011			Variação 2011/ 2010
	Ampla	Coelce	Total	Ampla	Coelce	Total	
À empresa	1.949.484	382.438	2.331.922	2.042.394	814.026	2.856.420	22,5%
À Aneel/Arce	7.406	1.056	8.462	7.835	1.439	9.274	9,6%
Ao Procon/Decon	489	268	757	422	450	872	15,2%
Justiça	25.936	954	26.890	23.688	1.201	24.889	-7,4%
Total	1.983.315	384.716	2.368.031	2.074.339	817.116	2.891.455	22,1%

Saúde e segurança

Há diversas iniciativas de orientação para o uso seguro da energia elétrica. São acompanhados índices de acidentes com a população e, de forma proativa, elaborados campanhas e materiais educativos sobre o uso seguro da energia elétrica. Incluem mensagens em veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão), nas contas de luz, em folhetos disponíveis nas lojas de atendimento, em espaços no site na internet e em redes sociais (Twitter, Facebook, Orkut, Youtube). Campanhas periódicas destacam aspectos como

o risco de soltar pipas ou executar obras de construção civil, consertos de telhado, etc. nas proximidades das redes. As distribuidoras também patrocinam projetos culturais e esportivos alinhados a essa temática. [|GRI EU24|](#)

O projeto Férias sem Risco da Ampla atingiu 36 mil alunos de 112 escolas no Estado do Rio de Janeiro. Com uma linguagem descontraída, palestras alertaram crianças e adolescentes sobre o perigo de soltar pipas em locais próximos à rede elétrica, com distribuição de materiais com dicas de prevenção e brindes aos alunos.

Na Coelce, destacou-se em 2011 uma ação de marketing realizada em comemoração ao Dia dos Pais – Goleada de Dicas Coelce –, realizada em algumas lojas de atendimento. A ideia foi atrair os clientes em uma brincadeira divertida que imitava um jogo de futebol de botão. Os participantes responderam a perguntas relacionadas aos principais temas da comunicação e ganharam brindes institucionais da empresa. Foram mais de 700 participantes em nove dias de ação. Outra iniciativa, do time Presença no Dia a Dia das Pessoas, incluiu palestras com o tema Energia Segura: Sua Vida e a Vida de Sua Família em Primeiro Lugar, realizadas em sete comunidades de Caucaia (CE).

Há programas na distribuição para assegurar acesso à energia para serviços locais de saúde: é dada prioridade na normalização de hospitais quando há falta de energia não programada; e para os clientes eletrodependentes, ocorre atualização diária do cadastro desses consumidores, bem como uma sinalização nos sistemas para atendimento em situações de emergência, a fim dar prioridade a essas unidades consumidoras.

A preocupação com o uso seguro de energia ocorre em todas as fases do ciclo de vida dos serviços: [|GRI PR1|](#)

Planejamento de recursos energéticos – Na elaboração dos projetos de construção de linhas de transmissão e subestações, são realizados estudos e elaborado um relatório de impacto ambiental, os quais são apresentados ao órgão ambiental para análise e aprovação.

Distribuição de energia – Inspeções e manutenções preventivas e corretivas para reduzir a duração e a quantidade de interrupção, que podem afetar a saúde e a segurança da população. Busca-se identificar e evitar a ruptura de cabos elétricos, mas, caso elas ocorram, o sistema elétrico possui mecanismos de automação que desenergizam a rede da área afetada. Para responder às eventuais ocorrências de interrupção de grande porte no sistema elétrico, que causam sérios impactos sociais, dispõe de planos de emergência e contingência.

Geração de energia – Para prevenir acidentes e responder a eventuais situações de emergência, são seguidas diretrizes da norma ISO 14001, integradas às normas OHSAS 18001 e ISO 9001, utilizando procedimentos que auxiliam na prevenção e redução dos impactos que envolvam: explosão ou risco potencial de incêndios e vazamento de produtos químicos, de gases ou de óleos.

Transmissão de energia – Por meio de inspeções e manutenções preventivas e corretivas que visam reduzir os tempos e quantidade de interrupção, as quais podem afetar a saúde e a segurança da população atendida. Para prevenir acidentes e responder a eventuais situações de emergência, são seguidas diretrizes da norma ISO 14001, integradas às normas OHSAS 18001 e ISO 9001, utilizando procedimentos que auxiliam na prevenção e redução dos impactos que envolvam explosão ou risco potencial de incêndios e vazamento de produtos químicos, de gases ou de óleos.

Uso de energia – Iniciativas de orientação para o uso seguro da energia elétrica. São acompanhados os índices de acidentes com a população e, de forma proativa, elaboradas campanhas e materiais educativos sobre o uso seguro da energia elétrica. Incluem mensagens em veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão), nas contas de luz, em folhetos disponíveis nas lojas de atendimento, em espaços no site na internet e em redes sociais (Twitter, Facebook, Orkut, Youtube). Campanhas periódicas destacam aspectos como o risco de soltar pipas ou executar obras de construção civil, consertos de telhado, etc. nas proximidades das redes.

Pesquisa e Desenvolvimento – Pesquisas de pré-testes de conceitos de campanha e sondagem para avaliar a percepção dos clientes em relação à segurança das equipes de campo.

Marketing e promoção – As campanhas de comunicação e marketing orientam sobre o uso seguro da energia elétrica.

Certificação – Processos de planejamento e engenharia, operação técnica e comercial, que possuem normas e procedimentos certificados pela norma OHSAS 18001.

Disposição, reutilização ou reciclagem – Por meio da descontaminação das lâmpadas de prédios próprios e de iluminação pública, acondicionamento correto dos gases dos equipamentos de refrigeração de uso interno e dos refrigeradores trocados pelos projetos de eficiência energética.

Mesmo assim, em 2011, ocorreram 33 acidentes com lesões e 21 mortes de usuários do serviço de energia nas áreas de Ampla e Coelce. Os óbitos devem-se basicamente ao uso inadequado da energia, provocados por contato com a rede energizada.

Acidentes com a população ⁽¹⁾ | GRI EU25|

	Ampla	Coelce
Lesões	16	17
Leves	11	17
Graves	5	0
Mortes	9	12
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ mil) ⁽²⁾	5.404	ND
Valor provisionado no passivo (R\$ mil) ⁽²⁾	0	19,97
Número de processos judiciais existentes	37	189
Número de pessoas vinculadas nos processos	37	189

⁽¹⁾ Não foram registrados acidentes nas empresas de geração e transmissão de energia

⁽²⁾ O valor provisionado por Ampla no passivo de 2010 está zerado porque os processos não tiveram sentença de mérito.

“Fazemos reuniões mensais do Conselho, e algumas edições especiais em municípios atendidos – também podemos acompanhar todas as ações em andamento pela internet. Tivemos um trabalho bastante importante relativo ao reajuste tarifário e também nas ações na comunidade, como informações sobre poda de árvores.”

Luiz Antonio Pinto Marques,

integrante do Conselho de Consumidores da Ampla e da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj)

Sociedade





Compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo o crescimento das comunidades

A integração da Endesa Brasil com a sociedade é estabelecida a partir do diálogo com lideranças locais e em parceria com as comunidades, de acordo com suas necessidades. O reforço do enraizamento local faz parte do plano estratégico de sustentabilidade que direciona a ação de todas as empresas da Endesa no mundo. As iniciativas sociais são alinhadas às estratégias de negócio, com incentivo ao bom uso da energia elétrica e redução de perdas.

Na Ampla, os projetos sociais são focados em iniciativas de educação para o consumo consciente e disseminação de conceitos e práticas de responsabilidade socioambiental. Os destaques são o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia, assim como o fomento ao desenvolvimento local e geração de renda. Além desses temas, a Coelce ainda dá especial atenção a ações autossustentáveis de geração de renda e valorização da cultura local, em razão do perfil socioeconômico da população cearense. Nas empresas da Endesa Geração, os projetos obedecem a demandas regionais, com atividades direcionadas especialmente às necessidades de capacitação, educação e cultura.

Gestão de impactos [GRI 1.2, EC8, EC9]

Cerca de 70 projetos em andamento no ano, R\$ 163,3 milhões em investimentos e 4,2 milhões de pessoas diretamente beneficiadas: esse é o resumo dos programas sociais da Endesa Brasil em 2011, realizados em todas as localidades em que as empresas do grupo estão presentes.

Os programas de desenvolvimento comunitário são mantidos nas operações de distribuição, geração e transmissão; porém ainda não há processo estruturado para a Prátil. Assim, 83,3% das seis operações/empresas da Endesa Brasil incluem avaliações de impacto ambiental e monitoramento contínuo; divulgação pública dos resultados das avaliações de impacto ambiental e social (relatórios de sustentabilidade); programas comunitários de desenvolvimento local com base nas necessidades das comunidades locais; planos de engajamento das partes interessadas com base no mapeamento de todos os públicos de relacionamento; ampla consulta a comitês de comunidades locais e processos que incluem grupos vulneráveis, desenvolvendo e apoiando projetos com base nas necessidades das comunidades locais e levando em consideração os pedidos das comunidades, órgãos públicos e instituições. Não há avaliação de impactos sobre gênero. [GRI 501]

As empresas incluem ainda conselhos, comissões de saúde e segurança e outros órgãos de representação dos empregados para lidar com os impactos e mecanismos para receber reclamações da comunidade local. As principais ações de engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento abrangem grupos focais, pesquisas, reuniões com redes de lideranças comunitárias, redes sociais, encontro de fornecedores, assessoria de imprensa, entre outros.

Entre os impactos negativos dos serviços de distribuição de energia, estão choques elétricos, ruídos nas proximidades das subestações e incêndios. Os riscos potenciais incluem a eventualidade de falta de energia, que traz riscos à saúde para consumidores dependentes de aparelhos essenciais à vida; prejuízos financeiros em atividades econômicas; transtornos no trânsito; insegurança noturna em vias públicas; danos materiais e outros danos; insatisfação e inadimplência. [GRI 509]

As medidas de prevenção e mitigação desses impactos passam por procedimentos ambientais, de execução e operação, normas técnicas ambientais e projetos sociais, além de requisitos das normas OHSAS 18001, ISO 9001 e ISO 14001. Para manter a conformidade com leis e regulamentos, a empresa contrata empresas especializadas em atualização de leis ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional. **|GRI SO10|**

Na distribuição, entre os impactos esperados com os projetos de educação e capacitação para o uso consciente, estão a conscientização e a redução do consumo de energia nas comunidades atendidas, viabilizando o aumento da adimplência e a redução do furto. Existem também iniciativas para estimular a geração de renda das famílias, o desenvolvimento comunitário e a propagação da cultura e da educação.

Avaliação de iniciativas

Todas as atividades de Ampla e Coelce possuem métodos para verificação das necessidades da população envolvida. Em encontros das redes de lideranças, são debatidos temas relevantes para as áreas atendidas, havendo troca de experiências e informações, que também servem de base para avaliação e seleção de atividades prioritárias dos programas sociais das empresas.

Na Ampla, ações de cartografia social e visitas dos agentes comunitários às residências aprofundam a troca de informações. A pesquisa Avaliação de Imagem e das Ações Sociais da Ampla, realizada pela Fundação Getulio Vargas em 2011, analisou a relação dos clientes moradores em comunidades beneficiadas com os projetos sociais de educação e geração de renda do Consciência Ampla. Entre outros pontos, a maioria dos entrevistados afirmou ter mudado seus hábitos de consumo e percebido redução no valor da conta de luz após a participação nos projetos. Além disso, a maior parte dos participantes atribui notas entre nove e dez para as atividades do Consciência Ampla.

Na Coelce, os projetos Coelce nos Bairros e Energia Social visam ao diálogo direto com comunidades para a identificação de suas necessidades e expectativas e o enraizamento local é fortalecido a partir do diálogo com entidades do terceiro setor que desenvolvem projetos socioambientais. A percepção da população atendida pelos projetos é identificada a partir dos resultados de pesquisas. Em 2011, a Coelce destacou-se pelo terceiro ano consecutivo na Pesquisa Abradee como referência entre as distribuidoras brasileiras na pesquisa de percepção dos atributos de Responsabilidade Social.

As ações da Endesa Geração têm entre seus principais impactos a valorização da cultura e dos talentos locais; estímulo à educação e à leitura; melhoria na qualidade do ambiente escolar; formação e orientação profissional; desenvolvimento social e humano; incentivo à economia local e à geração de renda. Para definição dos projetos, as empresas recolhem sugestões das comunidades de entorno e elegem os que estão de acordo com a política de apoio da Endesa Brasil. A satisfação dos públicos externos quanto às ações em geral é avaliada anualmente pelo Índice de Líderes de Opinião (ILO Externo). No histórico dos últimos anos, as empresas da Endesa Geração têm evoluído percentualmente no que diz respeito à percepção das ações para a comunidade.

O ILO Externo auxilia na avaliação dos impactos econômicos das atividades da empresa, também analisados por pesquisas de campo. Entre os fatores positivos, estão inclusão social por meio da profissionalização e da oferta de melhores condições de vida, geração de emprego e renda, entre outros aspectos socioeconômicos ligados direta ou indiretamente à própria presença das empresas nas regiões onde atuam, com desenvolvimento da infraestrutura local. Pela natureza de seu negócio, a empresa assume caráter social já em sua atividade cotidiana, o que atribui especial valor à atuação de seus colaboradores, diretamente responsáveis pela geração e pelo fornecimento de eletricidade a milhares de pessoas. **|GRI EC9|**

Investimentos

A maior parte do investimento social da Endesa Brasil é direcionada a ações educacionais e culturais, proporcio-

nando o desenvolvimento das comunidades e a construção de um futuro mais igualitário. No ano, foram investidos R\$ 163,3 milhões, incluindo recursos destinados a programas de acesso à energia, como Luz Para Todos e Baixa Renda.

Investimento social externo |GRI EC1, EC8|

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding	Total
Educação	7.602	300	205	67	938	250	9.362
Cultura	4.917	12.528	68	100	388	0	18.001
Esporte	361	457	1	0	0	96	915
Outros ⁽¹⁾	22.152	112.869	0	0	0	0	135.021
Luz Para Todos ⁽²⁾	20.668	0	0	0	0	0	20.668
Programa de Investimentos especiais - Ceará	-	12.747	0	0	0	0	12.747
Direitos da Criança e do Adolescente	432	680	0	0	0	0	1.112
Voluntariado	21	7	0	0	0	0	28
Energia Social	-	12	0	0	0	0	12
Campanha de solidariedade	517	-	0	0	0	0	517
Programa Desenvolver	8	-	0	0	0	0	8
Rede de Lideranças Comunitárias	62	-	0	0	0	0	62
Bancos comunitários	444	-	0	0	0	0	444
Baixa renda ⁽³⁾	-	99.422	0	0	0	0	99.422
Total	35.032	126.154	274	167	1.327	346	163.299

⁽¹⁾ Após análise, a partir de 2011, deixaram de ser considerados como investimentos social externo os valores aplicados por Ampla em universalização urbana

⁽²⁾ Em 2011, não houve investimento direto de Coelce no Programa Luz para Todos, realizado exclusivamente com recursos do governo federal

⁽³⁾ A Coelce inclui como investimento social a parcela concedida de desconto na tarifa de energia elétrica para clientes de baixa renda e que posteriormente retorna por meio de subsídio do governo federal

Obs.: A Prátil não desenvolve projetos sociais

Recursos incentivados em 2011 ⁽¹⁾ |GRI EC4|

	Ampla	Coelce	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding	Total
ICMS	2.699	9.848	-	-	-	12.547
Lei Rouanet	1.465	2.680	100	1.097	379	5.721
Lei de Incentivo ao Esporte	283	457	-	-	96	836
Fundos para Infância e Adolescência	390	680	-	205	-	1.275
Total	4.837	13.665	100	1.302	475	20.379

⁽¹⁾ Endesa Cachoeira não utiliza recursos incentivados

A gestão dos programas é realizada por áreas mantidas em todas as empresas. No caso da Ampla, há uma área específica de projetos sociais com cerca de 70 colaboradores com formações predominantemente entre sociólogos e assistentes sociais. Todas as ações são alinhadas pela política de sustentabilidade em uma Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Corporativa da *holding*.

Ações sociais

Mais de 70 projetos sociais foram executados ou apoiados pelas empresas da Endesa Brasil em 2011, em ações que beneficiaram diretamente cerca de 4,2 milhões de pessoas. Abrangem iniciativas de educação para o consumo consciente; cidadania e voluntariado; educação e cultura; geração de renda; interação com a sociedade; e esportes e meio ambiente.

“A saúde é um aspecto importante da sustentabilidade. Para a terra ser boa, ela precisa ter saúde. Para o ser humano trabalhar melhor, o ar tem que ter saúde. Para a empresa crescer, é importante que todos tenham saúde. No programa Desenvolver, a saúde é um dos principais temas trabalhados pela Ampla. Sem saúde não há autoestima, não se pode crescer.”

Adriana da Silva,
cliente e beneficiária do Desenvolver

Número de beneficiados

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding	Total
Projetos socioambientais	521.079	2.068.509	22.196	29.000	69.094	150.000	2.859.878
Consumidores baixa renda ⁽¹⁾	200.063	1.122.859	-	-	-	-	1.322.922
Luz para Todos	1.135	15.353	-	-	-	-	16.488
Total	722.277	3.206.721	22.196	29.000	69.094	150.000	4.199.288

⁽¹⁾ A revisão do critério de concessão da tarifa social, determinada pela Aneel, significou a redução de 1.071 mil clientes classificados como baixa renda pelas distribuidoras Ampla e Coelce na comparação de 2011 com 2010

Obs.: A Prátil não desenvolve projetos sociais

Ações sociais

Projeto	Descrição	Beneficiados diretos
AMPLA		
Educação para o consumo consciente		
Consciência Ampla Futuro	Oferece a professores atividades de reflexão acerca do consumo consciente, com foco na energia elétrica, tornando-os multiplicadores de ideias e práticas. Em um segundo momento, ações são dirigidas a estudantes, transformando-os em disseminadores do tema no âmbito escolar, na família e comunidade. A melhoria da qualidade de vida da população e estímulo à cidadania, pelo acesso à educação para o consumo consciente e noções sobre ética e preservação do meio ambiente, é o principal benefício do programa.	113.155
Consciência Ampla Saber	Divulgação de conhecimento e práticas sobre consumo eficiente e consciente de energia. Inclui visitas domiciliares, palestras e oficinas para crianças, jovens e adultos. Também busca resolver problemas comerciais dos clientes, com atendimento personalizado, e educar a família para o uso eficiente da energia. Os agentes comunitários são jovens da própria localidade que, após passarem pelo projeto Consciência Ampla Oportunidade, levam soluções e serviços para vizinhos. Capacitação de jovens por meio de ações práticas e educativas. Conscientização das comunidades sobre o uso consciente de energia. Geração de renda com a contratação de jovens. Auxílio na adoção de novas tecnologias, como medição eletrônica e novos modelos de faturas.	129.324
Consciência EcoAmpla	Programa dirigido a clientes residenciais, que consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia elétrica, com destinação organizada do material à indústria de reciclagem. A relação completa desses locais está na internet (www.ampla.com). Ampliação da consciência ambiental e de atitudes cidadãs e éticas. Desde o início do projeto, em março de 2008, foram concedidos R\$ 363,8 mil em bônus nas faturas de energia elétrica de 66.197 clientes cadastrados e 1.983,4 toneladas de resíduos recicladas. Apenas em 2011, foram recicladas 788,2 toneladas, que representaram R\$ 169,6 mil em bônus para 21.599 clientes.	21.599
Consciência Ampla Eficiente	A ação segue normas técnicas e de segurança para reformar instalações elétricas residenciais de famílias de baixa renda, creches, asilos, hospitais públicos, entre outros, com o objetivo de reduzir o consumo e contribuir com apoio estrutural para o uso eficiente de energia. Inclui troca de geladeiras e inovações de baixo custo como trocadores de calor para aquecer chuveiros.	21.419
Consciência Ampla Sobre Rodas	Carreta itinerante que percorre a área de concessão levando conceitos de uso eficiente de energia, segurança com a rede elétrica e preservação do meio ambiente. Reúne atividades relacionadas ao consumo consciente para toda a família, mas com foco em jovens, entretendo e educando os participantes. Para complementar, as iniciativas de trocas de refrigeradores e de lâmpadas trazem redução imediata no consumo de energia elétrica das residências atendidas. Entre os benefícios, estão a inclusão das localidades de difícil acesso ou estrutura limitada para a realização de eventos; e melhorias nas condições de consumo de energia nas comunidades de baixa renda, com redução do desperdício (redução em média de 10% do valor das contas de energia).	57.318
Consciência Ampla Cidadania	Atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes na área de concessão da empresa, com acompanhamento de assistentes sociais. Busca o reconhecimento da cidadania pela consolidação dos direitos e deveres e a promoção de ações para reduzir o consumo de energia pela adequação à realidade das famílias atendidas. Encaminhamentos sociais, como a emissão gratuita de documentação; realização de oficinas sobre temas relacionados à cidadania e ao planejamento familiar. Cadastros no Programa Tarifa Baixa Renda. Trocas de refrigeradores.	28.405
Cultura na Rua	Projeto cultural que promove o teatro de rua, uma das manifestações mais tradicionais de arte popular, por meio da apresentação, em praças e escolas públicas, de esquetes divertidas com situações do dia a dia mostrando que é possível utilizar os recursos naturais – e consumir em geral – sem desperdício e de forma segura. Proporciona acesso gratuito às apresentações de teatro de rua, com temática de consumo consciente, ao público dos municípios visitados.	3.890
Cidadania e voluntariado		
Apoios aos direitos da criança e do adolescente	Doações de recursos, com o objetivo de promover o crescimento das comunidades atendidas, com o apoio a ações nas áreas de educação, saúde e inclusão social do público infanto-juvenil de diversos municípios da área de concessão. Recursos são investidos em projetos escolhidos pelos conselhos nas áreas de educação, saúde e inclusão social do público infanto-juvenil. Em 2010, foram realizadas doações para 33 conselhos municipais e 1 estadual, que atua na gestão de todos os conselhos do Rio de Janeiro.	Não mensurável.
Programa Compartilhar de Voluntariado	O objetivo principal é aproximar a empresa da comunidade, estimulando e envolvendo seus colaboradores nas ações. Inclui dias de mutirão voluntário (ação de reforma em instalações elétricas, na estrutura de instituições sociais e atividades de educação para o consumo seguro e consciente de energia) e campanhas de doações.	10.500



Projeto	Descrição	Beneficiados diretos
AMPLA		
Cidadania e voluntariado		
Programa Desenvolver	Iniciativa da Ampla em parceria com a Casa Amarela e Pastoral da Criança. Tem por objetivo acompanhar famílias que vivem em situação de vulnerabilidade/ risco social, fornecendo recursos materiais e estimulando seu desenvolvimento social. Os beneficiados pelo programa têm a oportunidade de serem acompanhados por profissionais e recebem doação de recursos materiais e encaminhamentos sociais.	1.616
Campanha de Solidariedade	Auxílio aos 14 mil clientes atingidos pelas chuvas de 2011: doação de água potável, cestas básicas, sangue, alimentos, roupas, artigos de higiene pessoal e limpeza e refrigeradores. A ação contou com o apoio de agentes comunitários. Auxílio no acompanhamento das instituições públicas no atendimento e cadastro das famílias atingidas. A campanha também contou com a mobilização de voluntários nos dias de distribuição dos itens doados e na doação de sangue.	14.000
Educação e cultura		
Consciência Ampla Cultural	Festival de educação e cultura, com entrada gratuita para toda a população cliente. Oferece atividades diferenciadas de cultura e educação para o consumo consciente e seguro de energia. Inclui debates com artistas renomados, shows de música, espetáculos de circo, teatro, dança, contadores de histórias, oficinas de pintura e de criação de brinquedos com material reciclável, exposições de artes e exibição de filmes premiados. Grande participação de estudantes de escolas municipais e professores, ampliando o acesso a atividades de educação e leitura. Foi realizada uma edição em 2011 e outras três serão promovidas em 2012.	20.993
Consciência Ampla na Tela	Leva a oportunidade a adolescentes que estudam em escolas públicas e comunidade em geral assistirem às mais recentes produções do cinema nacional. A projeção é feita em um grande telão, com qualidade de som e imagem digitais. Os alunos têm a possibilidade de participar de uma oficina de cinema, quando produzem curtas-metragens sobre consumo consciente, que são exibidos antes dos filmes. Entretenimento das famílias, desenvolvimento da consciência sobre o valor da cultura brasileira e estímulo ao consumo responsável de energia. Em 2011, foram realizadas atividades em 12 municípios: 17 sessões de cinema e 22 oficinas de cinema.	12.004
Canto de Natal	Projeto cultural itinerante que leva a magia do Natal aos municípios atendidos pela Ampla, por meio da apresentação gratuita de um ônibus-coral, especialmente decorado e com a presença do Papai Noel.	58.400
Feira Internacional de Teatro de Angra dos Reis (Fita)	Apoio ao evento que é considerado um dos mais importantes do País na área teatral, com grande impacto nos meios de comunicação. Recebe cerca de 90 mil pessoas por ano e traz cultura e arte nas 60 produções apresentadas ao público em média por edição.	Não mensurável.
Amplitude – Mostra de Cultura, Tecnologia e Inovação	Evento que traz cultura e tecnologia em um mesmo local. Expõe inovações tecnológicas utilizadas pelas grandes empresas e atrações que envolvem o público como exposições tecnológicas e culturais, performances, palestras e workshops. Proporciona acesso gratuito às mais recentes inovações tecnológicas voltadas à cultura, educação e entretenimento ao público fluminense.	2.746
Geração de renda GRI EC9 		
Consciência Ampla Oportunidade	Oficinas de capacitação de jovens para o mercado de trabalho, com tira-dúvidas sobre processos seletivos e dicas sobre consumo consciente de energia. Os interessados fazem prova de acesso a curso de eletricitista realizado por Ampla, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Movimento de Mulheres de São Gonçalo. Inclui acompanhamento social e oficinas com equipes da Ampla que atuam em campo. Contratação por Ampla e empresas parceiras de 34 jovens, dos quais 15 formados no curso de eletricitista.	1.354
Consciência Ampla com Arte	Oferece gratuitamente oficinas e cursos de artesanato e artes plásticas e é desenvolvido em parceria com a ONG Casa Amarela. O objetivo é oferecer capacitação em produção de peças artísticas e artesanais, em sua maioria utilizando-se de material reciclável, atividade de cultura, lazer e integração social, educação para o consumo consciente para famílias de baixo poder aquisitivo. Capacitação e conscientização ambiental de jovens e adultos das comunidades atendidas pela Ampla, que passam a ter mais opções de geração de renda e desenvolvimento econômico e social. Estímulo à geração de renda das famílias.	13.667
Banco Comunitário	Sistema integrado de crédito, produção, comércio e consumo, lançado em conjunto com a Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária, da Universidade Federal Fluminense. Promove geração de renda com linha de microcrédito alternativo para produtores e consumidores, moeda social circulante e alternativas de comercialização, como feiras e lojas solidárias. Desenvolvimento da economia local e estímulo ao microcrédito.	861



Projeto	Descrição	Beneficiados diretos
AMPLA		
Interação com a sociedade		
Rede de Lideranças Comunitárias	Manutenção de canal de comunicação direta com as lideranças para identificar as demandas com relação à melhoria da qualidade dos serviços. Transmissão de conhecimento sobre elaboração de projetos sociais, consumo responsável de energia, segurança da população em relação à rede de distribuição e outros temas relevantes para o fortalecimento de organizações comunitárias. Lideranças mais qualificadas para a representação de suas comunidades. Fortalecimento de associações comunitárias. Parcerias em diversas ações sociais. Aumento na velocidade da resolução dos problemas quanto ao fornecimento de energia nas comunidades atendidas.	16.736
Apoio à restauração do Palácio Guanabara	O palácio é um patrimônio histórico e artístico nacional. O edifício foi fundado em 1863 e é atualmente utilizado pelo governo estadual. A Ampla, com outras empresas, apoiou a restauração e reforma das instalações do palácio para que sua estrutura seja conservada e mantida.	Não mensurável.
Esportes e meio ambiente		
Energia na Praia	Projeto que percorre praias da área de concessão da Ampla, conscientizando a população sobre a importância do cuidado com o meio ambiente e consumo consciente da energia e da água. O público troca o lixo pelo empréstimo de materiais como cadeira e guarda-sol, além de usufruir de atividades como <i>shiatu</i> e oficinas de reciclagem.	5.800
COELCE		
Educação para o consumo consciente		
Ecoelce	Projeto de troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia. O projeto fortalece a educação ambiental nas comunidades, pois requer que os beneficiados passem a realizar a coleta seletiva de lixo.	370.000
Troca Eficiente	Combate ao desperdício de energia elétrica nas residências dos consumidores de baixo poder aquisitivo, contribuindo para ampliar a consciência na mudança de hábitos e comportamento no uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica. Inclui ações educacionais, troca de geladeiras e substituição de lâmpadas.	69.795
Coelce nos Bairros / Teatro de fantoches	Disseminar, com o apoio do teatro de fantoches, informações sobre os cuidados com a brincadeira com pipas, dicas de economia e segurança. Foco em crianças de comunidades de Fortaleza e Região Metropolitana com alta incidência de acidentes com pipas. No ano, foram promovidas 15 apresentações.	740
Coelce nos Bairros / Encontros com as comunidades	Disseminar informações sobre o uso seguro e consciente da energia elétrica, dicas de economia e preservação ambiental. Foram realizados 92 encontros na capital e Região Metropolitana e 111 no Interior do Ceará.	197.652
Coelce nas Escolas	Aplicação do tema ambiental como forma básica de assimilação por parte de educadores, professores, alunos e de suas comunidades dos princípios e procedimentos para o combate ao desperdício de energia elétrica. Ressalta a importância de usar da melhor forma a energia, sem tirar o conforto, aperfeiçoando as condições para melhoria da qualidade de vida e da construção de um planeta sustentável.	304
Cidadania e voluntariado		
Apoio aos direitos da criança e do adolescente	Doações para diversos projetos apoiados pelos Conselhos Municipais dos Diretos da Criança e do Adolescente.	7.297
Coelce Voluntários	Campanhas de arrecadação de brinquedos e de apoio a entidades sem fins lucrativos. Em 2011, houve mobilização para a doação de tampas plásticas para reciclagem, de cupons fiscais revertidos em dinheiro para as entidades beneficiadas, além da doação de brinquedos para associações comunitárias no Natal.	1.664
Coelce Solidária	Arrecadação de recursos doados por clientes por meio da conta de energia e repasse para entidades que atendem públicos em estado de vulnerabilidade social.	539.602
Educação e cultura		
Coelce nos Bairros / Resgate de brincadeiras e jogos populares	Resgatar a cultura popular, combater a ociosidade de crianças e jovens durante as férias. Em 2011, foi realizado um grande evento unificado que beneficiou 420 crianças.	420
Coelce Cultural	Apoio ao desenvolvimento de projetos de entidades para fomento à cultura cearense, nas áreas de literatura, dança, música, patrimônio imaterial, entre outros.	1.207.068
Cine Coelce	Atividades educativas para crianças de comunidades de baixa renda por meio da criação de desenhos animados que retratam temas relacionados à responsabilidade socioambiental. Em 2011, foram realizadas oficinas de desenho de animação para 200 crianças de dez comunidades e para 100 filhos de colaboradores, cujos temas foram meio ambiente e segurança no trabalho, respectivamente.	300



Projeto	Descrição	Beneficiados diretos
COELCE		
Educação e cultura		
Baú de Leitura	Disseminação de conhecimento a crianças e adolescentes, estímulo à cidadania e redução da exclusão social em comunidades com baixo desenvolvimento econômico. O projeto inclui a doação de livros e a realização de atividades de incentivo à leitura.	6.757
Zé Pretim Mamulengo e os Oito Jeitos de Mudar o Mundo	Espectáculos teatrais de boneco, com oficinas de criação e confecção de bonecos mamulengos, além da publicação de um livro que leva o conceito e os valores sugeridos a partir das Oito Metas de Desenvolvimento Do Milênio.	10.494
Geração de renda GRI EC9 		
Luz Solidária	Concessão de descontos na compra de eletrodomésticos eficientes, para consumidores residenciais que queiram trocar seus equipamentos. Para isso, devem participar de uma rede de desenvolvimento social.	12.156
Energia Social / Curso de Serigrafia	Capacitar jovens em técnicas de serigrafia, fornecer orientação profissional e favorecer seu ingresso no mercado de trabalho. Em 2011 uma turma foi capacitada com uma carga horária de 80 horas/aula.	40
Energia Social / Moda	Capacitar homens e mulheres no melhoramento das técnicas artesanais, favorecer a criação de novos produtos no campo da moda e sua adaptação às demandas do mercado. Em 2011, foi realizada uma capacitação em costura, oficinas de criatividade, e ações de apoio à comercialização das peças produzidas.	34
Energia Social / Artes Plásticas	Capacitar homens e mulheres no melhoramento das técnicas artesanais, favorecer a criação de novos produtos no campo do artesanato e sua adaptação às demandas do mercado. Em 2011, cinco comunidades participaram da produção dos brindes de Natal da companhia.	46
Energia Social / Hortas Comunitárias	Capacitar, orientar e acompanhar células produtivas de mudas, hortaliças e fitoterápicos em comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Econômico. Em 2011, foram realizados dois cursos de quintais produtivos no conjunto habitacional Maria Tomázia e o acompanhamento e incentivo a comercialização da horta de Itaoca.	17
Energia Social / Prata da Casa	Formar múltiplas células produtivas por meio de ações de capacitação e orientação mercadológica. Dirigido a homens e mulheres de conjuntos habitacionais de Fortaleza provenientes de áreas de risco. Ações em 2011: oficinas de fortalecimento grupal, qualidade do produto, e apoio à comercialização.	23
Energia Social / Produção de artefatos de decoração	Capacitar artesãos e produtores em geral no melhoramento das técnicas de fabricação, favorecer a criação de novos produtos e sua adaptação às demandas do mercado. Ações em 2011: oficinas de fortalecimento grupal, qualidade do produto e apoio à comercialização com a realização de bazares e viabilização da participação dos grupos em feiras externas.	277
Coelce nos Bairros / Energia em movimento	Ações integradas nos âmbitos da socioeducação, geração de renda e recuperação de clientes, realizadas em parceria com a área de operações comerciais que visam favorecer uma relação de maior proximidade com a comunidade, facilitando o diálogo e o acesso, minimizando ainda o impacto negativo da implantação da rede Coelce <i>Chip</i> .	720
Interação com a sociedade		
Coelce nos Bairros / Ação Social	Contribuir com a formação de imagem positiva da empresa, favorecer uma relação de maior proximidade e parceria entre os clientes residentes em comunidades periféricas. Em 2011, foram realizados quatro eventos.	10.423
Rede Social / Encontros com lideranças comunitárias	Favorecer uma relação de maior proximidade e parceria entre os clientes residentes em comunidades de regiões de periferia e contribuir para a redução de conflitos de interesses a partir da adoção de novas formas de relação cliente-empresa. No ano, foram realizados 48 encontros e duas edições do curso Agente Coelce que capacitou 40 líderes como multiplicadores de informações da Coelce nas comunidades.	120
Rede Social / Rodada de Negociações	Contribuir para a redução de conflitos de interesses a partir da adoção de novas formas de relação cliente-empresa, diminuir a inadimplência e as perdas comerciais em comunidades periféricas. Em 2011, foram realizados oito eventos.	735
Esportes e meio ambiente		
Incentivo ao Esporte	Doações para projetos apoiados pelo Ministério dos Esportes.	1.825
ENDESA CACHOEIRA		
Educação e cultura		
Festival de Poesias	Concurso promovido pela Secretaria de Educação de Cachoeira Dourada de Minas Gerais entre as escolas municipais, com o intuito de estimular a criação de textos literários e o desenvolvimento da língua portuguesa entre alunos, com auxílio dos professores.	400
Refeitório Colégio Inácio	Apoio na construção do refeitório do Colégio Estadual Inácio Paes Leme, oferecendo uma estrutura adequada para desenvolver melhores hábitos alimentares.	800



Projeto	Descrição	Beneficiados diretos
ENDESA CACHOEIRA		
Educação e cultura		
Parquinho Ingo	Construção de um parquinho para oferecer aos alunos um espaço adequado e seguro, para que desenvolvam suas habilidades motoras e suas relações afetivas no convívio em sociedade.	150
Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás – Espanha	A primeira turnê internacional da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás passou por cinco cidades espanholas. As entradas para as apresentações foram alimentos não perecíveis. Foram destinados quase sete toneladas de donativos aos bancos de alimentos das cidades visitadas.	10.000
Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás – Rio de Janeiro	Apoio às apresentações da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás no Theatro Municipal do Rio de Janeiro e na Praça Olímpica Luis de Camões em Teresópolis. As apresentações marcaram o início de uma série de apresentações realizadas ao longo de 2011 em Goiás.	3.000
Frutos da Terra	Mostra de talentos dos alunos da rede municipal de educação de Cachoeira Dourada de Minas Gerais, que visa ao reconhecimento e à valorização dos bens culturais do município.	1000
Camisas Semana Especiais	Semana pedagógica com atividades educacionais, como palestras e apresentações, para a valorização dos portadores de necessidades especiais.	60
Família Coisa	Apoio ao evento de comemoração do dia das crianças promovido pela secretaria de educação como parte do projeto Família Coisa, que distribuiu kits com a série educativa pra escolas do município.	1500
Geração de renda GRI EC9 		
Palestras Ulbra	Apoio a 3ª Feira do Empreendedor, 6º Fórum de Contabilidade e 11ª Mostra Acadêmica de Software. Os eventos contaram com mostras e palestras nas áreas de ciências contábeis, produtos e serviços, tecnologia e exposição de trabalhos desenvolvidos por alunos e professores da universidade.	4.200
Curso de Informática	Curso de capacitação em informática para jovens em risco social, promovido em parceria com o Senai.	16
Mão na massa	Inserção social com a implantação de uma minipadaria na Escola Municipal Marechal Rondon, visando proporcionar apoio educacional e profissional ao jovem.	Execução em 2012
Cursos Senai	Cursos de capacitação promovidos em parceria com o Senai a fim de estimular o fomento à economia, por meio da inserção de jovens no mercado de trabalho, o desenvolvimento social e humano.	Execução em 2012
Esportes e meio ambiente		
Agrinho	Ações para a educação e a conscientização sobre o tema da alimentação saudável e preservação do meio ambiente por meio da instalação de uma horta na Escola Municipal Francisco Ferreira de Melo.	1.000
Camisas Escolinha de Tênis	O projeto proporciona aulas de tênis gratuitas, para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos em risco social da região, e oferece palestras de incentivo ao esporte a fim de formar e descobrir atletas profissionais do esporte.	70
ENDESA CIEN		
Educação e cultura		
Expo São Luiz Gonzaga	Mostra de arte e cultura com apresentações artísticas que visam à valorização do patrimônio local e à formação do público por meio de oficinas e palestras nas áreas artístico-culturais de música e teatro.	20.000
Criança Feliz	Em comemoração ao Dia das Crianças, o evento consiste em visitas prévias a escolas para atividades de meio ambiente, leituras e dicas de cidadania e meio ambiente e culmina em um dia de atividades voltadas para este temas, além de apresentações culturais na principal praça da cidade.	2.500
Família Coisa – Santo Ângelo	Apoio a Feira do Livro de Santo Ângelo como parte do projeto Família Coisa, que distribuiu kits com a série educativa pra escolas do município.	1.500
35ª Feira do Livro de São Luiz Gonzaga	O projeto visa oferecer ações de cultura e lazer, com apoio a uma feira literária, que busca fomentar e promover a educação.	5.000



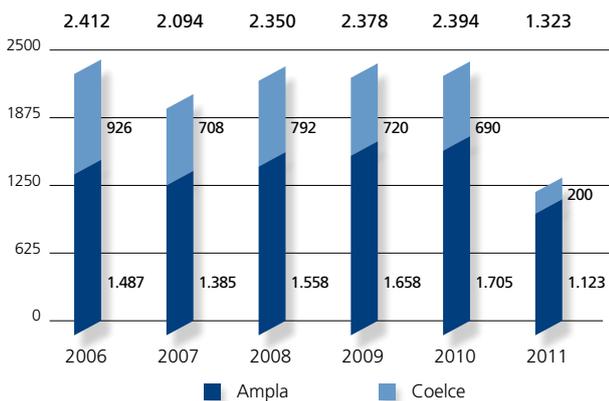
Projeto	Descrição	Beneficiados diretos
ENDESA FORTALEZA		
Educação e cultura		
II Feira do Livro Infantil de Fortaleza	Feira literária com programação cultural voltada para a promoção da leitura e a literatura infantil e juvenil. As escolas públicas e particulares tiveram acesso a uma programação especial, com escritores e ilustradores, contação de histórias, além de miniofícinas.	60.000
Projeto BCAD	Apoio à turnê 2012 dos espetáculos Califon, Universo Feminino e Às Muitas Candelárias do Brasil. As apresentações são frutos do projeto BCAD, que visa promover o desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade por meio da arte.	700
Banda de Caucaia 2011	Renovação do apoio a banda que desenvolve habilidades intelectuais e instrumentais a jovens e crianças a partir de 8 anos por meio da prática musical. Em contrapartida, a banda realiza apresentações gratuitas para toda a comunidade.	54
Lamparina de Histórias	Apresentações de tradicionais narradores de histórias abertas ao público, a fim de resgatar a cultura oral e valorizar a história em nove municípios do Ceará. As escolas públicas dos municípios beneficiados receberam um baú com 300 livros para os professores trabalharem com os alunos.	8.100
Geração de renda GRI EC9 		
Mídia.com	O projeto visa à qualificação de jovens para os mercados de multimídia, computação gráfica e comunicação digital. Em 2011, o apoio foi destinado à Sistematização metodológica do Projeto Mídia.COM, para replicação do mesmo em outros polos do País.	240
Interação com a sociedade		
Museu da Indústria do Ceará	Apoio para pesquisa, preparação, desenvolvimento e instalação da exposição permanente do museu que irá contar a história da indústria cearense, com o objetivo preservar a memória da construção do Estado do Ceará.	Todo estado do Ceará
ENDESA BRASIL		
Educação e cultura		
Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura – Contadores de Histórias	O projeto visa estimular a educação usando a contação de histórias como ferramenta de valorização do patrimônio cultural brasileiro, com crianças de 4º e 5º anos do ensino fundamental de 3 mil escolas do País.	150.000
Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura – Teatro de Brinquedos	Projeto de educação para alunos de ensino fundamental que utiliza o recurso teatral como ferramenta para estimular a escrita e o prazer da leitura.	Execução em 2012
Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura – Artoteca	Projeto que visa contribuir para a melhoria dos conhecimentos de História da Arte de professores do ensino fundamental e, conseqüentemente, para a ampliação do universo cultural dos estudantes.	Execução em 2012
Geração de renda GRI EC9 		
Endesa Brasil Oportunidade	Formação profissional completa de 30 meses em eletrotécnica, realizada em parceria com o Senai para jovens e adultos, visando a inserção no mercado de trabalho.	Execução em 2012

Acesso à energia |GRI EU23|

O conceito de consumidores de baixa renda é estabelecido por lei federal e regulamentada Aneel. Têm direito à tarifa social de energia elétrica as unidades consumidoras que possuam famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo inscritas nos programas sociais do governo federal; família que possua benefício de prestação continuada do Ministério da Previdência Social; e residência com renda familiar de até três salários mínimos cujo morador necessite de uso continuado de energia elétrica para sobrevivência, desde que também esteja inscrita em programa social do governo federal. Indígenas e quilombolas possuem descontos de até 100% com consumo de até 50 kWh.

As distribuidoras Ampla e Coelce, em parceria com as prefeituras, promovem o cadastramento dos consumidores dessa classe tarifária. Os clientes também podem se cadastrar nas lojas de atendimento. As comunidades vulneráveis são aquelas com baixa renda familiar, pois este aspecto pode gerar os impactos de inadimplência e furto de energia elétrica. Os critérios de inclusão de consumidores na tarifa social foram alterados pelo órgão regulador em julho de 2010 – em razão da mudança, o número de clientes atendidos pela modalidade reduziu-se significativamente: de 2,4 milhões para 1,3 milhão.

Baixa renda - clientes cadastrados
(mil)



Em contrapartida à tarifa social, que promove redução de até 100% no valor da tarifa tradicional a clientes residenciais e rurais, as distribuidoras recebem subsídios mensais para cobrir a diferença, o que representou aproximadamente R\$ 200 milhões em 2011. No Ceará, em torno de 1,1 milhão de clientes receberam o benefício em 2011, representando mais de R\$ 300 milhões de descontos concedidos.

Os consumidores rurais de alta-tensão têm direito a tarifa social 10% menor do que a aplicada às demais classes (indústria e comércio) com a mesma tensão, podendo chegar até a 90% de desconto para atividades de irrigação e aquicultura, nos horários entre 21h30 e 6h. Para os consumidores rurais de baixa-tensão, a tarifa é cerca de 40% mais baixa do que a dos outros segmentos com o mesmo nível de tensão, podendo alcançar redução de 73% nas mesmas condições de irrigação e aquicultura já citadas. Além de democratizar o acesso ao insumo, criaram-se condições mais acessíveis para o pagamento da conta de energia.

A Coelce mantém o Projeto Recuperação de Clientes (PRC) pelo qual propostas diferenciadas de parcelamento são entregues a clientes baixa renda que atendem ao perfil previsto no procedimento. Os propostas são bastante diferenciadas das oferecidas nas lojas da Coelce chegando a 15% de entrada e o restante da dívida parcelada em até 36 meses sem juros.

Para proporcionar o acesso a populações remotas sem conexão à rede, está ainda em vigor o programa Luz para Todos, que visa à universalização do acesso à energia elétrica por meio de subvenção e empréstimos do governo federal, além de investimentos com recursos próprios da distribuidora a qual é agente executora. Todas as unidades consumidoras restantes foram atendidas em 2011 pela Coelce. A Ampla já havia concluído o programa em 2010, restando a cada ano pedidos adicionais de ligação por parte de novos moradores na área rural. Em 2011, a Coelce atendeu 15.353 unidades consumidoras. Para 2012, serão adicionadas unidades consumidoras que venham a surgir. Na Ampla, foram ligadas 1.135 residências e há 1.795 pedidos já protocolados para 2012 e 2013.

Programa Luz para Todos |GRI EU23|

	Ampla		Coelce	
	2010	2011	2010	2011
Número de atendimentos efetuados	708 ⁽¹⁾	1.135	16.865	15.353
Origem dos recursos investidos (R\$ mil)				
Governo federal GRI EC4				
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	-	2.186	53.286	91.662
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	7.945	13.321	25.797
Governo estadual GRI EC4	2.475	-	27.404	-
Próprios	2.972	9.111	82.433	-39.906
Total dos recursos aplicados	5.447	19.243	176.444	77.553

⁽¹⁾ Dados de 2010 revisados

Para a formalização de ligações não autorizadas, há o combate às perdas com abordagem social a partir dos programas Energia Social e Coelce nos Bairros. Em parceria com as redes de lideranças comunitárias, são desenvolvidos projetos de geração de renda e de educação para o uso correto da energia elétrica, possibilitando ainda a formalização de clientes em áreas vulneráveis ao furto de energia elétrica.

Há dois programas na Ampla e na Coelce de acesso à energia para serviços locais de saúde. Clientes eletrodependentes contam com atualização diária do cadastro,

bem como uma sinalização nos sistemas para atendimento em situações de emergência, para assegurar o fornecimento a essas unidades consumidoras. De outra parte, é dada prioridade na normalização de hospitais quando há falta de energia não programada. No Ceará, no caso do Instituto Dr. José Frota, considerado um hospital público de referência no Estado, existe a possibilidade de alimentá-lo por meio de dois circuitos elétricos independentes caso haja falta de energia em um deles, sendo a manobra realizada por uma chave de transferência automática (CTA).

Meio ambiente





Compromisso com a gestão alinhada à preservação ambiental e ao consumo consciente

O compromisso com a preservação ambiental está integrado à gestão da Endesa Brasil e é um critério importante nos processos de tomada de decisão. Desde 2010, a companhia mantém o Sistema de Informações Ambientais Mensais (Siam), plataforma computacional que visa qualificar o acompanhamento de indicadores ambientais. Em todas as suas atividades, a empresa identifica, avalia e controla possíveis impactos ambientais, especialmente no que se refere ao uso de energia primária, parte de seu compromisso em garantir a máxima segurança e qualidade dos serviços, contribuindo para o bem-estar da sociedade.

Coelce, Ampla e as empresas da Endesa Geração possuem Sistemas de Gestão Ambiental integrantes de um processo global de gerenciamento de Enel/Endesa que, com estrutura organizacional adequada, inclui atividades de planejamento ambiental, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos necessários para o desenvolvimento e adoção de práticas ambientais. Todas as empresas possuem certificação na norma ISO 14001, o que permite controle efetivo dos impactos ambientais inerentes às atividades desenvolvidas.

Em 2011, como parte da manutenção do Sistema de Gestão Ambiental, funcionários e parceiros da Endesa Fortaleza participaram de um programa de reciclagem, com apresentação de todos os requisitos da ISO 14001. Já Ampla e Coelce participaram de curso de Avaliação de Riscos Ambientais, segundo metodologia da Enel para distribuição elétrica na América Latina. O curso objetivou capacitar responsáveis e colaboradores de diversas áreas das empresas para identificar os riscos ambientais mais relevantes existentes.

A Enel considera que o conhecimento e a gestão dos riscos ambientais de seus ativos são uma peça indispensável da sua estratégia global. Até o encerramento de 2014, a companhia pretende dispor da avaliação de riscos ambientais de 100% das suas instalações localizadas em qualquer lugar do mundo, todas elas seguindo esta metodologia.

No exercício, foram destinados em investimentos e gastos ambientais R\$ 131 milhões, 52% mais do que no ano anterior. O aumento se deu principalmente na Ampla, associado ao programa de qualidade dos serviços, com o objetivo de manter a excelência nos aspectos ambientais.

Investimentos e gastos ambientais (R\$ mil)

	2007	2008	2009	2010	2011
Ampla	17.821	18.645	21.884	39.470	88.737
Coelce	21.022	27.419	18.578	42.538	41.438
Endesa Cachoeira	542	600	655	611	259
Endesa Cien	807	556	1.109	2.061	92
Endesa Fortaleza	368	138	1.360	1.574	399
Total	40.560	47.358	43.586	86.254	130.925

Investimentos e gastos ambientais por tipo (R\$ mil) |GRI EN30|

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Total
Eliminação de resíduos	177	186	21	ND	217	601
Tratamento de emissões	56	269	0	0	12	337
Despesas de remediação	0	0	0	0	0	0
Custos de prevenção	63.557	36.788	0	0	21	100.366
Despesas de gestão ambiental	24.947	4.195	238	92	149	29.621
Total	88.737	41.438	259	92	399	130.925

Gestão de impactos |GRI EN26|

Aspectos	Iniciativas para mitigar possíveis impactos ambientais
Consumo de recursos naturais (água, energia e papel)	Ações de consumo consciente; instalação de coletores de captação de água dos aparelhos de ar-condicionado e da chuva; uso de tanques e contenções específicos para os produtos; aquisição de produtos e serviços com fornecedores em conformidade com a legislação ambiental; compra de produtos de fácil destinação, sendo que biodegradáveis ou recicláveis/reutilizáveis têm preferência.
Emissões de gases do efeito estufa (GEE)	Monitoramento e medição; utilização de combustível menos poluente; busca pela diminuição do número de viagens e agregação de veículos elétricos à frota operacional; inspeção periódica nos equipamentos que contêm SF ₆ .
Poluição sonora GRI EN12	Medição e monitoramento do ruído nas subestações e geradores; isolamento acústico das turbinas de gás; instalações dentro dos padrões exigidos, de forma a não perturbar a comunidade nem interferir no ciclo natural do meio ambiente; cumprimento rigoroso da resolução Conama 01/90; manutenção de licenças de operações.
Geração de resíduos (Classe I, IIA e IIB)	Procedimento para gestão de resíduos sólidos (coleta seletiva e destinação diferenciada); campanhas de consumo consciente e treinamentos sobre gerenciamento de resíduos, conforme SGA; maioria dos resíduos reciclados, reduzindo a extração de matéria-prima, prolongando a vida útil dos aterros e aumentando o ciclo de vida dos materiais.
Supressão da vegetação, fragmentação e isolamento de áreas (poda e desmatamento) GRI EN12	Cabos aéreos protegidos (<i>spacer</i>) para minimizar a necessidade de podas em redes de média-tensão; instalação de cabos pré-reunidos isolados (trançados) e cabo concêntricos na baixa-tensão, que oferecem segurança e menor poluição visual e reduzem a supressão vegetal; treinamentos específicos nos temas para os colaboradores e parceiros; fiscalização nos prestadores de serviço; observação das determinações legais.
Possibilidade de vazamento de óleo mineral GRI EN12	Inspeção periódica preventiva em equipamentos que contêm óleo mineral para evitar qualquer vazamento; procedimentos ambientais para manuseio e comercialização de óleo, além de medidas em caso de vazamento; treinamentos específicos para todos os colaboradores envolvidos em atividades nas quais o material é utilizado; Equipe de Emergência Ambiental em todos os centros administrativos; simulações de controle de emergências ambientais.

Mudanças climáticas | GRI EC2

O tema mudanças climáticas faz parte dos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável, desafio a ser enfrentado no período 2008-2012 pelas empresas Endesa de todo o mundo. A Endesa Brasil está alinhada às diferentes iniciativas globais desenvolvidas na busca de soluções para diminuir e gerenciar o impacto das mudanças climáticas, o que inclui o uso e desenvolvimento de energias renováveis, novos combustíveis, tecnologias limpas e eficiência energética.

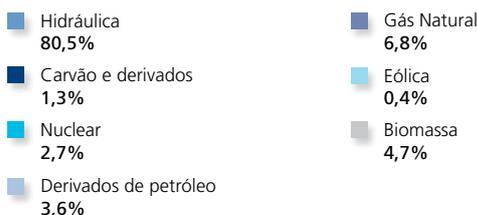
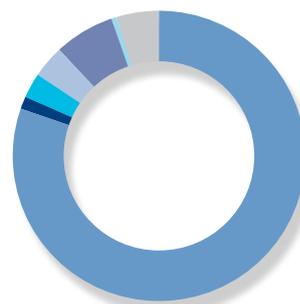
Tanto o aquecimento quanto o resfriamento da Terra afetam diretamente o regime de chuvas e, portanto, a geração e distribuição de energia, que, no Brasil, é predominantemente originária de fontes hídricas. De acordo com o Balanço Energético Nacional de 2011, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 80,5% da matriz elétrica brasileira é representada por geração hidrelétrica.

Outros eventos climáticos, como o aumento da incidência de temporais e de descargas elétricas, também são capazes de provocar sérios danos ao sistema de distribuição de energia. Nesse sentido, com o objetivo de minimizar a vulnerabilidade de suas redes, a Coelce desenvolveu um projeto de Pesquisa & Desenvolvimento para estabelecer um Sistema de Monitoramento de Raios. Os estudos foram realizados entre 2005 e 2008, com aproximadamente R\$ 600 mil em investimento. O sistema já está em pleno funcionamento, contribuindo para

identificar locais de queda de raios na rede elétrica, prever tempestades e conseguir minimizar o tempo de atendimento de eventuais ocorrências. Já a Ampla deu início em 2010 ao Plano de Qualidade, que visa mitigar os impactos causados pelas mudanças climáticas e reforçar estruturas para garantir a qualidade no fornecimento de eletricidade.

Matriz brasileira de energia elétrica

Por fonte - 2011⁽¹⁾



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

⁽¹⁾ Dados preliminares - hidrelétrica inclui importação

Impactos das mudanças climáticas

	Riscos	Oportunidades
Impacto das estações do ano	<ul style="list-style-type: none"> Nos períodos de seca e de chuva, a concentração maior de calor ou de água pode afetar a qualidade dos serviços, diante das dificuldades de operação Perdas econômico-financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar tecnologias mais avançadas para diminuir a queda da qualidade do serviço durante as fases críticas. Manter o seguro da Endesa Brasil, que oferece cobertura para caso de terremotos e inundações.
Novas exigências regulatórias	<ul style="list-style-type: none"> Custo elevado para implantar novos procedimentos, equipamentos ou sistemas Caso a nova regulamentação não seja prontamente atendida, existe a possibilidade de receber multas ou perder o certificado da ISO 14001 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um histórico de gases de efeito estufa (GEE), para permitir que as organizações adotem medidas voluntárias de melhoria em seus processos, antecipando obrigatoriedade legal. Aumento do número de treinamentos referentes a aspectos e impactos ambientais para colaboradores e empresas parceiras, promovendo aumento da conscientização ambiental.
Necessidade de novas tecnologias, produtos ou serviços para enfrentar desafios relacionados às mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Competitividade entre as empresas para conseguir a tecnologia mais avançada. Alto custo de implantação, que não proporciona retorno econômico imediato 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento permanente em inovação, a fim de melhorar a qualidade dos serviços Monitorar grupo de <i>benchmarking</i> do setor e aprimorar o gerenciamento de emissões de GEE, a fim de garantir a sustentabilidade dos negócios.

Emissões

A atividade de distribuição de energia elétrica não constitui fonte primária de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, devido a isso, não há emissões atmosféricas diretas significativas de CO₂ (dióxido de carbono). Para o fornecimento de energia elétrica, não existe emissão dos gases NOx (óxido nitroso), SOx (óxido de enxofre) e CH₄ (metano).

Mesmo assim, no exercício de 2011, pela primeira vez, a Ampla realizou os cálculos de suas emissões com base na metodologia do GHG Protocol, compatível com as normas ISO e com as metodologias de qualificação do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). O escopo do inventário abrangeu o edifício-sede, a frota operacional e as viagens aéreas e as emissões foram avaliadas em 4.438 toneladas CO₂ equivalentes. O dióxido de carbono é o principal gás causador do efeito estufa e sua emissão é resultado da queima de combustíveis fósseis utilizados, principalmente, em automóveis.

No ano, a Ampla deu continuidade à iniciativa de utilização de carros elétricos, mantendo dois veículos em sua frota. O custo operacional é inferior ao dos carros movidos a álcool ou gasolina, pois os modelos elétricos são mais econômicos. Considerando-se o consumo de gasolina, esses veículos deixaram de eliminar 2,44 toneladas de CO₂ na atmosfera. [|GRI EN18|](#)

Os impactos causados pela força de trabalho quanto ao transporte na Ampla são mitigados por meio de critérios ambientais estabelecidos nos contratos, inspeções periódicas realizadas pelo Sistema de Gestão Ambiental com fornecedores e pela compensação dos GEE com o plantio de mudas de árvores da mata atlântica. Em 2011, foram plantadas 16 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica, visando à compensação das emissões, com manutenção por 18 meses do plantio. Dessa forma, é garantido o crescimento sadio das árvores. [|GRI EN29|](#)

A Coelce iniciou o seu inventário de emissões em 2009, cujo escopo inicial abrangia sua sede em Fortaleza, utilizando a metodologia desenvolvida pelo Grupo Endesa. Já o inventário de 2010 passou a usar a metodologia do Greenhouse Gas Protocol – GHG Protocol, mantendo a mesma abrangência. Em 2011, o escopo do inventário de emissões de gases do efeito estufa passou a contemplar todos os prédios administrativos e subestações, somando 15.541 toneladas CO₂ equivalentes. Para minimizar os efeitos de suas emissões, desde 2009 a Coelce possui dois veículos movidos a energia elétrica e, além de utilizá-los no transporte de funcionários, pretende desenvolver projeto de pesquisa para estimular o uso de carros elétricos pela população cearense. O estudo inclui a viabilidade de

manutenção de postos de recarga para carros elétricos em vários pontos de Fortaleza, como postos de combustíveis já existentes. Outra prática adotada por Coelce é a contabilização do ganho de energia conseguido a partir do Programa de Eficiência Energética e contabilizando-o em redução de emissões dos gases de efeito estufa (GEE).

Emissões de gases de efeito estufa (em toneladas de CO₂ equivalente) |GRI EN16, EN17|

Ampla	4.438
Coelce	15.541
Endesa Cachoeira	2.064
Endesa Cien	0,6
Endesa Fortaleza	357.826

A Endesa Cien e a Endesa Cachoeira não geram poluentes orgânicos persistentes e não estão submetidas a programas de redução obrigatória de GEE. A atividade de transmissão de energia realizada pela Cien não produz emissões diretas ou indiretas significativas de gases de efeito estufa (GEE) e, por essa razão, a companhia não faz inventário dessas emissões.

A Endesa Fortaleza monitora a emissão de gases oriundos da combustão do gás natural de forma contínua e, em 2011, emitiu 357,8 mil toneladas CO₂ equivalentes. Outras emissões indiretas relevantes de GEE resultaram do uso de óleo diesel nos geradores de emergência, no total de 7,9 toneladas. A frota de veículos próprios e contratados (serviços permanentes) emitiu outras 120 toneladas.

Ampla, Coelce, Endesa Cien e Endesa Cachoeira não apresentam emissões significativas de NOx e SOx, substâncias destruidoras da camada de ozônio. No exercício de 2011, a Endesa Fortaleza emitiu 233 toneladas de NOx (óxido de nitrogênio) e 0,065 tonelada de SOx (óxido de enxofre), além de ter utilizado 0,146 tonelada de clorodifluorometano (R22) para condicionadores de ar. Também emprega quantidades não significativas de SF₆ (hexafluoreto de enxofre), substância comum a todas as empresas do setor elétrico. [|GRI EN19, EN20|](#)

Em seu plano de monitoramento ambiental, a Endesa Fortaleza define a sistemática de controle e os indicadores de desempenho, com o objetivo de assegurar o atendimento às condicionantes do licenciamento e às exigências legais. O volume de emissões varia de acordo com o consumo de gás natural utilizado na geração de energia elétrica. [|GRI EN18|](#)

Uso eficiente de recursos

A Endesa Brasil possui como compromisso a racionalização do consumo de recursos naturais. Nesse sentido, veicula internamente mensagens sobre o consumo consciente de energia elétrica, de água e visa estimular a mudança de comportamento de colaboradores e parceiros para redução de viagens, uso racional dos elevadores, desligamento de computadores no caso períodos extensos de ausência, entre outras medidas. [|GRI EN7|](#)

Energia

No exercício, o consumo de energia indireta na Endesa Brasil chegou a 206.104 GJ, o que representa decréscimo de 22% em relação aos 264.976 GJ registrados em 2010. As fontes de suprimento de energia elétrica seguem a matriz energética brasileira, com predominância hidráulica (85%). Já o consumo de energia direta foi de 8.590.279 GJ, incluindo energia adquirida (combustíveis) e energia contratada para posterior distribuição. [|GRI EN3, EN4|](#)

Consumo de energia direta, por fonte⁽¹⁾ (GJ) | GRI EN3 |

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Total
Energia para distribuição	43.544.916	35.708.254	-	-	-	79.253.170
Renovável						
Álcool	1.769	-	403	-	98	2.270
Hidráulica	33	-	-	-	-	33
Não renovável						
Gasolina	41.903	8.230	681	-	1.059	51.873
Diesel	4.908	19.860	508	1.177	85	26.538
Gás natural (m ³)	-	-	-	-	8.509.454	8.509.454
Óleo combustível (para geradores) (mil t)	-	-	-	-	111	111
Total	43.593.529	35.736.344	1.592	1.177	8.510.807	87.843.449

⁽¹⁾ Energia consumida pelos produtos e serviços da empresa

Consumo de energia indireta⁽¹⁾ (GJ) | GRI EN4 |

	2008	2009	2010	2011
Ampla	70.519	75.910	77.460	77.854
Coelce	39.645	41.323	45.270	45.013
Endesa Cachoeira	13.811	18.203	21.782	59
Endesa Cien	86	86	65	65
Endesa Fortaleza	31.463,0	83.184	120.399	83.113
Total	155.524	218.706	264.976	206.104

⁽¹⁾ Energia produzida fora da empresa e que é consumida para abastecimento de suas necessidades de energia intermediária (como eletricidade, aquecimento e refrigeração)

Água

O consumo de água das empresas que integram a Endesa Brasil não afeta significativamente nenhuma fonte hídrica. No ano, as companhias consumiram 1.407 mil metros cúbicos, ante 2.355 mil metros cúbicos em 2010. [|GRI EN9|](#)

No ano, a convite da Endesa Cachoeira, quatro pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz passaram uma semana na usina em visita técnica para coleta de materiais no reservatório da hidrelétrica. O objetivo do trabalho é estabelecer um plano de monitoramento permanente e ações de orientação à população dos municípios vizinhos sobre a forma correta de conservação, preparo e consumo de peixes capturados no Rio Paranaíba. No laboratório montado no Espaço Endesa de Meio Ambiente e Cultura, foram examinados os tecidos e os órgãos dos primeiros exemplares de peixes capturados.

Outra novidade do exercício foi a nomeação, em setembro, da Endesa Fortaleza como membro do Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF). As instituições eleitas – 60 no total – terão um mandato de quatro anos, de 2011 a 2015. Como parte do comitê, a Endesa Fortaleza poderá atuar de forma mais ativa na gestão dos recursos hídricos do Ceará.

Coelce, Endesa Cien e Endesa Cachoeira não reciclam nem reutilizam água. Desde 2008, um processo de captação de água proveniente do sistema de condicionadores de ar é utilizado no edifício-sede da Ampla, em Niterói; na base operacional de Araruama também é feito o aproveitamento de água de chuva. Do total de água consumida na Ampla, 20.592 metros cúbicos foram reaproveitados para a rega de plantas e a limpeza das áreas externas (22% do total). Já na Endesa Fortaleza, do total consumido de água, 657 mil metros cúbicos foram reciclados e reutilizados. [|GRI EN10|](#)

Consumo de água (m³) [|GRI EN8|](#)

	Fonte	2008	2009	2010	2011
Ampla	Rede pública	102.002	87.578	94.397	93.129
Coelce	Rede pública	40.399	37.107	42.900	43.073
	Poços artesianos	1.099	578	627	317
Endesa Cachoeira	Rede pública	2.206	3.966	4.725	2.858
Endesa Cien	Poços artesianos	4.158	1.654	1.190	4.764
	Empresa especializada	6	9	0	0
Endesa Fortaleza	Açude	204.300	664.960	2.211.000	1.263.000
Total		354.170	795.852	2.354.839	1.407.141

Materiais

As empresas controladas da Endesa Brasil buscam adquirir produtos e serviços de fornecedores em conformidade com a legislação ambiental. Produtos de fácil destinação, biodegradáveis ou recicláveis/reutilizáveis têm preferência.

Os resíduos são gerenciados em linha com determinações legais, há o incentivo para o uso de materiais reciclados e são promovidas campanhas internas para a coleta seletiva de materiais, posteriormente doados para famílias de baixa renda participantes dos programas sociais. Na geração, não são utilizados materiais provenientes de reciclagem em seus processos produtivos; na distribuição, 100% do óleo mineral utilizado nos transformadores é reciclado. Na área administrativa de todas as empresas, papel reciclado ou certificado é utilizado em faturas e material de comunicação. [|GRI EN2|](#)

No exercício, com uma ação inovadora, Ampla e Coelce iniciaram a venda de baterias chumbo-ácidas recolhidas nas subestações, cujos componentes são posteriormente reciclados ou reutilizados e reinseridos no processo produtivo, possibilitando uma extensão do ciclo de vida dos materiais. Anteriormente, a empresa custeava a destinação e a reciclagem do material. Outra novidade foi o Projeto Ecolog, que consiste no reaproveitamento das embalagens – carretéis de madeira – utilizadas para acondicionamento dos condutores.

A preservação ambiental é o principal objetivo da ação, uma vez que, para cada duas bobinas fabricadas, uma árvore é derrubada. Com a iniciativa, após a utilização, as bobinas serão recolhidas e encaminhadas ao Almoarifado Central da Ampla, em Niterói, e ao Almoarifado Central de Coelce, em Maracanaú, para serem vendidas, reformadas e destinadas novamente ao mercado para serem reutilizadas. O recolhimento também evita que as bobinas sejam descartadas sem o devido cuidado.

Materiais utilizados na distribuição [GRI EN1]

Materiais diretos	Coelce	Ampla
Transformadores (unidades)	1.886	6.501
Ferragens (unidades)	-	692.662
Postes (unidades)	15.929	15.384
Cabos (metros)	-	1.229.521
Cabos (quilos)	-	235.145
Cabos e fios (kg/m ³)	421.173	-
Medidores (unidades)	173.072	820
Abraçadeiras (unidades)	490.000	61.071
Conectores (unidades)	607.159	422.664
Capacitores (unidades)	70	0
Caixas (unidades)	95.118	12.993
Elos-fusíveis (unidades)	211.961	217.878
Materiais de iluminação pública (unidades)	372.840	589
Cruzetas (unidades)	10.658	39.530
Para-raios (unidades)	841	16.055
Disjuntores (unidades)	13.515	-
Isoladores (unidades)	162.419	-
Seccionadores (unidades)	3.788	-
Religadores	28	-
Materiais não renováveis (minerais, metais, combustíveis)	Coelce	Ampla
Óleo mineral para transformadores (litros) ⁽¹⁾	0	442.500

⁽¹⁾ Ampla e Coelce não utilizam óleo PCB (ascarel)

Materiais utilizados na geração [GRI EN1]

Materiais diretos	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza
Soda cáustica (t)	-	-	36,2
Ácido clorídrico (t)	-	-	55,6
Materiais não renováveis ⁽¹⁾	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza
Resinas (kg)	-	804	-
Óleos lubrificantes (kg)	8.308	20	241,3
Óleos isolantes (kg)	-	-	-
Óleos lubrificantes (l)	-	-	-
Combustíveis (l)	-	-	38.728,30
Tintas (kg)	1.100	-	-

⁽¹⁾ As empresas de geração não utilizam óleo PCB

Resíduos e efluentes

Em linha com as determinações do Sistema de Gestão Ambiental e os requisitos da legislação ambiental, os resíduos provenientes das áreas administrativas e operacionais das empresas da Endesa Brasil são acompanhados desde a geração e o transporte até a disposição final. O método de disposição varia de acordo com a natureza do resíduo, mas é sempre realizado de forma ambientalmente correta. Produtos recicláveis, por exemplo, são direcionados a com-

panhias especializadas, enquanto os resíduos perigosos, que somaram 542,17 toneladas em 2011, são transportados por empresas credenciadas e tratados externamente.

As empresas de Endesa Brasil não importam nem exportam resíduos perigosos. Os resíduos transportados no País seguem as mais rígidas normas de segurança, e os considerados perigosos pela legislação brasileira ou pela Convenção de Basileia são manejados por empresas licenciadas e especializadas nesses procedimentos. [\[GRI EN24\]](#)

Disposição de resíduos [\[GRI EN22\]](#)

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Disposição
Resíduos perigosos (t)	505,70	8,27	6,17	1,37	23,44	
Óleos usados	404,60	0,03	5,07	0,65	0,20	Reutilização
Lâmpadas (unidades)	50,20	-	-	0,07	0,41	Armazenagem na empresa / trituração / captura material pesado
Baterias de chumbo	21,70	-	-	-	5,50	Reprocessamento
Materiais contaminados	26,70	8,10	1,10	0,65	17,27	Coprocessamento/Aterro sanitário/Incineração
Resíduos médicos	-	-	-	-	0,02	Incineração
Pilhas e baterias	2,50	0,14	-	-	0,04	Reciclagem
Resíduos não perigosos (t)	151,43	4.203,03	5,27	4,40	485,00	

Ampla, Coelce, Cachoeira e Cien não geram efluentes significativos. Seus descartes sanitários são realizados em rede pública, que trata 100% dos efluentes. Já a Endesa Fortaleza realiza descargas a partir dos sistemas de refrigeração e geração de vapor da central, que são monitoradas periodicamente. Após neutralização, o efluente é enviado

ao emissário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, empresa responsável pelo monitoramento dos impactos associados. Todas as descargas provenientes de sistemas de refrigeração, unidade de tratamento de água e caldeiras são tratadas na própria usina. [\[GRI EN21\]](#)

Descarte de água – Endesa Fortaleza [\[GRI EN21\]](#)

	2009	2010	2011
Volume total do descarte (m³/ano)	174.950	415.000	253.000
Destinação	Emissário	Emissário	Emissário
Método de tratamento	Neutralização	Neutralização	Neutralização
Descargas térmicas – temperatura média	32°C	32°C	33°C
Demanda Química de Oxigênio (DQO)	68,79	105,00	76,00
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	55,29	58,40	40,00
Nitrogênio (kg)	75,27	373,00	228
Sólidos Suspensos Totais (SST)	0,00	0,00	0,00
Percentual de efluentes tratados (%)	100	100	100

Ecoelce e Consciência EcoAmpla

Ampla e Coelce mantêm programa dirigido a clientes residenciais, especialmente de baixa renda, que consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia elétrica, com destinação organizada do material à indústria de reciclagem. Em 2011, a Ampla arrecadou 788 toneladas de materiais recicláveis, resultando em mais de R\$ 169 mil em bônus. No exercício, a empresa também lançou, no âmbito do programa, uma parceria com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para a coleta do óleo vegetal descartado por restaurantes, comércios e residências, proporcionando descontos na conta de luz. A expectativa é que o projeto recolha dez mil litros de óleo por mês inicialmente.

O Ecoelce, criado em 2007, contribuiu para destinar corretamente, no exercício de 2011, 12.037 toneladas de lixo no Estado do Ceará, com mais de 370 mil consumidores cadastrados e descontos de R\$ 1,3 milhão em faturas de energia. A inovação de 2011 foi um projeto de P&D com o objetivo de criar uma estrutura de autoatendimento para o Ecoelce, visando a coleta, separação de resíduos recicláveis e bonificação ao cliente. Está prevista para 2012 a instalação de uma estrutura-piloto no prédio da Administração Central da empresa para a participação em engajamento dos colaboradores no programa.

Desenvolvidos pela empresa, os programas recebem o apoio do grupo e já se transformaram em iniciativa corporativa, sendo replicados também no Chile. O Ecoelce recebeu, em 2010, prêmios do Instituto Chico Mendes e da Fundación Corresponsables. Em 2008, havia sido um dos dez ganhadores do prêmio *World Business and Development Awards*, que reconhece a contribuição do setor privado no alcance dos Objetivos do Milênio da ONU.

“Será que a gente está conscientizando as pessoas sobre o benefício do Ecoelce para a natureza? Ou só há destaque para a troca de resíduos no abatimento da conta de energia? Devemos conscientizar sobre esses benefícios para todo mundo.”

Lucineide Pinto de Oliveira Praciano,
colaboradora da Coelce

Biodiversidade

As empresas da Endesa Geração não possuem nem arrendam terras em áreas protegidas e em Unidades de Conservação ou Áreas de Proteção Ambiental (APA). As atividades operacionais das companhias não causam impactos significativos sobre o meio ambiente e a biodiversidade local e não causam alterações de *habitats*. Já para a chegada de energia elétrica a destinos remotos, redes atravessam parques, reservas e estações ecológicas, sendo o principal impacto sobre a biodiversidade a supressão vegetal na instalação e manutenção das linhas e/ou a utilização e o descarte de equipamentos com óleo mineral isolante, que possuem riscos de vazamento. [\[GRI EN12, EN13, EU13\]](#)

Nesse sentido, todas as etapas do licenciamento ambiental na construção e na manutenção de linhas e subestações observam os requisitos dos órgãos ambientais. Além disso, as iniciativas da Endesa Brasil denotam o compromisso em minimizar riscos e incluem a utilização de equipamentos e materiais ecológicos, como as chamadas linhas verdes (com cabos aéreos protegidos que minimizam a necessidade de podas), além do manejo sustentável da vegetação. Além disso, são destinados investimentos para manutenção, conservação e recuperação da biodiversidade.

A Ampla, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente de Miracema, realizou em 2011 o plantio de mais de 15 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica no município.

Ainda de forma voluntária, a Endesa Cachoeira promove desde 2009 o reflorestamento do entorno do reservatório e já recuperou 54 hectares da mata ciliar, com o plantio de 90 mil mudas nativas do Cerrado. As áreas em processo de recuperação não foram prejudicadas pela usina – a região é historicamente ocupada e aproveitada para atividades agropastoris, principais responsáveis pela degradação do bioma cerrado. O programa se dá em áreas pré-selecionadas em parceria com os respectivos proprietários, em áreas localizadas nos Estados de Goiás e de Minas Gerais. O objetivo do programa, que tem duração prevista de cinco anos, é recuperar 100 hectares, totalizando em torno de 166 mil mudas plantadas, de mais de 80 diferentes espécies nativas do Cerrado. Serão criados ainda corredores ecológicos interligando fragmentos de mata nativa preservados.

Em áreas de subestações, o controle de vegetação é feito manualmente, para evitar o uso de herbicidas, minimizando o impacto sobre fauna e flora. Na expansão das redes de distribuição, a empresa escolhe estradas já abertas para colocar os postes, a fim de evitar o corte de árvores em

mata fechada. Além disso, quando não é possível desviar de árvores nativas, é utilizada a cruzeta beco que dispõe os cabos somente no lado oposto ao da vegetação, de forma a evitar a supressão vegetal. |GRI EN14|

Propriedades em áreas protegidas ou de alta biodiversidade ⁽¹⁾ | GRI EN11 |

	Ampla	Coelce
Área ocupada (km ²)	0,048 (dentro das áreas); 0,065 (adjacências das áreas)	4,0947
Localização	Itatiaia, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Guapimirim, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Silva Jardim, São Pedro da Aldeia, Iguaba, Saquarema, Rio das Ostras e São Francisco de Itabapuaana	Guaramiranga, Ibiapina, Inhuçu, Tianguá e Viçosa do Ceará
Tipo de operação	Subestações	Subestações
Valor da biodiversidade	Ecosistemas terrestres	Ecosistemas terrestres
Estado de conservação	Reservas e parques estaduais e municipais	Reservas e parques estaduais e municipais

⁽¹⁾ As empresas de geração e transmissão não mantêm ativos em áreas protegidas ou nas proximidades dessas áreas

Espécies citada na Lista Vermelha da IUCN ⁽¹⁾ | GRI EN15 |

Empresa	Espécie	Níveis de riscos de extinção
Endesa Cachoeira	Lobo-guará (<i>Chrysocyon brachyurus</i>)	Quase ameaçado
	Tamanduá-bandeira (<i>Myrmecophaga tridactyla</i>)	Vulnerável
Endesa Cien	Lobo-guará (<i>Chrysocyon brachyurus</i>)	Quase ameaçado
	Puma ou leão-baio (<i>Puma concolor</i>)	Mínimo de preocupação
	Pinheiro-do-paraná (<i>Araucaria angustifolia</i>)	Criticamente ameaçado
Endesa Fortaleza	Jararaca-da-seca (<i>Bothrops erythromelas</i>)	Pouco preocupante

⁽¹⁾ Espécies animais e vegetais ameaçadas ou em risco de extinção no Brasil presentes no entorno das empresas do grupo. As atividades da Endesa Brasil não impactam diretamente essas espécies e seus *habitats*. Na distribuição, o impacto das operações é pouco significativo e não há monitoramento.

Eficiência energética [GRI EN6, EU7]

As ações de promoção de eficiência energética nas distribuidoras da Endesa Brasil consistem na adequação de sistemas de iluminação, climatização e refrigeração de entidades sociais e órgãos públicos, bem como de instalações elétricas residenciais. Os projetos sociais conscientizam sobre o consumo eficiente de energia e promovem substituição de lâmpadas, reatores, luminárias, chuveiros e refrigeradores em residências de baixa renda. Os equipamentos novos tem selo classe A do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), apresentando certificação de qualidade e tecnologia moderna que permite ao fabricante garantir menor consumo de energia.

Em 2011, foram beneficiados pela Ampla 12 hospitais, um asilo, três fóruns e duas unidades escolares com a adequação dos sistemas de iluminação e climatização e instalação de sistemas para aquecimento de água por energia solar nos hospitais. O programa também beneficiou 55.210 pessoas com a troca de 8.509 refrigeradores e 71.940 lâmpadas, proporcionando economia de 36.171 MWh/ano e redução na demanda de ponta de 20,7 MW. A troca de refrigeradores atingiu a marca de 35 mil equipamentos substituídos desde o início do programa – os aparelhos antigos têm suas peças encaminhadas para reciclagem e descarte adequado para o gás CFC. A ação foi destacada no relatório 2009/2010 do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). O projeto Consciência Ampla Eficiente reforma instalações elétricas residenciais de famílias de baixa renda, promovendo inovações de baixo custo e redução do valor das contas de energia.

Na Coelce, foram investidos R\$ 19,0 milhões em 2011. O conjunto de projetos permitiu economizar 31.936 MWh/ano, o equivalente a um custo evitado de energia de cerca de R\$ 5,3 milhões. Destacam-se os projetos Troca Eficiente, Coelce nas Escolas, Ecoelce, Luz Solidária e Eficiência Energética em Entidades Públicas, que atenderam um total de 102.098 pessoas. Os projetos Troca Eficiente promovem a eficiência energética da população de baixa renda, por meio da troca de geladeiras e lâmpadas bem como orientando para o uso adequado da energia. Os itens recolhidos recebem descarte ambientalmente correto.

No ano, Coelce beneficiou 17.413 pessoas com a troca de geladeiras e 52.382 com a substituição de lâmpadas. Já o Luz Solidária consiste na concessão de descontos na compra de eletrodomésticos eficientes, para consumidores residenciais que queiram trocar seus equipamentos. A troca proporciona ao consumidor a oportunidade de contribuir com um projeto social, pois, ao comprar um novo equipamento, o cliente recebe um desconto e escolhe uma das ações cadastradas no programa para com ela dividir o desconto recebido.

Em 2011, por obrigatoriedade da Lei 12.212/10, 60% dos recursos aplicados no programa de Eficiência Energética passaram a ser direcionados para unidades consumidoras cadastradas com a Tarifa Social de Energia (consumidores de baixa renda). Por isso, durante as palestras, oficinas, visitas domiciliares e demais atividades dos programas, foram realizados esclarecimentos e/ou cadastros na tarifa social e no Cadastro Único (que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda beneficiárias de programas sociais do governo federal) – condição para o recebimento do benefício dos recursos da eficiência energética.

Energia economizada |GRI EU7|

	Ampla			Coelce			Total		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Residencial (MWh/ano)	2.078	5.436	826	9.500	20.305	16.464	11.578	25.741	17.289
Residencial Baixa Renda (MWh/ano)	19.859	11.552	33.404	7.053	14.914	13.482	26.912	26.466	46.885
Poder público (prédios públicos, como escolas, hospitais) (MWh/ano)	391	4.516	1.726	269	2.906	1.990	660	7.422	3.715
Aquecimento solar	0	612	215	-	-	-			215
Total de energia economizada (MWh)	22.328	22.116	36.171	16.822	38.126	31.936	39.150	60.242	68.107
Redução de demanda no horário vde ponta (MW)	8,2	10,6	20,7	3,0	6,7	8,8	11,2	17,3	29,5
Custo evitado com energia economizada (R\$ mil)	3.656	3.617	749	2.970	6.740	5.345	6.626	10.357	6.094

Conformidade

Em 2011, Endesa Cachoeira, Endesa Cien e Endesa Fortaleza não receberam sanções ou multas relacionadas ao não cumprimento de leis e regulamentos ambientais. A Ampla responde a 16 processos administrativos, e o valor de multas recebidas em 2011 totalizou R\$ 138,9 mil, com mais seis sanções não monetárias. A Coelce pagou no exercício R\$ 61 mil por autuações e/ou multas por violação de normas ambientais. As companhias vêm trabalhando na revisão constante dos seus procedimentos ambientais para que a aplicação esteja sempre alinhada aos parâmetros legais pertinentes. |GRI EN28|

“O tema da sustentabilidade tem tudo a ver com a Prátil, que é uma empresa de serviços de infraestrutura elétrica – ou seja, fazemos instalações corretas e inteligentes para empresas e condomínios, favorecendo a segurança e a eficiência energética. Nos produtos massivos, fazemos um trabalho social levando serviços de qualidade a públicos com menor acesso.”

Júlia Ferrari,
analista de Marketing da Prátil

Inovação





ampla

ADRIELLO
MARINS

al/cm²

Compromisso com as tecnologias e as ideias inovadoras para as atividades

A Endesa Brasil tem a melhoria contínua como premissa e estimula a cultura da inovação. Investe também em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como prática obrigatória para se diferenciar e se manter competitiva. Os programas de P&D seguem as determinações do órgão regulador e suas iniciativas são estabelecidas a partir de avaliações internas e do contato com universidades, fabricantes e institutos de pesquisa. Um Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento é responsável por avaliar o elemento estratégico e o risco associado a cada projeto.

Cidade inteligente

O projeto de *Smart City* da Endesa Brasil está construindo a primeira cidade inteligente da América Latina, localizada em Búzios, município da Região dos Lagos do Rio de Janeiro. A preparação de toda a cidade para o funcionamento mais eficiente possibilitará a expansão do conceito para outras regiões e países, inclusive com a utilização de tecnologias do grupo Endesa. A exemplo da bem-sucedida experiência de Málaga, na Espanha, o projeto confirma a liderança e o pioneirismo do grupo Enel-Endesa em tecnologias inteligente.

O diferencial em Búzios será a educação para o uso eficiente da energia elétrica – com ações de formação dos consumidores para melhor aproveitamento do potencial energético. Alinhado ao momento regulatório do Brasil, que busca identificar políticas, padrões técnicos e recursos para introdução de redes inteligentes, o projeto vai buscar também respostas a questões técnico-econômicas que, apesar de já em estudo, só poderão ser obtidas por meio de uma experiência real em solo brasileiro. O projeto avaliará os custos de infraestrutura e a aplicação, as soluções tecnológicas ainda necessárias e os reais impactos e benefícios para clientes, sociedade, distribuidoras e para o setor elétrico como um todo.

Em parceria com empresas privadas, governos municipal, estadual e federal e universidades, o projeto contemplará aproximadamente 10 mil clientes, abrangendo quatro alimentadores de média-tensão situados na Península de Búzios.

Entre os benefícios que serão oferecidos à cidade e seus moradores, estão: a possibilidade de aplicação de tarifas diferenciadas de acordo com o horário de consumo; a utilização de lâmpadas de LED na iluminação pública; e o maior incentivo à eficiência energética das instalações de edifícios públicos, permitindo um controle do consumo por aparelho em tempo real. A cidade contará com carros e bicicletas elétricas inteligentes, dois postos de recarga de energia, além da criação de pontos de geração de energias renováveis – solar e eólica.

Programas de ideias

O Inova, programa de captação de ideias da Ampla, superou sua meta de retorno financeiro em 2011, que era de R\$ 1,2 milhão, alcançando R\$ 2,0 milhões – esse resultado considera apenas os projetos de até 12 meses de duração. No ano, foram recebidas 153 ideias. No total, 11 projetos (15 pessoas) foram premiados nas diferentes fases do programa, totalizando R\$ 22,3 mil em premiações.

Foi realizada a primeira participação por resultados: André Luiz Guimarães, da Diretoria Técnica, recebeu R\$ 10 mil pelos resultados gerados em 12 meses com a ideia Lâmina Desligadora, que torna possível a interrupção do fornecimento de energia sem utilização de equipe de Linha Viva. A inovação gerou um resultado líquido de R\$ 133,8 milhões para a empresa.

A participação nos resultados acontece após os primeiros 12 meses de implantação do projeto e é equivalente a 10% do resultado líquido da sugestão, com o limite de R\$ 10 mil.

Na Coelce, o programa Deu Certo premia iniciativas voluntárias com resultados comprovadamente efetivos para a companhia. Para provar que as sugestões são viáveis, os colaboradores interessados devem convencer outras quatro pessoas, montar uma equipe e colocar em prática o projeto em uma das duas categorias: produtos ou serviços. Ao ano são três ciclos de seleção; as equipes vencedoras de cada ciclo recebem brindes e, no fim do ano, voltam a se apresentar, concorrendo a uma viagem internacional. Em 2011, o programa gerou 42 projetos-piloto testados, entre 54 projetos inscritos.

Para levar para outras unidades, as soluções encontradas pelos funcionários para suas áreas, a empresa criou um novo estímulo em 2011: a Bolsa Coelce de Inovações. Pode se inscrever qualquer equipe que tenha apresentado seu projeto no Deu Certo, e a ferramenta funciona com a lógica das bolsas de valores: os colaboradores podem participar tendo ideias ou investindo nelas. Como resultado, foram implantados 75 projetos em diferentes áreas. Os projetos inscritos na Bolsa selecionados na final são premiados com a viagem internacional. A unidade ou a área que mais aceitar a adoção dos projetos também recebe prêmios.

Pesquisa e desenvolvimento | GRI EU8|

A Endesa Brasil respeita a obrigatoriedade dos contratos de concessão, que incluem cláusula determinando que as empresas do setor elétrico façam investimentos anuais em P&D proporcionais a sua receita operacional líquida. Os projetos seguem a metodologia regulamentada pela Aneel e são previamente avaliados por meio de ferramenta de gestão de portfólio, que leva em consideração todos os itens relevantes à empresa, como riscos financeiros, riscos de sucesso, aplicabilidade e inovação.

Os projetos com melhor avaliação são submetidos à análise interna de um comitê executivo, que define a prioridade da execução, e posteriormente encaminhados à Aneel para avaliação inicial e execução. As iniciativas podem surgir por demanda interna identificada ou por propostas de instituições de pesquisa relacionadas à atuação da empresa.

Atualmente, a Endesa Geração busca projetos com resultados voltados à inovação no setor industrial de energia elétrica, como a obtenção de novas tecnologias, além de pesquisas em energias renováveis e meio ambiente. Tem em análise uma carteira com 17 projetos e previsão de contratação de 5 novos, que serão iniciados em 2012. Os trabalhos em análise atendem aos temas de Meio Ambiente, Energias Renováveis, Energias não Renováveis atendendo às diretrizes corporativas. Por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), a companhia participa de projetos estratégicos de P&D cooperados, com o intuito de obter resultados comuns ao setor de energia elétrica, conforme chamadas públicas da Aneel.

Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento

Projeto	Objetivo	Entidade parceira	Investimento (R\$ mil)
AMPLA			
Poda de Árvores – Vegetação Integrada	Utilização de inibidores de crescimento vegetal na vegetação urbana adjacente às redes de distribuição, incluindo adaptação de instrumentos e ferramentas para aplicação destes inibidores automaticamente quando é feita a poda.	Coppe/UFRJ	1.279
Proteção para geração distribuída	Equipamento para proteger a rede de distribuição e uma fonte alternativa que esteja conectada a mesma. O equipamento deverá analisar continuamente as grandezas elétricas e, em tempo real, proteger a fonte alternativa e a rede de distribuição na ocorrência de falhas na rede ou na fonte alternativa.	Latec	2.496
Solução comunicação <i>smart grid</i> (redes inteligentes)	Sistema piloto de rede de comunicação, com desenvolvimento de módulos de pequenas dimensões e baixo custo para a conectividade entre dispositivos de supervisão, medição e automação de forma eficiente e confiável, para instalação de redes inteligentes (<i>smart grid</i>).	Latec	2.258
Identificador de cargas	Equipamento para levantamento da curva de consumo de cada aparelho elétrico residencial ou grupo de aparelhos semelhantes, a partir das formas de ondas de corrente e tensão geradas pela sua utilização, sem acessar as instalações internas do cliente.	Coppe/UFRJ	1.394
MonoTri motores	Protótipo laboratorial de um conversor monofásico-trifásico de baixo custo para acionamento de motores trifásico para utilização em eletroeletrônicos.	Coppe/UFRJ	1.320
Helicóptero Inspeção LT	Sistema de inspeção de linhas de transmissão (LT) utilizando helicóptero de pequeno porte (minicóptero) não tripulado, capaz de voar em modo semiautomático ou manual com duas câmeras estabilizadas, uma de vídeo e uma termográfica.	USP-SC	1.074
Novos materiais aterramento	Componentes de sistemas de aterramento (hastes, conectores, cabos, etc.) com novas geometrias, mais eficientes e utilizando materiais com menor valor no mercado de recicláveis.	Matrix	1.011



Projeto	Objetivo	Entidade parceira	Investimento (R\$ mil)
AMPLA			
Concentrador fotovoltaico	Sistema para aumento do rendimento de painéis fotovoltaicos (PV) utilizando: concentração de raios solares, refrigeração dos painéis, inversores com impedância dinâmica e de eletrônica de potência para controle da impedância de carga do PV. Será construída usina piloto de aproximadamente 10 kWp.	Coppe/UFRJ	2.474
Girassol eletrônico	Protótipo funcional de dispositivo que permita o aproveitamento da luz solar para iluminação de ambientes durante o dia, evitando o desperdício de energia elétrica. Utiliza lentes e mecanismo de rastreamento. A luz solar é transmitida por fibras ópticas.	Lactec	1.827
Óleo ecológico	Desenvolver a cadeia produtiva de óleos isolantes ecológicos em escala piloto, envolvendo a produção para fins de certificação e adequação para uso em transformadores de distribuição e força. A produção piloto compreende pré-tratamento físico, seguido de processo químico.	UFC	1.069
Cidade Inteligente Búzios	Estudo de caso da implementação de Redes Elétricas Inteligentes no município de Armação de Búzios (RJ). O projeto inclui, dentre outros: iluminação eficiente à LED; prédios inteligentes sob o ponto de vista energético; estudo de fontes alternativas, geração distribuída e baterias; adoção de veículos elétricos (carros e bicicletas), implantação de 10 mil pontos de medição eletrônica inteligente; automação de redes com capacidade de recuperação automática; estudos de impactos socioambientais e pesquisas de campo junto aos clientes; desenvolvimento e teste de meios de comunicação de dados para operação e monitoramento dos equipamentos do sistema.	UERJ, Coppe, UFRJ, UFF, Lactec, Instituto Abradee, FGV, Synapsis, Enersud	17.803
COELCE			
Desenvolvimento de coeficientes de ajustes das declarações de pesquisas de clientes para a estimativa e simulação do consumo por uso final dos consumidores	Sistema composto de modelo estatístico e coeficientes de ajustes de declaração para estimativas de curva de carga e software para simulação: a) do consumo por uso final dos consumidores; b) do mercado deslocado pela possível substituição tecnológica.	PUC-RJ (FPLF)	190,33
Desenvolvimento de sistema de climatização robusto de expansão indireta com termoacumulação para produção abaixo de 10 TR, com alta eficiência	Validação de conceito e desenvolvimento de protótipo para climatização, por expansão indireta, por meio do resfriamento de líquidos, tendo acoplamento direto de reservatório termoacumulador subterrâneo, para pequenos e médios comerciantes (abaixo de 10TR), com materiais de valor reduzido/eficiente.	Iteva e UFC (Astef)	242,70
Desenvolvimento de metodologia para produção de biomassa densificada tendo como base resíduos de podas de árvores <i>in natura</i> e rejeito de papelão	O desenvolvimento de metodologia para processamento, por via úmida, de resíduos das podas de árvores e rejeito de papelão, na compactação em forma de blocos compactos, buscando elevado poder calorífico e redução de odores na queima, em substituição de combustível sólido como lenha e carvão vegetal.	Kariris Ambiental	58,29
Processador autônomo de picagem, compactação e enfardamento de podas de árvores	Máquina com capacidade de executar a picagem, a compactação e o enfardamento do resíduo vegetal de podas de árvores. É montada sobre plataforma móvel, projetada para operação em áreas urbanas, tendo custo reduzido e alta eficiência de processamento, com pré-produção de biomassa para compostagem.	Facens (ACRTS)	280,63
Máquina autônoma de coleta e tratamento de resíduos recicláveis para o Programa Ecoelce	Equipamento microcontrolado autônomo para coleta e processamento de resíduos do Programa Ecoelce, dotado de sistema de reconhecimento de recicláveis, separação automática, depósito acumulador, registro de bônus em tempo real e transmissão <i>on-line</i> de créditos para conta de energia dos clientes.	Nunes e Neri e PC4	789,02



Projeto	Objetivo	Entidade parceira	Investimento (R\$ mil)
COELCE			
Pesquisa e desenvolvimento do Programa Conta Verde composto de modelo de valoração de resíduos não orgânicos baseado no Programa de Reciclagem Ecoelce e de desenvolvimento de metodologia revisada para obtenção de créditos de carbono	Metodologia capaz de viabilizar a mensuração da redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) por meio da reciclagem dos materiais utilizados no Programa Ecoelce (papel, vidro e metal). Além disso, será investigado o grau médio de emissão de GEE pelo uso da energia elétrica, proporcionando a implantação do Programa Conta Verde, pelo qual a sociedade poderá reduzir ou eliminar sua emissão de carbono por intermédio da reciclagem de resíduos sólidos.	B&G e CGTI	269,01
Formulação polimérica para fabricação de postes, cruzetas e acessórios	Desenvolvimento de formulação polimérica (Blender) para fabricação de cruzetas, postes e acessórios mais leves e resistentes, utilizando-se resíduos de fibras vegetais da biodiversidade regional em substituição a estrutura metálica, madeira ou fibra vidro, mantendo suas características mecânicas.	Facti	187,56
Desenvolvimento de sistema de amortecimento de impacto (defensas acopladas) em postes de distribuição de energia em regiões urbanas	Defensa acoplada ao poste, com dimensão e formato permitido pelo código municipal. Feita de material reciclável e preenchida com água e raspa de pneu, de forma a que garanta o amortecimento das colisões, sem causar danos severos a o poste e preservando a vida de condutores e passageiros.	UFC (Astef)	281,51
Cabeça de série do posto avançado de atendimento ao consumidor por videoconferência	Plataforma de atendimento, constituída de totens, postos de atendentes e centro de supervisão, no qual o consumidor tem interação direta com o atendente. Forma um ambiente integrado com videoconferência e documentação. Inclui novos processos, compromissos organizacionais e postura de atendimento.	KNBS	537,50
Etiqueta RFID para operação em meio eletromagnético hostil	Desenvolvimento de etiqueta RFID especial, não disponível no mercado, para identificação de ativos em pontos de iluminação pública. A etiqueta terá capacidade de emitir uma onda eletromagnética suficiente para ser captada por um leitor operando em solo, sem sofrer interferências eletromagnéticas.	FIT	670,53
Dispositivo de indicação de defeitos em células de banco reguladores de tensão, no segmento de 13,8kV, para informação e localização imediata de falta	Dispositivo eletromecânico para identificação imediata de defeitos em células de banco de reguladores de tensão, de suporte para monitoramento <i>on-line</i> , visando agilizar a tomada de decisão para restabelecimento do fornecimento dos níveis de tensão em 13,8 kV. (Requisitos do Módulo 8 – Prodist).	Control	659,02
Cabeça de série da chave-fusível com religamento automático	Chave-fusível com religamento automático para uso em sistemas aéreos de distribuição (15kV). Composta por dois porta-fusíveis dispostos em paralelo, um dos quais é acionado 30 segundos após a queima do primeiro, possibilitando o restabelecimento do sistema na ocorrência de faltas transitórias.	IFCE (CPQT) e ACC Tecnologia	101,60
Sistema de verificação do uso de equipamentos de proteção individual em trabalhos de campo	Ferramenta de monitoração da utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) em trabalhos de campo, que através da tecnologia RFID informa ao usuário a ausência do uso de equipamento por meio de sinais de alerta. O dispositivo dispensa a necessidade de infraestrutura prévia no local.	CPQD	515,15
Projeto de pesquisa e desenvolvimento para implantação de um piloto de redes inteligentes (<i>smart grid</i>) para automação do sistema elétrico	O produto final compreende o desenvolvimento e implantação de um Piloto de Rede Inteligente com Sistema de Reposição automática (SRA) para rede de média-tensão em 13,8 kV e com um Sistema Inteligente para Mudança Automática de Ajuste do Sistema de Proteção (Siap) para a rede de alta-tensão em 69 kV.	UFC (Astef) e Synapsis	211,81



Projeto	Objetivo	Entidade parceira	Investimento (R\$ mil)
COELCE			
Pesquisa e desenvolvimento de redes elétricas inteligentes entre as distribuidoras	Elaboração de proposta de um plano nacional para a migração tecnológica do setor elétrico brasileiro do estágio atual para a adoção plena do conceito de rede inteligente em todo o País.	labradee	206,23
Adesivos sinalizadores de sobrecarga de transformadores de distribuição	Adesivo (gel+filme) sinalizador e indicador de sobrecarga de transformadores de distribuição, por imagem térmica do equipamento, baseado em material orgânico (quitin-quitosana) proveniente de refugo da indústria pesqueira e alimentícia, no caso a casca do camarão.	Nepen	70,86
Cabeça de série do indicador de conformidade de níveis de tensão	Equipamento integrado de medição, análise e sinalização local e/ou remota em tempo real da condição de fornecimento dos níveis de tensão em regime permanente aos clientes da concessionária, atendendo as exigências do Prodist e desenvolvido como alternativa ao uso de medidores convencionais.	IFCE (CPQT) e Control	137,61
Análise da sobrecarga de transformadores de distribuição pela imagem térmica dos cabos de baixa-tensão	Análise, monitoramento e registro contínuo de eventos de sobrecarga em transformadores de distribuição, através de módulo de <i>hardware</i> e <i>software</i> de registro, com a construção da imagem térmica dos condutores no tronco da rede secundária (BT), utilizando-se sensores não invasivos ao transformador.	IFCE (CPQT)	117,61
Desenvolvimento ou adaptação de dispositivo detector de tensão para luvas não isoladas	Dispositivo detector de tensão a ser acoplado às luvas não isoladas utilizadas na construção e manutenção de redes elétricas supostamente desenergizadas. O dispositivo emitirá um sinal sonoro e/ou visual alertando que o circuito está energizado. Serão construídos 50 protótipos para teste.	EON	87,52
Sistema integrado de software e hardware de medição, faturamento, controle de consumo, corte e religamento de energia para ligação provisória ou temporária – Siprepag	Solução integrada de <i>hardware</i> e <i>software</i> para medição, faturamento e controle em tempo real de consumidores provisórios, baseado em dispositivos móveis microprocessados acoplados a medidores eletrônicos convencionais, com comunicação GPRS ou 3G ao sistema <i>on-line</i> de gestão de consumo.	Control	743,12
Maleta de inspeção para medidores de energia elétrica – cabeça de série e lote pioneiro	Cabeça de série e lote pioneiro (50 unidades) da “maleta de inspeção” desenvolvida no projeto de P&D 0383-009/2006. Especificações técnicas, projeto e <i>softwares</i> revisados; engenharia do produto; projeto e fabricação de uma giga de testes para a maleta; manuais de operação e manutenção.	UCP (FDC)	2,23
Desenvolvimento de cabeça de série do sistema de religamento e corte de unidades consumidoras com tecnologia <i>bluetooth</i>	Sistema computacional e dispositivo de comando, acoplado à rede de energia elétrica e instalado no poste da rede de distribuição, para realizar religamentos e cortes em múltiplas UC, com tecnologia <i>bluetooth</i> para transmissão e recepção de comandos a distância, usando <i>palmtops</i> ou <i>smartphones</i> .	KNBS e identech	717,19
Projeto de gestão do programa de P&D (2011)	Desenvolvimento das atividades de gestão e acompanhamento dos projetos e Programa de P&D (ano 2011).	-	176,22
Projeto de gestão do programa de P&D (2010)	Desenvolvimento das atividades de gestão e acompanhamento dos projetos e Programa de P&D (ano 2010).	-	70,12



ENDESA GERAÇÃO			
Desenvolvimento de IEC de comunicação padrão IEC61850 para usinas geradoras	O objetivo deste projeto é desenvolver uma Unidade de Aquisição e Controle (UAC) destinada à automação de usinas de geração de energia elétrica em atendimento à norma IEC 61850.	Altus	4.920,32
Desenvolvimento de <i>merge unit</i> nacional para equipamentos elétricos de subestações	O equipamento proposto incorporará as funções de gerador e distribuidor de sinais de sincronismo temporal para equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica compatíveis com a norma IEEE 1588 v2.	Reason	2.397,74
Metodologia para monitoramento e avaliação das emissões de gases de efeito estufa em reservatórios de usinas hidrelétricas brasileiras	Estudo e desenvolvimento de metodologia para avaliação das emissões de gases nos reservatórios brasileiros.	Funpar	318,20
Efeitos de mudanças climáticas no regime hidrológico de bacias hidrográficas e na energia assegurada de aproveitamentos hidrelétricos	Estudo e análise dos efeitos de mudanças climáticas nas bacias hidrográficas.	Faurgs	647,63

Eventos

Pela primeira vez, a Endesa Brasil foi sede do Encontro Latino-Americano de Inovação, Pesquisa & Desenvolvimento da Endesa. A reunião teve a presença de 20 profissionais do grupo, que apresentaram práticas em inovação relacionadas a distribuição e geração de energia. Os participantes conheceram o Plano de Inovação e Sinergias da Enel, além do projeto-piloto Exago, do Chile.

A Coelce sediou o 6º Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (Citenel), maior evento brasileiro na área de P&D do setor, promovido pela Aneel e realizado paralelamente ao 2º Seenel – Seminário de eficiência Energética no Setor Elétrico. Em ambos os eventos, artigos técnicos da Endesa Brasil obtiveram reconhecimento.

A Amplitude – 2ª Mostra de Cultura, Tecnologia e Inovação foi realizada no mês de outubro no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói. Patrocinado pela Ampla e pela Secretaria de Estado de Cultura, o evento teve programação diversificada e aliou novas tecnologias, inovação e diversão. A mostra ofereceu áreas específicas para expositores, com a apresentação de soluções como carro e triciclo elétricos.

“Nosso maior desafio é aliar todos os aspectos da sustentabilidade aos resultados da empresa. É importante para a Endesa obter não apenas resultados financeiros, mas também promover a geração de energia de forma ambientalmente correta e sustentável.”

William Abreu,

especialista em Meio Ambiente da Endesa Geração

Acionistas





Endesa Fortaleza logo

Endesa Fortaleza logo

Endesa Fortaleza logo

Francisco Alves

Employee ID badge

Isaac Lemos

Endesa Fortaleza logo

ATV 37 celos Pioco 2

Compromisso com a geração de valor e a rentabilidade baseada no crescimento sustentável

O consumo de eletricidade no sistema brasileiro cresceu 3,6% em 2011, totalizando 430,1 mil GWh (gigawatts-hora), segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Todas as classes apresentaram incremento, com destaque para os setores comercial (+6,3%) e residencial (+4,6%). A indústria cresceu menos (+2,3%), em desempenho caracterizado por uma dinâmica diferenciada entre as regiões do País.

A classe comercial manteve consumo elevado praticamente ao longo de todo o ano, com as vendas impulsionadas por fatores como menor nível de desemprego e elevação do rendimento das famílias. O segmento de comércio e serviços deve continuar com evolução acima dos demais setores – tendência que deve permanecer nos próximos anos, por conta da modernização do setor de serviços e das boas vendas no comércio varejista.

Segundo a EPE, o crescimento mais baixo na classe residencial é justificado principalmente por questões climáticas, como temperaturas menores e antecipação dos períodos de chuvas. Além disso, mesmo com a boa conjuntura do mercado de trabalho, com desemprego em nível historicamente baixo e a massa de rendimentos crescente, o consumidor assumiu uma postura cautelosa.

O segmento industrial comportou-se de forma distinta nas diferentes regiões do País. O maior crescimento ocorreu no Centro-Oeste, efeito da entrada em operação de indústria eletrointensiva (ferroniúquel) e reaquecimento das atividades de frigoríficos. No Sudeste, a expansão restringiu-se a 1,9%. No Nordeste, houve retração de 2,9% – efeito de desativação de uma unidade de alumínio e de interrupção no fornecimento de energia na região no início do ano.

Ambiente regulatório

O ano de 2011 foi marcado por significativas alterações regulatórias para as empresas distribuidoras de energia elétrica. Destacam-se como os principais desafios:

- a) Alterações necessárias para atendimento à Resolução Normativa 367/2009, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE);
- b) Alterações necessárias ao atendimento da Resolução Normativa 395/2009, que aprovou os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (Prodist);
- c) Alterações necessárias ao atendimento da Resolução Normativa 396/2010, que instituiu a Contabilidade Regulatória e aprovou alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução Aneel nº 444/2001;
- d) Atendimento à Resolução Normativa 414/2010, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, modificando processos comerciais, além da instalação de novos postos de atendimento, alteração dos procedimentos na emissão de faturas, comunicação e atendimento ao cliente.

Em 15 de março de 2011, Aneel aprovou o reajuste anual da Ampla. O incremento médio percebido pelos consumidores foi de 10,91%. O principal impacto é com respeito à inflação, com variação do IGP-M de 11,3%.

O Ministério de Minas e Energia publicou em abril de 2011 as Portarias nºs 210 e 211, que equiparam a Cien (linhas 1 e 2) aos concessionários de serviço público de transmissão: a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada por IPCA anualmente, no mês de junho, com revisões tarifárias a cada quatro anos. O prazo de equiparação mantém as datas da autorização original, ou seja, Linha 1 até junho 2020 e Linha 2 até julho 2022, com indenização dos investimentos não amortizados ao final do período. A Cien iniciou a emissão das faturas para recebimento da RAP desde maio de 2011.

A Aneel havia colocado em Audiência Pública, em 2010, sua primeira proposta para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das distribuidoras, apresentando alterações bastante significativas com relação à metodologia anterior. Os temas em discussão foram: custos operacionais, base de remuneração, WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*, ou custo médio ponderado de capital), fator X (fator de correção do reajuste tarifário com o objetivo principal de induzir à busca pela melhoria da eficiência), perdas não técnicas e geração própria. A discussão ocorre no momento em que as atuais concessões encontram-se na metade de sua execução, depois de quase 14 anos da assinatura dos primeiros contratos de concessão e da realização de dois grandes ciclos de revisões tarifárias.

Em abril de 2011, após o recebimento de muitas contribuições pelos mais diversos tipos de entidades, a Aneel aprovou a abertura da segunda fase da Audiência Pública, cujo período de contribuições encerrou em junho. Em novembro, o regulador aprovou a metodologia para o terceiro ciclo de revisão tarifária. De forma geral, não houve muitas alterações com relação à proposta inicial.

Devido à extensão das discussões relativas a essas metodologias, não houve tempo hábil para se proceder ao ciclo de revisão tarifária da Coelce na data definida pelo contrato de concessão (abril de 2011). Por definição da Aneel, a Coelce manteve suas tarifas congeladas no ano de 2011 e sua revisão tarifária deve ocorrer em abril de 2012, com efeito retroativo. Na Ampla, a revisão ocorrerá em 2014.

Desempenho dos negócios

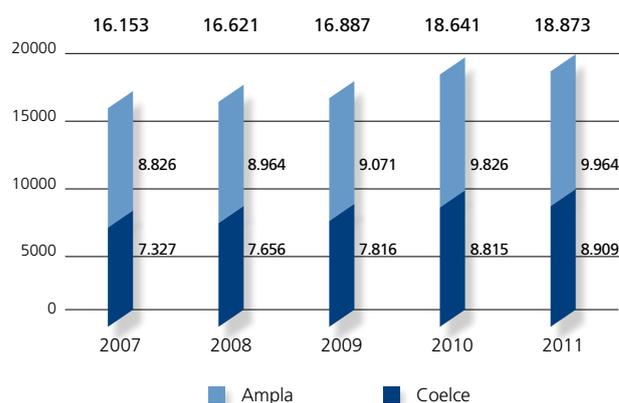
Distribuição

A energia vendida pelas distribuidoras Ampla e Coelce totalizou 18.873 GWh, evolução de 1,2% comparativamente a 2010 (18.641 GWh), reflexo do pequeno crescimento de mercado registrado no ano.

Na região da Coelce, o volume total de venda e transporte de energia foi de 8.909 GWh, evolução de 1,1% em relação ao ano anterior (8.815 GWh). O mercado cativo da companhia apresentou retração de 1,8%, basicamente pela migração de clientes industriais do mercado cativo para o mercado livre. Esse movimento explica o acréscimo de 32,8% no volume de energia transportado aos clientes livres.

A Ampla vendeu e transportou 9.964 GWh, acréscimo de 1,4% sobre o ano anterior, com incremento concentrado no mercado cativo da companhia, que cresceu 1,8%. A variação é o efeito combinado desse incremento, que compenhou um menor volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2011, de 1.373 GWh, foi 1,1% inferior ao registrado em 2010 (-15 GWh). Essa energia (transportada) proporciona receita como Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

Energia vendida e transportada - Distribuição
(GWh)



Obs.: Dados de Ampla de 2010 foram revistos

Energia vendida e transportada (GWh)

	Ampla		Coelce		Consolidado		Variação 2011/2010
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	
Mercado cativo	8.438	8.591	8.084	7.938	16.522	16.529	0,1%
Residencial convencional	3.189	3.365	1.396	1.553	4.585	4.918	7,3%
Residencial baixa renda	727	720	1.570	1.489	2.297	2.209	-3,8%
Industrial	1.292	1.154	1.469	1.276	2.761	2.430	- 12,0%
Comercial	1.846	1.921	1.652	1.671	3.498	3.592	2,7%
Rural	224	221	878	810	1.102	1.031	- 6,4%
Setor público	1.160	1.210	1.119	1.139	2.279	2.349	3,1%
Mercado livre	1.388	1.373	731	971	2.119	2.344	10,6%
Cientes livres	1.388	1.373	731	971	2.119	2.344	10,6%
Total	9.826	9.964	8.815	8.909	18.641	18.873	1,2%

Mercado de distribuição em 31 de dezembro de 2011

Estado	Ampla	Coelce
	Rio de Janeiro	Ceará
Municípios atendidos	66	184
Habitantes (milhões)	6,8	8,5
Cientes (mil)	2.643.510	3.224.378
Área de concessão (mil km ²)	32,2	149,0
Energia vendida e transportada (GWh)	9.964	8.909

Linhas de transmissão e distribuição |GRI EU4|

	Ampla		Coelce	
	Aéreas	Subterrâneas	Aéreas	Subterrâneas
Linhas de transmissão (km)				
Alta-tensão (acima de 69 kV)	2.190	49	4.504	0
Média-tensão (15 ou 25 kV)			-	-
Linhas de distribuição (km)				
Baixa-tensão (127 a 220 v)	17.258	20	46.105	10
Média-tensão (15 ou 25 kV)	33.013	65	79.759	4

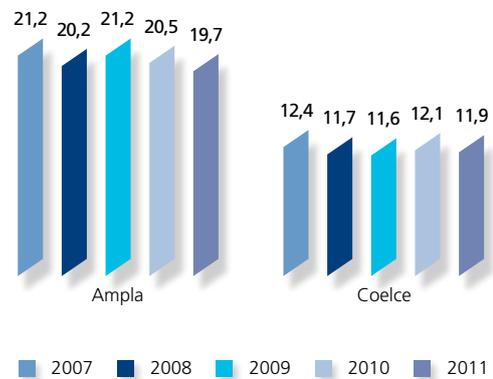
Perdas de energia

As perdas consolidadas de energia foram equivalentes a 16,22% da energia adquirida durante o ano, em comparação a 16,76% no ano anterior. A redução deve-se basicamente ao resultado observado em Ampla, que passou de um índice de perdas de 20,51% em 2010 para 19,66% em 2011. Na Coelce também houve recuo, passando de 12,12% para 11,92%.

A recuperação foi consequência da combinação de fatores como: bons resultados dos projetos de combate ao furto de energia e de medição eletrônica e volta do faturamento eletrônico dos clientes polifásicos.

Desde 2003, o combate às perdas de energia está no centro das preocupações da Ampla. Além de significarem prejuízos econômicos tanto para a empresa quanto para a sociedade, que paga pelo consumo de furtadores, as perdas representam um grave problema social. Considerando essa realidade, a Ampla atua em duas frentes distintas: contribui

Perdas de energia
(%)



para a disseminação do consumo consciente de energia, por meio de soluções eficientes e projetos sociais que fomentam a geração de renda, e investe em tecnologias que fortaleçam sua infraestrutura. Os investimentos no combate ao furto de energia, em 2011, foram de aproximadamente R\$ 163 milhões.

Perdas elétricas globais (GWh) |GRI EU12|

	2008		2009		2010		2011	
	GWh	%	GWh	%	GWh	%	GWh	%
Ampla	2.309	20,2%	2.533	21,2%	2.561	20,5%	2.502	19,7%
Coelce	1.003	11,7%	1.028	11,6%	1.220	12,1%	1.213	11,9%
Total	3.314	17,3%	3.561	17,1%	3.781	16,8%	3.715	16,2%

Geração e transmissão

As empresas Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza geraram 4.154 GWh em 2011, em comparação a 5.183 GWh no ano anterior, recuo de 19,9%. Essa retração deve-se basicamente à realização da primeira manutenção maior das turbinas a gás e vapor de Endesa Fortaleza. Na manutenção da turbina a vapor foi detectada uma fissura nas pás, o que determinou a necessidade de troca desses equipamentos e instalação de um sistema de monitoramento, que permitiu identificar a

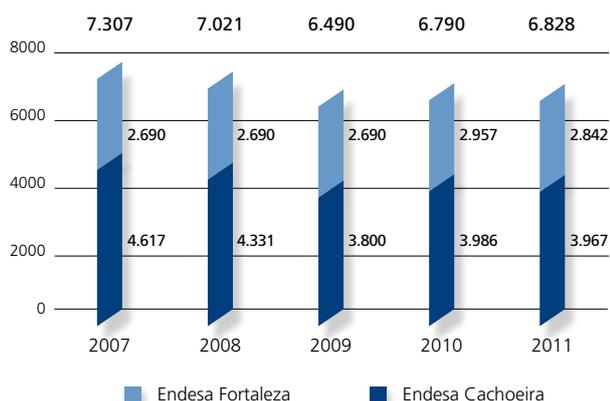
vibração como causa do problema. Toda operação foi solucionada e contou com a participação e o empenho de vários profissionais da Endesa, Enel e fornecedores.

A energia vendida nas atividades de geração (Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza) totalizou 6.828 GWh, mantendo-se praticamente estável em reação ao ano anterior (6.790 GWh em 2010). Já a Endesa Cien transmitiu 2.396 GWh entre Brasil e Argentina, acréscimo de 88,7% na comparação com o volume de 1.270 GWh no ano anterior.

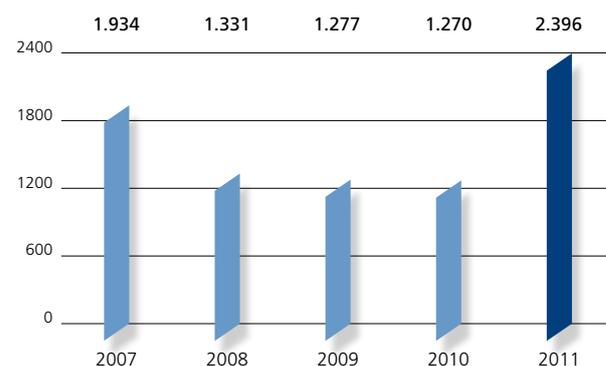
Infraestrutura de geração e transmissão

	Endesa Cachoeira	Endesa Fortaleza	Endesa Cien
Capacidade GRI EU1 			
Potência instalada (MW)	658	326,6	2.200
Energia assegurada (MW)	415	318,5	-
Linhas de transmissão (km) GRI EU4 			
Média-tensão (13,8 kV)	2,8	-	-
Alta-tensão (acima de 69 kV)	3,5	1,2	1.000
Energia gerada (GWh) GRI EU2	3.121	1.033	-
Disponibilidade (%) GRI EU30	95,33%	86,38%	-
Nível eficiência em geração térmica GRI EU11	-	43,37%	-
Perdas na transmissão GRI EU12	3,0%	2,71%	3,44%

Energia vendida - Geração
(GWh)



Energia transmitida do Brasil para a Argentina
(GWh)



⁽¹⁾ Inclui energia transmitida para o Uruguai, via Argentina

“Qualquer área da empresa deveria obrigatoriamente ver as questões de sustentabilidade dentro do seu planejamento estratégico; a empresa daria um salto qualitativo e as pessoas começariam a se preocupar com o tema da sustentabilidade. E o relatório deveria dar mais ênfase a ações que a Coelce desenvolve na área da educação, tanto no âmbito interno quanto no externo”.

Sebastião Vieira Mais Filho,
colaborador, Coelce

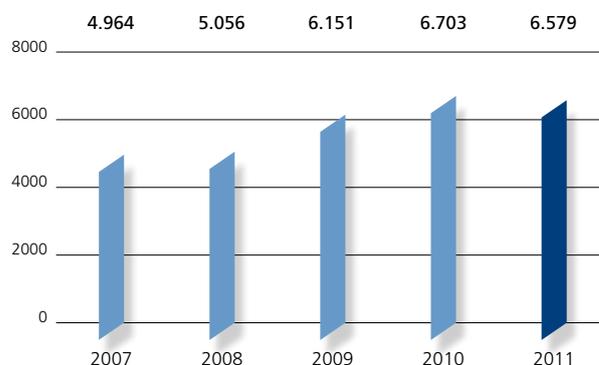
Desempenho econômico-financeiro

Receita

A receita operacional bruta da companhia somou R\$ 9.325,5 milhões, 1,6% inferior à registrada em 2010 (R\$ 9.481,8 milhões). A receita líquida totalizou R\$ 6.579,3 milhões, 1,8% abaixo do ano anterior.

Receita operacional líquida

(R\$ milhões)



Composição da receita consolidada (R\$ mil)

	2009	2010	2011	Varição 2011/2010
Receita bruta	8.589.193	9.481.763	9.325.467	-1,7%
Fornecimento de energia elétrica:				
Residencial	2.930.806	3.166.891	3.045.198	-3,8%
Residencial baixa renda	-	-	387.228	-
Industrial	898.536	947.147	915.505	-3,3%
Comércio, serviços e outras	1.629.767	1.719.591	1.788.224	4,0%
Rural	206.809	248.800	246.023	-1,1%
Poder público	382.000	429.938	448.813	4,4%
Iluminação pública	233.159	244.111	218.820	-10,4%
Serviços públicos	148.538	158.030	204.940	32,9%
Consumo próprio	8.050	7.715	-	-
Receita ultrapassagem demanda e excedentes de reativos	-	-	12.934	-
Estorno provisão refaturamento prefeituras	873	-841	-	-
Fornecimento não faturado	32.303	11.422	-24.802	-
	6.470.841	6.932.804	7.217.015	12,9%
Suprimento de energia elétrica	367.030	581.741	663.235	14,0%
Baixa renda	359.065	379.363	266.106	-29,6%
Energia elétrica de curto prazo	-	-	13.125	-
Receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda)	56.651	80.518	367.389	356,3%
Receita ultrapassagem demanda e excedentes de reativos (clientes livres)	-	-	289	-
Disponibilidade da rede elétrica	516.858	538.330	20.641	-96,5%
Receita de construção	614.202	823.962	619.135	-24,9%
Outras receitas	204.546	145.045	158.532	9,3%

Os principais fatores que influenciaram a receita bruta foram:

Distribuição:

- Alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica (baixa renda). Observa-se uma migração de aproximadamente 1,1 milhão consumidores da classe residencial baixa renda para a classe residencial convencional na comparação de 2011 com o ano anterior. Esses consumidores deixaram de usufruir o benefício da Tarifa Social, com conseqüente redução do subsídio recebido pelas distribuidoras Ampla e Coelce.
- Excluindo-se o efeito da IFRIC 12 (International Financial Reporting Interpretations Committee, ou norma 12 da interpretação do comitê do padrão internacional de contabilidade), a receita operacional bruta de Coelce e Ampla, em 2011, alcançou R\$ 8.025,7 milhões, o que representa incremento de R\$ 205,5 milhões (mais 2,6%) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7.820,2 milhões.

Geração:

- Em Endesa Cachoeira, registrou-se incremento de R\$ 38,8 milhões na receita bruta derivada do maior volume de energia vendida e do reajuste dos contratos de venda no mercado regulado.
- Na Central Geradora Termelétrica de Fortaleza (Endesa Fortaleza), verificou-se redução de R\$ 74,7 milhões na receita bruta decorrente de variações na liquidação do novo mercado *spot*, tendo em vista que foi mantida a quantidade de energia vendida por contrato de longo prazo.
- Na Companhia de Interconexão Energética (Endesa Cien), observou-se redução de R\$ 131,3 milhões na receita operacional bruta devido à mudança da natureza da operação da empresa, que foi equiparada a transmissora regulada por meio das Resoluções Aneel nº 210 e 211.

Composição da receita bruta – Distribuição (R\$ mil)

	2010	2011	Varição 2011/2010
Fornecimento de energia	6.969.021	7.217.015	3,6%
Baixa Renda	379.363	266.106	-29,9%
Fornecimento de energia total	7.348.384	7.483.121	1,83%
Suprimento de energia elétrica	82.631	62.679	-24,1%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	278.705	367.678	31,9%
Receita – IFRIC 12	823.962	619.135	-24,9%
Outras receitas	110.509	112.257	1,6%
Total – Receita operacional bruta	8.644.191	8.644.870	0,0%

Custos e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais alcançaram R\$ 4.824,5 milhões, retração de 4,4% sobre o ano anterior (R\$ 5.048,9 milhões), apesar do acréscimo de 5,5% registrado no item de maior peso na composição de custos, a energia elétrica

comprada para revenda (42,8% do total). A redução em custos e despesas decorre, especialmente, dos seguintes fatores: decréscimo de 9,7% em matérias-primas e insumos para a produção de energia; de 24,9% nos custos de construção (efeito do menor volume de investimentos no ano) e 8,2% nos encargos de uso do sistema.

Custos e despesas operacionais (R\$ mil)

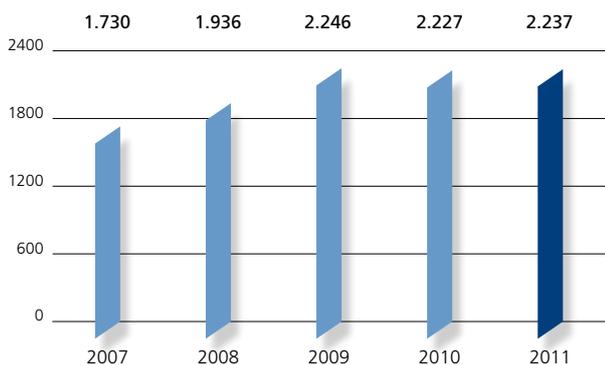
Descrição	2010		2011			Variação 2011/2010	
	Total	Custo do Serviço	Despesa de Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras		Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	-293.551	-178.434	-4.145	-138.998	-	-321.577	9,5%
Material	-22.775	-20.160	-4.640	-2.003	-	-26.803	17,7%
Matéria-prima e insumos para produção de energia	-133.411	-120.512	-	-	-	-120.512	-9,7%
Serviços de terceiros	-486.243	-411.179	-9.600	-70.031	-	-490.810	0,9%
Energia elétrica comprada para revenda	-1.958.597	-2.065.576	-	-	-	-2.065.576	5,5%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-417.460	-383.374	-	-	-	-383.374	-8,2%
Encargos dos serviços de sistema	-46.568	-57.411	-	-	-	-57.411	23,3%
Custos na desativação de bens	-	-8.494	-	-280	-	-8.774	
Depreciação e amortização	-541.121	-443.053	-	-9.788	-	-452.841	-16,3%
Compensação financeira por utilização de recursos hídricos	-15.737	-15.959	-	-	-	-15.959	1,4%
Perdas com desativação	-16.770	-15.362	-	-	-	-15.362	-8,4%
PCLD clientes – líquidas	-164.796	-	-41.136	-	-	-41.136	-75,0%
PCLD outros créditos – líquidas	115	-	1.513	-88.905	-	-87.392	
Provisão para riscos fiscais, civil e trabalhistas	-21.541	-	-	-21.653	-6.509	-28.162	30,7%
Taxa de fiscalização da Aneel	-14.331	-8.866	-	-	-4.594	-13.460	-6,1%
Custo de construção	-823.962	-619.135	-	-	-	-619.135	-24,9%
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-32.253	-	-	-	-29.518	-29.518	-8,5%
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	
Outros custos/despesas operacionais	-59.879	-10.349	3.912	-37.813	-2.412	-46.662	-22,1%
Total	-5.048.879	-4.357.864	-54.096	-369.471	-43.033	-4.824.464	

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 2.237,2 milhões diante de R\$ 2.227,0 milhões do ano anterior, ou variação de 0,5%, com margem de 34% (33% em 2010). Esse desempenho é consequência das variações de custos e despesas explicadas anteriormente.

EBITDA

(R\$ milhões)



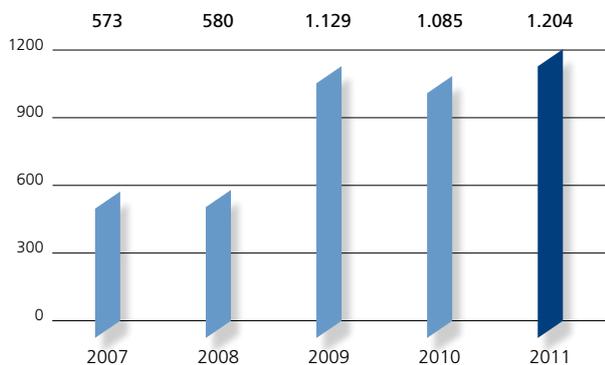
Obs.: Dado de 2009 ajustado, pela adoção do IFRS

Resultado

O resultado consolidado do exercício foi um lucro líquido de R\$ 1.203,5 milhões, ante R\$ 1.085,4 milhões no ano anterior, acréscimo de 10,9%. A margem líquida atingiu 18,3% (16,2% no ano anterior). O lucro por mil ações foi equivalente a R\$ 7,04 (R\$ 6,35 em 2010).

Lucro líquido

(R\$ milhões)



Obs.: Dado de 2009 ajustado, pela adoção do IFRS

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta somava R\$ 2.862,0 milhões, em comparação a R\$ 2.654,0 milhões no final do ano anterior. A redução de 7,84% reflete as amortizações ocorridas no período. A dívida líquida, de R\$ 1.860,0 milhões era equivalente a um índice de 0,83 vez o EBITDA (0,7 vez no ano anterior) e a um índice de endividamento líquido de 24% do patrimônio líquido.

Endividamento ⁽¹⁾ (R\$ mil)

	31/12/2010	31/12/2011
Dívida bruta	2.653.973	2.862.019
Caixa e equivalente de caixa + aplicações financeiras	(1.103.058)	(1.001.992)
Dívida líquida (a)	1.550.915	1.860.027
Patrimônio líquido (b)	5.747.602	5.937.554
Índice de endividamento líquido (a/(a+b))	21%	24%

⁽¹⁾ A dívida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante.

O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

Remuneração dos acionistas

Após a aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 28 de junho de 2011, foram pagos dividendos mínimos de R\$ 169,1 milhões e dividendos adicionais de R\$ 507,2 milhões referentes ao exercício de 2010.

Por deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de novembro de 2011, foram destinados dividendos no montante de R\$ 163,3 milhões como antecipação de distribuição do lucro do exercício de 2011. Eles foram distribuídos sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social da companhia, que estabelece dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em consonância com o Estatuto Social, a Administração complementou com o valor de R\$ 36,3 milhões o saldo dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2011, totalizando o montante de R\$ 199,6 milhões.

Investimentos

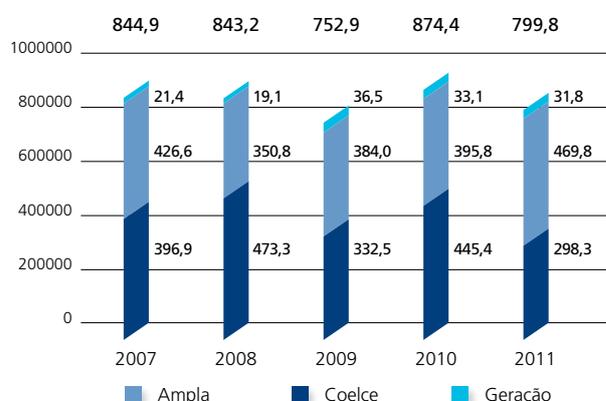
Os investimentos totalizaram R\$ 799,8 milhões no ano, 8,5% abaixo do valor aplicado em 2010. O maior volume (29,8%) foi destinado a novas conexões de clientes das distribuidoras, seguido de combate a perdas (22,7%) e qualidade do sistema elétrico (17,2%). Nos últimos cinco anos, as empresas da Endesa Brasil investiram cerca de R\$ 4.115,2 milhões, com ênfase nesses programas e na universalização do acesso à energia.

Na Ampla, os investimentos alcançaram R\$ 469,8 milhões, incremento de 18,7% em relação ao ano anterior. Essa evolução está concentrada, basicamente, em combate às perdas (34,7% do total) e novas conexões (33,0%). Os investimentos realizados pela Coelce somaram R\$ 298,3 milhões, redução de 33,1% em relação a 2010, efeito especialmente da conclusão do Programa Luz para Todos, que demandou recursos 53,5% menores no ano, o equivalente a menos R\$ 88,6 milhões. O maior volume, em 2011, foi direcionado a novas conexões, que representaram 31,8% do total.

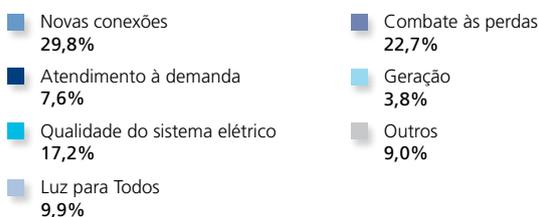
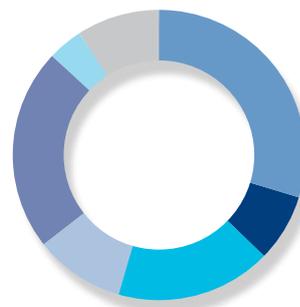
Em geração, foram aplicados R\$ 31,8 milhões (R\$ 33,1 milhões em 2010), sendo 79,6% dos recursos destinados à manutenção da turbina de gás e vapor de Endesa Fortaleza. Em Endesa Cachoeira, destacaram-se os recursos destinados ao término da modernização da Unidade Geradora 05.

Investimentos

(R\$ milhões)



Distribuição dos investimentos



Investimentos em Distribuição (R\$ mil)

	Ampla		Coelce		Total	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Novas conexões	130.016	154.936	98.628	94.957	228.644	249.893
Atendimento à demanda	6.694	17.458	33.704	46.479	40.398	63.937
Qualidade do sistema elétrico	55.235	103.465	61.322	40.820	116.557	144.285
Programa Luz para Todos	7.191	5.657	165.535	76.902	172.726	82.559
Combate às perdas	167.351	162.795	27.471	27.375	194.822	190.170
Outros	29.333	25.455	59.087	11.729	88.420	37.184
Total	395.820	469.766	445.747	298.262	841.567	768.028

Investimentos em Geração (R\$ milhões)

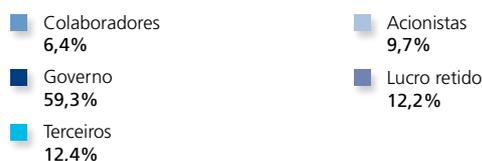
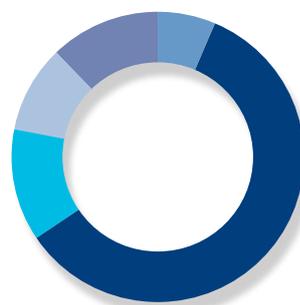
	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Total
2008	10,4	4,4	4,3	19,1
2009	17,2	13,5	5,8	36,5
2010	11,9	5,7	15,5	33,1
2011	4,3	1,4	26,1	31,8

Criação de valor

A Endesa Brasil distribuiu R\$ 5.488 milhões como valor adicionado em 2011, em comparação a R\$ 5.240 milhões no ano anterior – acréscimo de 4,73%. O valor adicionado representa a diferença entre a receita bruta do ano e os gastos com aquisição de materiais e serviços de terceiros e deduções de depreciação e amortização. É, assim, um indicador de agregação de riqueza proporcionada pela atividade da companhia.

A maior parcela (59,3%) foi transferida aos governos federal, estaduais e municipais, na forma de impostos, taxas e contribuições. A remuneração de capitais de terceiros, relativa ao pagamento de juros, despesas financeiras e aluguéis, representou 12,4%. Colaboradores receberam 6,4%, e acionistas, 9,7%, além de 12,2% como lucros retidos.

Distribuição do valor adicionado



Demonstração do Valor Adicionado (DVA) | GRI EC1 |

	2009	2010	2011
Receitas	8.562.817	9.349.551	9.331.973
Vendas de energia e serviços	7.178.723	7.766.026	8.009.475
Disponibilização da rede de transmissão	711.667	801.921	646.946
Receitas relativas à construção de ativos próprios	641.324	842.535	619.135
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.875)	(164.682)	(52.980)
Outras receitas	75.978	103.751	109.397
Insumos adquiridos de terceiros	(3.365.322)	(3.909.620)	(3.856.963)
Compra de energia	(1.936.901)	(2.043.925)	(2.096.519)
Custo do sistema de transmissão e CFRH	-	(15.737)	(15.959)
Encargos de uso da rede elétrica	(67.829)	(175.877)	(376.190)
Custo de construção	(443.885)	(661.788)	(619.135)
Material e serviços de terceiros	(834.447)	(906.930)	(657.395)
Recuperação de despesas – risco regulatório	(5.924)	(7.086)	-
Outras despesas operacionais	(76.336)	(98.277)	(91.765)
Valor adicionado bruto	5.197.495	5.439.931	5.475.010
Depreciação, amortização do ágio e outras amortizações	(477.084)	(542.114)	(482.371)
Valor adicionado líquido	4.720.411	4.897.817	4.992.639
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	176.367	342.131	496.102
Valor adicionado recebido em transferência	176.367	342.131	496.102
Valor adicionado a distribuir	4.896.778	5.239.948	5.488.741

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) |GRI EC1|

	2009	2010	2011
Distribuição do valor adicionado	4.896.777	5.239.948	5.488.741
Pessoal	284.747	279.609	351.400
Impostos, taxas e contribuições	3.061.234	3.255.321	3.253.423
Federais	1.499.222	1.585.011	1.465.990
Estaduais	1.629.789	1.753.953	1.859.533
Municipais	5.728	7.052	5.703
(-) Incentivos fiscais	(73.505)	(90.695)	(77.803)
Remuneração de capitais de terceiros	422.179	619.580	680.396
Juros e variações cambiais	355.232	444.510	447.407
Outras despesas financeiras	46.523	151.340	214.222
Aluguéis	20.424	23.730	18.767
Remuneração de capitais próprios	1.128.618	1.085.438	1.203.522
Participação dos não controladores	375.303	337.957	332.386
Dividendo mínimo obrigatório	162.387	169.061	36.341
Dividendos adicionais	276.923	-	-
Dividendos intercalares	210.240	-	163.258
Reserva legal	34.187	35.592	42.021
Reserva de reforço de capital de giro	-	472.470	598.797
Absorção de prejuízos	69.648	70.384	30.880
Reversão de dividendos prescritos	(70)	(26)	(161)

Conformidade |GRI SO8|

Na Endesa Fortaleza, foram registradas multas de mora por questões tributárias no valor de R\$ 209 mil em 2011; na Endesa Cachoeira, essas punições foram de R\$ 98 mil. Multas de mora e multas punitivas em autos de infração e em execução fiscal na Endesa Cien atingiram o valor de R\$ 6.748 mil.

Na Ampla, R\$ 22 mil foi o valor gasto com o pagamento referente a 12 autos de infração na área trabalhista; e R\$ 434 mil deram conta de tributos não pagos no prazo de vencimento. Na Coelce, não houve multa significativa em 2011.

No desenvolvimento da infraestrutura de melhoramento e ampliação do sistema elétrico da distribuidora Ampla, houve em 2011 serviços de contingência na região serrana do Estado. Para a construção da variante da linha de transmissão no município de Teresópolis, denominada LT TER/PNV – 34,5kV, houve o pagamento de indenizações que totalizaram a importância de R\$ 654 mil, referente a 36 propriedades atingidas, mas sem deslocamento de pessoas.

|GRI EU22|

Práticas de cumprimento do Pacto Global

Princípios do Pacto Global	Objetivos do Milênio	Ações
Direitos humanos		
<p>1</p> <p>RESPEITAR e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência</p> 	<p>1</p>  <p>ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável • Missão, Visão e Valores • Normas Éticas da Endesa S.A. • Inclusão de cláusulas referente a direitos humanos nos contratos de fornecedores de materiais e serviços • Índice de Parceria (Inpar) para acompanhamento da gestão de empresas parceiras • Investimento em projetos culturais • Investimento em Fundos para Infância e Adolescência • Parceria com a Fundação Abrinq • Programas de voluntariado • Campanha de Solidariedade • Consciência Ampla Cidadania • Rede de Lideranças Comunitárias • Coelce nos Bairros
<p>2</p> <p>ASSEGURAR a não participação da empresa em violações dos direitos humanos</p> 	<p>2</p>  <p>EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS</p>	<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Gestão Saúde • Licença-maternidade de 180 dias
	<p>4</p>  <p>REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL</p>	<p>Geração de renda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consciência Ampla Oportunidade • Consciência Ampla com Arte • Coelce nos Bairros • Luz Solidária • Cursos de profissionalização para jovens • Bancos Comunitários • Mão na Massa
	<p>5</p>  <p>MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES</p>	<p>Eficiência energética</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consciência Ampla Sobre Rodas • Projetos de educação para o consumo consciente • Consciência Ampla Futuro • Consciência Ampla Saber • Consciência Ampla SuperAção • Consciência Ampla Eficiente • Consciência EcoAmpla, Ecoelce • Troca Eficiente Coelce
	<p>6</p>  <p>COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS</p>	<p>Projetos culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contadores de Histórias • Consciência Ampla Cultural • Consciência Ampla na Tela • Feira Internacional de Teatro de Angra dos Reis (Fita) • Cultura na Rua • Coelce Cultural • Coelce nos Bairros • Cine Coelce • Festival de Poesias • Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás • Feira do Livro Infantil de Fortaleza • Banda de Caucaia • Lamparina de Histórias • Feira do Livro de São Luiz Gonzaga • Expo São Luiz Gonzaga • Criança Feliz <p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao Instituto Novo Goiás (Ingo) • Apoio ao Colégio Inácio Paes Leme • Frutos da Terra • Família Coisa • Baú de Leitura • Consciência Ampla Futuro • Consciência Ampla Saber • Coelce nas Escolas



Princípios do Pacto Global	Objetivos do Milênio	Ações
Direitos do trabalho		
<p>3 APOIAR a liberdade de associação e reconhecer o direito a negociação coletiva</p> 		<ul style="list-style-type: none"> • Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável • Normas Éticas da Endesa S.A. • Comissão de Ética • Modelo de Gestão do Rendimento • Canais confidenciais de denúncia de irregularidades e • Projetos de Recursos Humanos direcionados à qualidade de vida, treinamento e saúde e segurança • Certificação OHSAS 18001 • Índice de Parceria (Inpar) para acompanhamento da gestão de empresas parceiras • Bom relacionamento com sindicatos • Investimento em Fundos para a Infância e a Adolescência • Parceria com a Fundação Abrinq • Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (ONU) <p>Saúde e qualidade de vida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa Saber Viver • Programa Bem-Viver • Gestão Saúde • Programa Nutrir • Saúde em Linha • Campanha de vacinação antigripe • Programa Equilíbrio
<p>4 ELIMINAR todas as formas de trabalho forçado ou compulsório</p> 		
<p>5 ERRADICAR efetivamente todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva</p> 		
<p>6 ESTIMULAR práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego</p> 		



Princípios do Pacto Global	Objetivos do Milênio	Ações
Meio ambiente		
 <p>ASSUMIR uma abordagem preventiva responsável e proativa para os desafios ambientais</p>	 <p>QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável • Normas Éticas da Endesa S.A. • Inclusão de cláusulas referentes a meio ambiente nos contratos de fornecedores de materiais e serviços • Controle de gestão ambiental de fornecedores • Programa de reciclagem Ecoelce e EcoAmpla • Projetos de P&D com foco em meio ambiente • Espaço Endesa de Meio Ambiente e Cultura (Cachoeira Dourada) • Origem certificada da madeira utilizada nas cruzetas • Programa para melhorias de processos Deu Certo • Comitê de Sustentabilidade • Modelo de otimização para despacho hidrotérmico • Projeto para geração de energia elétrica de fonte alternativa por correntes de marés
 <p>DESENVOLVER iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socio-ambiental</p>		<p>Gestão ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política ambiental • Sistema de Gestão Ambiental • Certificação ISO 14001 • Investimentos de R\$ 131 milhões em ações ambientais • Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa • Coleta seletiva • Papa-lâmpadas • Contas de energia e folheteria em papel reciclado • Projetos de educação ambiental • Veículos elétricos • Programa de Eficiência Energética • Revegetação de matas ciliares
 <p>INCENTIVAR o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis</p>		<p>Educação para o consumo consciente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consciência Ampla Futuro • Consciência Ampla Saber • Consciência SuperAção • Consciência EcoAmpla, Ecoelce • Consciência Ampla Eficiente • Energia na Praia • Troca Eficiente Coelce • Agrinho
Anticorrupção		
 <p>COMBATER a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável • Normas Éticas da Endesa S.A. • Missão, Visão e Valores • Canal Ético • Comissão de Ética • Área de <i>Compliance</i> • Governança corporativa • Auditoria externa para validação dos dados econômico-financeiros • Auditoria interna • Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção • Oficina de Diálogos sobre Práticas Empresariais Anticorrupção

Balanço Social Ibase

1 – Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)	6.579.272			6.702.540		
Resultado operacional (RO)	1.754.808			1.653.661		
Folha de pagamento bruta (FPB)	302.441			280.658		
2 – Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	17.264	5,71%	0,26%	15.577	5,55%	0,23%
Encargos sociais compulsórios	80.946	26,76%	1,23%	68.700	24,48%	1,02%
Previdência privada	12.596	4,16%	0,19%	13.892	4,95%	0,21%
Saúde	24.529	8,11%	0,37%	22.361	7,97%	0,33%
Segurança e saúde no trabalho	2.568	0,85%	0,04%	1.759	0,63%	0,03%
Educação	1.429	0,47%	0,02%	587	0,21%	0,01%
Cultura	165	0,05%	0,00%	983	0,35%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.800	1,59%	0,07%	6.078	2,17%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	2.182	0,72%	0,03%	1.951	0,70%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	27.216	9,00%	0,41%	22.873	8,15%	0,34%
Outros	2.480	0,82%	0,04%	3.924	1,40%	0,06%
Total – Indicadores sociais internos	176.176	58,25%	2,68%	158.684	56,54%	2,37%
3 – Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	9.112	0,52%	0,14%	10.077	0,61%	0,15%
Cultura	18.211	1,04%	0,28%	16.646	1,01%	0,25%
Esporte	915	0,05%	0,01%	1.157	0,07%	0,02%
Outros	135.061	7,70%	2,05%	223.554	13,52%	3,34%
Total das contribuições para a sociedade	163.299	9,31%	2,48%	252.540	15,27%	3,77%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.253.423	185,40%	49,45%	3.255.321	196,86%	48,57%
Total – Indicadores sociais externos	3.416.722	194,71%	51,93%	3.507.861	212,13%	52,34%
4 – Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	84.172	4,80%	1,28%	52.895	3,20%	0,79%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	46.775	2,66%	0,71%	33.359	2,02%	0,50%
Total dos investimentos em meio ambiente	130.925	7,46%	1,99%	86.254	5,22%	1,29%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 – Indicadores do Corpo Funcional	2011			2010		
Nº de empregados(as) ao fim do período	1.327			1.356		
Nº de admissões durante o período	120			76		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	6.941			6.335		
Nº de estagiários(as)	181			175		
Nº de empregados acima de 45 anos	317			357		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	342			320		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	1			1		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	280			273		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0			0		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	8			4		



6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011	Meta 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	32	44
Número total de acidentes de trabalho	130	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados <input type="checkbox"/> serão sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> apoiará <input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.856.420; no Procon 872; na Justiça 24.889	na empresa 2.331.922; no Procon 757; na Justiça 26.890
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98,6%; no Procon 92,1%; na Justiça 100%	na empresa 98,9%; no Procon 100%; na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 5.488.741	Em 2010: 5.239.948
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	59,3% governo / 6,4% colaboradores(as) / 9,7% acionistas / 12,4% terceiros / 12,2% retido	62,1% governo / 5,3% colaboradores (as) / 9,7% acionistas / 11,8% terceiros / 11,1% retido

7 – Outras Informações

Setor econômico: Setor econômico: *Holding* de empresas de energia elétrica – UF – Sede: Rio de Janeiro – CNPJ: nº 07.523.555/0001-67 – Para esclarecimento sobre as informações declaradas: Viviane de Oliveira Martins – tel.: (85) 3453-4632 – e-mail: vmartins@endesabr.com.br
Esta empresa não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Sumário GRI

[GRI 3.12]

	Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
1.1		10-11	Completo
1.2		25, 27-29, 78	Completo
PERFIL ORGANIZACIONAL			
2.1		5	Completo
2.2		5	Completo
2.3		5	Completo
2.4		5, 139	Completo
2.5		5	Completo
2.6		5	Completo
2.7		5, 6	Completo
2.8		4, 5	Completo
2.9		5	Completo
2.10		7-9	Completo
EU1		118	Completo
EU2		118	Completo
EU3		66	Completo
EU4		116, 118	Completo
EU5		Não foram comercializadas	Completo
PERFIL DO RELATÓRIO			
3.1		20	Completo
3.2		Junho de 2011	Completo
3.3		20	Completo
3.4		20, 140	Completo
Escopo e limite do relatório			
3.5		20	Completo
3.6		20	Completo
3.7		20	Completo
3.8		20	Completo
3.9		20	Completo
3.10		20	Completo
3.11		20	Completo
3.12		131	Completo
Verificação			
3.13		20	Completo



	Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação	
GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO				
Governança				
4.1	Estrutura de governança	1 a 10	39	Completo
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja diretor	1 a 10	40	Completo
4.3	Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	1 a 10	40	Completo
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações	1 a 10	40	Completo
4.5	Relação entre a remuneração e o desempenho	1 a 10	40	Completo
4.6	Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	1 a 10	40	Completo
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos conselheiros	1 a 10	40	Completo
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação	1 a 10	6, 30, 42	Completo
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	1 a 10	40	Completo
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	1 a 10	40	Completo
Compromissos com iniciativas externas				
4.11	Princípio da precaução	7	28	Completo
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas subscritas ou endossadas	1 a 10	30	Completo
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/ internacionais	1 a 10	32	Completo
Engajamento dos stakeholders				
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização		32, 34-35	Completo
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar		20, 32	Completo
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>		32, 34-35	Completo
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i>		22	Completo

	FORMA DE GESTÃO	Página / Comentário	Nível de informação
DESEMPENHO ECONÔMICO			
	Desempenho econômico	24-29	Completo
	Presença no mercado	24-26, 46, 61	Completo
	Impactos econômicos indiretos	24-26, 78, 80	Completo
	Disponibilidade e confiabilidade	26	Completo
EU6	Gestão para assegurar disponibilidade e confiabilidade do fornecimento	27	Completo
	Gerenciamento pelo lado da demanda	24-26, 102	Completo
EU7	Programas de gerenciamento de consumo	102-103	Completo
	Eficiência do sistema	24-29, 117, 118	Completo
	Pesquisa e desenvolvimento	26, 107	Completo
EU8	Atividades e despesas de P&D	107-111	Completo
	Descomissionamento de usinas	A Endesa Brasil não gera energia nuclear	Completo
EU9	Provisão para descomissionamento de usinas nucleares	A Endesa Brasil não gera energia nuclear	Completo



FORMA DE GESTÃO	Página / Comentário	Nível de informação	
DESEMPENHO AMBIENTAL			
Materiais	26-28, 92, 98	Completo	
Energia	26-28, 92, 96	Completo	
Água	26-28, 92, 97	Completo	
Biodiversidade	26-28, 92, 100	Completo	
Emissões, efluentes e resíduos	26-28, 92, 94, 99	Completo	
Produtos e serviços	26-27, 93	Completo	
Conformidade	24-26, 42	Completo	
Transporte	26-29, 92, 95	Completo	
Geral	26-29, 92, 93	Completo	
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE			
Emprego	26-29, 46	Completo	
EU14	Programas e processos que asseguram a oferta de mão de obra qualificada	53-54	Completo
EU15	Porcentagem de empregados com direito à aposentadoria nos próximos cinco e dez anos, discriminada por categoria funcional e região	50	Completo
EU16	Políticas e exigências referentes a saúde e segurança de empregados e de trabalhadores parceiros e subcontratados	56	Completo
	Relações entre os trabalhadores e a governança	26, 46, 55	Completo
	Saúde e segurança no trabalho	26, 46, 56-57	Completo
	Treinamento e educação	26, 46, 53	Completo
	Diversidade e igualdade de oportunidades	26, 46	Completo
	Igualdade na remuneração entre homens e mulheres	26, 46, 51	Completo
DIREITOS HUMANOS			
	Práticas de investimento e de processos de compra	42-43, 61	Completo
	Não discriminação	42-43	Completo
	Liberdade de associação e negociação coletiva	42-43, 55, 61	Completo
	Trabalho infantil	42-43, 61	Completo
	Trabalho forçado ou análogo ao escravo	42-43, 61	Completo
	Práticas de segurança	42-43	Completo
	Direitos indígenas	42-43	Completo
	Avaliação	42-43, 78	Completo
	Remediação	42-42, 79	Completo
SOCIEDADE			
	Comunidade	24-26, 78-79	Completo
EU19	Participação de <i>stakeholders</i> em decisões de planejamento energético e infraestrutura	33	Completo
EU20	Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	Não houve deslocamentos de pessoas em 2011 em nenhuma das operações da Endesa Brasil	Completo
	Corrupção	24-26, 42-43	Completo
	Políticas públicas	24-26, 32	Completo
	Concorrência desleal	24-26, 42-43	Completo
	Conformidade	24-26, 42	Completo
	Prevenção e preparação para emergências e desastres	24-26, 28-29	Completo
EU21	Medidas e planos de contingência para desastres/emergências	28-29	Completo



FORMA DE GESTÃO		Página / Comentário		Nível de informação	
RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO					
	Saúde e segurança do cliente	24-26, 74-75		Completo	
	Rotulagem de produtos e serviços	24-26, 69		Completo	
	Comunicações de marketing	24-26, 69		Completo	
	Privacidade do cliente	24-26, 66		Completo	
	Conformidade	24-26, 42		Completo	
	Acesso	24-26, 88-89		Completo	
EU23	Programas para melhorar ou manter o acesso à eletricidade	88-89		Completo	
	Prestação de informações	24-26, 67, 73		Completo	
EU24	Práticas para lidar com barreiras de acesso (escolaridade, necessidades especiais, etc.)	67, 73		Completo	
INDICADORES DE DESEMPENHO		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação	
DESEMPENHO ECONÔMICO					
Desempenho econômico					
ES	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA)	80, 124, 125	Completo	
ES	EC2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades de mudanças climáticas	7	94	Completo
ES	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido		52	Completo
ES	EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo		81, 89	Completo
Presença no mercado					
AD	EC5	Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local	1	51	Completo
ES	EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais		61	Completo
ES	EC7	Procedimentos para contratação local	6	47	Completo
Impactos econômicos indiretos					
ES	EC8	Investimentos em infraestrutura e serviços na comunidade		78, 80	Completo
AD	EC9	Impactos econômicos indiretos significativos		78, 79, 83, 85, 86, 87	Completo
Disponibilidade e confiabilidade					
SU	EU10	Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de energia		27	Completo
Eficiência do sistema					
SU	EU11	Eficiência média de geração de usinas termelétricas		118	Completo
SU	EU12	Perdas de transmissão e distribuição em relação ao total de energia		117, 118	Completo
DESEMPENHO AMBIENTAL					
Materiais					
ES	EN1	Materiais usados por peso ou volume	8	98	Completo
ES	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	8, 9	97	Completo
Energia					
ES	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	8	96	Completo
ES	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	8	96	Completo
AD	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	8, 9	Não houve economia de energia no ano	Completo
AD	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	8, 9	102	Completo
AD	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	8, 9	96	Completo
Água					
ES	EN8	Total de retirada de água por fonte	8	97	Completo
AD	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	8	97	Completo
AD	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	8, 9	97	Completo



INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
DESEMPENHO AMBIENTAL					
Biodiversidade					
ES	EN11	Localização e tamanho da área da empresa em áreas protegidas ou alta biodiversidade	8	101	Completo
ES	EN12	Descrição de impactos significativos sobre a biodiversidade	8	93, 100	Completo
SU	EU13	Biodiversidade de habitats de substituição	8	100	Completo
AD	EN13	Habitats protegidos ou restaurados	8	100	Completo
AD	EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	8	101	Completo
AD	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação	8	101	Completo
Emissões, efluentes e resíduos					
ES	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	8	95	Completo
ES	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	8	95	Completo
ES	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	7, 8, 9	95	Completo
ES	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	8	95	Completo
ES	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	8	95	Completo
ES	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	8	99	Completo
ES	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	8	99	Completo
ES	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	8	Não foram registrados	Completo
AD	EN24	Peso de resíduos perigosos transportados, importados, exportados ou tratados	8	99	Completo
AD	EN25	Biodiversidade de corpos d'água e habitats afetados por descartes de água e drenagem	8	Não ocorrem descartes significativos	Completo
Produtos e serviços					
ES	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	7, 8, 9	93	Completo
ES	EN27	Percentual recuperado de produtos e suas embalagens	8, 9	Não há embalagens em geração, transmissão e distribuição de energia	Completo
Conformidade					
ES	EN28	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais	8	103	Completo
Transporte					
AD	EN29	Impactos ambientais do transporte de produtos, bens e materiais e trabalhadores	8	95	Completo
Geral					
AD	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	7, 8, 9	93	Completo



INDICADORES DE DESEMPENHO		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE				
Emprego				
ES	LA1	Trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero	47, 48	Completo
ES	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região	6 49, 50	Completo
SU	EU17	Dias trabalhados por parceiros (atividades de construção, operação e manutenção)	62	Completo
SU	EU18	Treinamento em saúde e segurança de trabalhadores parceiros e subcontratados	56	Completo
AD	LA3	Benefícios que não são oferecidos a empregados temporários ou de meio período	51	Completo
ES	LA15	Taxas de retorno ao trabalho e de retenção após licença-maternidade ou paternidade, por gênero	52	Completo
Relações entre os trabalhadores e a governança				
ES	LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	1, 3 55	Completo
ES	LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	3 55	Completo
Saúde e segurança no trabalho				
AD	LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	1 56	Completo
ES	LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	1 56-57	Parcial
ES	LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco	1 57, 58-59	Completo
AD	LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	1 55	Completo
Treinamento e educação				
ES	LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, por categoria funcional	53	Completo
AD	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e fim da carreira	50, 53-54	Completo
AD	LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho	52	Completo
Diversidade e igualdade de oportunidades				
ES	LA13	Responsáveis pela governança e empregados por gênero, faixa etária, minorias	1, 6 40, 41, 47, 48	Completo
Igualdade na remuneração entre homens e mulheres				
ES	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	1, 6 51	Completo



INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
DIREITOS HUMANOS					
Práticas de investimento e de processos de compra					
ES	HR1	Contratos de investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	1 a 6	61	Completo
ES	HR2	Fornecedores submetidos a avaliações direitos humanos	1 a 6	61	Completo
AD	HR3	Treinamento para empregados em direitos humanos	1 a 6	Não há programas formais	Completo
Não discriminação					
ES	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	1, 2, 6	Não foi registrado no Canal Ético nenhum caso de discriminação em 2011	Completo
Liberdade de associação e negociação coletiva					
ES	HR5	Operações com risco ao direito de exercer a liberdade de associação	1, 2, 3	55, 61	Completo
Trabalho infantil					
ES	HR6	Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	1, 2, 5	61	Completo
Trabalho forçado ou análogo ao escravo					
ES	HR7	Operações identificadas com risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo	1, 2, 4	61	Completo
Práticas de segurança					
AD	HR8	Pessoal de segurança treinado em direitos humanos	1 e 2	Não há treinamentos formais	Completo
Direitos indígenas					
AD	HR9	Casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	1 e 2	Não foram registrados	Completo
Avaliação					
ES	HR10	Operações sujeitas a revisões e / ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos		100%	Completo
Remediação					
ES	HR11	Queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações		As queixas recebidas pela Ouvidoria Interna são tratadas de forma sigilosa	Completo
SOCIEDADE					
Comunidade					
ES	SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.		78-79	Completo
ES	SO1 (3.1)	Percentual de operações com ações de engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento		78	Completo
SU	EU22	Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização		125	Completo
ES	SO9	Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais.		78	Completo
ES	SO10	Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais		79	Completo
Corrupção					
ES	SO2	Unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	10	43	Completo
ES	SO3	Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	10	43	Completo
ES	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10	43	Completo
Políticas públicas					
ES	SO5	Posições e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	1 a 10	32	Completo
AD	SO6	Contribuições para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	10	Como concessionária de serviço público, não é permitido estabelecer vínculos partidários de qualquer origem e tampouco oferecer, em negociações, vantagens a agentes do governo	Completo
Concorrência desleal					
AD	SO7	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio		Não foram registrados	Completo
Conformidade					
ES	SO8	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos		125	Completo



INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO					
Saúde e segurança do cliente					
ES	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que são avaliados impactos de saúde e segurança	1	74-75	Completo
AD	PR2	Conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos à saúde e segurança	1	Não foram registrados	Completo
SU	EU25	Acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa		75	Completo
Rotulagem de produtos e serviços					
ES	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem	8	69	Completo
AD	PR4	Casos de não conformidade relacionados a informações e rotulagem	8	Não foram registrados	Completo
AD	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas		70-71	Completo
Comunicações de marketing					
ES	PR6	Adesão às leis, normas e códigos voluntários de comunicações de marketing		69	Completo
AD	PR7	Casos de não conformidade com comunicações de marketing		Não foram registrados	Completo
Privacidade do cliente					
AD	PR8	Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	1	Não foram registrados	Completo
Conformidade					
ES	PR9	Multas por não conformidade no fornecimento e uso de produtos e serviços		73	Completo
Acesso					
SU	EU26	População não atendida em áreas com distribuição ou serviço regulamentados		100% das populações rurais e urbanas estão atendidas	Completo
SU	EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento		69	Completo
SU	EU28	Frequência das interrupções no fornecimento de energia		72	Completo
SU	EU29	Duração média das interrupções no fornecimento de energia		72	Completo
SU	EU30	Fator de disponibilidade média das usinas de geração		118	Completo

Informações corporativas

Conselho de Administração

Mario Fernando de Melo Santos – Presidente
Antonio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque
Cristián Eduardo Fierro Montes
Ignácio Antoñanzas Alvear
Joaquín Galindo Vélez
Massimo Tambosco
Ramiro Diego Alfonsín Balza

Diretoria-Executiva

Marcelo Llévénis – Presidente
André Moragas da Costa – Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Antonio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque – Diretor Jurídico
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor de Planejamento e Controle
Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos
Luis Carlos Ortins de Bettencourt – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
Livia Baião – Diretora de Desenvolvimento

Endesa Brasil S.A.

Praça Leoni Ramos, 1 – São Domingos
CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil |GRI 2.4|
Tel.: 55 21 2109-7000
www.endesabrasil.com.br

Relações com Investidores

Isabel Alcântara
Praça Leoni Ramos, 1 – São Domingos
CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil
E-mail: isabel_regina@endesabr.com.br
Fone: 55 85 3453-4082 / 4029
Fax: 55 85 3453 4947

Auditores Independentes

Ernst & Young Terco Auditores Independentes

Créditos

Coordenação geral

Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Responsabilidade Social Corporativa e Meio Ambiente

Coordenação de conteúdo

Ana Paula Caporal | Beatriz Stutzel

Equipe de conteúdo

A Endesa Brasil agradece, especialmente, aos colaboradores das empresas que integram a *holding* e contribuíram com o fornecimento de informações para este relatório:

Aldo de Jesus Pessanha | Alessandra Branco | Alexandre Magno | Alexandre Nogueira | Alexandre Nogueira | Alicio Gonçalves de Oliveira Netto | Aline Aguiar | Aline Ferreira Oliveira | Aline Maria Sena | Amanda Roberta Brandão | Ana Paula Steele | Ana Rebello | Anderson Luis Tostes dos Santos | Andressa Assed | Aparecida Maria Alves | Artur Teixeira | Avilez Batista | Bárbara Machado | Bárbara de Miranda | Beatriz Krause | Camila Guimarães | Carlos Felipe Moyses | Carlos Gomes | Carlos Roberto Marchetti | Carolina Farinas Pinheiro | Chahden Mounzer | Ciciane Sales Rola | Cintia Borges | Claudia Guimarães | Claudia Harfield | Claudia Suanno | Cristiano Furtado | Cyntia Karine Crispim de Souza | Daniella Guimarães | Danielle Luz | David Bruxel | Débora Pinho | Deise Damasceno | Eduardo Gomes | Elizabeth Madeira | Enivalda Oliveira | Fabiano Coelho Ramos | Fátima Mesquita | Felipe da Silva Costa | Felipe Melo Silva de Abreu | Fernanda Rodrigues | Fernanda Senos Calixto | Fernando Andrade | Fernando Márcio Oliveira Rodrigues | Fernando Terra | Fernando Vinicius Jardim | Flávio de Oliveira Martins | Geórgia Queiroz | Gilson Teixeira | Gisele Lopes | Gonçalves Lima | Guilherme Duarte Oliveira | Gustavo Nogueira | Helba Conde | Herica Brum Couto | Hugo de Barros Nascimento | Irineide Cavalcante | Isabel Alcântara | Ismália Morais | Ivanhoel Carvalho | Ivone Mourão | Janaína Savino Villela | João Carlos Curty Alves | Joice Portella | Jorge Alexandre Barros de Almeida | Jorge Luiz | Jorge Maurício Scofano | José Caminha Araripe | Jose Ignácio Pires Medeiros | José Nunes de Almeida | José Távora Batista | Julia Modesti Simões | Juliana de Aquino Guimarães | Juliana Linhares | Keite Kelli de Medeiros Fonseca | Larissa Mesquita | Leandro Tadeu Pasinato Alves | Leonardo Frazão | Leonardo Sant'Anna Reis | Liliane Gomes de Araujo | Liliane Selouan | Lincoln Morales | Lucas Morato Teixeira | Luciana Moura | Lucivânia Almeida |

Ludmila Wanbergna | Luís Junior | Luiza Pavone | Mabel Dutra | Mara Hartmann | Marcelo Crocchi | Marcelo Falcucci | Marcelo Pereira | Márcia Germana | Marcony Melo | Marcos Alexandre Ries | Marcos Celusso | Maria Alice Ribeiro Rizzo | Maria Eduarda Fischer | Mariana Tomé | Mario Cesar Loiola de Aquino | Michelle Muruci Abreu | Mike Kenny Nobre | Monica dos Santos Dias Cola | Natália de Souza da Costa Xavier | Nilo Rodrigues | Odaiton Arruda | Olga Carranza | Olympio Passos da Motta Neto | Osvaldo Ferrer | Pablo Soares dos Santos | Patricia Gismonti de Souza | Patricia Hamam Dias | Patricia Varela | Paula Sousa Couto | Paula Thurler | Paulo Maissonave | Pedro Dias | Rafael Correa Braga | Rafael Graça Lombardo | Rafaela Mota | Raiane Pires de Alcântara | Raimundo Câmara | Raimundo Carlos | Renata Lindholm Mello | Renata Monteiro da Silva | Renato Sampaio | Ricardo Bomfim Alves | Roberto Heide | Robson da Silva Alves | Rodolfo Gonçalves Borges | Ruy Magno Praciano Bandeira | Sarah Nobre | Sérgio Araújo | Stanley Pratti | Sylvia Dias Medina | Tathiane Ribeiro | Tatiana Colares | Thais da Silva Mendonça | Thatiana Terra | Victor Gomes | Viviane de Oliveira Martins | William Espírito de Abreu | Wylmar Fialho |

Conteúdo, redação e revisão

Editora Contadino

Diagramação

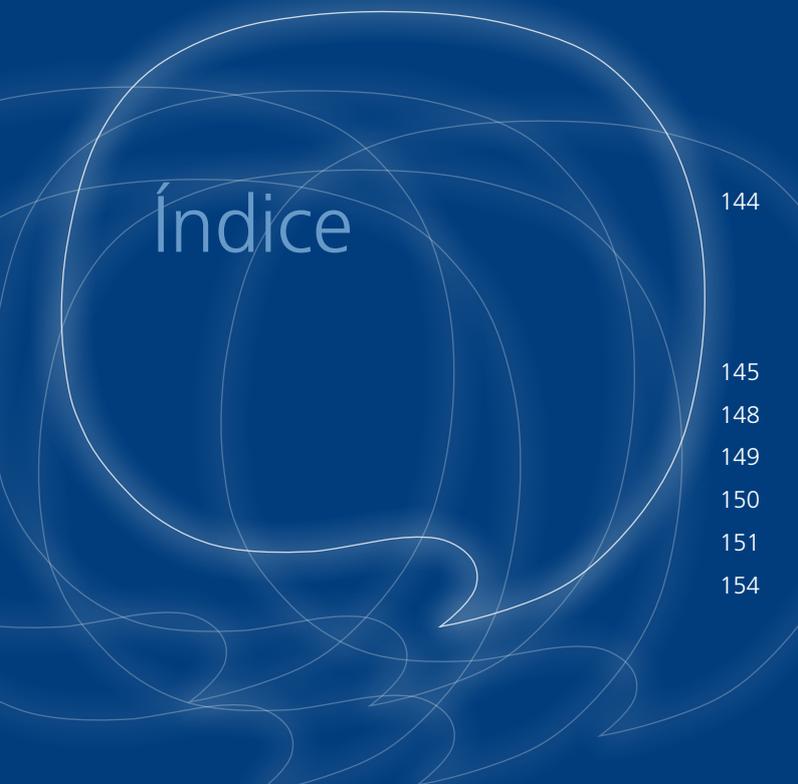
fmcom

Fotos

Acervo Endesa Brasil

Eclarecimentos adicionais sobre este relatório podem ser obtidos com Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Responsabilidade Social Corporativa e Meio Ambiente: institucional@endesabr.com.br – tel.: 55 21 2613-7954 **GRI 3.4**

Endesa Brasil
Relatório Anual
de Sustentabilidade 2011
Demonstrações Financeiras



Índice

144	Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
	Demonstrações financeiras auditadas
145	Balancos patrimoniais
148	Demonstrações dos resultados
149	Demonstrações dos resultados abrangentes
150	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
151	Demonstrações dos fluxos de caixa
154	Notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da
Endesa Brasil S.A.
Niterói – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Endesa Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Endesa Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de abril de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP 015.199/O-6-F – RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC – 1RJ 086.202/O-4

Endesa Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	102.775	275.213	723.772	508.163
Aplicações financeiras	5	17.580	356.258	278.220	594.895
Consumidores, concessionários e permissionários	6	-	-	1.318.087	1.392.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(194.586)	(270.161)
Consumidores de baixa renda	7	-	-	48.708	54.242
Tributos a compensar	8	9.045	11.614	218.191	163.031
Benefício fiscal – ágio incorporado	13	-	-	10.500	-
Dividendos a receber	15	47.599	62.024	-	-
Cauções e depósitos	9	-	-	53.746	40.666
Energia livre	10	-	-	3.832	3.181
Partes relacionadas	25	-	-	-	9
Créditos Luz para Todos		-	-	-	13.837
Outros créditos	14	5.565	6.393	163.020	201.948
Total do ativo circulante		182.564	711.502	2.623.490	2.701.909
Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários	6	-	-	357.095	315.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(252.598)	(186.859)
Tributos a compensar	8	21.221	22.898	180.998	202.973
Depósitos vinculados a litígios	11	-	-	293.157	278.853
Cauções e depósitos	9	-	-	93.193	83.843
Tributos diferidos	12	-	-	686.151	667.757
Benefício fiscal – ágio incorporado	13	-	-	83.059	105.032
Partes relacionadas	25	367.244	283.447	111.509	89.558
Ativo indenizável (concessão)	16	-	-	765.516	527.794
Outros créditos	14	1.573	-	4.106	19.622
Investimentos	15	3.821.718	3.594.866	100	-
Imobilizado	17	5.517	6.323	2.139.485	2.241.281
Intangível	18	-	-	4.708.594	4.649.232
Total do ativo não circulante		4.217.273	3.907.534	9.170.365	8.994.866
Total do ativo		4.399.837	4.619.036	11.793.855	11.696.775

Endesa Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	19	12.427	13.859	614.591	638.868
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	637.997	638.057
Debêntures	21	-	-	388.529	302.110
Folha de pagamento		3.853	1.827	54.068	56.990
Tributos a pagar	23	4.138	5.808	349.898	248.623
Taxas regulamentares	24	-	-	71.745	61.437
Dividendos a pagar		36.347	169.072	93.557	229.906
Contribuição de iluminação pública arrecadada		-	-	27.193	15.638
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 31	-	-	11.418	10.752
Parcelamento especial		-	-	31.949	62.586
Partes relacionadas	25	2.238	1.175	7.659	107.234
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	26	-	-	79.705	135.625
Provisão Luz para Todos		-	-	12.452	12.452
Energia livre	10	-	-	25.205	5.671
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	-	-	17.060	140.793
Obrigações com o IFC – capital	29	-	184.065	-	184.065
Outras obrigações	28	-	-	41.701	44.530
Total do passivo circulante		59.003	375.806	2.464.727	2.895.337
Não circulante					
Fornecedores	19	-	-	4.771	4.304
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	862.272	1.107.715
Debêntures	21	-	-	973.221	606.091
Tributos a pagar	23	-	-	32.825	6.182
Tributos diferidos	12	-	-	169.238	154.001
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 31	-	-	553.176	392.097
Partes relacionadas	25	424	424	113.589	126.500
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	26	-	-	13.749	12.287
Parcelamento especial		-	-	37.080	75.090
Energia livre	10	-	-	3.892	15.877
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	-	-	619.017	522.329
Outras obrigações	28	-	-	8.744	31.363
Total do passivo não circulante		424	424	3.391.574	3.053.836



Endesa Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Patrimônio líquido	29				
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		916.879	916.879	916.879	916.879
Ações resgatáveis no futuro		-	(111.025)	-	(111.025)
Ações em tesouraria		(111.025)	-	(111.025)	-
Reserva de capital		2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370
Reserva de lucros		732.636	91.818	732.636	91.818
Outros resultados abrangentes		(1.228)	90	(1.228)	90
Ajustes de avaliação patrimonial		298.778	333.491	298.778	333.491
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	507.183	-	507.183
		4.340.410	4.242.806	4.340.410	4.242.806
Atribuível aos acionistas não controladores					
Participações do Grupo Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.		-	-	837.701	799.330
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	759.443	705.466
		-	-	1.597.144	1.504.796
Total do patrimônio líquido		4.340.410	4.242.806	5.937.554	5.747.602
Total do passivo e patrimônio líquido		4.399.837	4.619.036	11.793.855	11.696.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita líquida	33	-	-	6.579.272	6.702.540
Custo do serviço	34	-	-	(4.357.864)	(4.531.208)
Lucro bruto		-	-	2.221.408	2.171.332
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	34	-	-	(54.096)	(196.206)
Despesas gerais e administrativas	34	(26.824)	(27.203)	(369.471)	(250.312)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	34	-	-	(29.518)	(32.253)
Resultado de equivalência patrimonial	15	833.775	714.746	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	34	447	-	(13.515)	(38.900)
Total despesas operacionais		807.398	687.543	(466.600)	(517.671)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		807.398	687.543	1.754.808	1.653.661
Resultado financeiro					
Receita financeira	35	88.229	78.679	451.739	301.625
Despesa financeira	35	(2.692)	(3.502)	(575.348)	(545.460)
Variações cambiais líquidas	35	-	-	(18.904)	(9.882)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		892.935	762.720	1.612.295	1.399.944
Imposto de renda e Contribuição Social – corrente	32	(21.800)	(15.239)	(412.424)	(370.596)
Imposto de renda e Contribuição Social – diferido	12 e 32	-	-	(62.679)	(22.073)
Incentivo fiscal	32	-	-	66.329	78.158
Lucro líquido do exercício		871.135	747.481	1.203.521	1.085.433
Atribuível aos acionistas controladores		-	-	871.135	747.481
Participações do Grupo Endesa ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.		-	-	117.743	121.215
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	214.643	216.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	871.135	747.481	1.203.521	1.085.433
Outros resultados abrangentes				
Resultado de participações societárias				
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	(96.844)	(73.655)	(205.740)	(156.857)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão de controlada	32.927	25.043	69.952	53.331
Ajuste acumulado de conversão	118	(259)	118	(259)
Perda em instrumento financeiro derivativo	(1.436)	-	(1.436)	-
Resultado abrangente do exercício	805.900	698.610	1.066.415	981.648
Atribuído aos acionistas controladores			805.900	698.610
Atribuído aos acionistas não controladores			260.515	283.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital										Patrimônio líquido atribuível aos			Total
	Capital social	Ações resgatáveis no futuro	Ações em tesouraria	Reserva de capital Remuneração	Reservas de lucros	Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Acionistas Endesa Brasil	Demais acionista Grupo Endesa	Acionistas não controladoras	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	916.879	(111.025)	-	2.504.370	56.226	-	349	368.204	(21.772)	276.923	3.990.154	770.401	607.637	5.368.192
Reversão de dividendos prescritos em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	26	-	-	26
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	(34.713)	34.713	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos	29	-	-	-	-	-	-	-	-	(276.923)	(276.923)	(29.637)	(66.638)	(373.198)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	747.481	-	747.481	121.215	216.741	1.085.437	
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	30	-	-	-	-	-	(48.612)	-	-	(48.612)	(44.356)	(10.558)	(103.526)	
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	48.612	-	(48.612)	-	-	-	-	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	29	-	-	-	35.592	-	-	(35.592)	-	-	-	-	-	
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(655)	(655)	
Dividendos propostos	29	-	-	-	-	-	-	(169.061)	-	(169.061)	(18.293)	(41.061)	(228.415)	
Dividendos adicionais	29	-	-	-	-	-	-	(507.183)	507.183	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	29	-	-	-	-	-	(259)	-	-	(259)	-	-	(259)	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	916.879	(111.025)	-	2.504.370	91.818	-	90	333.491	-	507.183	4.242.806	799.330	705.466	5.747.602
Baixa de Ações recompráveis no futuro	29	111.025	(111.025)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	(34.713)	34.713	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos	29	-	-	-	-	-	-	-	(507.183)	(507.183)	(10.475)	(101.153)	(618.811)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	871.135	-	871.135	117.743	214.643	1.203.521	
Outras mudanças no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	(1.676)	-	(1.676)	-	-	(1.676)	
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	30	-	-	-	-	-	(63.917)	-	-	(63.917)	(52.556)	(19.315)	(135.788)	
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	63.917	-	(63.917)	-	-	-	-	
Reversão de dividendos prescritos em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	162	-	162	49	129	340
Proposta da administração para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	29	-	-	-	42.021	-	-	(42.021)	-	-	-	-	-	
Dividendos intercalares	29	-	-	-	-	-	-	(163.258)	-	(163.258)	(300)	(536)	(164.094)	
Dividendos mínimos	29	-	-	-	-	-	-	(36.341)	-	(36.341)	(15.151)	(40.730)	(92.222)	
Reserva para reforço de capital de giro	29	-	-	-	-	598.797	-	(598.797)	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	29	-	-	-	-	-	118	-	-	118	-	-	118	
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(1.436)	-	-	(1.436)	-	-	(1.436)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	916.879	(111.025)	2.504.370	133.839	598.797	(1.228)	298.778	-	-	4.340.410	838.640	758.504	5.937.554	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	871.135	747.481	1.203.521	1.085.433
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com os recursos provenientes de atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – clientes	-	-	52.980	164.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – outros créditos	-	-	-	(115)
Amortização e depreciação	1.165	1.057	450.286	541.121
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	29.518	32.253
Equivalência patrimonial	(833.775)	(714.746)	-	-
Variações monetárias e juros líquidos		3.502	344.400	389.321
Valor residual de intangível e indenizável baixado	-	-	13.457	11.930
Receita ativo indenizável			(15.118)	(31.634)
Tributos e contribuições social diferidos	-	-	59.226	22.072
Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(12.855)	51.458
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	11.474	12.537
Provisão (Reversão) Luz para Todos	-	-	-	(5.685)
Resultado atuarial	-	-	13.564	3.309
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	24.194	-
Provisão para perdas em estoques	-	-	485	-
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	(4.243)	-
Outras receitas	-	-	2.796	-
	38.525	37.294	2.173.685	2.276.796



Endesa Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(25.979)	(116.325)
Consumidores de baixa renda	-	-	13.457	-
Serviços em curso	-	-	(12.454)	(9.369)
Partes relacionadas	-	-	(825)	1.598
Tributos a compensar	4.246	1.494	(33.185)	37.507
Estoques	-	-	(351)	825
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(2.841)	-
Dividendos recebidos	555.684	693.070	-	-
Créditos luz para todos	-	-	13.837	74.508
Cauções e depósitos	-	-	(22.430)	-
Depósitos vinculados a litígios	-	-	(11.721)	-
Outros	(745)	(5.006)	104.157	(6.143)
	559.185	689.558	21.665	(17.399)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.432)	677	(30.404)	(46.976)
Folha de pagamento	2.026	338	(1.477)	6.483
Tributos a pagar	(1.670)	2.867	81.698	80.974
Taxas regulamentares	-	-	10.308	25.360
Partes relacionadas	1.063	288	(37.508)	(49.023)
Obrigações com benefícios pós emprego	-	-	(38.542)	(34.664)
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	(93.813)	24.798
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(120.795)	(129.537)
Outros	-	-	(23.976)	(90.637)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	(101.657)	(95.340)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e mútos	-	-	(169.440)	(213.994)
	(13)	4.170	(525.606)	(522.556)

Endesa Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais	597.697	731.022	1.669.744	1.736.841
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Emprestimos de mútuos concedidos (liquidados)	(83.797)	169.273	(83.797)	-
Investimentos	(1.090)	-	(100)	-
Aplicações no intangível	-	-	(171.905)	(627.748)
Aplicações no imobilizado	(359)	(635)	(514.866)	(47.185)
Integralização de capital	-	-	-	-
(Aplicações) resgate de aplicações financeiras	338.678	(352.907)	251.631	(207.533)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	253.432	(184.269)	(519.037)	(882.466)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Emissão de debêntures	-	-	700.000	-
Pagamento de debentures	-	-	(275.500)	(135.927)
Pagamento de parcelas de tributos	-	-	(23.498)	(30.328)
Recebimento de mútuos	-	-	290.560	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	427.421	75.793
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(6.290)	(688.706)	(447.463)
Pagamento de mútuos	-	-	(191.984)	-
Pagamento de juros – mútuos	-	-	(43.126)	-
Pagamento contrato de dívida Faelce	-	-	(13.841)	(10.636)
Pagamento de dividendos	(839.502)	(439.307)	(918.607)	(609.533)
Parcelamento especial	-	-	(13.752)	-
Pagamentos IFC	(184.065)	-	(184.065)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(1.023.567)	(445.597)	(935.098)	(1.158.094)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(172.438)	101.156	215.609	(303.719)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	275.213	174.057	508.163	811.882
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	102.775	275.213	723.772	508.163
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(172.438)	101.156	215.609	(303.719)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Endesa Brasil S.A. (“Endesa Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Endesa Brasil (“Grupo Endesa”):

a) Distribuição de energia elétrica

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla Energia”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A controlada tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da Aneel, com vencimento para abril de 2026. A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% na Ampla Energia.

Companhia Energética do Ceará – Coelce

A Companhia Energética do Ceará (“Coelce”), com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, controlada pela Investluz S/A (ambas as empresas do Grupo Endesa), concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A controlada tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da Aneel, com vencimento para maio de 2028.

A Endesa Brasil possui, entre participações diretas e indiretas, 47,92% do capital da Coelce.

b) Geração de energia elétrica

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA (“CDSA”), com sede na Rodovia GO 206, KM0 – Cachoeira Dourada – Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A controlada foi constituída mediante cisão da Companhia Energética de Goiás – Celg, da qual foram transferidos os

bens patrimoniais do sistema de geração da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada para a nova Companhia. Essa cisão foi efetuada com base no balanço levantado em 31 de outubro de 1996 e aprovado pelos acionistas da Celg na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 1996.

Em 5 de setembro de 1997, foi realizado Leilão Público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo Poder Concedente através do Contrato de Concessão nº011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada é constituído basicamente do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no Município de Cachoeira Dourada – Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras.

Na mesma data de 12 de setembro de 1997, a controlada firmou com a Celg contrato de suprimento, no qual estabelecia que nos cinco primeiros anos toda a energia assegurada da controlada seria suprida à Celg, e nos anos seguintes, esta quantidade seria reduzida até a extinção do contrato. Em 31 de dezembro de 2008, este contrato de fornecimento de energia para a Celg foi extinto e atualmente a controlada vende sua energia através dos Leilões e na CCEE (Câmara de Compensação de Energia Elétrica).

A Endesa Brasil detém participação direta de 99,61% na CDSA.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. ("CGTF"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação da central termelétrica Fortaleza, localizada no Município de Caucaia, Estado do Ceará, através da Resolução Aneel nº 433, de 19/10/2001. Desde sua constituição, foram efetuados investimentos para a construção de uma Usina Termelétrica, cuja capacidade instalada é de 346.630 kW, através de geração de ciclo combinado de duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, capacidade regularizada pelo Despacho Aneel73/2002. O investimento total foi da ordem de US\$235 milhões, por-

venientes de recursos próprios e de empréstimos de terceiros. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

Conforme definido no seu estatuto social, a controlada tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a controlada contratado em 31 de agosto de 2001 contrato de venda de 2.690 GWh/ano (equivalente à 307 MW médios), para a Coelce, pertencente ao mesmo grupo econômico da controlada, por 20 anos, a preço normativo estabelecido pela Aneel, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

Em 16 de setembro de 2002, foi firmado entre a controlada e a Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), com interveniência da Petrobras, o contrato de compra e venda de gás natural pelo prazo de 20 anos. O referido contrato assegura que a totalidade do gás consumido pela usina deverá ser comprado junto a Cegás da mesma forma, estipula que em caso de falha no fornecimento a mesma deverá reembolsar os custos incorridos pela controlada, para honrar seu contrato de venda. A CGTF é controlada integral da Endesa Brasil.

Eólica Fazenda Nova – Geração e Comercialização de Energia Ltda.

A Eólica Fazenda Nova – Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Fazenda Nova") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Felipe Camarão, 507, sala 201, Cidade Alta – Natal/RN, que tem como objetivo a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e atividades correlatas.

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da controlada Fazenda Nova pelo montante de R\$ 3.942. A controlada está em fase pré-operacional e foi constituída para participar de leilões de energia eólica.

c) Transmissão de energia elétrica

Cien – Companhia de Interconexão Energética

A Cien – Companhia de Interconexão Energética (“Cien”), com sede na Praça Leoni Ramos, 1 – Parte – São Domingos – Niterói – RJ, é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a Cien promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades.

A controlada foi considerada vencedora da concorrência internacional número 203.78006.0 referente à Interligação Brasil-Argentina – compra de potência firme com energia associada importada da Argentina, instituída pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, através de suas subsidiárias Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – Eletrosul, atual Tractebel Energia S.A. (“Tractebel”), e Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”). Em virtude disso, a Companhia foi autorizada a construir um sistema de interconexão de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina, composto de um sistema HVDC back to back de conversão de frequência, com capacidade de 1.100 MW, e linha de transmissão de energia elétrica entre a subestação de Rincón de Santa María (Argentina) e Itá (Brasil), perfazendo aproximadamente 500 km de extensão, e importar 1.000 MW de energia elétrica procedente da Argentina por um período de 20 anos.

A controlada detém sistema de transmissão de interconexão internacional através de suas controladas integrais: Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A – CTM e Transportadora de Energia S.A – Tesa, as quais têm como atividade fim a prestação em forma exclusiva do Serviço Público de Transporte de Energia Elétrica de Interconexão Internacional. O referido sistema tem início em Rincón Santa María, Província de Corrientes, e se estende por 125 quilômetros até Garabí no Estado do Rio Grande do Sul, fixado no limite internacional do Rio Uruguai no Cruzamento Colônia Garabí, Província de Corrientes e Garabí, Brasil, lugar onde entrega a energia elétrica a uma empresa brasileira, transmissora também, que continua com o transporte do produto ao longo de 375 quilômetros mais adiante até à cidade de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, no Brasil.

Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabí I e Garabí II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida – RAP, pela Aneel.

A equiparação comercial e técnica da controlada a transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabí I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabí II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.173 de 28 de junho de 2011, a Aneel homologou RAP no montante de R\$ 265.054, para o período 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012. O período de revisão da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a Cien será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP.

d) Holdings

Ampla Investimentos e Serviços S.A.

A Ampla Investimentos e Serviços S.A. (“Ampla Investimentos”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 29 de dezembro de 2005, e tem como objeto social participar do capital da Investluz S.A. e em outras sociedades, no Brasil e no exterior, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% da Ampla Investimentos.

A Ampla Investimentos atua como empresa *holding*, possuindo basicamente a participação societária de 36,43% no capital da Investluz S.A., que, por sua vez, possui 56,59% do capital da Coelce.

Investluz S.A.

A Investluz S.A. (“Investluz”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 5 de março de 1999, que tem como objeto social participar do capital da Coelce e em outras sociedades, no Brasil e no exterior. Atualmente, a Investluz detém participação de 56,59% no capital da Coelce. A Endesa Brasil possui participação direta de 63,57% na Investluz.

e) Prestação de Serviços

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Endesa Brasil possui participação direta de 99,99% na Prátil.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião de diretoria realizada em 23 de março de 2012.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 27 de junho de 2011, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Endesa Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de participação (%)	Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF	100,00	100,00	-
Centrais Elétricas Caocheira Dourada S.A. – CDSA	99,61	99,61	-
Ampla Energia e Serviços S.A. – Ampla Energia	46,89	46,89	-
Companhia de Interconexão Energética – Cien	100,00	100,00	-
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. – CTM (**)	99,99	-	99,99
Transportadora de Energia S.A. – Tesa (**)	100,00	-	100,00
Investluz S.A.	80,67	63,57	17,10
Companhia Energética do Ceará S.A. – Coelce	47,92	2,27	45,65
Ampla Investimentos e Serviços S.A.	46,89	46,89	-
EN-Brasil Comércio e Serviço S.A. – Prátil	99,99	99,99	-
Eólica Fazenda Nova S.A. – Fazenda Nova	99,95	99,95	-
Itaú – Trento (*)	100,00	18,91	81,09
Bradesco – Compostela (*)	100,00	1,25	98,75

(*) Fundo de investimento em fundo exclusivo

(**) Investidas no exterior

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.4. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento (“CPC 22”) correspondente ao IFRS 8 – *Operating segments* (“IFRS 8”), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (“*chief operating decision maker*”), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances, vide Nota 39.

2.5. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

As demonstrações contábeis das controladas indiretas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos

para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 – ARS 1,00 – R\$ 0,4358, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2010 – ARS 1,00- R\$ 0,4191), e as contas de resultado, pela taxa média mensal.

Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.6. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

2.6.1. Receita de distribuição

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas Coelce e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.6.2. Receita de transmissão

A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), emitido anualmente e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema – ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

2.6.3. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.6.4. Receita de construção

A Interpretação Técnica CPC 01 – Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de construção (“CPC 17”) (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (“CPC 30”) (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia e suas controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.6.5. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.7.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo Endesa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável), cauções e outros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como:

- (a) Empréstimos e recebíveis;
- (b) Investimentos mantidos até o vencimento; ou
- (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ga-

nhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirar;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.7.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7.1.2. Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturadas e não faturadas, esta última por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.7.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.7.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.7.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos

de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7.4. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

2.8. Ativo indenizável (concessão)

As controladas Ampla Energia e Coelce registraram um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final das suas respectivas concessões, conforme previsto em contrato a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro se encontra classificado como “empréstimos e recebíveis” e registrado pelo valor presente do direito, sendo calculado com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, os quais serão reversíveis no final da concessão. Este ativo é mantido ao custo amortizado e é remunerado, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela Aneel, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Devido à natureza deste ativo financeiro, as controladas Ampla Energia e Coelce entendem que esta metodologia é a que melhor reflete o valor dos ativos na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Como resultado de uma análise mais ampla realizada no exercício de 2011, com base nas orientações constantes na Deliberação CVM nº 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovou o OCPC 05, a Administração da Companhia entendeu que o referido ativo financeiro seria melhor classificado como “recebível” e, sendo assim, decidiu por proceder a mudança em sua classificação original como “disponível para venda”. Tal mudança não produziu impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto.

2.9. Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial reconhecida no resultado como receita ou despesa operacional, utilizando as demonstrações financeiras das controladas elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

2.11. Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo intangível (“CPC 04”), a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão (“OCPC 05”).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O benefício fiscal oriundo do ágio registrado no balanço patrimonial da controlada Investluz tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada Coelce, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do saldo está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027.

O ativo intangível adquirido separadamente é reconhecido pelo custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas por redução no valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear ao longo da vida útil estimada do intangível. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

2.12. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração do Grupo Endesa revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Impostos

2.14.1. Imposto de renda e Contribuição Social – corrente

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributá-

rias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social conforme as bases tributárias.

Para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro corrente, a Companhia e suas controladas adotam o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009 da base de cálculos desses tributos.

As controladas Coelce e CGTF gozam de incentivos fiscais com redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2013 para CGTF. Os valores correspondentes à redução do Imposto de Renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”, no grupo de Reserva de lucros.

Imposto de renda e Contribuição Social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.14.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultado preparados pela Administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o

lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.15. Taxas regulamentares

2.15.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o imobilizado (conforme definido pela Aneel), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da Aneel.

2.15.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

2.15.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela Aneel.

2.15.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela Aneel para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.15.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela Aneel, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.15.6. Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.15.7. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.17. Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que

leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

2.18. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (“CPC 25”) e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (“ICPC 08”), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos, após a destinação da reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

2.19. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

O Grupo Endesa patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios das controladas.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados (“CPC 33”). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais,

tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 31.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”).

2.21. Novos pronunciamentos contábeis

2.21.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

- CPC 00(R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (“CPC 00”), aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.
 - CPC 15(R1) – Combinação de Negócios (“CPC 15”), aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.
 - CPC 19(R1) – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) (“CPC 19”), aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.
 - CPC 20(R1) – Custos de Empréstimos (“CPC 20”), aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.
 - CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (“CPC 26”), aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011.
- A revisão desta norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise nas Notas 29f. e 29.g.

2.21.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as seguintes principais normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas – O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).
- IFRS 11 – Operações conjuntas – O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existe controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.
- IFRS 12 – Divulgação de participação em outras entidades – O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre

os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa

derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Imposto de renda e Contribuição Social – correntes

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores

e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do Imposto de Renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e contas correntes bancárias	280	266	29.083	75.457
Aplicações financeiras	102.495	274.947	694.689	432.706
Total	102.775	275.213	723.772	508.163

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação finan-

ceira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Segue abaixo a composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	65.267	230.258	536.015	339.664
Total fundos exclusivos	65.267	230.258	536.015	339.664
Outras aplicações financeiras				
CDB – Certificado de Depósito Bancário	37.217	44.689	144.457	82.138
Fundo de investimento	11	-	14.217	10.904
Total de outras aplicações financeiras	37.228	44.689	158.674	93.042
Total	102.495	274.947	694.689	432.706

As aplicações financeiras estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor.

Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos				
Títulos públicos	8.949	221.359	158.313	387.162
Operações compromissadas	8.266	107.304	111.078	149.954
Outros	365	27.595	6.596	56.779
	17.580	356.258	275.987	593.895
Bônus da República Argentina	-	-	2.233	1.000
Total	17.580	356.258	278.220	594.895

A composição total da carteira de fundos exclusivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos				
CDB – Certificado de Depósito Bancário	5.162	28.606	84.162	59.766
Cotas de fundos	60.105	201.652	451.853	279.898
Total classificado como caixa e equivalentes de caixa	65.267	230.258	536.015	339.664
Títulos públicos	8.949	221.359	158.313	387.162
Operações compromissadas	8.266	107.304	111.078	149.954
Outros	365	27.595	6.596	56.779
Total classificado como aplicação financeira	17.580	356.258	275.987	593.895
Total de aplicações financeiras	82.847	586.516	812.002	933.559

Fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

Fundos exclusivos referem-se a fundos onde os cotistas são empresas do Grupo Endesa Brasil, os quais possuem em seus portfólios títulos públicos, CDBs, operações compromissadas e outras aplicações financeiras.

6. Consumidores, concessionários e permissionários

	Consolidado			Total	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2011	31/12/2010
I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante					
Classe de consumidores:					
Residencial	156.568	118.146	63.668	338.382	311.905
Industrial	49.254	10.615	14.695	74.564	62.271
Comercial	59.012	30.217	42.185	131.414	94.986
Rural	26.050	8.580	12.912	47.542	40.119
Poder público	45.439	23.255	97.909	166.603	171.516
Serviço público	9.928	6.406	893	17.227	10.727
Revenda	4.339	-	-	4.339	4.315
Subtotal	350.590	197.219	232.262	780.071	695.839
Receita não faturada (e)	249.383	-	-	249.383	274.185
Consumidores livres	33.994	3.842	-	37.836	26.100
CAMMESA	-	-	-	-	76.211
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (b)	34.711	-	7.549	42.260	43.104
Parcelamento de débitos (d)	21.594	-	-	21.594	26.229
Leilão Energia -CCEAR	11.692	1.707	-	13.399	10.539
Encargo emergencial	-	-	2.475	2.475	2.477
Companhia Energética do Estado de Goiás (Celg) (a)	65.000	-	-	65.000	147.658
Créditos junto a clientes com ações judiciais (c)	27.343	1.736	32.136	61.215	66.538
Furnas Centrais Elétricas S.A. (f)	-	2.483	-	2.483	-
Tractebel Energia S.A. (f)	-	1.518	-	1.518	-
Chesf	-	2.592	-	2.592	-
ELETRIPAULO	-	2.265	-	2.265	-
ELETRONORTE	-	1.930	-	1.930	-
Cemig	-	2.219	6	2.225	-
COPEL	-	1.551	303	1.854	-
LIGHT	-	1.218	-	1.218	-
Outros créditos	8.660	18.331	1.778	28.769	23.218
Total ativo circulante	802.967	238.611	276.509	1.318.087	1.392.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(194.586)	(270.161)
	802.967	238.611	276.509	1.123.501	1.121.937
II) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante					
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (b)	-	-	15.289	15.289	15.289
Furnas Centrais Elétricas S.A. (f)	-	-	126.955	126.955	127.926
Tractebel Energia S.A. (f)	-	-	69.429	69.429	74.415
Parcelamento de débitos (d)	85.047	-	-	85.047	88.683
Companhia Energética do Estado de Goiás (Celg) (a)	60.375	-	-	60.375	-
Outros	-	-	-	-	9.467
Total ativo não circulante	145.422	-	211.673	357.095	315.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(252.598)	(186.859)
	145.422	-	211.673	104.497	128.921

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(349.001)
(Adições)	(164.796)
Variação cambial	(9.176)
Baixas	65.953
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(457.020)
(Adições)	(162.125)
Variação cambial	24.165
Baixas	147.796
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(447.184)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória e por análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

a) Cia Energética de Goiás (Celg)

Em 31 de dezembro de 2010 a controlada CDSA possuía um ativo total atualizado a receber de R\$ 231.220 com a Companhia Energética de Goiás ("Celg") oriundo das vendas de energia elétrica para esta empresa realizadas até 2008, que estava registrado contabilmente pelo valor líquido R\$ 136.485 (sendo R\$ 147.658 deduzidos de R\$ 11.173 da provisão para crédito de liquidação duvidosa), representando aproximadamente 60% do crédito total. A Celg tem como seu principal controlador o Estado de Goiás, e através dele vem procurando construir uma operação de saneamento da empresa, a qual contempla financiamentos com recursos federais para o pagamento de suas dívidas.

Em 29 de dezembro de 2011, a controlada CDSA recebeu o montante de R\$ 140.000 como primeira parte do pagamento do ativo a receber da ("Celg") oriundo das vendas de energia para esta empresa realizadas até o ano de 2008, restando um saldo a receber em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 125.375, com previsão de pagamento da segunda parcela de R\$ 65.000 até março de 2012, e o saldo final em janeiro de 2013. A controlada CDSA, com base na proposta de quitação integral da dívida, e no pagamento de parte

substancial da dívida quando da liquidação da primeira parcela, contabilizou o diferencial de R\$ 117.655 como atualização financeira em 31 de dezembro de 2011, revertendo o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$ 11.173.

Durante o 1º semestre de 2012, a controlada concluirá junto à Celg a elaboração do documento de repactuação de dívida, detalhando as bases para quitação das parcelas restantes.

O saldo remanescente da provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 2.184 foi revertido no decorrer do exercício de 2011 mediante a liquidação das faturas pelos respectivos clientes.

b) Comercialização no âmbito da CCEE

O montante de R\$ 12.917, registrado no não circulante da controlada Coelce, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

O montante de R\$ 2.372, registrado no não circulante da controlada Coelce, referente à venda de energia efetuada na liquidação financeira especial AES SUL (R\$ 2.031) e DFESA (R\$ 341) no âmbito da CCEE ainda encontram-se pendente de recebimento.

A Administração da Controlada Coelce não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

O saldo de contas a receber, registrado no ativo circulante, é referente, basicamente, à venda de energia efetuada na liquidação financeira no âmbito da CCEE realizado em condições consideradas pelas controladas do Grupo Endesa como sendo as de mercado na época da negociação. As controladas necessitam comprar contratos de energia para atender a seus compromissos contratuais, e quando está gerando energia, pode existir um superávit que é vendido no mercado spot. Em 31 de dezembro de 2011 as controladas Ampla Energia, CGTF e CDSA possuem registrados no contas a receber, respectivamente, os montantes de R\$ 7.549, R\$ 27.967 e R\$ 6.744.

c) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 61.215 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 66.538 em 2010) refere-se a créditos junto a clientes com

ações judiciais. Este montante inclui R\$ 21.762 (R\$ 24.103 em 2010) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A controlada Coelce mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 47.416 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 47.930 em 2010), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações.

d) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGPM. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a. m. O prazo médio de faturamento é de 43 dias. A parcela dos parcelamentos de débitos se encontra registrada no ativo circulante e não circulante da Companhia, nos valores de R\$ 21.594 e R\$ 85.047, respectivamente.

e) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui registrado em no contas a receber o saldo de receita não faturada no montante de R\$ 249.383 (R\$ 274.185 em 2010).

f) Furnas Centrais Elétricas S.A. e Tractebel Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Cien possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$ 129.438 e R\$ 70.947 (R\$ 127.926 e R\$ 74.415 em 31 de dezembro de 2010) correspondentes ao faturamento dos encargos de transporte, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envol-

vidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$ 196.384. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$ 4.001, refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da Companhia quando equiparada a uma transmissora.

7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 407/2010 e pela Resolução Normativa Aneel nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal, inclusive indígenas e quilombolas que devem ter 100% de desconto até os primeiros 50 kWh, ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Com base nas Resoluções Normativas Aneel 407/2010 e 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às Distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de Baixa Renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções 246/2002 e 485/2004, subvenção esta advinda da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em virtude dos critérios estabelecidos pelas Resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2011 é R\$ 48.708 (R\$ 54.242 em 2010), relativo às subvenções dos meses de novembro e de dezembro de 2011.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à Aneel para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

8. Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IR e CSLL	30.264	34.512	105.403	85.488
ICMS	2	-	201.477	212.646
PIS e Cofins	-	-	82.416	56.183
Outros tributos	-	-	9.893	11.687
	30.266	34.512	399.189	366.004
Circulante	9.045	11.614	218.191	163.031
Não circulante	21.221	22.898	180.998	202.973

IR e CSLL a compensar

O saldo de Imposto de Renda a compensar refere-se a valores de Imposto de Renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e o saldo do Imposto de Renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2009.

O saldo de Contribuição Social a compensar refere-se ao valor do saldo da CSLL antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

ICMS a compensar

Refere-se basicamente aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

Este saldo também é composto por parcelamento ativo da controlada Coelce referente a crédito de diferencial de alíquota do ativo imobilizado, objeto dos Autos de Infração nºs 2008.03699-4, 2007.01902-8 e 2006.25755-6 e da Confissão Espontânea de Débito conforme protocolo nº 096.40949-5, cujos montantes somam R\$ 11.056 e foram incluídos no parcelamento previsto no “Refis do Ceará – 2009” através do Termo de Concessão nº 197588 e conforme Nota 23.

PIS e Cofins a compensar

Os valores classificados na linha de PIS e Cofins a compensar da controlada Ampla Energia referem-se ao PIS e a Cofins semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar n.º 07/70. Adicionalmente, a Ampla Energia possui retenções de PIS e Cofins de órgãos públicos.

A controlada Cien, em anos anteriores, identificou pagamentos de PIS e Cofins, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a Cien entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos.

Os créditos de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) se originam da construção do sistema de transmissão das controladas Indiretas CTM e Tesa, localizadas na Argentina. Tais créditos são recuperados à medida em que as controladas indiretas transmitem energia para o Brasil, através do mecanismo de pedido de restituição às autoridades fazendárias da Argentina.

9. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	Consolidado			
		31/12/2011		31/12/2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNB FI curto prazo	Fundo de investimento	-	54	-	51
Bradesco premium	Fundo de investimento	-	37.770	-	35.926
Itaú-Unibanco previdência	Fundo de Investimento	-	39	-	36
Itaú- Unibanco Top DI	Fundo de investimento	53.426	-	23.098	-
Bradesco	CDB	-	3.980	-	3.909
Itaú	CDB	-	821	-	13.751
Banco do Brasil	CDB	-	10.999	17.568	10.795
BNB	CDB	-	17.359	-	-
Banco Itaú BBA	Time deposit	-	22.151	-	19.375
Caixa Econômica Federal	Caução	320	-	-	-
Outros		-	20	-	-
Total		53.746	93.193	40.666	83.843

Em 31 de dezembro de 2011 os saldos de cauções e depósitos registrados nas controladas Ampla Energia e Coelce, respectivamente, nos valores de R\$ 50.122 e R\$ 74.666 (R\$ 59.104 e R\$ 46.030 em dezembro de 2010) correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica, e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos.

Conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao IFC (vide Nota 20) a controlada CGTF possui o compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação está vinculada a uma operação de "time deposit" no Banco Itaú BBA, a qual está indexada ao dólar norte americano e possui o montante de R\$ 22.151 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 19.375 em dezembro de 2010).

10. Energia livre

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativos				
Encargo Emergencial	3.832	-	3.181	-
Total de Ativos Regulatórios	3.832	-	3.181	-
Passivos				
Energia Livre	24.331	3.892	4.798	15.877
Encargo Emergencial	874	-	873	-
Total de Passivos Regulatórios	25.205	3.892	5.671	15.877

Os saldos de energia livre encargo emergencial referem-se integralmente à controlada Ampla Energia que repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

Energia livre

A Resolução Aneel387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a Aneel alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho Aneel/SFF de nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

11. Depósitos vinculados a litígios

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	134.608	101.776
Cíveis	55.934	60.318
Fiscais	102.615	116.759
Total	293.157	278.853

12. Tributos diferidos

O Grupo Endesa possui créditos fiscais diferidos, ativos e passivos sobre diferenças temporárias, cuja composição está demonstrada a seguir:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo						
Prejuízo fiscal	-	2.568	-	924	-	3.492
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	123.041	165.780	44.294	59.681	167.335	225.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.779	114.255	43.121	41.132	162.900	155.387
Provisão Enertrade	25.463	21.882	9.167	7.877	34.630	29.759
Perda plano de pensão	141.722	95.245	51.015	34.289	192.737	129.534
Remuneração das imobilizações em curso	9.633	8.353	-	3.007	9.633	11.360
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	48.027	50.435	17.290	18.156	65.317	68.591
Outros	35.455	32.392	18.144	11.781	53.599	44.173
Total	503.120	490.910	183.031	176.847	686.151	667.757
Passivo						
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	1.088	1.019	1.923	1.894	3.011	2.913
Desreconhecimento de passivo regulatório	54.270	19.298	14.596	6.947	68.866	26.245
Atuarial – Fundo de Pensão	-	6.542	-	2.355	-	8.897
Ativo indenizável (concessão)	8.136	9.118	2.536	3.283	10.672	12.401
Variações cambiais não realizadas	2.643	15.227	951	5.608	3.594	20.835
Passivo Swap	280	-	105	-	385	-
Custo atribuído	60.816	60.816	21.894	21.894	82.710	82.710
Total	127.233	112.020	42.005	41.981	169.238	154.001

A movimentação dos saldos referentes dos tributos diferidos está assim apresentada:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2009	615.097	130.225
Adições (reversões) resultado do exercício – IR/CSLL	1.703	23.776
Adições (reversões) resultado do exercício – PIS/Cofins	(2.373)	-
Adições resultado abrangente	53.330	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	667.757	154.001
Adições (reversões) resultado do exercício – IR/CSLL	(18.440)	48.456
Adições de resultados abrangentes	69.952	-
Baixa de tributo diferido não realizável	(4.116)	-
Realização	(29.002)	(33.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	686.151	169.238

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de Imposto de Renda e da Contribuição Social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro (“CPC 32”), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Anos de realização	Montante a realizar 31/12/2011	Montante a realizar 31/12/2010
2011	-	84.268
2012	97.640	69.036
2013	88.294	49.741
2014	71.801	80.999
2015 a 2017	112.869	231.253
2018 a 2020	138.726	152.460
Após 2020	176.821	-
	686.151	667.757

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização de créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Grupo.

A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) a controlada CDSA passou a apurar o Imposto de Renda e Contribuição Social pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

O imposto diferido ativo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$ 9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da Celg por ocasião da cisão que originou a controlada CDSA.

O saldo desse Imposto de Renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da controlada CDSA, o qual poderá, a partir do término do Refis que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo.

O imposto diferido passivo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$ 82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da controlada CDSA. O saldo deste passivo será realizado partir de 2016, quando a controlada CDSA passará a ser tributada pelo lucro real com o término do Refis.

13. Benefício fiscal – ágio incorporado

Ágio de incorporação da controladora

O ágio é oriundo da operação de incorporação que a Coelce realizou em sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de

27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da Aneel269, de 15 de setembro de 1999.

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2011	0,04349	2017	0,02555	2023	0,01501
2012	0,03980	2018	0,02338	2024	0,01374
2013	0,03642	2019	0,02140	2025	0,01257
2014	0,03333	2020	0,01958	2026	0,01151
2015	0,03051	2021	0,01792	2027	0,01053
2016	0,02792	2022	0,01640		

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da Aneel emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controlada Coelce (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica.

Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a controlada Coelce, para a substituição do mecanismo de Desdobramento e Resgate de Ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenant* financeiros com Instituições Financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela Aneel, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da Coelce de cumprir as recomendações do Órgão Regulador.

Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da Coelce para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (Reserva de Capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Coelce. Para recompor o resultado de cada exercí-

cio, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

A Administração procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da Coelce para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio.

Em abril de 2005 foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada Coelce, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Benefício fiscal - ágio incorporado		
Ágio na aquisição	775.960	775.960
Amortização do ágio	(500.054)	(466.308)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	247.018	224.745
Saldo	93.559	105.032
Circulante	10.500	-
Não Circulante	83.059	105.032

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Reserva de capital		
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e desgaste de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

14. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Alienação de bens e direitos	-	-	1.641	1.482
Alienação em curso	-	-	3.531	3.268
Assistência médica a aposentados	-	-	5.389	-
Convênios de arrecadação	-	-	19.414	24.836
Consumidores – Serviços Prestados	-	-	52.600	-
Estoques	-	-	4.501	-
Gastos a reembolsar – consumidores	-	-	3.583	3.688
Gastos a reembolsar – iluminação pública	-	-	2.796	2.793
Sindicato	-	-	5.658	5.658
Serviços a terceiros	-	-	5.606	54.441
Serviços em curso	-	-	55.306	68.874
Créditos de fornecedores	-	-	6.206	7.215
Adiantamentos a empregados	-	-	5.781	15.011
Adiantamentos a fornecedores	331	401	1.426	18.856
Despesas pagas antecipadamente	-	-	5.742	5.211
Despesas de novos negócios	1.809	1.653	1.809	1.653
Outros	4.998	4.339	18.067	37.055
Provisão para perda na realização de outros créditos	-	-	(31.930)	(28.471)
Total	7.138	6.393	167.126	221.570
Circulante	5.565	6.393	163.020	201.948
Não circulante	1.573	-	4.106	19.622

15. Investimentos

	Nº de ações		% de participação direta	31/12/2011						
	Total	Possuídas pela companhia		Controladora						
				Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	223.768	47.869	104.925	-	104.925	22.446	4.785
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	1.635.736	210.352	766.997	-	766.997	98.634	10.989
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.140.439	209.222	724.977	-	724.977	133.002	-
Coelce	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.471.022	471.182	33.392	-	33.392	10.696	2.098
Cien	285.044.682	285.044.682	100%	460.731	69.107	460.731	-	460.731	69.107	26.763
CGTF	151.935.782	151.935.782	100%	606.026	139.644	606.026	-	606.026	139.644	2.157
CDSA	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.122.833	358.886	1.118.454	-	1.118.454	357.486	-
Prátil	1.000.000	999.999	99,99%	4.423	3.324	4.422	-	4.422	3.324	807
Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	(410)	(564)	(410)	2.104	1.694	(564)	-
Enel Green Power I	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-
Enel Green Power II	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-
Total – Investimentos						3.819.614	2.104	3.821.718	833.775	47.599

	Nº de ações		% de participação direta	31/12/2010						
	Total	Possuídas pela companhia		Controladora						
				Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	191.003	53.036	89.561	-	89.561	24.869	5.751
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	1.583.469	216.092	742.489	-	742.489	101.326	13.294
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.093.064	216.051	694.861	-	694.861	137.344	27.327
Coelce	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.356.814	471.903	30.800	-	30.800	10.712	2.085
Cien	285.044.682	285.044.682	100,00%	407.920	43.576	407.920	-	407.920	43.576	10.349
CGTF	151.935.782	151.935.782	100,00%	556.825	170.027	556.825	-	556.825	170.027	2.690
CDSA	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.071.051	225.659	1.066.874	-	1.066.874	224.779	-
Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	1.838	-	1.838	2.104	3.942	-	--
Prátil	10.000	9,999	99,99%	1.595	2.113	1.594	-	1.594	2.113	528
Total – Investimentos						3.592.762	2.104	3.594.866	714.746	62.024

Movimentação do investimento das Controladas

Descrição	Investimento 31/12/2010	Adição (baixa)	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Integralização de capital	Resultado abrangente em controladas	Investimento 31/12/2011
Ampla Investimentos	89.562	-	22.446	(4.758)	-	-	(2.326)	104.924
Ampla Energia	742.492	-	98.634	(21.741)	-	-	(52.389)	766.996
Investluz	694.863	-	133.002	(94.233)	-	-	(8.655)	724.977
Coelce	30.800	-	10.696	(7.558)	-	-	(546)	33.392
Cien	407.915	-	69.107	(16.409)	118	-	-	460.731
CGTF	556.823	-	139.644	(89.004)	-	-	(1.436)	606.027
CDSA	1.066.874	-	357.486	(305.906)	-	-	-	1.118.454
Prátil	1.595	-	3.324	(1.486)	-	990	-	4.423
Fazenda Nova	3.942	(1.684)	(564)	-	-	-	-	1.694
Enel Green Power I	-	50	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II	-	50	-	-	-	-	-	50
Total	3.594.866	(1.584)	833.775	(541.095)	118	990	(65.352)	3.821.718

Descrição	Investimento 31/12/2009	Adição (baixa)	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Integralização de capital	Resultado abrangente em controladas	Investimento 31/12/2010
Ampla Investimentos	73.298	-	24.869	(7.952)	-	-	(653)	89.562
Ampla Energia	728.664	-	101.326	(42.122)	-	-	(45.376)	742.492
Investluz	653.545	-	137.344	(93.596)	-	-	(2.430)	694.863
Coelce	25.679	-	10.712	(5.438)	-	-	(153)	30.800
Cien	372.644	-	43.576	(8.046)	(259)	-	-	407.915
CGTF	668.932	-	170.027	(282.136)	-	-	-	556.823
CDSA	1.098.258	-	224.779	(256.163)	-	-	-	1.066.874
Fazenda Nova	154	3.788	-	-	-	-	-	3.942
Prátil	10	-	2.113	(528)	-	-	-	1.595
Total	3.621.184	3.788	714.746	(695.981)	(259)	-	(48.612)	3.594.866

16. Ativo indenizável (concessão)

Os Contratos de Concessão de Distribuição nº 05/96, de 9 de dezembro de 1996 e nº 01/98, de 13 de maio de 1998 e aditivos posteriores celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Ampla Energia e a Coelce (Concessionárias – Operadoras), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- (a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- (b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- (c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- (d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 e da OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelos ativos imobilizados e intangíveis das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Administração do Grupo Endesa estima que a indenização do ativo financeiro da concessão será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a infraestrutura da concessão reversível, apurado com base no custo de aquisição/ construção, deduzido das obrigações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	351.444
Transferências do ativo intangível	144.864
Baixas	(1.589)
Receitas financeiras – ativo indenizável	33.075
Saldo em 31 de dezembro de 2010	527.794
Transferências do intangível	213.994
Receitas financeiras – ativo indenizável	23.728
Saldo em 31 de dezembro de 2011	765.516

17. Imobilizado

	Controladora				Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2011	31/12/2010		Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2011	31/12/2010
			Valor líquido	Valor líquido				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço									
Transmissão					24,69%				
Terrenos	-	-	-	-		9.029	-	9.029	9.029
Edificações	-	-	-	-		64.860	(31.672)	33.188	35.245
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-		1.237.580	(546.789)	690.791	732.723
Veículos	-	-	-	-		1.597	(1.211)	386	457
Móveis e utensílios	-	-	-	-		1.636	(1.527)	109	26
Distribuição					4,70%				
Terrenos	-	-	-	-		-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-		-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-		-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-		-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-		64.682	(39.899)	24.783	25.646
Geração					24,67%				
Terrenos	-	-	-	-		2.194	-	2.194	2.194
Reservatórios	-	-	-	-		241.424	(143.529)	97.895	102.366
Edificações	-	-	-	-		113.225	(76.305)	36.920	38.269
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-		2.810.764	(1.707.678)	1.103.086	1.143.690
Veículos	-	-	-	-		1.248	(1.211)	37	86
Móveis e utensílios	-	-	-	-		11.726	(9.034)	2.692	3.700
Comercialização					10,00%				
Móveis e utensílios	-	-	-	-		22.137	(10.187)	11.950	12.550

17. Imobilizado

	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2011	31/12/2010	Taxas anuais de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2011	31/12/2010
			Valor líquido	Valor líquido				Valor líquido	Valor líquido
Administração					10,70%				-
Terrenos	350	-	350	440		374	-	374	464
Edificações	1.771	(265)	1.506	1.769		4.104	(1.177)	2.927	3.159
Máquinas e equipamentos	1.918	(753)	1.165	1.294		3.827	(1.717)	2.110	2.317
Veículos	1.498	(747)	751	487		1.889	(965)	924	717
Móveis e utensílios	4.054	(2.309)	1.745	2.333		73.023	(58.954)	14.069	17.211
Total imobilizado em serviço	9.591	(4.074)	5.517	6.323		4.665.319	(2.631.855)	2.033.464	2.129.849
Em Curso									
Geração	-	-	-	-		45.086	-	45.086	73.676
Transmissão	-	-	-	-		30.257	-	30.257	7.620
Distribuição	-	-	-	-		9.738	-	9.738	9.283
Comercialização	-	-	-	-		3.686	-	3.686	4.987
Administração	-	-	-	-		17.288	(34)	17.254	15.866
Total imobilizado em curso	-	-	-	-		106.055	(34)	106.021	111.432
Total do imobilizado	9.591	(4.074)	5.517	6.323		4.771.374	(2.631.889)	2.139.485	2.241.281

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora		
	Em serviço		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.597	(1.852)	6.745
Adições	635	-	635
Depreciação	-	(1.057)	(1.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.232	(2.909)	6.323
Adições	777	-	777
Baixas	(418)	-	(418)
Depreciação	-	(1.165)	(1.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	9.591	(4.074)	5.517

	Consolidado				
	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.595.254	(2.290.675)	2.304.579	92.541	2.397.120
Adições	818	-	818	48.856	49.674
Baixas	(3.553)	3.553	-	-	-
Depreciação	-	(201.138)	(201.138)	-	(201.138)
Transferências	29.965	-	29.965	(29.965)	-
Efeito de conversão de controlada no exterior	(6.124)	1.749	(4.375)	-	(4.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.616.360	(2.486.511)	2.129.849	111.432	2.241.281
Adições	1.059	-	1.059	43.178	44.237
Baixas	(3.436)	2.793	(643)	(21)	(664)
Depreciação	-	(147.297)	(147.297)	-	(147.297)
Transferências	48.568	-	48.568	(48.568)	-
Efeito de conversão de controlada no exterior	2.768	(840)	1.928	-	1.928
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.665.319	(2.631.855)	2.033.464	106.021	2.139.485

O ativo imobilizado do Grupo Endesa é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, CDSA e Cien, conforme características abaixo de cada uma das controladas.

CGTF

O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução Aneel433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da Aneel a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela Aneel.

Taxas anuais de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Caldeira	5,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,50%
Estrutura suporte de equipamentos	2,50%
Gerador	3,30%
Painel e mesa de comando	3,20%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,60%
Transformador de força	2,50%
Transformador de serviços auxiliares	3,30%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	10,00%
Veículos	20,00%

CDSA

O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela Aneel.

A administração entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Reversão dos bens à União

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº. 11/1997, assinado pela Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. e Aneel em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da Aneel.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Barramento	2,50%
Gerador	3,30%
Painel, mesa de comando	3,00%
Ponte rolante, guindaste	3,30%
Reservatório, barragem, adutora	2,00%
Sistema de ar comprimido	5,90%
Sistema de proteção contra incêndio	4,00%
Sistema de resfriamento	4,00%
Transformador de força	2,50%
Transformador de serviços auxiliares	3,30%
Turbina hidráulica	2,50%
Transmissão	
Equipamento geral	10,00%
Administração	
Equipamento geral	10,00%
Veículos	20,00%

Cien

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas Aneel.

No saldo de terrenos estão incluídos os valores referentes à servidão (direto de passagem), os quais estão sendo amortizados pelo prazo da autorização.

Conforme termos das Portarias nº 210 e nº 211 da Aneel, é estabelecido que ao término do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à transmissão de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da Aneel.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Terrenos	10,00%
Edificações	25,00%
Máquinas e equipamentos	25,00%
Veículos	5,00%
Móveis e utensílios	10,00%
Administração	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Veículos	5,00%
Móveis e utensílios	10,00%

18. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Vida útil	Consolidado				31/12/2010
		31/12/2011				
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	
Em serviço	19,76					
Direito de uso da concessão		7.599.284	(2.880.559)	(898.822)	3.819.903	3.783.982
Software		167.295	(142.745)	-	24.550	30.544
Ágio atribuído a concessão		435.755	(161.121)	-	274.634	304.152
Goodwill		2.104	-	-	2.104	-
Marcas e patentes		1.252	(518)	-	734	23
Em Curso						
Direito de uso da concessão		704.665	-	(159.480)	545.185	501.891
Software		41.484	-	-	41.484	28.640
Total		8.951.839	(3.184.943)	(1.058.302)	4.708.594	4.649.232

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	Em serviço				Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.567.191	(1.887.594)	(945.029)	3.734.568	636.127	(52.064)	4.318.631
Adições	-	-	-	-	866.328	(42.367)	823.961
Baixas	(21.074)	10.735	-	(10.339)	-	-	(10.339)
Amortização	-	(377.131)	38.974	(338.157)	-	-	(338.157)
Transferências	931.683	-	(54.040)	877.643	(931.683)	54.040	-
Transferências para ativo indenizável	(169.731)	-	24.867	(144.864)	-	-	(144.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.308.069	(2.253.990)	(935.228)	4.118.851	570.772	(40.391)	4.649.232
Adições	364	156	-	520	749.116	(129.344)	620.292
Baixas	(55.262)	42.113	-	(13.149)	(151)	-	(13.300)
Amortização	-	(382.398)	46.659	(335.739)	-	-	(335.739)
Transferências	684.220	-	(10.255)	673.965	(682.116)	10.255	2.104
Transferências para ativo indenizável	(213.995)	-	-	(213.995)	-	-	(213.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.723.396	(2.594.119)	(898.824)	4.230.453	637.621	(159.480)	4.708.594

A agência reguladora Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração do Grupo entende que a amortização do ativo intangível de uso da concessão deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável – concessão (Vide Nota 16).

Programa de Universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do Proinfa, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela Aneel.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução Aneel nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, as controladas Ampla Energia e Coelce tinham o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Com a criação do programa Luz Para Todos, a controlada Coelce optou por antecipar as metas de universalização.

Programa Luz Para Todos

Em 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado “Programa Luz Para Todos”, destinado a propiciar, até o ano 2008, o atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

De acordo com o artigo 2º, do Decreto, os recursos necessários para suportar o Programa serão oriundos da Conta do Desenvolvimento Energético (CDE), instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão (RGR), instituída pela Lei nº 5.655 de 20 de maio de 1971, da participação dos Estados e Municípios e das Concessionárias ou Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e será operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e das empresas que compõem o Sistema Eletrobras.

Em dezembro de 2003 foi firmado o 1º Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo do Estado do Ceará e a controlada Coelce, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) para o estabelecimento das premissas do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da controlada Coelce. Neste documento foram estabelecidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos, sendo:

- Coelce – 15%;
- RGR – 10%;
- CDE – 50%; e
- Governo do Estado – 25%.

Em 13 de setembro de 2007 foi firmado o Primeiro Aditamento ao Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo do Estado do Ceará e a controlada Coelce, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) para mudança dos percentuais de participação ficando da seguinte forma:

- Coelce – 15%;
- RGR – 15% (financiamento);
- CDE – 60%; e
- Governo do Estado – 10%.

Em 25 de abril de 2008, foi publicado o Decreto Federal nº 6.442, que dá nova redação ao artigo 1º do Decreto Federal nº 4.873, prorrogando o prazo do Programa Luz Para Todos até 2010.

Tendo em vista que a quantidade de ligações definidas no 1º Termo de Compromisso não atendeu às demandas oriundas do meio rural, em 31 de dezembro 2008, foi firmado o 2º Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo do Estado do Ceará e a Coelce, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e das Centrais Elétricas Brasileiras – S.A. (Eletrobras) para o estabelecimento das premissas do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da controlada Coelce.

Em 5 de agosto de 2010, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso do Programa Luz Para Todos, onde foram repactuadas as metas da Controlada Coelce na execução do Programa Luz Para Todos, ficando estabelecida para o ano de 2009 a quantidade de 23.563 ligações e para o ano de 2010 46.168 ligações.

Através do Decreto 7.324, de 5 de outubro de 2010, o Governo Federal prorrogou para 31 de dezembro de 2011 o prazo de execução do Programa Luz para Todos. Este mesmo documento faculta ao Ministério de Minas e Energia para que defina as metas e os prazos do Programa, em cada Estado ou área de concessão, respeitada a data limite de 31 de dezembro de 2011.

Através do Decreto nº 7.520 de 08 de julho de 2011, o Governo Federal prorrogou o Programa Luz para Todos para o período de 2011 a 2014, apesar do Estado do Ceará atender aos critérios discriminados neste decreto, a controlada Coelce em princípio não foi incluída no Programa do Governo PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) no período 2011 a 2014.

Através do Decreto Presidencial Nº 7.656 de 26 de dezembro de 2011, o Governo modificou o decreto Nº 7.520 ficando seu artigo nº 1 a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º – A. Os contratos celebrados na forma do disposto no § 1o do art. 1o do Decreto no 4.873, de 11 de novembro de 2003, cujos objetos não tenham sido concluídos até 31 de dezembro de 2011, poderão ser incluídos no Programa “Luz para Todos”, para o período de 2011 a 2014. Neste caso a controlada Coelce será incluída por estar ao 31.12.2011 com o contrato ECFS-310-A/2011 em operação.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Esta conta contábil, denominada de obrigações vinculadas à concessão, estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa média de 4,46% a.a.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Avaliação do grau de recuperação

A Administração da Companhia realizou uma análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos no CPC 01 bem como avaliou outras circunstâncias e não identificou indícios que seus ativos estivessem registrados acima do valor de realização.

Ágio atribuído à concessão

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada Coelce, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, conforme comentado na Nota 13.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento e transporte de energia				
Geradoras – Energia Livre	-	-	4.771	4.114
Cia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf	-	-	11.384	13.982
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	31.193	37.926
Itaipú (Eletrobrás)	-	-	34.562	21.451
Companhia Energética de São Paulo- Cesp	-	-	5.754	7.441
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE	-	-	4.437	5.888
Copel Geração S.A. – Copel	-	-	3.349	4.269
Cemig – Geração e Transmissão S.A	-	-	3.831	5.053
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado-CEAR	-	-	38.969	52.284
Petrobrás	-	-	3.801	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	-	4.926	30.253
Custo pelo uso do sistema de transmissão	-	-	23.358	29.077
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição-LIGHT	-	-	16.461	15.665
CEGÁS – Companhia de Gás do Ceará	-	-	20.416	-
CEGÁS – Companhia de Gás do Ceará – Take-or-pay	-	-	23.677	-
Ace Seguradora S.A.	-	-	1.378	-
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema	-	-	1.182	1.541
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica	-	-	1.069	1.363
Tractebel Energia S. A.	-	-	2.438	3.579
Contratos por Disponibilidade/Quantidade	-	-	18.607	12.482
Encargo de Uso da Rede	-	-	18.570	16.953
Câmara de Comercialização de Energia elétrica-SPOT	-	-	13.264	774
MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	-	-	17.190	-
Generali do Brasil Seguros	-	-	1.512	-
Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.	-	-	-	1.758
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	-	-	-	851
ALSTOM POWER O&M LTD	-	-	-	9.807
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	-	-	3.618	-
Outros	-	-	49.066	70.040
Materiais e serviços	12.427	13.859	260.579	296.621
Total	12.427	13.859	619.362	643.172
Circulante	12.427	13.859	614.591	638.868
Não circulante	-	-	4.771	4.304

20. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Consolidado					
	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda estrangeira						
União Federal – Bônus de Capitalização (a)	11	14	261	232	391	579
União Federal – Bônus de Desconto (a)	7	6	-	-	2.141	1.901
União Federal – Bônus de Conversão da Dívida (a)	1	1	146	259	-	130
União Federal – Bônus ao Par (a)	40	36	-	-	3.067	2.725
Banco Europeu de Investimentos (b)	661	828	15.632	13.885	-	13.885
IFC – A (c)	221	222	8.723	7.213	54.339	56.016
IFC – B (c)	(158)	79	13.771	11.416	47.508	54.432
IFC – C (c)	70	62	-	-	13.131	11.663
Total moeda estrangeira	853	1.248	38.533	33.005	120.577	141.331
Moeda nacional						
Eletrobrás (d)	17	16	15.647	16.487	83.477	72.961
União Federal – Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (e)	5	7	259	231	362	613
União Federal – Lei 8.727 (Eletribrás) (e)	183	237	9.308	7.949	13.040	21.101
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	18	24	5.048	4.758	5.889	10.310
Banco do Nordeste – Proinfra (f)	299	149	30.369	27.539	132.179	109.423
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (g)	605	810	49.105	49.105	98.212	147.318
BNDES PEC (h)	147	5.582	27.936	22.917	2.327	27.083
BNDES (Finame) (i)	12	17	2.214	2.215	4.098	6.313
BNDES (Finem) (j)	-	124	-	24.485	-	-
BNDES (Capex) (k)	153	460	32.449	64.896	-	32.448
BNDES (Capex 2011) (l)	161	-	3.496	-	59.159	-
BNDES (Capex 2011) (l)	313	-	8.229	-	90.443	-
BNDES (Capex 2011) (l)	346	-	8.229	-	90.443	-
Eletrobrás (m)	4	3	2.940	1.795	19.745	14.738
Eletrobrás (n)	1	-	-	-	5.752	-
Bradesco S.A. 3º contrato (o)	41	66	5.340	5.340	-	5.340
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (o)	3.260	5.174	40.000	40.000	20.000	60.000
Banco Alfa S.A. (o)	2.951	3.233	50.000	10.000	-	50.000
União dos Bancos Brasileiros S.A. (o)	94	172	5.320	5.320	-	5.320
HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (o)	127	264	15.000	15.000	-	15.000
HSBC Bank Brasil S.A 2ª Contrato (o)	506	1.047	60.000	60.000	-	60.000
Banco do Brasil S.A (o)	992	1.016	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A (o)	6	18	6.675	6.674	-	6.675
Santander S.A.(p)	191	562	200.000	200.000	-	200.000
Total moeda nacional	10.432	18.981	577.564	564.711	725.126	944.643
Custos de Transação	-	-	(364)	(364)	(476)	(841)
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	10.432	18.981	577.200	564.347	724.650	943.802
	-	-	-	-	-	-
Total sem efeito do Swap	11.285	20.229	615.733	597.352	845.227	1.085.133
Resultado das operações de Swap	160	7.942	10.819	12.534	17.045	22.582
Total de empréstimos e financiamentos	11.445	28.171	626.552	609.886	862.272	1.107.715

Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
15/08/1997	10/04/2014	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + 8,2% a.a.
15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
15/08/1997	12/04/2012	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,075% a.a.
15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
28/05/2002	15/06/2012	Anual	Fiança bancária	USD + 5,49% a.a.
22/02/2005	15/12/2017	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 7,89% a.a.
22/02/2005	15/12/2015	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + Libor + 2,25% a.a.
11/04/2006	15/12/2019	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 11,96% a.a.
3/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6% a.a.
30/06/1994	1/03/2014	Mensal	Recebíveis	TR + 10,028% a.a.
30/06/1994	1/03/2014	Mensal	Recebíveis	IGPM + 10,028% a.a.
23/01/2007	18/02/2014	Mensal	Fiança bancária	TJLP + 4,5% a.a.
29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
28/04/2008	15/12/2014	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 3,7% a.a.
15/01/2010	15/01/2013	Mensal	-	TJLP + 5,5% a.a.
20/08/2009	15/01/2015	Mensal	Fiança bancária	4,5%
18/08/2005	15/06/2011	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 6,00%
3/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 5,20%
15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,7%
15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
1/06/2004	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6%
21/05/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e nota promissória	7%
28/12/2007	3/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
1/02/2008	7/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
3/12/2007	3/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
3/12/2007	3/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,85%
4/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota promissória	CDI + 0,97%
28/07/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%
28/12/2006	28/12/2012	Semestral	Aval	CDI + 1,70%

(a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – dívida de médio e longo prazo (DMLPs) – Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).

(b) Banco Europeu de Investimentos – BEI – Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da controlada Coelce, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95. A operação possui *swap* para 98,80% do CDI.

(c) A controlada CGTF possui apenas um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 com o IFC (“International Finance Corporation”) no valor de US\$130.000 mil. Esse contrato, constituído na modalidade de *project finance*, está dividido em 3 “tranches” (IFC-A, IFC-B e IFC-C com vencimentos em Dezembro de 2017, 2015 e 2019, respectivamente).

- (d) Eletrobras – Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia – MME, com recursos originários da RGR e CDE.
- (e) União Federal – Lei 8.727- Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal.
- (f) Banco do Nordeste do Brasil – Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfa) – A controlada Coelce celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfa.
- (g) BNDES Finem: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da controlada Coelce contratado em 28 de abril de 2008, no montante de R\$ 330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Coelce captou 74% do total do contrato.
- (h) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da controlada Coelce.
- (i) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- (j) BNDES Finem – Rede Ampla: Financiamento, no montante de R\$ 165.000, para ampliação da rede de distribuição da controlada Ampla Energia no período de 2005/2007, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Ampla Energia captou 100% do valor do contrato.
- (k) BNDES Capex: Financiamento, no montante de R\$ 301.425, para o plano de investimento da controlada Ampla Energia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Ampla Energia sacou 73% do valor do contrato.
- (l) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante de R\$ 331.397, para o plano de investimento da controlada Ampla Energia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Ampla Energia sacou 79% do valor contratado.
- (m) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- (n) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- (o) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da controlada Ampla Energia.
- (p) Santander S.A. – Na controlada Cien, o empréstimo foi instrumentado através da emissão de 40 CCB's – Cédulas de Crédito Bancário – com valores unitários de R\$ 15.000 e vencimentos em 28 de dezembro de 2012, que foram adquiridas por um sindicato de bancos liderado pelo Banco Santander Brasil. Os recursos captados foram utilizados em sua grande maioria para a liquidação de dívidas. O empréstimo da controlada Cien com o Banco Santander possui como garantia o aval da Endesa Brasil S.A. (no valor total do empréstimo), que contratualmente se responsabilizará solidariamente pelo cumprimento das obrigações contratuais no caso de não cumprimento das condições acordadas. Adicionalmente, este contrato prevê o cumprimento de indicadores econômico-financeiros, apurados semestralmente, tomando-se por base as demonstrações financeiras consolidadas da Endesa Brasil S.A., especificados a seguir:
- i) Índice Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0; e, concomitantemente:
 - ii) Índice Financeiro Consolidado igual ou inferior a 2,0.
- Conforme mencionado na nota 9, a controlada CGTF manteve aplicação financeira retida no montante de R\$ 22.151 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 19.375 em dezembro de 2010) vinculada a parcela de curto prazo do contrato com o IFC. A controlada CGTF ainda mantém como garantia seus ativos fixos e uma carta fiança no valor de R\$ 488.358 e R\$ 39.500, respectivamente.

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em 2002 e 2008, e nas operações de capital de giro as controladas

Coelce e Ampla Energia comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2011:

Consolidado		
Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida/(PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00
BEI	Dívida (com swap e fornecedores)/LAJIDA (máximo)	0,70
BEI	EBITDA/Encargos da dívida (mínimo)	3,00
BNDES/FINEM	Endividamento financeiro líquido/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES/FINEM	Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60

EBITDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de *swap* contratados e dos custos de captação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	586.040
2013	303.693	256.716
2014	188.279	132.683
2015	92.643	34.396
2016	78.872	9.343
Após 2016	182.216	66.796
Total	845.703	1.085.974

Conforme determinado no contrato de financiamento as controladas Coelce e CGTF devem manter contratos de swap com objetivo de proteger parte da dívida de efeitos cambiais e de taxa de juros. Os contratos de swap estão apresentados conforme quadro na Nota 22.

Varição das moedas/indexadores da dívida acumulados no ano até a posição de 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente:

Moeda/indexador	31/12/2011	31/12/2010
Dólar norte-americano	12,58%	(4,31%)
INPC	6,08%	6,47%
IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%
TJLP	6,00%	6,00%
CDI	11,64%	9,75%
TR	1,21%	0,69%
Libor	0,47%	0,52%
Selic	11,62%	9,78%

Mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

	Consolidado				Total
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em dezembro de 2009	468.464	1.418.400	50.893	211.003	2.148.760
Ingressos	-	75.793	-	-	75.793
Encargos provisionados	176.979	-	11.734	-	188.713
Variação monetária e cambial	4.020	-	(944)	(6.269)	(3.193)
Transferências	549.550	(549.550)	34.584	(34.584)	-
Resultado Swap	-	-	4.598	(6.237)	(1.639)
Amortizações	(615.321)	-	(46.136)	-	(661.457)
Em dezembro de 2010	583.692	944.643	54.729	163.913	1.746.977
Ingressos	74.155	353.266	-	-	427.421
Encargos provisionados	156.695	-	9.260	-	165.955
Encargos pagos	(159.373)	-	(18.379)	-	(177.752)
Variação monetária e cambial	-	2.327	2.690	15.490	20.507
Transferências	575.110	(575.110)	47.292	(47.292)	-
Resultado Swap	-	-	(7.116)	5.511	(1.605)
Amortizações	(642.283)	-	(38.111)	-	(680.394)
Em dezembro de 2011	587.996	725.126	50.365	137.622	1.501.109

21. Debêntures

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Principal		Principal	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Série 2ª Emissão – Coelce	-	-	90.500	-
2ª Série 2ª Emissão – Coelce	58.937	117.875	-	166.086
1ª Série 3ª Emissão – Coelce	-	104.000	-	-
2ª Série 3ª Emissão – Coelce	-	299.580	-	-
1ª Série 4ª Emissão – Ampla Energia	185.000	-	185.000	185.000
1ª Série 5ª Emissão – Ampla Energia	115.330	-	-	115.330
2ª Série 5ª Emissão – Ampla Energia	-	152.100	-	142.873
1ª Série 6ª Emissão – Ampla Energia	-	117.000	-	-
2ª Série 6ª Emissão – Ampla Energia	-	187.464	-	-
Encargos da Dívida – Ampla Energia/Coelce	31.617	-	28.865	-
(-) Custo de transação – Ampla Energia/Coelce	(2.355)	(4.798)	(2.255)	(3.198)
Total	388.529	973.221	302.110	606.091

Mutação de debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	170.386	858.448	1.028.834
Encargos provisionados	89.746	8.203	97.949
Encargos pagos	(95.340)	-	(95.340)
Transferências	275.500	(275.500)	-
Variação monetária	-	9.536	9.536
Amortização	(135.927)	-	(135.927)
Transferência custo de transação	(4.243)	4.243	-
Custo da transação	1.988	1.161	3.149
Saldo em 31 de dezembro de 2010	302.110	606.091	908.201
Captações	-	700.000	700.000
Encargos provisionados	104.408	-	104.408
Encargos pagos	(101.657)	-	(101.657)
Transferências de prazos	359.268	(359.268)	-
Variação monetária	-	27.998	27.998
Amortização do principal	(275.500)	-	(275.500)
Transferência custo de transação	(991)	991	-
Apropriação do custo de transação	1.659	-	1.659
Custo da transação	(768)	(2.591)	(3.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	388.529	973.221	1.361.750

Características das emissões:

Coelce

2ª Emissão

Características	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	9.050 debêntures simples	15.450 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de julho de 2009	15 de julho de 2009
Vencimento inicial	15 de julho de 2011	15 de julho de 2012
Vencimento final	15 de julho de 2011	15 de julho de 2014
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,95%aa	7,5%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Parcela única	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2011	2012, 2013 e 2014

3ª Emissão

Características	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,97%aa	6,85%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas Anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

2ª Emissão

A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 245.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, realizada em 15 de julho de 2011.

A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária

ria pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de julho de 2012, 15 de julho de 2013 e 15 de julho de 2014.

3ª Emissão

A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil reais) na data de emissão, no montante total de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016.

A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

Ampla Energia

4ª Emissão

Características	1ª Série (série única)
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006
Vencimento inicial	01 de agosto de 2011
Vencimento final	01 de agosto de 2012
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,85% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures
Data de amortização	2011 e 2012

5ª emissão

Características	1ª série	2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2012	2013, 2014 e 2015

6ª emissão

Características	1ª série	2ª série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

4ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia.

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia. Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Ampla Energia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação da Administração.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, as controladas Coelce e Ampla Energia estão sujeitas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011 as controladas Ampla Energia e Coelce vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices na avaliação da Administração:

Consolidado

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Índice
2ª emissão – Coelce	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª emissão – Coelce	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
4ª emissão – Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão – Ampla Energia	Dívida líquida de CP/EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão – Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,30
5ª emissão – Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão – Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão – Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão – Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	Consolidado					Total
	2013	2014	2015	2016	Após 2016	
1ª série 3ª emissão – Coelce	-	-	52.000	52.000	-	104.000
1ª série 6ª emissão – Ampla Energia	-	-	58.500	58.500	-	117.000
2ª série 2ª emissão – Coelce	58.937	58.937	-	-	-	117.874
2ª série 3ª emissão – Coelce	-	-	-	99.850	199.730	299.580
2ª série 5ª emissão – Ampla Energia	50.700	50.700	50.700	-	-	152.100
2ª série 6ª emissão – Ampla Energia	-	-	-	62.488	124.976	187.464
(-) Custo de transação – Ampla Energia/Coelce	(1.583)	(1.127)	(809)	(581)	(697)	(4.797)
	108.054	108.510	160.391	272.257	324.009	973.221

22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui política de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

(a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo mantinha 5,64 % da sua dívida indexada em moeda estrangeira. Tendo em vista assegurar o risco de variações significativas nas cotações de moeda estrangeira, não afetando o resultado e o fluxo de caixa, o Grupo possui operações de swap correspondente a 38,50 % da dívida em moeda estrangeira, ou 2,17 % da dívida total. Em 31 de dezembro de 2011, a posição líquida dos instrumentos financeiros era de R\$ 28.024.

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de swap cambial:

	Passivo	
	2011	2010
Dólares norte-americano	102.715	117.704
CGTF	92.308	99.365
Coelce	6.065	5.883
Cien	4.342	12.456
Franco Suíço	-	9.807
Alstom	-	9.807
Total	102.715	127.511

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso a variação da taxa de câmbio de 2011 fosse igual a esperada para 2012, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

2011	Aumento/redução em pontos bases	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americano	9,74%	(12.674)	(12.674)

(b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo Endesa não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco, entretanto monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de deri-

vativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo, caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2011 fossem iguais as esperadas para 2012, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

31/12/2011	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	(0,62%)	9.689	9.689
Libor (6 meses)	0,13%	(7)	(7)
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	(1,42%)	877	877
IGPM	(1,37%)	54	54
TR	0,05%	(4)	(4)
Total		10.609	10.609

(c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

(d) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(e) Risco de vencimento antecipado

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos "covenants" financeiros.

(f) Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na Nota 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras detalhadas as Notas 4 e 5), e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 29).

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Dívida (i)	2.862.019	2.653.973
Caixa e equivalente de caixa + Aplicações financeiras	(1.001.992)	(1.103.058)
Dívida líquida (a)	1.860.027	1.550.915
Patrimônio líquido (b)	5.937.554	5.747.602
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	24%	21%

(i) A dívida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, vide maiores detalhes nas Notas 20 e 21;

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

(g) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pa-

gamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas em moeda estrangeira do Grupo que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de juros e do principal:

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	5.692	13.472	75.641	305.329	121.227	521.361
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	46.643	34.008	558.477	507.136	89.553	1.235.817
Debêntures	11.227	-	469.177	937.021	371.322	1.788.747
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	4.411	-	-	4.411
	63.562	47.480	1.107.706	1.749.486	582.102	3.550.336
31 de dezembro de 2010						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	5.331	10.717	62.586	256.854	90.472	425.960
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	52.028	40.074	584.173	915.184	8.161	1.599.620
Debêntures	26.200	-	343.373	717.718	-	1.087.291
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	9.035	3.922	-	12.957
	83.559	50.791	999.167	1.893.678	98.633	3.125.828

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia:

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2011						
"Swaps" de moeda	-	-	10.961	-	-	10.961
"Swaps" de taxa de juros	-	-	6.253	14.476	-	20.729
	-	-	17.214	14.476	-	31.690
31 de dezembro de 2010						
"Swaps" de moeda	-	-	11.429	-	-	11.429
"Swaps" de taxa de juros	-	-	6.765	32.841	-	39.606
	-	-	18.194	32.841	-	51.035

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição até 31 de dezembro de 2011 e 2010 quanto à utilização da conta:

Conta Garantida	2011	2010
Contratada	240.000	90.000

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses

ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Controladora						
	Categoria	Nível	31/12/2011		31/12/2010	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	102.775	102.775	275.213	275.213
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	17.580	17.580	356.258	356.258
Passivo						
Obrigações IFC	Outros passivos financeiros	2	-	-	184.065	184.065
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	12.427	12.427	13.859	13.859
Consolidado						
	Categoria	Nível	31/12/2011		31/12/2010	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	723.772	723.772	509.163	509.163
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	278.220	278.220	594.895	594.895
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	146.939	146.939	124.509	124.509
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	1.227.998	1.227.998	1.250.858	1.250.858
Ativo indenizável (concessão)	Recebíveis	3	765.516	765.516	527.794	527.794
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.312.282	1.312.282	1.528.335	1.517.681
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.361.750	1.369.627	908.201	900.496
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	159.963	181.463	218.642	201.783
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	28.025	28.025	43.059	43.059
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	4.342	4.342	12.456	12.882
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	619.362	619.362	643.172	643.172

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2011 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Coelce			
Swap Santander Brasil S.A.	10.961	10.819	142
CGTF			
Swap Libor x Pré (Santander)	2.327	2.176	151
Swap Libor x IGPM (Citibank)	18.402	15.029	3.373
Total	31.690	28.024	3.666

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2011.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial e de taxas de juros.

As operações de “*swap*” são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, e cobertura de juros de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia detinha operações de *swap*, conforme demonstrado abaixo:

Coelce

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência					
					Moeda estrangeira		Moeda local			
					30/12/11	31/12/10	30/12/11	31/12/10		
Contratos de swaps										
Valor	Banco Santander Brasil S.A.	16/06/06	15/06/12	Dólar + 5,49% a.a.98,8% do CDI	USD 6.589	USD 13.824	R\$15.053	R\$31.581		
Descrição	Contraparte	Valor Justo		Efeito acumulado até 30/12/2011		Efeito acumulado até 30/12/2010				
		30/12/11	31/12/10	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago			
Contratos de swaps										
(+) Ativo		R\$16.293	R\$29.316	-	-	-	-			
(-) Passivo	Banco Santander	R\$27.112	R\$50.927	-	-	-	-			
(=) Ajuste	Brasil S.A.	(R\$10.819)	(R\$21.611)	-	(R\$10.819)	-	(R\$21.611)			

CGTF

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência			
					Moeda Estrangeira		Moeda Local	
					30/12/11	31/12/10	30/12/11	31/12/10
Contratos de swaps								
(+) Ativo								
(-) Passivo	Banco Santander Brasil S.A.	15/06/06	15/12/15	Libor 5,4% (a/360) aa				
(=) Ajuste					USD 11.154	USD 13.493	R\$25.480	R\$30.824
(+) Ativo								
(-) Passivo	Banco Citibank	20/03/07	15/12/15	Libor + 2,25%IGPM + 9,77%				
(=) Ajuste					USD 12.736	USD 15.407	R\$26.490	R\$32.045
					USD 23.890	USD 28.900	R\$ 51.970	R\$ 62.869

Descrição	Contraparte	Valor justo		Efeito acumulado até 30/12/2011		Efeito acumulado até 30/12/2010	
		30/12/2011	31/12/2010	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
		Contratos de swaps					
(+) Ativo		R\$ 21.324	R\$ 23.391	-	-	-	-
(-) Passivo		R\$ 23.500	R\$ 25.844	-	-	-	-
(=) Ajuste	Banco Santander Brasil S.A.	(R\$ 2.176)	(R\$ 2.453)	-	(2.176)	-	(2.453)
(+) Ativo		R\$23.973	R\$26.054	-	-	-	-
(-) Passivo	Banco Citibank	R\$ 39.002	R\$ 45.049	-	-	-	-
(=) Ajuste		(R\$ 15.029)	(R\$ 18.995)	-	(15.029)	-	(18.995)
		(R\$ 17.205)	(R\$ 21.448)	-	(17.205)	-	(21.448)

23. Tributos a pagar

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS	-	107.375	-	110.764
IRPJ/CSLL	1.744	127.976	1.290	61.493
ISS	57	5.679	41	6.627
Parcelamento ICMS	-	6.304	-	-
Parcelamento IRPJ	-	15.149	-	-
PIS/Cofins	600	73.296	336	57.538
Refis Federal (Previdenciário)	-	21.180	-	-
IRRF Mútuos	-	373	-	913
PIS/Cofins/IRRF/CSRF (Retido na Fonte)	-	2.054	-	-
INSS	-	8.388	-	-
FGTS	-	32	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	5.251
Outros tributos e Contribuições	1.737	14.917	4.141	12.220
Total	4.138	382.723	5.808	254.805
Circulante	4.138	349.898	5.808	248.623
Não Circulante	-	32.825	-	6.182

24. Taxas regulamentares

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Conta de consumo de combustível – CCC	20.340	18.505
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	7.937	7.230
Reserva global de reversão – RGR e outros	27.724	22.364
Encargo de energia reserva – EER	1.376	968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH	4.416	2.378
Encargos ex-isolados	2.533	2.789
Conta de desenvolvimento energético	4.570	4.347
Taxa de fiscalização	380	367
Encargos emergenciais	2.469	2.489
Total	71.745	61.437

O saldo da reserva global de reversão se refere à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), calculados à base de 2,5% sobre o imobilizado, limitada a 3% da receita bruta de operações com energia

elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da Aneel.

25. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza da operação	Controladora							
			31/12/2011				31/12/2010			
			Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesa) financeira	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (Despesa) financeira
Cien	(f)	Mútuo	173.651	-	-	13.577	66.899	-	-	16.064
Ampla Investimentos	(d)	Mútuo	186.895	-	-	28.264	216.156	-	-	25.646
Prátil	(g)	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	392	-	-	-
Ampla Energia		Conta corrente	-	-	424	-	-	-	424	-
CTM	(h)	Mútuo	4.777	-	-	740	-	-	-	-
Tesa	(h)	Mútuo	1.921	-	-	349	-	-	-	-
Ingendesa		Prestação de serviço	-	-	-	(1.480)	-	-	-	-
ICT		Prestação de serviço	-	2.238	-	(2.238)	-	-	-	-
Outros			-	-	-	-	-	1.175	-	-
			367.244	2.238	424	39.212	283.447	1.175	424	41.710

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2011					31/12/2010					
			Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesa)	Intangível
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A.	(c)	Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	90.806	-	(38.737)	-
Endesa Latinoamérica (MIGA e ICO)	(e)	Mútuo	-	4.342	-	-	-	-	-	8.610	3.845	(16.978)	-
Synapsis Brasil S.A.	(a.2)	Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	9	-	4.808	-	(26.800)	9.357
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	(a.2)	Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	(9.327)	10.536
Fundação Coelce de Seguridade Social-Faelce	(b.1)	Confissão de dívida	-	11.418	23.946	-	-	-	-	10.752	26.885	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-Faelce	(b.2)	Plano de pensão	-	852	-	(5.404)	664	-	-	237	-	(4.034)	4.924
FUNDAÇÃO Brasiletros	(b.3)	Plano de pensão	-	-	529.230	(28.994)	-	-	-	-	365.312	(17.557)	-
ENERSIS AGENCIA	(a.1)	Empréstimos e financiamentos	235	2	99	(2.298)	-	-	233	45	2.409	(373)	-
CEMSA – Comercializadora del Mercosur S.A.		Transporte de energia	76.620	-	81.621	(5.427)	-	-	62.145	-	70.173	7.608	-
Endesa Costanera S.A.		Transporte de energia	34.654	-	31.869	(4.215)	-	-	27.122	-	50.073	8.901	-
Ingendesa Brasil S.A.		Prestação de Serviço	-	-	-	(1.480)	-	-	-	-	-	-	-
ICT		Prestação de Serviço	-	2.238	-	(2.238)	-	-	-	-	-	-	-
Outros			-	225	-	-	-	-	58	1.193	-	-	-
			111.509	19.077	666.765	(50.056)	664	9	89.558	117.986	518.697	(97.297)	24.817
(-) Dívida Faelce			-	11.418	23.946	-	-	-	-	10.752	26.885	-	-
(-) Dívida Brasiletros			-	-	529.230	-	-	-	-	-	365.312	-	-
Parte relacionadas			111.509	7.659	113.589	-	-	9	89.558	107.234	126.500	-	-

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Prestação de serviços

a.1) Enersis agência

A controlada Ampla Energia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$ 101 (R\$ 2.454 em 2010), referente à compra de software.

a.2) CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A.

Desde 28 de fevereiro de 2011, as empresas CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A. não fazem mais parte do grupo econômico da Endesa Brasil, deixando, portanto de serem consideradas partes relacionadas da controlada Ampla Energia.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 1.535 para a CAM Brasil e R\$ 4.808 para a Synapsis Brasil.

(b) Obrigações com Plano de Pensão

b.1) Contrato de Dívida – Faelce

A controlada Coelce é patrocinadora do fundo de pensão administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social (Faelce).

Em 30 de junho de 1999, a controlada Coelce celebrou com a Faelce um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$ 46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997.

Em 30 de junho de 2007, foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$ 62.200, conforme Resolução CGPC no 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2011, a controlada Coelce amortizou 9 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$ 35.364 (R\$ 37.637 em 2010).

Em garantia da operação, a controlada Coelce cedeu à Faelce os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A Faelce poderá sacar da conta corrente bancária da controlada Coelce, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da controlada Coelce, se lhe convier.

b.2) Plano de Pensão – Faelce

A controlada Coelce, como mantenedora da Faelce, realiza repasses mensais destinados a manutenção financeira da Faelce e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada Coelce, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.

O total de gastos em 2011 foi R\$ 6.068 (R\$ 8.958 em 2010) sendo R\$ 5.404 (R\$ 4.034 em 2010) como despesa operacional do resultado da controlada Coelce e R\$ 664 (R\$ 4.924 em 2010) capitalizados ao ativo intangível.

O saldo corresponde ao valor da contribuição da controlada Coelce (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 31.

A CDSA, e a CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores. A Faelce é administradora do Fundo de Pensão dos funcionários da controlada Coelce.

b.3) Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros

A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a controlada da Ampla Energia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária, indicada pela Brasiletros.

O total de despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi R\$ 28.994 (R\$ 17.557 em 2010).

c) Enertrade

As operações com a Enertrade – Comercializadora de Energia S.A. referem-se à compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022. Em 4 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica S.A. (“Endesa Latam”) consumou com a EDP – Energias de Portugal S.A. (“EDP”), controladora da Enertrade – Comercializadora de Energia S.A., a operação de compra e venda de ações, por meio da qual a Endesa Latam adquiriu 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia. Consequentemente, o saldo em aberto referente a faturas em aberto de compra de energia em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 3.618 está sendo divulgado na Nota 19. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2010 possui o montante de R\$ 3.281

d) Ampla Investimentos

Em 23 de dezembro de 2008 a Companhia concedeu um empréstimo a sua controlada Ampla Investimentos, no montante de R\$ 255.878, com a finalidade de quitar sua dívida cruzada com Enersis Agência e o último pagamento está previsto para 17 de março de 2012. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 186.895 e (R\$ 216.155 em 2010) e sua atualização está indexada pela variação do CDI acrescido de 2% ao ano.

e) Endesa Internacional

A controlada Cien contratou empréstimo, em dólares americanos, junto à Endesa Latinoamérica para aquisição de máquinas e equipamentos e finalização da construção da linha de transmissão II. Essa operação foi pactuada com taxa Libor + 2,73% a.a. e com vencimento em 30 de maio de 2012.

f) Cien

A Endesa Brasil possui empréstimo com a sua controlada Cien no montante atualizado de R\$ 173.651 (R\$ 66.763 em 2010), com o vencimento em 28 de junho de 2012. O empréstimo é indexado pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,67% a.a.

g) Prátil

Em 1º de novembro de 2009, a controladora e sua controlada Prátil celebraram contrato de mútuo com vencimento em 30 de dezembro de 2011, sendo quitado em 22 de julho de 2011 com aumento de capital efetuado pela Endesa Brasil.

h) CTM e Tesa

Os mútuos com a controlada Indireta Tesa são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,03% a.a.. Estes contratos possuem vencimentos firmados para dezembro de 2013.

Os mútuos com a CTM são em dólares norte-americanos, sendo um dos contratos em taxa fixa de 7% a.a., enquanto os outros são indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,02% a.a. Estes contratos possuem vencimentos firmados para dezembro de 2013.

Remuneração da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 9.592 (R\$ 8.312 em 2010), as quais são benefícios de curto prazo. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2011 foi de R\$ 25.862 (R\$ 25.315 em 2010).

26. Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela Aneel.

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções Aneelnº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

As controladas Coelce, Ampla Energia, CGTF e CDSA contabilizam as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela Selic até a efetiva realização.

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Eficiência Energética – PEE	31.967	4.083	95.850	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	47.931	9.666	34.221	12.287
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	121	-	3.941	-
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(150)	-	231	-
Ministério de Minas e Energia (MME)	(164)	-	1.382	-
Total	79.705	13.749	135.625	12.287

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões passivas em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	Consolidado					Saldo em 31/12/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	
Trabalhistas (a)	208.290	(24.760)	14.114	(23.850)	(130)	173.664
Cíveis (b)	278.055	63.843	44.349	(85.773)	81.900	382.374
Fiscais (c)	173.777	(110.402)	3.714	(11.218)	21.168	77.039
Ambientais	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	663.122	(71.319)	62.177	(120.841)	102.938	636.077
Circulante	140.793					17.060
Não circulante	522.329					619.017

(a) Riscos trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com as controladas bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

(b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais.

O restante do valor constante na provisão subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

A controlada Coelce é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(c) Riscos fiscais

Controlada Investluz

Autos de Infração PIS/Cofins – Controlada Investluz

Em 21 de dezembro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração para a cobrança de Pis e Cofins sobre juros sobre capital próprio e outras receitas financeiras, auferidas no período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes (improcedentes apenas no que se refere às receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98).

A Controlada Investluz apresentou recurso e aguarda decisão de segunda instância administrativa. Diante dos fatos e da jurisprudência administrativa, a empresa efetuou a provisão da parcela dos autos de infração considerada com probabilidade de perda provável (valores relativos ao Pis e à Cofins incidentes sobre os juros sobre capital próprio recebidos após a vigência das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente). O valor provisionado em dezembro de 2011 corresponde a R\$ 16.839 para a Cofins e R\$ 7.568 para o PIS.

A parcela remanescente dos autos de infração considerada com probabilidade de perda possível corresponde a R\$ 17.092 para a Cofins e R\$ 2.409 para o PIS (receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004).

Controlada Coelce

A controlada Coelce concluiu o pagamento de um parcelamento de Cofins junto à SRF em 2000, sendo que o parcelamento era em 80 parcelas e foi efetuado o pagamento de 6 parcelas a mais. Considerando o pagamento a maior, a controlada Coelce efetuou a compensação desse suposto crédito com débitos de Cofins. Na análise do processo, ficou demonstrado que houve uma retificação do valor inicialmente declarado no pedido de compensação e que assim o valor total pago pela Coelce (nas 86 parcelas) correspondia à dívida retificada. Dessa forma, a SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia. O processo administrativo ainda está em curso, no qual a controlada Coelce está alegando basicamente o desconhecimento da retificação do valor declarado e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a Controlada Coelce entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável, em 31 de dezembro de 2011 o valor envolvido é de R\$ 2.307.

Controlada Ampla Energia

ICMS – Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 8.361 (R\$ 7.610 em 2010). A Ampla Energia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS – Créditos fiscais indevidos

A controlada Ampla recebeu dois autos de infração por não ter efetuado os estornos proporcionais de parte dos créditos que apropriou decorrente das entradas de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, como decorrência de ter efetivado fornecimento (saída) de energia elétrica isento ou não tributável, para a Cenf (Nova Friburgo) e Elektro (São Paulo). Os mencionados autos referem-se aos períodos de novembro de 1996 a outubro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999 e possuem o valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 1.059 e R\$ 467 (R\$ 956 e R\$ 424 em 2010), respectivamente. Ambas as autuações estão aguardando julgamento pelo Conselho Pleno do Rio de Janeiro. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de perda é provável em relação a 80% dos dois autos de infração, motivo pelo qual a Administração optou por registrar uma provisão de R\$ 1.221.

Controlada Cien

PIS/Cofins – exportação

A controlada Cien em fevereiro de 2009 realizou consulta à Receita Federal sobre a incidência do PIS/Cofins sobre seu faturamento no âmbito dos contratos de energia relativos aos anos de 2009, 2008 e 2007, referentes à disponibilização do sistema de transmissão para exportação de energia.

A resposta à referida consulta foi emitida pela Receita Federal no dia 28/12/09, declarando ineficaz a consulta, mas não concluindo de forma clara os motivos para este posicionamento. Como a referida resposta necessitava ser analisada com profundidade, com base na avaliação interna preliminar da área jurídica, a administração registrou a provisão contábil.

No entanto, posterior análise pormenorizada dos fundamentos de decidir da consulta indicou uma interpretação favorável à controlada Cien, razão pela qual a Cien reverteu a provisão contábil constituída ao final de 2009 em relação ao risco de PIS/Cofins sobre referidos rendimentos, o que ocorreu em outubro de 2011.

Controlada CDSA

ICMS sobre a venda de energia elétrica

Na qualidade de comercializadora de energia elétrica, a controlada CDSA possuía contratos firmados com consu-

midores livres localizados em outros Estados diferentes da sua localização. Por conta disso, a venda de energia elétrica a esses consumidores finais estava sujeita à incidência do ICMS, na forma da legislação aplicável, cabendo à CDSA, na qualidade de substituta tributária, a responsabilidade por cobrar e recolher o respectivo imposto aos cofres do estado da localização do adquirente.

Em razão de liminares obtidas em Juízo por alguns de seus clientes, algumas dessas vendas de energia a consumidor final não foram submetidas à incidência do ICMS, tendo sido, portanto, a energia entregue sem o correspondente acréscimo de preço.

Naquela oportunidade, a Administração da controlada CDSA procedeu ao registro da provisão dos valores de ICMS não recolhidos em virtude do acima exposto. O saldo atualizado era de R\$ 7.006 em dezembro de 2010.

Em junho de 2011 foi feita a reversão do montante de R\$ 4.156, relativo a fatos geradores ocorridos no exercício de 2005, e em dezembro de 2011 do saldo remanescente da provisão de R\$ 2.851, relativo ao período de janeiro a setembro de 2006, ambas as reversões em razão da decadência do direito do Fisco de cobrar débitos para esses períodos.

Contingências ambientais

A provisão constituída no montante de R\$ 3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a controlada CDSA, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

Foi proferida decisão favorável à Controlada em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Controlada interpôs recurso especial contra a decisão.

Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público.

Principais riscos possíveis

	31/12/2011
Trabalhistas (a)	163.589
Cíveis (b)	4.195.674
Fiscais (c)	1.776.561
Outros Processos (d)	161.768
Total	6.297.592

Contingências passivas com risco possível

O Grupo possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível.

(a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc.

(b) Riscos cíveis

A situação jurídica das Controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

(c) Riscos fiscais

Controlada Coelce

ICMS – Termo de acordo 035/91

A controlada Coelce celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$ 17.315. A controlada Coelce aguarda decisão de recurso apresentado (embargos de declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora.

ICMS – Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$ 11.943, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A controlada Coelce impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Adicionalmente, em 29 de novembro de 2006, foi lavrado auto de infração, no valor atualizado de R\$ 4.493, referente ao ano de 2001, pelo não-recolhimento de ICMS em operações consideradas pela controlada Coelce como não-tributáveis, em virtude da base cadastral do período autuado. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada Coelce apresentou recurso. Em 27 de dezembro de 2011 a Coelce foi intimada da decisão de 2ª instância administrativa que acolheu os argumentos da controlada Coelce de que ocorreu a decadência do direito do Fisco de cobrar os débitos e julgou o auto improcedente.

Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$ 4.076, referente ao ano de 2002, no qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$ 3.862, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A con-

trolada Coelce impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2011 a controlada Coelce recebeu um auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor atualizado de R\$ 5.229. Em 19 de julho de 2011 a controlada Coelce apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

ICMS – Transferência de créditos

Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$ 1.811. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à controlada Coelce. A Fazenda Estadual apresentou recurso (apelação), que está pendente de julgamento.

Em 6 de maio de 2005, a controlada Coelce ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$ 1.893. A controlada Coelce aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS – Cancelamento de faturas

Em 29 de novembro de 2006, a controlada Coelce recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$ 22.669, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriormente foram tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa, a controlada Coelce apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 16 de fevereiro de 2007, a controlada Coelce recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$ 27.637, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada Coelce apresentou recurso e aguarda julgamento.

ISS – Município de Fortaleza

A controlada Coelce ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS incidentes sobre: (i) prestação de serviços acessórios indispensáveis ao forne-

cimento de energia; (ii) serviço de locação de bens móveis e (iii) ausência de retenção do ISS na fonte, relativas ao período de julho/98 a janeiro/00, que totalizam o valor de R\$ 4.284. A controlada Coelce aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a controlada Coelce tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a controlada Coelce apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$ 22.025 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A controlada Coelce aguarda decisão de segunda instância judicial nos três processos.

Em 07 de maio de 2010 a controlada Coelce recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 1.150, relativo ao exercício de 2007. A controlada Coelce apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

ISS – Município de Iguatu

O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$ 2.530, por débitos de ISS relativos ao período de 2004 a 2008, cobrados face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela controlada Coelce. A controlada Coelce apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento.

ICMS – Estorno de crédito – consumidor baixa renda

O Município de Fortaleza lavrou um auto de infração em 02 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$ 23.512, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como “baixa renda”. A controlada Coelce apresentou defesa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 07 de outubro de 2010 a controlada Coelce apresentou recurso. Em 27 de junho de 2011 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que confirmou a decisão de primeira instância, que declarou procedente o auto de infração. A controlada Coelce foi intimada da decisão e irá apresentar recurso especial.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2011, a controlada Coelce recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$ 18.911. Em 19 de julho de 2011 a controlada Coelce apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

PIS/IRPJ – Autos de Infração

Trata-se de dois Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A controlada Coelce apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a controlada Coelce apresentou recurso e aguarda decisão. O valor envolvido atualizado é de R\$ 10.409.

CSLL/IRPJ – Execução fiscal

Em 19 de Janeiro de 2009 a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSLL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009 a Coelce apresentou embargos a execução. Em 02 de junho de 2011 foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas CDA's, sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação e a Coelce apresentou recurso (embargos de declaração). O valor atualizado é de R\$ 17.034.

ICMS – Operações denominadas “Coelce Plus”

Em 17 de junho de 2011 Coelce recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS oriundos de operações na modalidade “Coelce Plus” sem a emissão da documentação fiscal durante o exercício de 2006. A controlada Coelce apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 1.654.

ICMS – Energia adquirida para consumo próprio

Em 17 de junho de 2011, a controlada Coelce recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos à energia elétrica consumida pela própria empresa durante o exercício de 2006. A controlada Coelce apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão

de 1ª instância administrativa. Em 10 de outubro de 2011 Coelce recebeu decisão que julgou o auto procedente. Coelce apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$ 2.428.

ICMS – Diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais

Em 17 de junho de 2011, a controlada Coelce recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos a supostas diferenças entre os valores contabilizados e os valores informados nas declarações fiscais. A controlada Coelce apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 1.818.

Ativo Contingente

PIS/Cofins Majoração base de cálculo

A controlada Coelce impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da Cofins, bem como a compensação dos valores recolhidos a maior com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. A controlada Coelce obteve decisão definitiva favorável e está apurando o montante do crédito a ser compensado.

Controlada Ampla Energia

Imposto de renda retido na fonte – Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Companhia auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto de Renda na Fonte – IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a controlada Ampla Energia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 783.201 (R\$ 742.280 em 2010).

Cofins – Auto de Infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de Cofins decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A controlada Ampla Energia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A controlada Ampla Energia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da Cofins sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a controlada Ampla Energia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela controlada Ampla Energia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a controlada Ampla Energia e em 05/05/2010, a controlada Ampla Energia foi notificada dessa decisão. Em 05/07/2010, a controlada Ampla Energia foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26/07/2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 172.681 (R\$ 164.826 em 2010).

ICMS – Prazo de Recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a controlada Ampla Energia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A controlada Ampla Energia apresentou recurso. Em 26/08/2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Ampla o recurso administrativo apresentado. Em 01/09/2010 a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno que aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 188.256 (R\$ 168.857 em 2010).

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A controlada Ampla Energia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o

argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os três autos de infração a controlada Ampla Energia aguarda decisão de segunda instância administrativa. Os valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 representam respectivamente R\$ 10.439, R\$ 1.605 e R\$ 20.336 (R\$ 9.466, R\$ 1.460 e R\$ 18.418 em 2010).

Adicionalmente, a controlada Ampla Energia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a controlada Ampla Energia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 14.422 (R\$ 13.132 em 2010). Em 22/08/2011, proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito pela controlada Ampla Energia. Em 21/10/2011, a controlada Ampla Energia apresentou recurso de apelação. Aguarda-se julgamento.

ICMS – Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a controlada Ampla Energia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A controlada Ampla Energia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 14.636 (R\$ 13.266 em 2010).

ICMS – Saída de bens para reparação

A controlada Ampla Energia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 10.652 e R\$ 11.550 (R\$ 9.694 e R\$ 10.494 em 2010), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. No primeiro processo: em 09/12/2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14/12/2010, a controlada Ampla Energia opôs embargos de declaração que foram julgados, em 12/05/2011, improcedentes. Em 30/05/2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 07/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedentes os embargos à execução. Em 13/06/2011, a controlada Ampla Energia opôs embargos de declaração, para os quais aguardam julgamento.

ICMS – Cumprimento de decisão judicial

A Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro vem lavrando notas de lançamento com o objetivo de impedir a decadência do seu direito de constituir créditos de ICMS e ICMS-FECP referentes a valores que, por decisão judicial, a controlada Ampla Energia foi obrigada a deixar de incluir nas faturas dos clientes e consequentemente de recolher ao Estado. As decisões judiciais foram concedidas em processos em que litigam o Estado do Rio de Janeiro e determinados clientes da controlada Ampla Energia acerca da ilegalidade da incidência do ICMS sobre o valor da demanda contratada ou da alíquota de ICMS aplicável. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado envolvido nessas notas de lançamento é de R\$ 15.156 e a controlada Ampla Energia aguarda, na maioria dos casos, decisão de primeira instância administrativa.

Taxa de uso de solo

A controlada Ampla Energia possui 8 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 69.918 (R\$ 61.888 em 2010). No processo referente ao ano de 2002, a controlada Ampla Energia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a controlada Ampla Energia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco execuções fiscais. Na execução fiscal proposta pelo município de Niterói já houve sentença em favor da controlada Ampla Energia e aguarda-se o julgamento de recurso de apelação apresentado pela Fazenda. As execuções fiscais dos outros municípios aguardam decisão de 1ª instância judicial.

Imposto Sobre Serviços – ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a controlada Ampla Energia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 9.153 (R\$ 8.675 em 31 de dezembro de 2010), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A controlada Ampla Energia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a controlada Ampla Energia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 1.422 (R\$ 1.289 em 2010), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010, a controlada Ampla Energia apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de Empacamento

Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empacamento e exigência de licença municipal prévia para que a controlada Ampla Energia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6.250 (R\$ 5.500 em 2010). Em maio de 2010, a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

A controlada Ampla Energia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, Cofins, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$ 28.959 em 31 de dezembro de 2011.

PIS/Cofins Majoração base de cálculo

A controlada Ampla Energia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da Cofins, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 106.810 (R\$ 101.535 em 2010). A controlada Ampla Energia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade.

Controlada CDSA

Contribuição social sobre o lucro – compensação de saldo de base negativa

A Receita Federal do Brasil autuou a controlada em função de compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A controlada recebeu parte do saldo da base negativa da Contribuição Social (CSLL) por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da Celg, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999).

A controlada ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. A controlada apresentou recurso e aguarda decisão. O valor atualizado do processo é de R\$ 15.631 (R\$ 14.905 mil em dezembro de 2010).

A controlada, além do processo acima descrito, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$ 420 em 31 de dezembro de 2011.

Controlada CGTF

II e IPI – Grupo Eletrogêneo

A controlada CGTF ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como “Grupo Eletrogêneo” as máquinas e os equipamentos importados, com vistas à construção da Usina Termelétrica, sendo esta composta por unidades turbogeradoras a gás e a vapor, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%.

A controlada CGTF obteve a tutela antecipada, mediante apresentação de garantia ao Juízo por meio de depósito judicial, contabilizado, que corresponde ao montante atualizado de R\$ 75.101 (R\$ 70.912 em dezembro de 2010). Na ação principal, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à CGTF em 29 de setembro de 2008. Por consequência, a Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação e em maio de 2010 foi publicado acórdão que o julgou improcedente. Referido acórdão transitou em julgado em julho de 2010, tornando a decisão favorável a CGTF definitiva.

Na ação incidental, a controlada CGTF foi intimada em setembro de 2004 de decisão de 1ª instância judicial que julgou o pedido da controlada CGTF procedente. Em face dessa decisão, a União Federal apresentou recurso de apelação, sendo que em setembro de 2009 foi proferida decisão de 2ª instância confirmando a decisão de 1ª instância favorável à CGTF. Em novembro de 2009 a Fazenda Nacional apresentou recurso (embargos de declaração) e em janeiro de 2010 foi publicada decisão que não aceitou o referido recurso. A Fazenda apresentou recurso especial, que foi inadmitido em decisão publicada em 22 de junho de 2011. Contra a referida decisão, a Fazenda apresentou recurso (agravo), que aguarda julgamento.

PIS e Cofins

A controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e Cofins declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A controlada Endesa Fortaleza – CGTF apresentou recurso (embargos de declaração) face à decisão do Conselho de Contribuintes e, atualmente, aguarda seu julgamento. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 62.340 (R\$ 58.179 em dezembro de 2009).

Cide

A controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil para a cobrança da Cide supostamente devida nos pagamentos efetuados ao exterior no período de 2002 a 2005 para cumprimento de contratos de serviços técnicos e administrativos, no valor atualizado de R\$ 959. A CGTF apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

Controlada Cien

PIS/Cofins

A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e Cofins, objeto de processos de compensação realizados pela Controlada, nos valores atualizados de R\$ 944 e R\$ 5.771

Na primeira execução, a Controlada apresentou defesa (embargos à execução). A Fazenda Nacional cancelou de ofício um dos débitos cobrados, razão pela qual o valor da contingência foi reduzido. Em 03 de outubro de 2011, foi

publicada sentença julgando improcedentes os embargos apresentados pela Cien. Em 18 de outubro de 2011, a Cien apresentou recurso de apelação, e aguarda decisão de segunda instância.

Na segunda execução, a Controlada apresentou defesa (embargos à execução), e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Adicionalmente, a Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração sobre o mesmo assunto, no montante de R\$ 4.234, e a Cien apresentou defesa (impugnação). Em 21 de junho de 2011 a Cien foi intimada de decisão de primeira instância administrativa que acolheu os argumentos aduzidos na impugnação e anulou o auto de infração. Considerando que referida decisão segue resolução do STF ("Súmula Vinculante STF nº 8), a mesma não foi submetida a recurso.

IRPJ/CSLL

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$ 26.188, corrigido pela Selic. A Controlada Cien aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto, e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$ 6.040. Com relação à parcela impugnada, em 31 de março de 2011 a Controlada Cien foi intimada de decisão de primeiro grau administrativo que considerou improcedente o recurso apresentado. Em 02 de maio de 2011, a Cien apresentou recurso voluntário e aguarda decisão de segunda instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$ 7.844.

ICMS – Diferencial de alíquota

Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$ 14.696, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da Controlada Cien, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1º grau desfavorável à Controlada Cien, na qual os Embargos foram julgados improcedentes. A Controlada Cien apresentou recurso de Apelação, que em dezembro de

2010 foi julgado procedente. Em 17 de janeiro de 2011, a Fazenda apresentou recurso (embargos de declaração) que foi julgado improcedente. Em 15 de abril de 2011 a fazenda apresentou recurso especial. Em 30 de agosto de 2011 foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado. A Fazenda apresentou novo recurso (agravo) que aguarda julgamento.

(d) Outros processos

Controlada Ampla Energia

Pequenas Causas – Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa.

Controlada Cien

Tractebel

A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela Controlada Cien, do “Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina” firmado em 20 de outubro de 1999, entre a Controlada Cien e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da Controlada Cien ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$ 117.000 (R\$ 148.282 em 2010), além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potencia firme e energia associada”, cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada Cien, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da Controlada Cien e fora de seu controle. A Controlada Cien contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. Aguardamos o início da fase de produção de provas.

Furnas

Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela Controlada Cien do “Contrato de Potencia Firme com Energia Associada”, celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da Controlada Cien ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$ 520.000 (R\$ 589.899 em 2010) e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a Controlada Cien, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da Controlada Cien e fora de seu controle. A Controlada Cien contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes e produção das provas cabíveis, aguarda-se o julgamento da ação.

28. Outras obrigações

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Arrecadação de terceiros	1.044	4.381
Adiantamento de clientes	2.226	4.319
Devolução prefeituras	4.388	5.968
Multas parceladas	3.507	8.443
Repasso	3.408	770
Repasso – Prátil	3.418	-
Reserva de reversão global	5.441	-
Pessoal	1.080	-
Fundo de pensão	1.086	-
Benefício PROVIN	3.041	-
Multa Aneel	2.581	-
Taxa de fiscalização Aneel	1.636	-
Provisão pesquisa e desenvolvimento	-	14.051
Obrigações estimadas	9.777	9.820
Serviços de terceiros	-	1.953
Swap	-	2.897
Outros	7.812	22.152
Total	50.445	75.893
Circulante	41.701	44.530
Não circulante	8.744	31.363

29. Patrimônio líquido

(a) Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão representadas por 170.877.378 ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto.

A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Empresa Nacional de Electricidad S.A.	60.299.607	35,29	60.299.607	35,29
Endesa Latinoamerica S.A.	47.354.669	27,71	47.354.669	27,71
Enersis S.A.	36.677.243	21,47	36.677.243	21,47
Chilectra S.A.	7.742.714	4,53	7.742.714	4,53
Chilectra Inversud S.A.	7.227.787	4,23	7.227.787	4,23
Edegel S.A.	6.957.053	4,07	6.957.053	4,07
Grupo Endesa	166.259.073	97,30	166.259.073	97,30
International Finance Corporation – IFC	-	-	4.618.298	2,70
Ações em Tesouraria	4.618.298	2,70	-	-
Conselheiros	7	-	7	-
Outros	4.618.305	2,70	4.618.305	2,70
Total	170.877.378	100,00	170.877.378	100,00

Em 27 de junho de 2006, a Endesa Brasil, em Reunião do Conselho de Administração, deliberou pelo aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 4.618.298 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em razão da subscrição realizada pelo International Finance Corporation (IFC), cujo valor total equivalente aportado como aumento de capital foi de R\$ 111.025.

Foi firmado um instrumento entre a Companhia e o IFC, que possui cláusulas de:

- Opção de venda das ações adquiridas pelo IFC para a Companhia ou para os acionistas (*sponsors*);
- Garantia do retorno do capital investido;
- Datas-limite em 3 anos, contados de agosto de 2006, para a abertura de capital da Companhia em que o não cumprimento obriga a Endesa Brasil, por um prazo de cinco anos e prévia solicitação do IFC, a comprar as ações referentes ao capital investido, atualizado monetariamente conforme cálculo específico demonstrado no instrumento acordado entre as partes.

Por conta do acordo firmado e das obrigações legais da Companhia com o IFC, o registro contábil desse aporte de capital foi efetuado inicialmente como um aumento de capital, creditando-se a conta de capital, e, em seguida, foi constituída uma conta redutora desta (ações resgatáveis no futuro), em contrapartida a uma obrigação no passivo, refletindo a obrigação da Companhia ao fim do prazo do acordo.

Em 15 de outubro de 2010 a Endesa Brasil recebeu notificação que o IFC exerceria sua opção de venda de ações contra a Endesa Brasil e seus acionistas pelo valor de R\$ 184.065. O montante estava registrado no passivo circulante e foi pago pela Endesa Brasil em nome dos seus acionistas em 05/01/2011.

(b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

(c) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social, a Administração da Companhia destinou o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 598.797, para a formação de reserva estatutária denominada de reforço de capital de giro. Os limites da reserva estatutária seguem os limites previstos na Lei das Sociedades por Ações.

(d) Dividendos

Após a aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 28 de junho de 2011, foram pagos dividendos mínimos de R\$ 169.061 e dividendos adicionais de R\$ 507.183 referentes ao exercício de 2010.

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, realizado em 23 de novembro de 2011, foram destinados dividendos no montante de R\$ 163.258 como antecipação de distribuição do lucro do exercício de 2011 sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em consonância com o Estatuto Social da Companhia, a Administração complementou com o valor de R\$ 36.341 o saldo dos dividendos mínimos obrigatórios, totalizando o montante de R\$ 199.599.

Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	871.135	747.481
Reversão de dividendos prescritos	162	26
Absorção de Prejuízos	(63.917)	(70.384)
Perda em investimento de controlada	(1.676)	-
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	34.713	34.713
(-) Reserva Legal	(42.021)	(35.592)
Lucro líquido do exercício ajustado	798.396	676.244
Dividendos propostos		
Dividendos Intermediários	163.258	-
Complemento ao mínimo obrigatório	36.341	169.061
Total de dividendos mínimos obrigatórios (25%)	199.599	169.061
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	-	507.183
Reserva de estatutária de capital de giro	598.797	-

(e) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital – Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital

(f) Outros resultados abrangentes

f.1) Outros resultados abrangente – ganhos e perdas atuariais

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados (“CPC 33”), o qual determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica devem ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo constituído pelo Grupo Endesa nesta rubrica era devedor de R\$ 205.740 (devedor de R\$ 156.857 em 31 de dezembro de 2010).

f.2) Outros resultados abrangentes – ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02(R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (“CPC 02”), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. (CTM) e Transportadora de Energia S.A. (Tesa).

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo constituído pelo Grupo Endesa nesta rubrica era credor de R\$ 118 (devedor de R\$ 259 em 31 de dezembro de 2010).

30. Compromissos

Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue:

Coelce

	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
Endesa Fortaleza-CGTF	até 2023	505.669	520.589	550.266	562.612	576.812	4.406.445	7.122.393
Proinfa	até 2025	35.078	35.555	36.039	36.529	37.026	356.749	536.976
Energy Works	até 2013	34	35	-	-	-	-	69
Eólica – Wobben	até 2018	3.669	3.821	3.993	4.172	4.371	9.314	29.340
1ºLEE – Produto 2005	até 2012	180.343	187.044	194.526	202.307	210.976	929.865	1.905.061
1ºLEE – Produto 2006	até 2013	163.500	169.576	176.359	183.413	191.272	1.075.099	1.959.219
1ºLEE – Produto 2007	até 2014	37.363	38.752	40.302	41.914	43.710	300.838	502.879
2ºLEE – Produto 2008	até 2015	38.012	39.425	41.002	42.642	44.469	364.421	569.971
4ºLEE – Produto 2009	até 2016	6.199	6.430	6.687	6.954	7.252	69.356	102.878
1ºLEN – Produto 2008	até 2037	61.760	64.055	66.617	69.282	72.251	732.698	1.066.663
1ºLEN – Produto 2009	até 2038	31.157	32.315	33.608	34.952	36.450	371.142	539.624
1ºLEN – Produto 2010	até 2039	96.830	100.428	104.445	108.623	113.277	2.718.826	3.242.429
2ºLEN – Produto 2009	até 2038	39.587	41.058	42.700	44.408	46.311	1.216.257	1.430.321
3ºLEN – Produto 2011	até 2040	58.412	60.583	63.006	65.526	68.334	1.792.342	2.108.203
5ºLEE – Produto 2007	até 2014	1.277	1.324	1.377	1.432	1.494	10.280	17.184
4ºLEN – Produto 2010	até 2024	13.568	14.072	14.635	15.220	15.873	151.797	225.165
5ºLEN – Produto 2012	até 2041	101.072	104.828	109.021	113.381	118.240	2.598.085	3.144.627
Leilão Santo Antônio – Produto 2012	até 2041	117	10.901	28.866	45.023	48.648	2.102.716	2.236.271
Leilão Jirau – Produto 2013	até 2042	-	4.609	8.948	13.026	16.140	742.240	784.963
6ºLEN – Produto 2011	até 2025	25.226	26.163	27.210	28.298	29.511	324.113	460.521
7ºLEN – Produto 2013	até 2042	-	60.913	63.349	65.883	68.706	1.020.921	1.279.772
Leilão Belo Monte	até 2044	-	-	-	3.226	51.245	7.400.646	7.455.117
10º Leilão de Energia Nova	até 2045	-	-	-	17.856	18.622	965.750	1.002.228
11º Len – Produto 2015	até 2044	-	-	-	35.054	36.556	1.895.873	1.967.483
12º LEN Produto 2014	até 2043	-	-	89.294	103.326	107.754	3.007.249	3.307.623
Total		1.398.873	1.522.476	1.702.250	1.845.059	1.965.300	34.563.022	42.996.980

Ampla Energia

Ampla energia	Vigência até	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
ITAIPIU	2023	195.188	203.971	213.150	222.742	232.765	6.750.184	7.818.000
PROINFA	2030	52.189	54.538	56.992	59.557	62.237	3.734.647	4.020.160
ENERTRADE	2022	45.259	47.295	49.424	51.648	53.972	378.837	626.435
CCEAR 2005	2012	268.770	-	-	-	-	-	268.770
CCEAR 2006	2013	251.570	262.890	-	-	-	-	514.460
CCEAR 2007	2014	44.853	46.872	48.981	-	-	-	140.706
CCEAR 2007 – energia existente (A-1)	2014	6.097	6.372	6.658	-	-	-	19.127
CCEAR 2008 – energia existente	2015	76.168	79.595	83.177	86.920	-	-	325.860
CCEAR 2009 – energia existente	2016	42.191	44.089	46.073	48.146	50.313	-	230.812
CCEAR 2008 – energia nova	2022/2037	20.275	21.188	22.141	23.137	24.179	233.204	344.124
CCEAR 2009 – energia nova	2023/2038	22.148	23.144	24.186	25.274	26.412	271.999	393.163
CCEAR 2009 – energia nova (A-3)	2023/2038	33.677	35.193	36.776	38.431	40.161	1.105.404	1.289.642
CCEAR 2010 – energia nova	2024/2039	84.746	88.560	92.545	96.710	101.062	2.527.968	2.991.591
CCEAR 2011 – energia nova	2025/2040	45.293	47.331	49.461	51.687	54.013	1.452.214	1.699.999
CCEAR 2010 – energia nova (A-3)	2024	9.022	9.428	9.852	10.295	10.758	105.455	154.810
CCEAR 2012 – energia nova (A-5)	2026/2041	111.586	116.607	121.854	127.338	133.068	3.102.593	3.713.046
CCEAR 2011 – energia nova (A-3)	2025	31.191	32.595	34.062	35.595	37.196	419.880	590.519
CCEAR 2013 – energia nova (A-5)	2027/2042	-	422.618	441.636	461.510	482.278	7.429.416	9.237.458
CCEAR 2012 – energia nova (UHE Santo Antonio)	2041	128	11.970	31.850	49.915	54.193	2.523.812	2.671.868
CCEAR 2013 – energia nova (UHE Jirau)	2042	-	30.768	60.016	87.790	109.303	5.433.574	5.721.451
CCEAR 2016 – energia nova (A-5)	2035/2045	-	-	-	-	20.403	741.338	761.741
Total		1.340.351	1.585.024	1.428.834	1.476.695	1.492.313	36.210.525	43.533.742

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011 que foram homologados pela Aneel.

A CDSA mantém os seguintes compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCARs (Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado) (valores em reais mil):

	Compromissos
2012	498.810
2013	477.480
2014	551.579
2015	617.242
Total	2.145.111

A CGTF mantém os seguintes compromissos de suprimento de energia firmados junto à parte relacionada Coelce, com a qual possui um contrato exclusivo de suprimento de energia de longo prazo:

Coelce	2012	2013	2014	2015	2016
Receita bruta	615.203	651.357	682.991	709.972	736.630
Receita líquida	449.096	475.484	498.592	518.282	537.731

31. Obrigações com benefícios pós-emprego

Coelce

A controlada Coelce é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social (Faelce), entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Coelce, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Controlada Coelce têm as seguintes principais características:

(a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Controlada contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata".

(b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Controlada contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da Faelce, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de auxílio reclusão;
- Complementação de pensão por morte;
- Complementação de abono anual.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Controlada. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2011, a Controlada realizou 09 parcelas de amortizações, ficando um saldo de R\$ 35.364 (R\$ 37.640 em 2010), sendo R\$ 11.418 (R\$ 10.752 em 2010) registrado no passivo circulante e R\$ 23.946 (R\$ 26.885 em 2010) no passivo não circulante.
- Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

Ampla Energia

A Controlada Ampla Energia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a

que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Controlada, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 529.230 (R\$ 365.212 em 2010), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Os planos administrados pela Controlada têm as seguintes principais características:

Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Controlada Ampla Energia reconheceu contabilmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de

aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a Brasiletros, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor – INPC. O saldo do contrato atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 280.283 (R\$ 219.694 em 31 de dezembro de 2010).

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial decorrentes das obrigações com os planos de benefícios definidos estão apresentados abaixo:

	31/12/2011					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Conciliação dos ativos (passivos)						
Valor presente das obrigações atuariais	(694.051)	(121.286)	(248.942)	(1.064.279)	(714.290)	(1.778.569)
Valor justo dos ativos	413.763	126.047	-	539.810	739.088	1.278.898
Restrição de reconhecimento do ativo	-	(4.761)	-	(4.761)	(24.798)	(29.559)
Efeito IFRIC 14	-	-	-	-	(35.364)	(35.364)
Ativo/(passivo) atuarial	(280.288)	-	(248.942)	(529.230)	(35.364)	(564.594)

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Conciliação dos ativos (passivos)						
Valor presente das obrigações atuariais	(653.709)	(169.519)	(145.518)	(968.746)	(660.876)	(1.629.622)
Valor justo dos ativos	434.015	189.495	-	623.510	679.082	1.302.592
Restrição de reconhecimento do ativo	-	(19.976)	-	(19.976)	(6.317)	(26.293)
Ativo/(passivo) atuarial	(219.694)	-	(145.518)	(365.212)	11.889	(353.323)

Movimentação da obrigação atuarial líquida:

	31/12/2011					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	(653.709)	(169.519)	(145.518)	(968.746)	(660.876)	(1.629.622)
Custo dos serviços correntes	33	(3.645)	-	(3.612)	(1.327)	(4.939)
Custo dos juros	(65.787)	(17.737)	(14.851)	(98.375)	(67.098)	(165.473)
Contribuições de participantes do plano	(27)	-	-	(27)	(4.409)	(4.436)
Ganho/(perda) atuarial	(28.783)	60.833	(101.249)	(69.199)	(28.112)	(97.311)
Benefícios pagos	54.222	8.782	12.676	75.680	47.532	123.212
Valor presente da obrigação atuarial total	(694.051)	(121.286)	(248.942)	(1.064.279)	(714.290)	(1.778.569)

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(554.814)	(154.314)	(94.284)	(803.412)	(597.001)	(1.400.413)
Retorno esperado dos ativos do plano	70	(3.549)	-	(3.479)	(2.063)	(5.542)
Ganho (perda) atuarial	(62.106)	(17.439)	(10.545)	(90.090)	(55.661)	(145.751)
Contribuições do empregador	(33)	(3.083)	-	(3.116)	(1.931)	(5.047)
Contribuições do participante do plano	(88.667)	(3.180)	(47.613)	(139.460)	(45.437)	(184.897)
Benefícios pagos no ano	51.841	12.046	6.924	70.811	41.217	112.028
Valor justo dos ativos do plano	(653.709)	(169.519)	(145.518)	(968.746)	(660.876)	(1.629.622)

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria e benefício saúde para aposentadoria:

	31/12/2011					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	434.015	189.495	-	623.510	679.082	1.302.592
Retorno esperado dos ativos do plano	50.406	22.586	-	72.992	80.244	153.236
Ganho (perda) atuarial	(37.962)	(77.344)	-	(115.306)	10.148	(105.158)
Contribuições do empregador	21.499	92	(12.676)	8.915	12.737	21.652
Contribuições do participante do plano	27	-	12.676	12.703	4.409	17.112
Benefícios pagos no ano	(54.222)	(8.782)	-	(63.004)	(47.532)	(110.536)
Valor justo dos ativos do plano	413.763	126.047	-	539.810	739.088	1.278.898

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	416.952	178.623	-	595.575	592.957	1.188.532
Retorno esperado dos ativos do plano	52.166	23.846	-	76.012	66.430	142.442
Ganho (perda) atuarial	(4.381)	(7.114)	-	(11.495)	41.518	30.023
Contribuições do empregador	21.086	3.103	(6.988)	17.201	17.463	34.664
Contribuições do participante do plano	33	3.083	6.988	10.104	1.931	12.035
Benefícios pagos no ano	(51.841)	(12.046)	-	(63.887)	(41.217)	(105.104)
Valor justo dos ativos do plano	434.015	189.495	-	623.510	679.082	1.302.592
Restrições reconhecidas	-	(19.976)	-	(19.976)		(19.976)
Valor justo dos ativos do plano	434.015	169.519	-	603.534	679.082	1.282.616

Despesa total realizada em 2011 e 2010:

	31/12/2011					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Custo do serviço corrente	(33)	3.645	-	3.612	1.327	4.939
Custo dos juros	65.787	17.737	14.851	98.375	67.098	165.473
Retorno esperado dos ativos do plano	(50.406)	(22.586)	-	(72.992)	(80.244)	(153.236)
Total de despesas/(receitas)	15.348	(1.204)	14.851	28.995	(11.819)	17.176

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Custo do serviço corrente	(70)	3.549	-	3.479	2.063	5.542
Custo dos juros	62.106	17.439	10.545	90.090	55.661	145.751
Retorno esperado dos ativos do plano	(52.166)	(23.846)	-	(76.012)	(66.430)	(142.442)
Total de despesas/(receitas)	9.870	(2.858)	10.545	17.557	(8.706)	8.851

Outros resultados abrangentes:

	31/12/2011					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Perda atuarial	(66.740)	(78.640)	(101.249)	(246.629)	(17.964)	(264.593)
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	-	6.307	6.307
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	-	77.344	-	77.344	(24.798)	52.546
Total de outros resultados abrangentes	(66.740)	(1.296)	(101.249)	(169.285)	(36.455)	(205.740)

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Perda atuarial	(93.048)	(10.294)	(47.613)	(150.955)	(3.919)	(154.874)
Ajustes de períodos anteriores	-	4.334	-	4.334	(6.317)	(1.983)
Transfêrencia para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	10.236	10.236
Total de outros resultados abrangentes	(93.048)	(5.960)	(47.613)	(146.621)	-	(146.621)

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	PAMA	Total	BD	Total
Perda atuarial	(93.048)	(10.294)	(47.613)	(150.955)	(3.919)	(154.874)
Ajustes de períodos anteriores	-	4.334	-	4.334	(6.317)	(1.983)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	-	4.334	-	4.334	(6.317)	(1.983)
Total de outros resultados abrangentes	(93.048)	(5.960)	(47.613)	(146.621)	(10.236)	(156.857)

As principais premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação e vigentes em 31 de dezembro de 2011 são:

Principais premissas atuariais	Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	Plano de Assistência Médica
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	11,10%	11,10%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	6,59%	N/A
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%	N/A
Tábua geral de mortalidade (qx)	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos	qx da AT-49 (+6)	qx da AT-49 (+6)	N/A

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pela Controlada patrocinadora nos limites permitidos pelo CPC 33 – Benefícios Pós Emprego. Todos os ganhos ou perdas são reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. Tais ganhos ou perdas compõem a movimentação dos saldos de passivos decorrentes das obrigações com benefícios pós emprego. Ativos somente são reconhecidos quando sua realização em favor da Controlada é provável e quando for

possível que a Controlada estime de forma razoável o provável valor de realização destes ativos.

A administração das controladas Coelce e Ampla Energia estima, com base em laudos elaborados por atuário contratado, que os compromissos totais de contribuição da patrocinadora para os planos vigentes, durante o exercício de 2012, sejam de R\$ 12.292 e R\$ 37.473 respectivamente.

32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do IRPJ e CSSL	892.935	762.720	1.612.295	1.399.944
Alíquota nominal	303.598	259.325	548.180	475.981
Adições permanentes				
Participações nos lucros (Administradores)	-	-	2.032	1.627
Bônus diretoria	-	-	348	223
Taxa CTM e Tesa – Subst. Tributária	-	-	56	-
Adição lucro coligada no exterior – CTM	-	-	-	623
Doações	-	-	310	361
Benefícios indiretos	-	-	124	167
Multas indedutíveis	-	-	2	1.323
Atualização financeiras contingências *	-	-	72	47
Depreciação Lei 8.200 **	-	-	205	216
Perdas	-	-	9.107	-
Perdas com clientes – reversão PCLD	-	-	19.043	-
Despesas indedutíveis-baixa diversos	-	-	732	-
Fringe benefits – deprec. veículos	-	-	1	2
Doações não dedutíveis	-	-	13	57
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como ativo	-	-	29.251	26.069
	-	-	61.296	30.715
Exclusões permanentes				
Auto de Infração 104/2009 Coelce Plus	-	-	(2.329)	(15)
Amortização do ágio e reversão da provisão	-	-	(7.573)	(8.274)
Efeito tributário da equivalência patrimonial	(283.484)	(243.014)	-	-
Efeito líquido de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(78.582)	(63.341)
Encargos obrigações com IFC	-	(2.066)	-	(2.066)
Ganho em investimento custo	-	-	-	(300)
Superavit Atuarial	-	-	(8.897)	-
	(283.484)	(245.080)	(97.381)	(73.996)
Deduções permanentes				
Lucro da exploração	-	-	(108.166)	(126.230)
Incentivo fiscal do PAT	-	-	(1.955)	(1.951)
Adicional do IRPJ	-	-	(96)	(96)
	-	-	(110.217)	(128.277)
Outros				
Ajuste benefício ADENE	-	-	-	(1.291)
Provisão contingência ICMS	-	-	(4.961)	-
Ajuste contingência IRPJ e CSLL	-	-	5.559	-
Diferença em controladas no exterior	-	-	(1.227)	-
Outros	1.686	994	7.525	11.378
	1.686	994	6.896	10.087
IRPJ/CSSL corrente no resultado	21.800	15.239	412.424	370.595
IRPJ/CSSL diferidos no resultado	-	-	62.679	22.073
Incentivo Fiscal	-	-	(66.329)	(78.158)
Alíquota Efetiva	21.800	15.239	408.774	314.510

* Não foi calculado o IRPJ e CSLL diferido ativo sobre as provisões de PIS e Cofins sobre a CVA

A controlada Ampla Investimentos e a controlada Investluz possuem saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social no montante de R\$ 86.032, por serem Companhias *holding* cuja principal receita é equivalência patrimonial, as controladas não constituem o crédito fiscal diferido.

As bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social da controlada CDSA foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente,

sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta controlada CDSA, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis.

O Imposto de Renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a Contribuição Social a 9%.

33. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Consolidado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não auditado)		(Não auditado)			
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fornecimento faturado-						
Residencial	3.362.496	4.417.977	5.699.826	6.942.667	3.045.198	3.166.891
Residencial Baixa Renda	1.122.859		1.487.933	-	387.228	-
Industrial	10.682	10.637	2.651.145	2.800.331	915.505	947.147
Comércio, serviços e outras	311.052	304.057	3.605.389	3.510.205	1.788.224	1.719.591
Rural	457.745	385.780	1.057.623	1.121.510	246.023	248.800
Poder público	43.697	42.613	914.469	884.333	448.813	429.938
Iluminação pública	3.283	9.037	732.899	853.423	218.820	244.111
Serviços públicos	9.980	2.917	707.883	546.764	204.940	158.030
Consumo Próprio	-	331	-	21.517	-	7.715
Receita de ultrapassagem demanda e excedente de reativos	-	-	-	-	(12.934)	
	5.321.794	5.173.349	16.857.167	16.680.750	7.241.817	6.922.223
(+) Estorno provisão refaturamento prefeituras	-	-	-	-	-	(841)
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(24.802)	11.422
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	-	-	7.217.015	6.932.804
Suprimento de energia elétrica	14	-	404.663	-	663.235	581.741
Baixa renda	-	-	-	-	266.106	379.363
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	13.125	-
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	37	19	-	-	367.389	80.518
Receita de ultrapassagem demanda e exced de reativos -Clientes Livres	-	-	-	-	289	-
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	20.641	538.330
Receita de construção	-	-	-	-	619.135	823.962
Outras receitas	-	-	-	-	158.532	145.045
Receita operacional bruta	-	-	-	-	9.325.467	9.481.763
(-) Deduções da receita	-	-	-	-		
ICMS	-	-	-	-	(1.855.960)	(1.741.693)
PIS	-	-	-	-	(63.276)	(94.855)
COFINS	-	-	-	-	(295.519)	(440.807)
ISS	-	-	-	-	(3.141)	(3.300)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(116.268)	(97.464)
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(333.426)	(297.775)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(42.607)	(67.941)
Encargo Ex-Isolados	-	-	-	-	(8.249)	(8.046)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(27.749)	(27.342)
Total de deduções de receita	-	-	-	-	(2.746.195)	(2.779.223)
Total	5.321.845	5.173.368	17.261.830	16.680.750	6.579.272	6.702.540

34. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	Controladora		Consolidado					31/12/2010
	31/12/2011	31/12/2010	Custo do Serviço	Despesa de Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	
Pessoal (inclusive previdência privada)	(15.757)	(14.579)	(178.434)	(4.145)	(138.998)	-	(321.577)	(293.551)
Material	(40)	(48)	(20.160)	(4.640)	(2.003)	-	(26.803)	(22.775)
Materia prima e insumos para produção de energia	-	-	(120.512)	-	-	-	(120.512)	(133.411)
Serviços de terceiros	(9.862)	(7.759)	(411.179)	(9.600)	(70.031)	-	(490.810)	(486.243)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(2.065.576)	-	-	-	(2.065.576)	(1.958.597)
Encargos do uso do sistema de transmissão	-	-	(383.374)	-	-	-	(383.374)	(417.460)
Encargos do serviços de sistema	-	-	(57.411)	-	-	-	(57.411)	(46.568)
Custos na desativação de bens	-	-	(8.494)	-	(280)	-	(8.774)	-
Depreciação e amortização	(1.165)	(1.057)	(443.053)	-	(9.788)	-	(452.841)	(541.121)
Compensação financeira or utilização de recursos hídricos	-	-	(15.959)	-	-	-	(15.959)	(15.737)
Perdas com desativação	-	-	(15.362)	-	-	-	(15.362)	(16.770)
PCLD clientes – líquidas	-	-	-	(41.136)	-	-	(41.136)	(164.796)
PCLD outros créditos – líquidas	-	-	-	1.513	(88.905)	-	(87.392)	115
Provisão para riscos fiscais, civil e trabalhistas	-	-	-	-	(21.653)	(6.509)	(28.162)	(21.541)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(8.866)	-	-	(4.594)	(13.460)	(14.331)
Custo de construção	-	-	(619.135)	-	-	-	(619.135)	(823.962)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	-	-	(29.518)	(29.518)	(32.253)
Resultado da equivalencia patrimonial	833.775	714.746	-	-	-	-	-	-
Outros custos/despesas operacionais	447	(3.760)	(10.349)	3.912	(37.813)	(2.412)	(46.662)	(59.879)
Total	807.398	687.543	(4.357.864)	(54.096)	(369.471)	(43.033)	(4.824.464)	(5.048.879)

Segue abaixo a composição do saldo de energia elétrica comprada para revenda:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Centrais Elétricas S.A – Furnas	(144.050)	(130.358)
Itaipu Binacional	(207.432)	(197.581)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A	(42.276)	(38.737)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf	(81.665)	(94.076)
Light S.A.	(137.829)	(148.907)
Companhia Energética de São Paulo- Cesp	(66.510)	(58.162)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- Eletronorte	(46.564)	(41.856)
Copel Geração S.A- COPEL	(40.251)	(34.298)
Cemig – Geração e Transmissão S.A	(41.643)	(37.538)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	(23.851)	(130.174)
CCEARs – Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(661.390)	(767.811)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas-Proinfa	(75.887)	(79.583)
Tractebel Energia S.A	(33.426)	-
Contratos por disponibilidade(*)	(153.455)	(88.075)
MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	(201.682)	-
Outros	(107.665)	(111.441)
Total	(2.065.576)	(1.958.597)

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário. Entre o ano de 2008 e 2009 houve um incremento na compra por disponibilidade e quantidade, em virtude da constituição de novos contratos do 4º leilão de energia existente, 1o e 2o leilões de energia nova produto 2009, com custos superiores aos já contratados. Os custos com cada leilão são diferentes e homologados pelo órgão regulador.

35. Resultado financeiro

Descrição	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	42.637	28.302
Transações com partes relacionadas	42.930	42.624
Outras receitas financeiras	2.662	7.753
Total da receita financeira	88.229	78.679
Despesa financeira		
Transações com partes relacionadas	-	(914)
Encargos de dívidas	(1.613)	(2.317)
Outras despesas financeiras	(1.079)	(271)
Total da despesa financeira	(2.692)	(3.502)
Total	85.537	75.177

Descrição	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	121.429	120.050
Juros de debêntures	4.168	-
Multas e acréscimos moratórios	84.901	91.427
Variações monetárias diversas	18.823	3.126
Atualização monetária Celg	117.655	-
Receita financeira – Ativo indenizável	23.728	33.075
Correção depósitos judiciais	2.583	-
Outras receitas financeiras	78.452	53.947
Total da receita financeira	451.739	301.625
Despesa financeira		
Variações monetárias	(48.339)	(20.188)
Encargos de dívidas	(165.955)	(188.713)
Atualização de impostos e multas	(19.570)	(27.870)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(75.702)	(60.245)
Encargo de fundo de pensão	(25.383)	(3.309)
Multas e acréscimos moratórios	(8.649)	(9.652)
Juros debêntures	(104.408)	(97.949)
Variações monetárias debêntures	(13.691)	-
Indenizações DIC / FIC	(28.169)	(24.572)
Custo de transação	(3.400)	(3.777)
Correção Prog. Efec. Energética e P & D	(1.011)	(9.173)
IOF e IOC	(9.375)	(5.601)
Comissão – Banco	(7.910)	(3.159)
Outras despesas financeiras	(63.786)	(91.251)
Total da despesa financeira	(575.348)	(545.460)
Variação cambial ativa	121.380	88.024
Variação cambial passiva	(140.284)	(97.906)
Total da variação cambial	(18.904)	(9.882)
Total	(142.513)	(253.717)

36. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação na no exercício de 2011 foi de R\$ 2.098 (R\$ 1.837 em 2010). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2011, foi de R\$ 25.780 (R\$ 20.550 em 2010).

38. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$ 3.175.926, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$ 2.366.187 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$ 2.427.392. O Grupo também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz

37. Transações que não afetaram o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as Controladas Coelce, Ampla Energia, Cien, CGTF e CDSA efetuaram a compra de ativos para a manutenção e expansão financiados diretamente por empréstimos ou fornecedores, que não afetou o saldo de caixa, no montante de R\$ 222 (R\$ 196.231 em 2010).

parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 1.170.825 por sinistro ou agregado anual para o primeiro risco e no valor limite de R\$ 2.723.035 por sinistro ou agregado anual para o segundo risco. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas da Endesa Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros:

As especificações por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Risco operacional

Controladas	Data de vigência	Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
Ampla Energia	01/07/2011 a 30/06/2012	572.393	46.681
CDSA	01/07/2011 a 30/06/2012	1.033.595	467.970
Cien	01/07/2011 a 30/06/2012	616.726	778.010
CGTF	01/07/2011 a 30/06/2012	404.562	778.010
Coelce	01/07/2011 a 30/06/2012	551.221	46.681

Responsabilidade civil

Sociedades	Data de vigência	Limite máximo de garantia por sinistro
Ampla Energia	01/07/2011 a 30/06/2012	234.165
CDSA	01/07/2011 a 30/06/2012	544.607
Cien	01/07/2011 a 30/06/2012	234.165
CGTF	01/07/2011 a 30/06/2012	234.165
Coelce	01/07/2011 a 30/06/2012	234.165

39. Lucro por ação

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação (“CPC 41”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro do exercício	871.135	747.481
Número de ações	170.877.378	170.877.378
Lucro por ação – básico (reais por milhares de ações)	5,0980	4,3744

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 170.877.378 (cento e setenta milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e oito) ações ordinárias.

40. Informação por segmento

A Endesa Brasil definiu os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração Central e Outros. Este agrupamento tem como base a natureza das operações de cada empresa do Grupo Endesa, as diferenças existentes entre os produtos e serviços disponibilizados por cada empresa e o arcabouço regulatório envolvido nas atividades das concessionárias existentes no Grupo.

As principais operações do Grupo são relacionadas à exploração de serviços públicos relacionados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O Grupo Endesa atua, ainda, no segmento de comercialização de energia elétrica e explora a prestação de serviços não diretamente relacionados à exploração de concessões públicas de energia.

A Endesa Brasil analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Saldo combinado 31/12/2011	Eliminações	Saldo consolidado 31/12/2011
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	246.964	355.178	3.469	7.989	110.172	723.772	-	723.772
Consumidores, concessionários e permissionários	1.144.847	140.736	-	-	-	1.285.583	-	1.285.583
Tributos a compensar	151.322	25.033	16.820	521	24.495	218.191	-	218.191
Dividendos a Receber	-	-	-	-	99.890	99.890	(99.890)	-
Cauções e depósitos	53.746	-	-	-	-	53.746	-	53.746
Outros ativos circulantes	148.852	199.388	36.321	421	27.715	412.697	(70.499)	342.198
Total do ativo circulante	1.745.731	720.335	56.610	8.931	262.272	2.793.879	(170.389)	2.623.490
Não circulante								
Consumidores, concessionários e permissionários	100.336	-	196.384	-	-	296.720	-	296.720
Depósitos vinculados a litígios	191.722	95.137	6.267	-	31	293.157	-	293.157
Tributos a compensar	119.406	12.397	27.974	-	21.221	180.998	-	180.998
Cauções e depósitos	71.042	22.151	-	-	-	93.193	-	93.193
Tributos e contribuição social diferidos	483.107	15.171	187.873	-	-	686.151	-	686.151
Ativo indenizável (concessão)	765.516	-	-	-	-	765.516	-	765.516
Imobilizado	77.549	1.291.869	764.296	254	5.517	2.139.485	-	2.139.485
Intangível	4.427.860	2.104	1.497	395	276.738	4.708.594	-	4.708.594
Outros ativos não circulantes	29.208	60.375	(83.444)	7	5.436.341	5.442.487	(5.435.936)	6.551
Total do ativo não circulante	6.265.746	1.499.204	1.100.847	656	5.739.848	14.606.301	(5.435.936)	9.170.365
Total do ativo	8.011.477	2.219.539	1.157.457	9.587	6.002.120	17.400.180	(5.606.325)	11.793.855

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Saldo consolidado	Eliminações	Saldo consolidado 31/12/2011
Passivo circulante								
Fornecedores	497.756	91.938	9.878	2.592	12.427	614.591	-	614.591
Empréstimos e financiamentos	415.019	22.787	200.191	-	-	637.997	-	637.997
Debêntures	388.529	-	-	-	-	388.529	-	388.529
Tributos e contribuições sociais	176.569	94.078	68.915	1.221	9.115	349.898	-	349.898
Parcelamento especial – Lei nº 10.684/2003	7.215	2.878	21.856	-	-	31.949	-	31.949
Dividendos a pagar	117.118	2.192	26.762	808	46.576	193.447	(99.890)	93.557
Outras passivos circulantes	354.767	40.891	190.908	543	192.986	780.095	(431.889)	348.206
Total do passivo circulante	1.956.973	254.764	518.510	5.164	261.095	2.996.506	(531.779)	2.464.727
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	730.249	132.023	-	-	-	862.272	-	862.272
Debêntures	973.221	-	-	-	-	973.221	-	973.221
Obrigações com benefícios pós-emprego	553.176	-	-	-	-	553.176	-	553.176
Tributos e contribuição social diferidos	82.549	83.095	3.594	-	-	169.238	-	169.238
Outras passivos não circulantes	608.551	21.208	174.622	-	36.408	840.789	(7.122)	833.667
Total do passivo não circulante	2.947.746	236.326	178.216	-	36.408	3.398.696	(7.122)	3.391.574
Participação não controladores	-	-	-	-	-	-	1.597.144	1.597.144
Patrimônio líquido	3.106.758	1.728.449	460.731	4.423	5.704.617	11.004.978	(6.664.568)	4.340.410
Total do passivo e patrimônio líquido	8.011.477	2.219.539	1.157.457	9.587	6.002.120	17.400.180	(5.606.325)	11.793.855

ATIVO	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Saldo Consolidado	Eliminações	Saldo Consolidado 2010
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	90.339	88.260	-	45.400	284.164	508.163	-	508.163
Consumidores, concessionários e permissionários	1.108.628	193.347	-	-	-	1.301.975	90.123	1.392.098
Tributos a compensar	105.181	26.954	-	6.469	24.427	163.031	-	163.031
Dividendos a Receber	-	-	-	-	129.656	129.656	(129.656)	-
Cauções e depósitos	40.666	-	-	-	-	40.666	-	40.666
Outros ativos circulantes	75.944	265.157	-	83.250	377.340	801.691	(203.740)	597.951
Total do ativo circulante	1.420.758	573.718	-	135.119	815.587	2.945.182	(243.273)	2.701.909
Ativo não circulante								
Consumidores, concessionários e permissionários	103.972	-	-	-	-	103.972	211.808	315.780
Depósitos vinculados a litígios	181.021	89.909	-	7.892	31	278.853	-	278.853
Tributos a compensar	142.056	12.397	-	25.622	22.898	202.973	-	202.973
Cauções e depósitos	64.468	19.375	-	-	-	83.843	-	83.843
Tributos e contribuição social diferidos	479.432	20.290	-	168.035	-	667.757	-	667.757
Ativo indenizável (concessão)	527.794	-	-	-	-	527.794	-	527.794
Imobilizado	76.458	1.349.726	-	808.774	6.323	2.241.281	-	2.241.281
Intangível	4.340.930	2.597	-	1.553	304.152	4.649.232	-	4.649.232
Outros ativos não circulantes	52.650	2.710	-	171.566	5.044.333	5.271.259	(5.243.906)	27.353
Total do ativo não circulante	5.968.781	1.497.004	-	1.183.442	5.377.737	14.026.964	(5.032.098)	8.994.866
TOTAL DO ATIVO	7.389.539	2.070.722	-	1.318.561	6.193.324	16.972.146	(5.275.371)	11.696.775

PASSIVO	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Saldo Consolidado	Eliminações	Saldo Consolidado 2010
CIRCULANTE								
Fornecedores	521.289	66.668	-	37.052	13.859	638.868	-	638.868
Empréstimos e financiamentos	409.456	28.039	-	200.562	-	638.057	-	638.057
Debêntures	302.110	-	-	-	-	302.110	-	302.110
Tributos e contribuições sociais	189.330	48.122	-	169	11.002	248.623	-	248.623
Parcelamento especial – Lei nº 10.684/2003	6.988	2.958	-	52.640	-	62.586	-	62.586
Dividendos a pagar	121.750	2.780	-	10.877	224.155	359.562	(129.656)	229.906
Outras passivos circulantes	422.505	35.736	-	211.472	403.432	1.073.145	(297.958)	775.187
Total do passivo circulante	1.973.428	184.303	-	512.772	652.448	3.322.951	(427.614)	2.895.337
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	773.204	134.511	-	200.000	-	1.107.715	-	1.107.715
Debêntures	606.091	-	-	-	-	606.091	-	606.091
Obrigações com benefícios pós-emprego	392.097	-	-	-	-	392.097	-	392.097
Tributos e contribuição social diferidos	50.455	93.136	-	10.410	-	154.001	-	154.001
Outras passivos não circulantes	653.981	30.742	-	185.864	14.003	884.590	(90.658)	793.932
Total do passivo não circulante	2.475.828	258.389	-	396.274	14.003	3.144.494	(90.658)	3.053.836
Participação não controladores	-	-	-	-	-	-	1.504.796	1.504.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.940.283	1.628.030	-	409.515	5.526.873	10.504.701	(6.261.895)	4.242.806
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.389.539	2.070.722	-	1.318.561	6.193.324	16.972.146	(5.275.371)	11.696.775

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita líquida	5.939.583	6.004.481	831.856	860.991	277.902	-	19.428	316.615	-	-	(489.497)	(479.547)	6.579.272	6.702.540
Custo do serviço	(4.445.826)	(4.480.204)	(384.076)	(410.346)	(17.459)	-	-	(120.205)	-	-	489.497	479.547	(4.357.864)	(4.531.208)
Lucro bruto	1.493.757	1.524.277	447.780	450.645	260.443	-	19.428	196.410	-	-	-	-	2.221.408	2.171.332
Despesas com vendas	(68.388)	(192.232)	14.293	(4.347)	-	-	-	-	-	-	-	373	(54.095)	(196.206)
Despesas gerais e administrativas	(210.267)	(188.476)	(15.276)	(15.015)	(102.191)	-	(14.179)	(21.129)	(57.078)	(60.017)	-	2.072	(398.991)	(282.565)
Outras receitas (despesas) operacionais	(13.514)	(19.097)	-	-	-	-	-	(5.807)	1.176.636	1.049.472	(1.176.636)	(1.063.468)	(13.514)	(38.900)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	1.201.588	1.124.472	446.797	431.283	158.252	-	5.249	169.474	1.119.558	989.455	(1.176.636)	(1.061.023)	1.754.808	1.653.661
Receita Financeira	178.389	221.381	184.316	46.704	42.017	-	603	9.316	90.312	82.745	(43.898)	(58.521)	451.739	301.625
Despesa Financeira	(443.892)	(438.553)	(34.582)	(24.031)	(80.049)	-	(38)	(97.023)	(59.718)	(40.392)	42.931	(54.539)	(575.348)	(545.460)
Variações cambiais líquidas			(7.244)	(5.701)	(12.627)	-		(8.163)			967	3.982	(18.904)	(9.882)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	936.085	907.300	589.287	448.255	107.593	-	5.814	73.604	1.150.152	1.031.808	(1.176.636)	(1.061.023)	1.612.295	1.399.944



	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(227.364)	(255.636)	(95.503)	(56.747)	(65.140)	-	(2.490)	(42.974)	(21.927)	(15.239)	-	-	(412.424)	(370.596)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(93.516)	(41.827)	4.183	4.178	26.654	-	-	15.576	-	-	-	-	(62.679)	(22.073)
Benefício fiscal – ágio incorporado	(11.474)	(12.537)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.474)	(12.537)
Incentivo Fiscal	77.803	90.695	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77.803	90.695
Lucro líquido do exercício por segmento	681.534	687.995	497.967	395.686	69.107	-	3.324	46.206	1.128.225	1.016.569	(1.176.636)	(1.061.024)	1.203.521	1.085.433
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	871.135	747.481
Participações do Grupo Endesa ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117.743	121.215
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214.643	216.737



Praça Leoni Ramos, 1 – São Domingos
CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil
Tel.: 55 21 2613-7000
www.endesabrasil.com.br

endesapublicações